

## De Abril ao golpe Palma Carlos

Edição comentada e traduzida  
dos telegramas da Embaixada dos  
EUA em Portugal, revelados nos  
*Kissinger Cables* do *WikiLeaks*



## O 25 DE ABRIL VISTO DA EMBAIXADA NORTE-AMERICANA

### De Abril ao golpe Palma Carlos

**A** MENTIRA SOBRE A REVOLUÇÃO PORTUGUESA É TANTA, OS FACTOS ESTÃO TANTAS VEZES SOTERRADOS SOBRE TONELADAS DE MENTIRAS, e contados seguindo um guião falso laboriosamente construído pelas classes que se reapossaram do poder político em Portugal com a contra-revolução, que ler estes telegramas é surpreendente. Tanto, que decidimos traduzir e publicar esses telegramas, enviados da embaixada dos EUA em Portugal para Washington, e expostos nos *Kissinger Cables* pela equipa do *WikiLeaks*. Revelam uma visão naturalmente tendenciosa e fortemente anti-comunista, o que não surpreende, pois são assinados pelo embaixador dos EUA em Portugal. Ainda assim, são capazes de desmontar a maioria dos mitos com que a contra-revolução atulhou as novas gerações de portugueses.

Quem espera encontrar nestes telegramas material ultra-secreto ou espantosas revelações sobre agentes infiltrados e operações secretas, vai ficar desiludido. Esse material, se existe, não está publicado, e muito dele escapará mesmo ao âmbito de actuação das embaixadas dos EUA, sendo mais a esfera de actuação da CIA. Mas é fácil tropeçar com gente que fala com uma embaixada estrangeira como se estivesse em casa, e que a informa com mais verdade que aquilo que diz publicamente ao seu próprio povo. Por outro lado, as opiniões e comentários realizados pelo embaixador americano, em documentos destinados a ser internos, dão perspectivas interessantes e, por vezes engraçadas, de coisas que os EUA nunca assumiriam publicamente. Por exemplo, quando valoriza o facto de Álvaro Cunhal dizer em privado exactamente o mesmo que diz em público.

Mas estes documentos exigem também uma leitura atenta e crítica. Porque há gente que comete os mais atrozes actos de traição com a mais absoluta naturalidade. Gente que pede a intervenção estrangeira contra o seu próprio povo como quem pede um café. Gente que troca apoios externos ao país por linhas de propaganda para a construção do seu poder político e pessoal. O mundo da embaixada é um mundo de podres conspirações esboçadas ao jantar, de uma enorme incompreensão da situação política nacional e de uma cristalina consciência do inimigo principal: o PCP e os trabalhadores organizados para uma intervenção de classe.

Todos os textos que se seguem são traduções de telegramas da embaixada dos EUA, enviados para o Departamento de Estado em Washington.

## ÍNDICE DE TELEGRAMAS

1974LISBON

### **Abril**

01587_b	Distúrbios em Portugal	13
01590_b	Revolta militar: Relatório da Situação N°4	14
01601_b	General Spínola anuncia o Programa da Junta em mensagem televisiva	15
01608_b	Reconhecimento do novo governo português	19
01626_b	Conferência de Imprensa do General Spínola e o programa político do novo governo	21
01630_b	Junta toma a sede da DGS e liberta presos políticos	27
01634_b	Golpe em Portugal: Relatório da Situação n°9	30
01635_b	Primeira Comunicação à Embaixada do novo Governo Português	35
01636_b	Avaliação Preliminar do Golpe Português	36
01640_b	Golpe em Portugal: Relatório da Situação n°10	40
01649_b	Reconhecimento do Governo Português	43
01665_b	Golpe em Portugal: Relatório da Situação n°11	44
01700_b	O Partido Socialista organiza-se	48

1974LISBON

### **Mai**

01704_b	Chamada do Embaixador ao General Spínola	53
01701_b	Relatório da Situação n°12: Últimas decisões do Governo Militar	54
01702_b	«Movimento Democrático» reúne com Spínola, relatadas posteriormente diferenças	59
01728_b	Reunião do Embaixador com o General Spínola	61

01730_b	1º de Maio português marcado por manifestações ordeiras e alegres	63
01735_b	A política de Spínola sobre a África Portuguesa	65
01739_b	Desenvolvimentos nos média portugueses	68
01745_b	Relatório da Situação nº13 – Depois do Golpe	72
01793_b	A Junta avisa contra sublevação institucional, enquanto as ocupações continuam	75
01815_b	Novos grupos e partidos políticos formados na metrópole	77
01806_b	Manifestações políticas florescem em Portugal	84
01809_b	Portugal apela aos insurgentes para baixarem as armas	86
01825_b	Proposta de visita a Portugal do Secretário de Estado [Kissinger]	89
01827_b	A Cooperação dos EUA com o Movimento Sindical Português Livre	91
01848_b	Mário Soares expressou preocupação com a proliferação de partidos políticos	93
01862_b	Projectos principais: Relatório sobre a situação do Novo Aeroporto de Lisboa	96
01873_b	O papel do Movimento das Forças Armadas no actual regime português	98
01878_b	Desenvolvimentos políticos em Portugal	102
01884_b	Movimento sindical independente toma forma em Portugal	105
01908_b	Desenvolvimentos económicos após o golpe	108
01914_b	Mensagem presidencial para o General Spínola	111
01922_b	Luta pelo poder continua no sector laboral	112
01947_b	Proliferação de partidos políticos continua na metrópole	114
01949_b	Nomeado o Governo Provisório	120
01950_b	A junta define as guias para o Governo Provisório	126
01961_b	Firmas americanas sentem o impacto da agitação laboral em Portugal	131
01975_b	Resumo dos acontecimentos na Guiné portuguesa	135

01990_b	Estabelecida uma nova e temporária estrutura constitucional	139
01992_b	Comentários ao discurso de tomada de posse de Spínola	145
02019_b	Comentários do General Costa Gomes sobre a África portuguesa	148
02011_b	Entrevista do Embaixador com Spínola	150
02019_b	Firmas americanas sentem impacto da agitação laboral em Portugal	152
02024_b	Grupo Intersindical nomeia delegados dos trabalhadores para reunião da OIT	154
02027_b	Conversa inicial do Embaixador com o Ministro dos Negócios Estrangeiros	155
02042_b	ICFTU apela para sindicatos não partidários em Portugal	159
02059_b	Reunião com o Primeiro-Ministro Palma Carlos	161
02065_b	Alto responsável da Junta comenta sobre a África portuguesa	163
02068_b	Os Ministros comunistas procuram acalmar o cenário laboral	165
02069_b	Reacção às notícias do exílio no Brasil de Caetano e Tomás	168
02073_b	O Ministro da Coordenação Económica define objectivos económicos do governo provisório	172
02074_b	Organizações sindicais portuguesas	175
02126_b	O Movimento Democrático critica extremistas da extrema-esquerda	178
02148_b	Governo coloca um freio nos aumentos salariais	180
02149_b	Missão especial portuguesa aos EUA	182
02155_b	Comentários do PCP sobre o golpe português	184
02160_b	A Junta reassegura aos portugueses que a liberdade não levará à anarquia	185
02172_b	O General Spínola visita o Porto	187
02180_b	O Primeiro-Ministro Palma Carlos sobre as eleições	189
02179_b	Contactos de cortesia com membros do Governo	191
02181_b	Contactos internacionais com o Movimento Sindical português	193

# Junho

02205_b	Nomeado o Conselho de Estado	197
02213_b	Designação de Adido Laboral para Lisboa	201
02227_b	Reacções na imprensa ao discurso do General Galvão de Melo	202
02230_b	Pedido de documentos sobre questões sindicais	204
02235_b	Spínola sublinhou a necessidade de ordem	205
02236_b	As forças do Partido Comunista	207
02237_b	Delegação Portuguesa à Conferência da OIT	211
02273_b	Esboçar da Lei Eleitoral	213
02274_b	Situação das negociações Portugueses-PAIGC	216
02285_b	Spínola na estrada	220
02287_b	Imprensa relata agitação militar em Macau e Timor	221
02296_b	Os portugueses estão interessados na ajuda e laços com os EUA	222
02300_b	Movimento para a Independência dos Açores	225
02310_b	Interesse português na ajuda brasileira	226
02322_b	Posição dos EUA sobre Cabo Verde e a Guiné-Bissau	228
02339_b	Desenvolvimentos recentes na Guiné-Bissau	230
02346_b	Possível comentário do Governo dos EUA às negociações sobre os territórios portugueses	233
02352_b	Estabelecimento de relações de Portugal com a URSS	235
02372_b	Primeira conversa com Cunhal	237
02359_b	Comentários do futuro Governador Geral de Moçambique, Dr. Soares de Melo, sobre o GUMO e a FRELIMO	239
02388_b	O Governo Português contra a extrema-esquerda	241
02400_b	Luta pelo controlo da programação da Televisão	245
02401_b	Resolvida disputa laboral em Lisboa	247
02411_b	Spínola diz «não» aos extremistas	248

02416_b	Spínola define política africana de Portugal	251
02428_b	Equipa de Secretários de Estado quase completa: elenco moderado e técnico	254
02442_b	Governo ganha primeiro assalto na disputa sobre a TV	263
02446_b	Spínola considera urgente mandar o jardim político	265
02447_b	A extrema-esquerda protesta contra a detenção de Saldanha Sanches; o seu advogado morre num acidente automóvel	268
02487_b	Ministro dos Negócios Estrangeiros Soares sobre as recentes conversações de paz com o PAIGC e a reunião com Kissinger em Otava	270
02494_b	Importância estratégica de Cabo Verde	272
02496_b	Jorge Jardim foge de Portugal; promete regressar a Moçambique	273
02497_b	Trabalhadores dos Correios entram em greve	274
02506_b	Empresários de Lisboa sombrios	275
02517_b	Formado Movimento pela Independência da Madeira	280
02532_b	Reacções na imprensa à reunião Nixon-Spínola	283
02545_b	Começam a organizar-se Grupos Sindicais Católicos	284
02562_b	O rapto de instituições pela esquerda	286
02563_b	Tomadas posições-chave no sector da Rádio	289
02564_b	Financiamento bancário para a aquisição pela CPE de Urânio enriquecido à AEC	290
02584_b	A visão do governo português sobre as negociações com o PAIGC	291
02595_b	Negociações Portugal-PAIGC	293
02609_b	Os portugueses continuam a cultivar provas de apoio internacional	295
02617_b	Análise da actual estrutura de poder em Portugal	297
02630_b	Alegado uso de armas da NATO pelos portugueses em África	303
02640_b	Relatório sobre o ponto da situação da cólera	304
02684_b	Estabelecida Comissão de Controlo dos Media	305
02700_b	Iminente a nomeação do novo Embaixador português na ONU	309

# Julho

02782_b	Membro da Junta Galvão de Melo vai-se demitir	311
02788_b	Membro da Junta solicita ajuda económica dos EUA e apoio ao novo regime português	314
02825_b	Discurso do Ministro da Coordenação Económica sobre o sector privado e investimento estrangeiro	317
02835_b	Conselho de Segurança: Entrada da Guiné-Bissau na ONU	320
02845_b	Veiga Simão nomeado Embaixador de Portugal na ONU	321
02846_b	Partidos políticos apelam a eleições locais em Outubro	323
02849_b	Alerta militar no Portugal Metropolitano	325
02850_b	Rumores de crise política em progresso	326
02857_b	Tensões dentro do Movimento Democrático (MDP)	329
02858_b	Novas leis económicas	333
02861_b	Reunião do Conselho de Estado	336
02876_b	Rumores sobre a resignação de Ministros do Governo	338
02903_b	Contacto com o Ministro da Coordenação Interterritorial	339
02941_b	Spínola aceita a resignação do Primeiro-Ministro: Novo governo será formado	342
02945_b	Visita de François Mitterand	345
02946_b	Forças Armadas duras com manifestação da extrema-esquerda	350
02955_b	Oficial do MFA apontado novo primeiro-ministro - posição do movimento reforçada	352
02956_b	Avaliação sobre o novo primeiro ministro	355
02978_b	A visão de Soares sobre as propostas de Palma Carlos	356
02994_b	A visão de banqueiros e empresários portugueses sobre a situação política	359
03008_b	Formado o Partido Social Democrático Português, Palma Carlos adere	363
03020_b	Relações portuguesas com os países comunistas	366
03030_b	Avaliação do novo governo provisório	368



1974 LISBON

**Abril**



**TELEGRAMA** 1974LISBON 01587\_b

**TÍTULO** Distúrbios em Portugal<sup>1</sup>

**DATA** 25-04-74

**ASSINADO** POST<sup>2</sup>

**CONTEÚDO** 1. Apesar da situação política instável e incerta, a Embaixada de Lisboa não tem qualquer nota que sugira perigo para as vidas ou a propriedade dos americanos. Os aeroportos estão encerrados e viajar é difícil. A embaixada aconselha os turistas americanos a ficar nos seus hotéis até que a situação clarifique.

2. O Departamento de Estado que passe esta informação aos outros postos como apropriado.

---

<sup>1</sup> Esta e as notas seguintes da embaixada deixam clara uma coisa: a embaixada não sabia de nada. O que também transparece da leitura dos telegramas dos meses anteriores. Esta ignorância, que contrasta com o papel activo que terá em todos os golpes futuros tem dois significados que merecem ser destacados: o MFA não pediu nem apoio, nem conselho, nem autorização aos EUA para libertar Portugal; os EUA, que viviam confortáveis com a situação existente (ditadura fascista), passaram a viver desconfortáveis.

<sup>2</sup> RICHARD POST: É o DCM (*Deputy Chief of Mission*, Vice-Chefe da Missão) da embaixada, que substituiu o embaixador que estava fora de Portugal a 25 de Abril de 1974. Numa entrevista em 1991 sublinha a sua facilidade de acesso a dois membros da Junta de Salvação Nacional (Costa Gomes e Galvão de Melo), que vinha já desde o tempo anterior ao 25 de Abril.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01590\_b

**TÍTULO** Revolta militar: Relatório da Situação N°4

**DATA** 25-04-74

**ASSINADO** POST

**CONTEÚDO** 1. Os rebeldes difundiram às 18h20 (17h20 GMT) uma nota declarando que as forças dissidentes conseguiram tomar o Quartel-Geral na baixa de Lisboa onde eles «encontraram o ex-Presidente do Conselho de Ministros e outros membros do seu ex-governo». (Não foram dados detalhes desta operação).

2. O comunicado acrescenta que em Belém, o Regimento II de Lanceiros se rendeu sem que a força tenha sido utilizada.

3. Concluindo, o comunicado disse que quase toda a GNR, incluindo os seus líderes, e a maioria da PSP (polícia da cidade) se renderam.

Comentário: Não houve menção ao Presidente Thomaz<sup>3</sup>. Fim do Comentário

---

<sup>3</sup> AMÉRICO TOMÁS: Foi o último Presidente da República durante o regime fascista. Foi autorizado a exilar-se no Brasil depois da Revolução de 1974. Regressaria a Portugal em 1978, autorizado pelo Presidente da República, Ramalho Eanes.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01601\_b

**TÍTULO** General Spínola<sup>4</sup> anuncia o Programa da Junta em mensagem televisiva

**DATA** 26-04-74

**ASSINADO** POST

**CONTEÚDO** 1. O General Spínola, aparecendo na Televisão Nacional às 01h30 de 26 de Abril, leu à Nação o programa da Junta de Salvação Nacional. Spínola apareceu ladeado por 5 dos outros 6 membros da Junta (o sétimo está ausente do país).

2. Spínola começou o discurso de 5 minutos por destacar que ele falava em nome das Forças Armadas, que lhe deram o mandato para levar Portugal até à conquista dos verdadeiros objectivos nacionais. A Junta, prometeu Spínola, garantirá a sobrevivência de Portugal como um país soberano e pluricontinental. De imediato, será permitida a livre expressão de todas as correntes de opinião, por forma a acelerar a formação de «Associações Cívicas» que possam produzir grupos de opinião e facilitar eleições livres (por sufrágio directo) de uma Assembleia Constituinte Nacional e mais tarde do Presidente da República.

---

<sup>4</sup> GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA: Em confronto com o regime fascista por causa da guerra colonial, seria escolhido pela Junta de Salvação Nacional (JSN) para primeiro Presidente da República após o 25 de Abril. Tendo começado de imediato a conspirar contra o Programa do MFA, e após a derrota de três tentativas de Golpe de Estado, acaba exilado no estrangeiro e a presidir à organização terrorista MDLP. Regressaria a Portugal em 1976 pela mão de Ramalho Eanes, cabendo a Mário Soares, na Presidência da República, a sua total reabilitação.

3. Spínola declarou que a Junta se absterá de qualquer atitude política que possa interferir com as eleições livres e as tarefas da futura Assembleia Constituinte, e assegurar-se-á que outras forças não intervenham igualmente. A Junta limitará as suas acções a garantir as liberdades civis pessoais «estabelecidas em declarações internacionais» e em manter a ordem pública. Os acordos e tratados internacionais serão honrados.

4. O objectivo da Junta será levar o país, no mais curto espaço de tempo, a governar-se através de instituições por si próprio escolhidas. Depois da eleição do Presidente, a Junta devolverá o poder às instituições constitucionais.

5. Os membros da Junta são profissionais competentes e respeitados, muitos dos quais serviram com Spínola. Com excepção de Spínola e Costa Gomes<sup>5</sup>, não são conhecidos nacionalmente. Não é ainda claro quão directo foi o seu papel na rebelião militar. Informação biográfica do adido de defesa e fontes da Embaixada (em adição à de Spínola, já enviada.)

---

<sup>5</sup> GENERAL COSTA GOMES: Integra a Junta de Salvação Nacional depois do 25 de Abril, chefiando o Estado-Maior das Forças Armadas. Viria a ser Presidente da República depois da demissão de Spínola após o golpe falhado de 28 de Setembro de 1974, até entregar o mandato ao Presidente eleito por voto popular em 1976. Viria a ser presidente do CPPC e do Conselho Mundial da Paz, e galardoado pela ONU como Mensageiro da Paz.

a) Capitão João Baptista Pinheiro Azevedo<sup>6</sup> (51 anos): antigo adido naval no Reino Unido (1968-1971), antigo professor na Academia Naval. Serviu no Ultramar, e desde 1972 é comandante da força marítima continental. Como director do Clube Naval patrocinou no último ano leituras de poesia liberal banida pelo governo.

b) General Francisco Costa Gomes (60 anos): antigo Comandante-Chefe em Angola (1970-1972), despedido de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas a 14 de Março de 1974 pelo seu apoio ao então seu vice, Spínola. Antes subsecretário do Exército (1958-1961); comandante em Moçambique e contramestre-geral do Exército (1969-1970).

c) Brigadeiro Jaime Silvério Marques<sup>7</sup> (60 anos): Engenheiro militar de carreira, irmão do militar de direita General Silvino Silvério Marques. Serviu como Chefe do Estado-Maior no comando militar da Índia, e na zona leste de Angola (1967-1969). Desde 1969 tem sido subdirector e director dos serviços de transporte. Aparentemente não serviu nem com Spínola nem com Costa Gomes.

---

<sup>6</sup> ALMIRANTE PINHEIRO DE AZEVEDO: Foi nomeado para a Junta de Salvação Nacional depois do 25 de Abril, tendo chefiado ainda o VI Governo Provisório. Foi candidato às eleições presidenciais de 1976, e viria depois a aceitar a presidência do PDC (Partido da Democracia Cristã).

<sup>7</sup> GENERAL JAIME SILVÉRIO MARQUES: Nomeado para a JSN, demitir-se-ia na sequência da tentativa de golpe de Spínola, a 28 de Setembro de 1974.

d) General Manuel Diogo Neto<sup>8</sup> (50 anos): Comandante da Terceira Região Aérea de Moçambique, o mais jovem general da Força Aérea, serviu sob o comando de Spínola na Guiné.

e) António Alba Rosa Coutinho<sup>9</sup> (48 anos): Oficial Naval de carreira, actualmente oficial comandante da Fragata Almirante Pereira da Silva.

f) Coronel Carlos Galvão de Melo<sup>10</sup> (53 anos): Coronel da Força Aérea na reserva, terá passado à reserva em 1966 a seu próprio pedido por desacordos com a política do Governo Português para Moçambique onde prestava serviço.

6. Esta mensagem é coordenada com o DAO.

---

<sup>8</sup> GENERAL DIOGO NETO: Nomeado para a JSN, demitir-se-ia na sequência da tentativa de golpe de Spínola, a 28 de Setembro de 1974.

<sup>9</sup> ALMIRANTE ROSA COUTINHO: Nomeado para a Junta de Salvação Nacional depois do 25 de Abril, seria dela afastado na sequência do 25 de Novembro de 1975. É o Alto-Comissário de Angola até à sua independência.

<sup>10</sup> GALVÃO DE MELO: Nomeado para a JSN depois do 25 de Abril, seria dela afastado na sequência do golpe de 28 de Setembro. Viria a ser deputado pelo CDS e presidente da Associação de Amizade Portugal-Indonésia durante o período em que este país do sudeste asiático ocupava e massacrava o povo de Timor-Leste.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01608\_b

**TÍTULO** Reconhecimento do novo governo português

**DATA** 26-04-74

**ASSINADO** POST

**CONTEÚDO** Sumário: Assumimos que a questão do reconhecimento do novo governo português será levantada em breve, possivelmente no encontro com a imprensa de hoje do Departamento de Estado. Os seguintes factores poderão ser úteis ao departamento para responder à questão. Pede-se orientação. Fim do Sumário.

1. Até este momento, o novo Governo Português não estabeleceu qualquer contacto com a Embaixada dos EUA sobre a questão do reconhecimento ou, de facto, sobre qualquer questão. As embaixadas do Reino Unido e do Brasil relataram que também não foram contactadas pela Junta. A questão do reconhecimento não foi assim colocada oficialmente. O funcionamento normal da Embaixada continua, mas ainda não requereu qualquer contacto com o novo governo. No entanto, se estiver para haver qualquer atraso no reconhecimento, gostaríamos de receber orientações sobre como proceder nas questões rotineiras como autorizações aéreas. De acordo com todas as informações, a Junta está a exercer o controlo efectivo do território e da população de Portugal Continental e ilhas adjacentes. De facto, as nossas observações superficiais são de que a larga maioria da população de Lisboa apoia entusiasticamente a Junta, com o ambiente desde a tomada de poder de Spínola a ser mais festivo que o do Carnaval, e os jornais deleitam-se na liberdade de expressão (um proclama orgulhoso em destaque na primeira página «este jornal não foi examinado por qualquer censor»). Os relatórios dos Consulados Gerais de Maputo e Luanda e as informações disponíveis sobre a Guiné portuguesa indicam que a Junta exerce algum grau de controlo sobre esses territórios como exercia

o anterior governo português. Não temos qualquer razão para duvidar da capacidade da Junta para conduzir com eficácia as relações internacionais, e o líder da Junta, o General Spínola, afirmou publicamente a intenção do seu governo de respeitar os compromissos internacionais de Portugal. Assim, os critérios normais para o reconhecimento parecem estar satisfeitos.

3. Comentário: Visto da perspectiva muito curta que temos disponível, o presente regime parece mais favorável aos interesses dos EUA que o seu predecessor. Assumimos que não faltará muito para que a Junta contacte as embaixadas estrangeiras em Lisboa procurando reconhecimento. Sentimos que é importante que estejamos em posição de responder rapidamente e afirmativamente. Pedimos assim que o Departamento chegue a uma decisão assim que possível e nos dê orientação.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01626\_b

**TÍTULO** Conferência de Imprensa do General Spínola e o programa político do novo governo

**DATA** 26-04-74

**ASSINADO** POST

**CONTEÚDO** 1. No dia 26 de Abril de manhã, o General Spínola deu a primeira Conferência de Imprensa da Junta de Salvação Nacional, no quartel de Engenharia de Lisboa, que é agora o posto de comando da Junta. Participaram representantes da imprensa portuguesa e internacional. Depois de uma declaração agradecendo o apoio da imprensa ao movimento ocorrido, Spínola respondeu a perguntas. Mais tarde, um representante da Junta leu uma declaração detalhando o programa da Junta.

2. Depois de dizer que **a DGS deverá actuar no futuro de forma a não provocar a censura pública**<sup>11</sup>, Spínola disse que **a política ultramarina dependerá do «consenso do país»**. Disse que Tomás e Caetano já tinham partido por ar para a Madeira. No que respeita às relações internacionais, disse que estaria aberto a «soluções evolutivas» para o progresso de um **Portugal pluricontinental**. As relações com Espanha melhorarão, predisse, com a nova orientação do regime. Disse que a liberdade de imprensa seria tratada na próxima declaração à imprensa.

---

<sup>11</sup> Os sublinhados nesta página destacam elementos polémicos da declaração inicial de Spínola, onde ele deixa perceber as diferenças entre a sua posição e a do Movimento: Spínola é pela não legalização imediata dos partidos; pela não ilegalização da PIDE/DGS; pela não libertação de todos os presos políticos; e principalmente, pela não admissão da independência das colónias.

3. Spínola disse que os cidadãos portugueses eram «magníficos» pela sua reação ao movimento, que ele não conhecia nenhuma vítima, e que os tiros durante a revolta foram esporádicos e não sustentados.

4. Perguntado se o PS ou a CDE seriam legalizados, Spínola respondeu que **parecia que sim**. Disse que a DGS (polícia política) seria abolida na metrópole, mas sugeriu que as forças da DGS envolvidas militarmente na guerra do ultramar continuariam em funções

5. Spínola afirmou que o movimento é um esforço colectivo das Forças Armadas, sem um líder individual. O movimento, sublinhou, está agora a considerar fazer contactos com os líderes dos movimentos guerrilheiros. Disse que a Junta **libertará todos os presos políticos excepto aqueles** que tenham cometido igualmente crimes ordinários.

6. Depois da Conferência de Imprensa, foi lido e dado aos jornalistas um programa detalhado da Junta. O programa está dividido entre medidas imediatas, medidas de curto prazo, e considerações gerais finais. A Junta manterá o poder por um curto período de tempo, até que um governo provisório civil seja formado. O Presidente e o vice-presidente do Governo provisório serão escolhidos pelos membros da Junta.

7. A Junta decretará que o anterior Presidente da República, o Conselho de Ministros, a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado serão demitidos. Dentro de 12 meses será eleita uma Assembleia Nacional Constituinte através de sufrágio directo, universal e secreto, de acordo com uma lei eleitoral que será elaborada pelo Governo Provisório.

8. Todos os Governadores Civis na Metrópole, nas Ilhas Adjacentes e Governadores-Gerais das províncias ultramarinas estão demitidos, e a ANP (Acção Nacional

Popular) abolida. Os Governadores-Gerais do Ultramar são substituídos interinamente pelos respectivos secretários-gerais.

9. A DGS, a Legião Portuguesa e movimentos políticos de juventude (presumivelmente a Mocidade Portuguesa) são abolidos. **A DGS no ultramar será reorganizada** como força policial para fornecer inteligência militar operacional.

10. Indivíduos acusados de crimes contra a «ordem política» serão, enquanto durar a Junta, julgados por tribunais militares. Será instituído um rigoroso controlo económico e financeiro das operações com outros países. Todos os prisioneiros políticos são imediatamente amnistiados (excepto aqueles que sejam igualmente criminosos da lei comum) e os funcionários públicos anteriormente despedidos por motivos políticos terão de voltar aos seus postos de trabalho.

11. A censura é abolida, mas será criado um comité ad-hoc temporário para regular a Imprensa, Rádio, a TV, os Teatros e os Cinemas, para salvaguardar segredos militares e evitar provocações pelos «reaccionários». Este comité, que reportará directamente à Junta, actuará até que o Governo Provisório adopte novas leis de imprensa.

12. Várias medidas de curto prazo são apontadas para o Governo Provisório. Em três semanas, a Junta escolherá entre os seus membros o Presidente da República provisório, que terá funções similares às do Presidente na actual Constituição. Os restantes membros da Junta tomarão posição como Chefes de Estado-Maior das três armas, e como Chefe e Vice-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. Todos formarão parte do (novo) Conselho de Estado.

13. Assim que o Presidente provisórios estiver escolhido, ele nomeará um governo civil provisório composto de pessoas representativas dos grupos e correntes políti-

cas, bem como de independentes que estejam de acordo com o programa da Junta. Depois de seleccionar o governo provisório, a Junta manter-se-á para garantir os seus objectivos. Quando a nova Constituição estiver escrita, o Governo Provisório será substituído por um Presidente eleito e pela Assembleia Nacional.

14. O Governo Provisório governará por decreto-lei, mas as grandes reformas serão tomadas pela futura Assembleia Constituinte. O Governo Provisório promulgará medidas para garantir a liberdade de associação. **Associações políticas, núcleos de futuros partidos políticos, serão permitidas**, e a actividade dos sindicatos, de acordo com uma lei especial a ser estabelecida, será permitida.

15. O Governo Provisório promoverá a liberdade de expressão e de pensamento, independentemente da forma, e aprovará uma nova lei de imprensa. Adoptará igualmente medidas assegurando a independência do sistema judicial. Os tribunais especiais serão abolidos, e os crimes contra a segurança do Estado passarão, conseqüentemente, a ser julgados em tribunais comuns por juizes regulares. A Polícia Judiciária e não a DGS preparará a acusação.

16. Uma nova política económica será estabelecida, enfatizando medidas para ajudar os grupos de mais baixos rendimentos, e com especial atenção para a luta contra a inflação e a subida do custo de vida. Esta medida «necessariamente exigirá uma estratégia anti-monopolista». Será instituída uma política social em nome dos interesses dos trabalhadores e da qualidade de vida de todos os portugueses.

17. A política externa será baseada no respeito pelos princípios de independência e igualdade entre Estados, pela não interferência nos assuntos internos de outros países, e pela defesa da paz. As relações internacionais portuguesas serão expandidas e diversificadas, e ba-

sear-se-ão na amizade e cooperação. O Governo respeitará os acordos internacionais que resultem de tratados.

18. A política ultramarina, cujos fundamentos caberá à Nação definir, será baseada nos seguintes princípios: a) reconhecimento que a solução para a guerra do ultramar é política e não militar; b) necessidade de criar condições para um debate franco e aberto a nível nacional sobre o problema do Ultramar; c) necessidade de promulgar as bases da política ultramarina que levarão à paz.

19. O documento termina com a declaração que a Junta deixará de existir com a eleição da Assembleia Nacional Constituinte e do Presidente, e o apelo a todos os portugueses para participar sincera, lúcida e decididamente nos assuntos públicos. A população é chamada a ajudar a criar e a apoiar pelo exemplo do seu trabalho e tolerância, as condições necessárias para o delinear, no curto prazo, de políticas que resolvam os problemas nacionais mais urgentes.

20. Comentário: Isto é ambicioso, de facto, e se concretizado, trará Portugal para o seio da Europa e do Ocidente pela primeira vez neste século. Apesar de firme, o programa é liberal e de forma alguma extremista. Achamos vários itens particularmente relevantes:

a) A vida da Junta é claramente restringida a um ano no máximo;

b) Enquanto o Presidente e vice-Presidente provisórios serão militares, o gabinete de ministros será presumivelmente civil;

c) O novo regime promete mudanças na política ultramarina, mas Spínola fala de Portugal como «pluricontinental»;

d) O posto de primeiro-ministro não é mencionado;

e) A menção a relações externas expandidas e diversificadas pode implicar relações com a Europa de Leste, com a qual Portugal já tem crescentes laços comerciais, ou com a República Popular da China, com quem Portugal tem negociado por causa de Macau.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01630\_b

**TÍTULO** Junta toma a sede da DGS e liberta presos políticos

**DATA** 27-04-74

**ASSINADO** POST

**CONTEÚDO** 1. A imprensa relata que às 9h30 locais, de 26 de Abril, se renderam às forças da Marinha que os cercavam as últimas poucas dúzias de agentes da DGS (uma reportagem fala em 200) barricados na sede da DGS na baixa de Lisboa. O edifício foi ocupado pelas Forças Armadas, que, de acordo com a imprensa, terá encontrado os arquivos intactos. Os agentes da DGS foram então encarcerados numa prisão política nos subúrbios de Lisboa, em Caxias, de acordo com relatos da imprensa. (Um bem relacionado residente dos EUA disse-nos a 27 de Abril que havia 95 agentes da DGS presos em Caxias).

2. De acordo com a imprensa, a prisão de Caxias, guardada por cerca de 40 agentes da DGS, também se rendeu aos Fuzileiros e aos Paraquedistas do Exército na manhã de 26 de Abril, depois de terem resistido durante a tarde anterior, quando chegaram a ameaçar, sem concretizar, executar um número de prisioneiros em seu poder. Pouco depois da prisão ser tomada sem derramamento de sangue, as tropas levaram os prisioneiros para o pátio central para esperarem pelo processo de pré-saída por um comité ad-hoc de advogados militares, da organização de esquerda CDE<sup>12</sup> (Comissão Democrática Eleitoral) e do Comité

---

<sup>12</sup> CDE – COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL: foi formada para concorrer à farsa eleitoral de 1969 promovida pelo fascismo no quadro da dita «primavera marcelista»; cumpriu um importante papel na consciencialização e esclarecimento; participou igualmente na farsa eleitoral de 1973.

para a Libertação dos Presos Políticos<sup>13</sup>. Os registos dos presos foram revistos para separar os prisioneiros puramente políticos daqueles que tinham igualmente cometido crimes comuns, mas aparentemente não conseguiram entender-se sobre a definição de crime político, e foi dada a ordem de serem libertados todos os prisioneiros. Ao fim da tarde foram libertados todos os 85 presos, incluindo Hermínio da Palma Inácio, líder da LUAR<sup>14</sup> (Liga da União e Acção Revolucionária) e pelo menos um activista da ARA<sup>15</sup> (Acção Revolucionária Armada).

3. Um funcionário da Embaixada presente em Caxias cerca da 1h00 da manhã de 27 de Abril relatou uma atmosfera de Carnaval, e muito pouco controlo de multidões, com não mais de 10/12 fuzileiros tentando, sem sucesso, desviar o tráfego e as pessoas da área. Reuniões emotivas tiveram lugar entre os presos e os que esperavam no exterior.

---

<sup>13</sup> A COMISSÃO NACIONAL DE SOCORRO AOS PRESOS POLÍTICOS (CNSPP) foi uma organização portuguesa de resistência ao fascismo. Fundada em 1969, prestava apoio financeiro e jurídico às famílias dos presos políticos e publicava circulares informativas com notícias das prisões, julgamentos, penas e práticas de tortura.

<sup>14</sup> LUAR – LIGA DE UNIDADE E ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA: Fundada em Paris, em 19 de Julho de 1967, sob a liderança de Hermínio da Palma Inácio, depois do assalto a um banco na Figueira da Foz; incluiu nomes como Camilo Mortágua, Emídio Guerreiro (futuro dirigente do PSD) e Fernando Pereira Marques, futuro deputado do Partido Socialista. Foi dissolvida em 1976.

<sup>15</sup> ARA – ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA ARMADA: Criada pelo PCP, funcionou entre 1970 e 1973, tendo realizado diversas acções armadas contra a ditadura fascista, dirigidas à infra-estrutura e material militar.

4. A Imprensa também relata que todos os presos políticos da prisão de Peniche (perto das Caldas da Rainha na costa Norte de Lisboa) foram igualmente libertados cerca das 03h00 da manhã de 27 de Abril. Um relato fala de 43 libertados, outro fala de 22.

Comentário: A julgar pelos libertados, a Junta não está a discriminar entre os presos, havendo pessoas da extrema-esquerda entre os libertados. Fim do comentário.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01634\_b

**TÍTULO** Golpe em Portugal: Relatório da Situação nº9

**DATA** 27-04-74

**ASSINADO** POST

**CONTEÚDO** 1. A calma prevalece em Lisboa a 27 de Abril. Depois de 24 horas de esporádicos actos de vandalismo e ocasional violência. Muitos monumentos da baixa, fachadas de edifícios e letreiros de ruas foram pintados com foices e martelos e apelos a acções no 1º de Maio; vitrinas de bancos e de lojas partidas. A imprensa relata vários supermercados e lojas de conveniência assaltadas a 26 de Abril, e que pelo menos 36 pessoas estavam detidas por saquear.

2. Vários edifícios que alojavam organizações ligadas ao antigo regime foram objecto da ira da população a 26 de Abril. A imprensa relata que uma multidão hostil cercou o edifício do matutino *Época* (propriedade do movimento político Acção Nacional Popular), destruindo 5 veículos que pertenciam ao jornal. A polícia militar apareceu às 14h40 para proteger o perímetro e 19 ocupantes, que foram retirados em segurança por camiões militares enquanto a população gritava insultos. A população tentou sem sucesso incendiar o edifício, mas causou um incêndio interior que destruiu as impressoras.

3. A sede da Legião Portuguesa<sup>16</sup> (organização paramilitar de direita) também foi atacada pela multidão. Às 18h45

---

<sup>16</sup> LEGIÃO PORTUGUESA: Criada em 1936 com o objectivo de «defender o património espiritual da Nação e combater a ameaça comunista e o anarquismo», foi extinta a 25 de Abril de 1974. Esta milícia fascista era um dos pilares da ditadura fascista.

chegaram unidades militares à sede da Legião e retiraram 3 legionários armados que permaneciam no interior. Várias armas foram apreendidas pelas tropas no edifício.

4. Outras instalações saqueadas foram a sede da ANP<sup>17</sup> (Acção Nacional Popular), e a sede do aparelho de censura. Muitos registos de censura foram atirados à rua pela multidão, e mais tarde devolvidos ao exército pelo director do jornal liberal<sup>18</sup> República.

5. Durante o dia 26, o exército terá cercado presumíveis agentes da DGS em vários locais da cidade. Há pelo menos dois casos relatados de ataques da multidão a espectadores que acreditaram ser da DGS, e um dos jornais relata que um agente da PSP (policia metropolitana) foi atingido a tiro e morto (presumivelmente por um sniper) às 17h30 de 26 de Abril. Outra reportagem fala da multidão perseguir supostos agentes da DGS até ao edifício do Jornal do Comércio às 23h00. O porteiro e um sub-chefe da PSP foram apedrejados pela multidão e hospitalizados.

6. A contagem do número de mortos por agora está nos 6. Além do agente da PSP acima referido, três pessoas (incluindo um agente da DGS) terão sido mortas a 25 de Abril nas vizinhanças da sede da DGS. Duas outras pessoas feridas (em circunstâncias não descritas) a 26 de Abril terão morrido já no hospital.

---

<sup>17</sup> ANP – ACÇÃO NACIONAL PORTUGUESA: O partido único no fascismo, chamado de União Nacional até 1970.

<sup>18</sup> O sentido de «liberal», nos EUA de 1974, não é o mesmo de «liberal» no Portugal de hoje. Neste caso, trata-se de um jornal da esquerda republicana, que viria a ligar-se ao Partido Socialista.

7. Uma marcha pacífica terá ocorrido na Baixa, na área do Rossio, com início às 18h00 de 26 de Abril. Cerca de 500 jovens manifestantes (acompanhados por cerca de 1500 curiosos) desfilaram na rua cantando slogans e transportando panos onde se lia «Amnistia Total», «Direito de Greve», «Sindicalismo Livre», «Fim da Guerra» e «Julguem os Assassinos da DGS». (A imprensa falou de um total de 5000 manifestantes). Não se via polícia, mas a multidão estava pacífica e em festa. Muitos manifestantes identificados com a CDE e outros passavam literatura do MRPP<sup>19</sup> (grupo marxista pró-chinês).

8. O Consulado do Porto relata que as forças da DGS no Porto se renderam no dia 26 de Abril às 16h00. Uma multidão de 4000/5000 na baixa do Porto ao princípio da tarde de 26 de Abril. 500 activistas dirigiram-se à sede da PSP onde se dispararam tiros. O cônsul do Porto, que estava presente, viu ambulâncias e ouviu dizer que duas pessoas tinham sido feridas. A imprensa fala em 20 pessoas feridas, incluindo 5 agentes da PSP, em confrontos entre 300 manifestantes e a PSP.

9. O transporte aéreo e ferroviário é ainda incerto. De acordo com o Director da Aviação Civil, o aeroporto de Lisboa deve abrir na tarde de 27 de Abril. O serviço de

---

<sup>19</sup>MRPP – MOVIMENTO REORGANIZATIVO DO PARTIDO DO PROLETARIADO: Organização dita maoista, mas essencialmente anti-PCP, particularmente activa durante o processo revolucionário e com alguma influência no movimento estudantil. Passou a designar-se PCTP/MRPP depois de 1977. As alianças com o PSD e o PS contra o PCP, o apoio ao golpe reaccionário de 25 de Novembro e a postura anti-Intersindical são algumas das suas marcas. Passado o período revolucionário, deixou de ter utilidade para as forças contra-revolucionárias e é essencialmente uma foice e um martelo num boletim de voto, a tentar confundir alguém mais distraído.

comboios é irregular. O cônsul do Porto informou que os comboios que saíam de Portugal pelo Norte foram travados na fronteira. Temos informações semelhantes de outros postos fronteiriços. É permitida a entrada de comboios mas não a saída. Os postos de fronteira (até agora da responsabilidade da DGS) estão sob controlo militar e abrem irregularmente.

10. A Junta convocou uma Conferência de Imprensa para o meio-dia de 27 de Abril no Ministério da Defesa. Uma testemunha ocular informou-nos que a imprensa estrangeira foi convidada a sair depois da sessão fotográfica. Aqueles que foram convidados a permanecer eram dos media portugueses (incluindo do conservador *Época*) e de grupos políticos como a SEDES<sup>20</sup>. O porta-voz da Junta terá dado aos representantes dos *media* as linhas gerais dos limites à actividade da imprensa durante o actual período de transição.

11. A Junta apontou vários novos líderes militares e da polícia. O novo Governador Militar da Região de Lisboa é o General Reymão Nogueira, 55, que serviu na Guiné e é oficial de cavalaria. O Governador Militar da Região do Porto é o Coronel Manuel Carlos Passos de Esmeriz, e o novo Chefe da Região Militar do Algarve é o Brigadeiro José Luís de Mendonça Ramires. Também apontados foram o General Rosa Garoupa como comandante da GNR, o Coronel Neves Cardoso como comandante da PSP, e o Coronel António Calado como líder da Guarda Fiscal. Nenhum destes oficiais parece ser conhecido no plano nacional.

---

<sup>20</sup> SEDES – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL: associação cívica criada em 1970, no quadro da chamada Primavera Marcelista, foi fundada por um conjunto de quadros técnicos. Muitos dos seus membros participariam nos governos provisórios e nos governos constitucionais.

12. Mário Soares, líder do Partido Socialista Português, exilado em Paris, terá partido daquela cidade de comboio a 27 de Abril em direcção a Lisboa, acompanhado de outros exilados, membros do Secretariado do Partido Socialista Português. O Partido Socialista Português em Lisboa terá reunido a 26 de Abril para acordar a posição do Partido face à Junta.

13. Um comunicado assinado por representantes de 14 sindicatos foi publicado na imprensa de Lisboa a 27 de Abril. O texto apela a um urgente debate sobre o futuro do sindicalismo em Portugal, e lista 14 «imediatas, fundamentais e firmes reivindicações». Entre as quais estão: total liberdade sindical; ratificação da convenção 87 da OIT; aumento imediato de salários e criação do salário mínimo nacional; redução da semana de trabalho para as 40 horas e 5 dias; a readmissão de todos os trabalhadores despedidos por actividade sindical; direito à greve.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01635\_b

**TÍTULO** Primeira Comunicação à Embaixada do novo Governo Português

**DATA** 27-04-74

**ASSINADO** POST

**CONTEÚDO** 1. A Embaixada acabou de receber uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros datada de 26 de Abril informando-nos que, como relatado na imprensa, uma Junta de Salvação Nacional foi estabelecida e é presidida pelo General António de Spínola.

2. A nota afirma que dentro de três meses a Junta escolherá de entre os seus membros o Presidente da República que terá poderes similares aos previstos na presente Constituição. E que o Presidente apontará um governo provisório civil que em 12 meses preparará eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

3. Comentário: Esta nota representa a primeira comunicação oficial do novo governo à embaixada. Planeamos enviar uma simples mensagem de recepção da nota.

TELEGRAMA 1974LISBON 01636\_b

TÍTULO Avaliação<sup>21</sup> Preliminar do Golpe Português

DATA 27-04-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A Junta de Spínola tomou rapidamente o controlo total de Portugal e está a proceder rapidamente para consolidar o seu poder domesticamente, deixando o problema africano para ser tratado mais tarde. Os oponentes da Junta à direita foram intimidados pela força, e a esquerda foi neutralizada com a ocupação pela Junta do centro liberal. Os avanços da Junta para a liberalização são substanciais, mas se a esquerda **abusar** da nova liberdade política relativa em Portugal, a basicamente conservadora Junta agirá sem dúvida para colocar limites à actividade política. Fim do Sumário.

1. O Golpe militar de 25 de Abril em Portugal foi bem planeado e executado praticamente sem o derramamento de sangue. A Junta, dirigida pelo General Spínola, moveu-se rápida e decisivamente para estabelecer a sua autoridade. Apesar do desacordo com a política africana do anterior governo ser o estímulo principal para o golpe, a Junta está compreensivelmente a centrar os seus esforços iniciais na consolidação do seu poder doméstico.

---

<sup>21</sup> A embaixada ainda não se apercebeu da existência e importância do MFA, pensando na lógica de um golpe de uma Junta de militares de alta patente e relativamente conservadores, onde os avanços democráticos são uma questão táctica para conter a esquerda, e não o reflexo de avanços reais. É particularmente reveladora toda a análise ao futuro Primeiro de Maio, ao «abuso da liberdade» que seria a esquerda querer marcá-lo com manifestações, acabando com a «tolerância» da Junta e levando a confrontos e à repressão da esquerda.

2. A liderança de direita do passado foi removida, e a intrincada estrutura que a suportava (DGS, Legião portuguesa, ANP) foi arrasada. **Embora exista, nos círculos industriais e de negócios e entre as famílias mais ricas, sem dúvida um apoio substancial para um regresso da direita**, a Junta apropriou-se ou eliminou os órgãos de poder através dos quais essa contra-revolução poderia ser feita no Portugal Metropolitano. (Nós assumimos que os militares estariam dispostos a um desvio da linha da Junta em Angola e Moçambique, mas temos uma avaliação diferente da dos Consulados Gerais em Luanda e Lourenço Marques). Assim, de momento, a Junta parece livre de qualquer ameaça à sua direita.

3. Através dos seus movimentos iniciais, a Junta ocupou o centro liberal e protegeu-se contra quaisquer ataques da extrema-esquerda<sup>22</sup>. Através da amnistia até para os presos da extrema-esquerda, a abolição da censura, a promessa de eleições livres, e outras medidas liberalizantes, a junta conseguiu, de um golpe, esvaziar virtualmente todas as reivindicações da esquerda.

4. Através das medidas liberalizantes e do desmantelamento da estrutura tradicional de poder, a Junta assumiu um risco calculado de desordens civis. Houve de facto um surpreendentemente alto nível de disciplina pública (particularmente face a 48 anos de emoções pendentes) e as acções de multidões que ocorreram foram quase exclusivamente dirigidas a símbolos do antigo regime, com a polícia a agir discretamente. A Junta, com sabedoria, não interferiu nas manifestações de 26 de Abril, patrocinadas pela CDE, que permitiram libertar emoções. No entanto, além de terem demonstrado apoio ao golpe, os manifestan-

---

<sup>22</sup> Esta referência à extrema-esquerda não abrange apenas a extrema-esquerda como a vemos em Portugal. Inclui claramente o PCP e outros sectores à esquerda do PS.

tes gritaram lemas da extrema-esquerda, e as áreas por onde passaram ficaram festivamente pintadas com foices e martelos, com as iniciais, quer da CDE, quer do esquerdista MRPP, e com apelos a manifestações de massas no dia 1 de Maio. **Existe assim a possibilidade de que a esquerda abuse da nova liberdade.** O objectivo imediato é o 1º de Maio, onde pensamos que será possível que a esquerda ensaie manifestações e possivelmente tente apelar à greve geral, o que poderia rebentar com a tolerância da Junta e levar a confrontos.

5. A Junta deu, de facto, indicações de que, apesar de esclarecida, tem toda a intenção de ser firme. A Junta arroga para si própria o poder de escolher o provisório Presidente da República de entre os seus membros (e não está a pedir qualquer ajuda ou consulta). O Presidente provisório nomeará o Governo provisório. Os crimes contra «a ordem política estabelecida» serão tratados pelas Forças Armadas. Apesar da censura ser abolida, uma comissão ad-hoc «controlará» os *media* até que novas leis sobre os *media* sejam aprovadas pelo Governo Provisório. Em vez de permitir o estabelecimento de partidos políticos, a Junta permitirá «a formação de associações políticas, possíveis embriões de partidos políticos». A liberdade sindical é prometida «de acordo com uma lei especial que regulará o seu exercício».<sup>23</sup>

6. Além disso, além de manter a polícia normal (PSP) cuja imagem pública é semelhante à da maioria das forças policiais do mundo, a Junta também manteve intacta a Guarda Nacional Republicana (GNR) cuja imagem pública está entre

---

<sup>23</sup> É esclarecedora esta confiança de que não haverá liberdade a mais, nem acção sindical livre nem partidos políticos legalizados, etc. A aliança Povo-MFA vai impor o acesso imediato às liberdades políticas e sindicais, apesar das resistências de Spínola, da embaixada e de todos os reaccionários.

a da PSP e a da **odiada DGS**. A GNR estava identificada no Comunicado do Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril como inimiga, e o seu Quartel-Geral foi escolhido por Caetano como último refúgio. Agora a Junta emitiu um comunicado de rádio certificando que, quer a PSP, quer a GNR estão sob o controlo total da Junta e apelando ao público para, no interesse da lei e da ordem, seguir as indicações dadas pelos representantes dessas organizações. Num movimento adicional para restaurar a estrutura de manutenção da ordem civil, foram nomeados a 27 de Abril os novos oficiais de polícia e governadores militares. No final de 26 de Abril, a Junta emitiu um importante comunicado onde, depois de congratular a nação pelas qualidades cívicas, critica o vandalismo e a «indisciplina laboral». Num aviso claro, a Junta apelou à Nação para «demonstrar que somos um país que merece os mais vastos direitos civis, (por forma a tornar desnecessário que) firmes mas desagradáveis medidas de aplicação da lei sejam tomadas».

7. Comentário: Daquilo que conhecemos dos membros da Junta, e daquilo que vimos das suas acções até agora, é claro que este é um grupo de homens basicamente conservadores, que, apesar de não haver qualquer razão para não acreditar no seu genuíno compromisso com as liberdades civis, não vão permitir qualquer absurdo. Eles sentem sem dúvida, como nós sentimos, que guiaram Portugal num passo gigantesco até a uma democracia genuína. No entanto, darão importância a testar com cuidado o caminho a seguir neste chão desconhecido. O espectro da actividade política que tolerarão será seguramente maior que a prática portuguesa no anterior meio século. É muito possível que a esquerda, com a excepção de alguns lunáticos, fique satisfeita com o muito maior grau de liberdade que lhe será permitido. No entanto, se a extrema-esquerda procurar tirar grandes vantagens da mudança de clima, **esperamos que a Junta rapidamente torne claro os limites da sua tolerância.**

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01640\_b

**TÍTULO** Golpe em Portugal: Relatório da Situação nº10

**DATA** 28-04-74

**ASSINADO** POST

**CONTEÚDO** 1. A atenção esteve focada no final de 27 de Abril e na manhã de 28 na sessão do meio-dia de 27 de Abril no Ministério da Defesa, na qual Spínola e 5 outros membros da Junta presentes em Lisboa reuniram com representantes dos *media* e com representantes de grupos políticos. Estiveram presentes representantes da rádio, TV e grupos políticos como a CDE, a SEDES e o moribundo Movimento Monárquico.

2. Spínola, ladeado por outros membros da Junta, agradeceu aos *media* a cooperação nos últimos dias, e pediu que continuassem a ajudar nos tempos difíceis que estão pela frente. Enfatizou que a Junta não poderia contemporizar com uma atmosfera de irresponsabilidade, Spínola disse que seria uma infelicidade se a Junta fosse obrigada a punir os extremistas. Fez um apelo muito forte à calma e a cabeças frias, e a evitar-se «atitudes extremistas».

3. No Ultramar, Spínola repudiou a independência imediata sem consulta, disse que a população de cada território deveria escolher através de um plebiscito o seu curso futuro, **depois das questões serem clarificadas para eles**. Spínola disse que **acreditava que os territórios africanos desejavam manter-se portugueses**, e que a sua decisão nesse sentido seria um triunfo para o novo regime.

4. Spínola recordou a imprensa das suas responsabilidades de informar de forma responsável o povo e a Junta de actos que afectem a moral e a justiça. Num aviso severo, disse que os responsáveis por quaisquer «falsas campanhas» seriam levados à justiça. Disse que o **processo**

**revolucionário** deve estar em mãos firmes, e que a Junta procura criar um novo regime legitimado pela autoridade moral, **evoluindo** para uma democracia.

5. A encerrar, Spínola disse que seria estabelecido brevemente um gabinete de informação. Um dos representantes da CDE, o prestigiado economista Pereira de Moura<sup>24</sup>, perguntou pela celebração do 1º de Maio, e pediu que o dia fosse declarado feriado. Aparentemente Spínola não terá respondido directamente, pedindo apenas por um espírito cívico em todas as actividades da CDE.

6. A imprensa de 28 de Abril traz uma nota sublinhando que o Ministério de Negócios Estrangeiros do Brasil anunciou o reconhecimento da Junta presidida pelo General Spínola. O anúncio teria sido feito em resposta à iniciativa da Embaixada portuguesa em Brasília de informar o Governo brasileiro do golpe. A imprensa relata semelhante aproximação da Embaixada portuguesa em Bona, sem indicar se a Alemanha federal respondeu.

7. A 26 e 27 de Abril continuaram as rusgas do exército aos agentes da DGS e a legionários por todo o país. A imprensa reporta que 180 agentes da DGS foram capturados em Lisboa e encarcerados na prisão de Caxias a 26 de Abril. Outros 150-200 teriam escapado através de um túnel da sede da DGS em Lisboa. Informadores da DGS também têm sido apanhados, e um foi atingido a tiro por soldados enquanto apontava a pistola a uma multidão hostil que o tinha cercado.

---

<sup>24</sup> FRANCISCO PEREIRA DE MOURA: economista, professor universitário, resistente antifascista, foi ministro nos I, IV e V governos provisórios, e candidato pelo MDP à Assembleia Constituinte.

8. A Junta continua a receber telegramas e outras manifestações de apoio popular de amplos sectores da população e de associações como a sociedade médica e a SEDES. Grandes manifestações realizaram-se a 27 de Abril em Lisboa, Porto, Coimbra e noutras localidades, onde vários grupos políticos leram manifestos e saudaram a Junta.

9. Espera-se que o General Manuel Diogo Neto chegue no final do dia 27 ou no princípio de 28. De acordo com um bem relacionado residente americano, a mulher de Neto disse que ela e o marido souberam da sua inclusão na Junta através da imprensa.

10. Os bancos abrirão três horas a 29 e 30 de Abril, e apenas para operações essenciais. A Bolsa de Valores está fechada. Todos os Ministérios funcionam normalmente sob a direcção do seu secretário-geral ou outro quadro superior.

11. Alegadamente a CDE abriu a 26 de Abril a sua sede em Lisboa, e o jornal de direita Época anunciou que passaria a ser publicado em formato tablóide, sob uma nova direcção e com o nome Época. Diversas Associações de Estudantes e Sindicatos marcaram eleições de novas direcções nas próximas semanas, e a Ordem dos Médicos expulsou a direcção apontada pelo anterior governo e apelou a eleições a 29 de Abril.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01649\_b

**TÍTULO** Reconhecimento do Governo Português

**DATA** 29-04-74

**ASSINADO** SCOTT<sup>25</sup>

**CONTEÚDO** 1. Na nossa opinião, é importante para os nossos interesses nacionais em Portugal que sejamos autorizados a informar a Junta agora, sem esperar por ser perguntados, que consideramos que as relações diplomáticas com Portugal se mantêm e que não consideramos necessário qualquer acto formal de reconhecimento. Se adiarmos até um ponto incerto no futuro, quando a situação possa ser certificada como estando normalizada e estabilizada, podemos dar a impressão à Junta que estamos relutantes em lidar com eles. Sentimos que é importante que a Junta e o resto do mundo recebam a impressão contrária, de que nós saudamos a mudança que abriu perspectivas totalmente novas ao problema africano português e colocou o Portugal metropolitano a caminho de uma genuína democracia. Uma Junta cujo advento ao poder recebesse uma rápida bem-vinda do Governo dos EUA sem dúvida seria um negociador mais ameno no que respeita aos Açores, que uma a quem fosse dado algumas bases para acreditar que os EUA têm reservas face a ela.

2. Peço instruções.

---

<sup>25</sup> STUART NASH SCOTT: Foi o embaixador dos EUA em Portugal, entre 1973 e o final de 1974, tendo sido substituído por Frank Carlucci, mais ligado à CIA e com um mandato mais claro para intervir na situação portuguesa. Kissinger chamava-lhe «idiota».

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01665\_b

**TÍTULO** Golpe em Portugal: Relatório da Situação nº11

**DATA** 29-04-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Com poucas excepções, a calma regressou às ruas de Lisboa. No entanto, a caça ao homem dos agentes da ex-DGS continua, e a Junta apelou aos agentes ainda a monte para se renderem na unidade militar mais próxima para a sua própria segurança. O República reporta que estarão mais de 600 agentes da DGS presos, com cerca de 2000 ainda a monte. Relatórios de todo o país continuam a dar conta de tentativas de ataques de multidões a agentes e informadores da DGS. O corpo de um antigo carcereiro da DGS foi encontrado no Porto com duas balas na cabeça.

2. O líder do Partido Socialista, Mário Soares, chegou de comboio de Paris ao meio-dia de 28 de Abril. Uma multidão alegre e cantando, de cerca de 5 a 8 mil pessoas na Estação. Num discurso de 10 minutos, saudou os ausentes, numa lista encabeçada por Ruy Luís Gomes (activista de esquerda exilado no Brasil) e Álvaro Cunhal (líder do PCP exilado em Paris). Reuniram-se a Soares na plataforma os seus principais associados incluindo o recente preso político Manuel Guerra (que dirigiu uma revolta anti-salazarista em 1962) e o líder da LUAR, Palma Inácio. O discurso glorificava a libertação de Portugal e apelava à disciplina e responsabilidade face às tarefas que estavam pela frente. Soares saudou as Forças Armadas por terminarem 48 anos de ditadura, mas não referiu a Junta de Salvação Nacional. Outros socialistas falaram e as figuras proeminentes foram apresentadas à multidão, incluindo a esposa do General Humberto Delgado (que muitos presumem ter sido assassinado pela DGS em 1965). No seu todo, a reunião foi ordeira, com muito pouca presença militar ou policial.

3. As movimentações no sector laboral são intensas. Muitos sindicatos, quer no Porto quer em Lisboa, terão despedido os velhos líderes sindicais, apontados pelo anterior Governo, que serão substituídos por outros eleitos livremente. O sindicato dos trabalhadores de escritórios de Lisboa, por exemplo, expulsou os seus líderes e convocou uma reunião para 29 de Abril para decidir o futuro curso das acções. O Sindicato dos Trabalhadores do Têxtil da Região Sul, com base em Setúbal, e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Santarém, ambos expulsaram a anterior direcção a 28 de Abril. A Federação Regional Sul dos Trabalhadores dos Escritórios deu o seu apoio à Junta e aderiu à resolução de 14 pontos relatada em anterior telegrama.

4. Grupos políticos de todo o tipo trabalham duro para eleger direcções, editar manifestos, colectar fundos, etc. A 28 de Abril, apoiantes de todo o país do recentemente formalizado MD (Movimento Democrático) reuniram-se em Lisboa para eleger os líderes do Movimento. Estiveram presentes representantes de muitos grupos de esquerda, incluindo observadores do PCP, bem como uma delegação de alto nível do Partido Socialista encabeçada por Mário Soares. Nenhuma indicação de que os maoistas do MRPP estivessem presentes, no entanto, o MD elegeu um Comité Central provisório que inclui dirigentes sindicais, bem como conhecidos oposicionistas como o Dr. João Pereira de Moura (economista católico e socialista), José Tengarrinha<sup>26</sup> (escritor comunista) e

---

<sup>26</sup> JOSÉ MANUEL TENGARRINHA: Resistente antifascista; membro da CDE e dirigente do MDP; viria a ser deputado pelo MDP/CDE à Constituinte; seria igualmente eleito na coligação APU (com o PCP) nas eleições legislativas de 79, 80, 83 e 85; viria a estar ligado à Política XXI, ao BE e ao Livre.

Vítor Wengorovius<sup>27</sup> (advogado católico socialista). Uma delegação do MD ia ser enviada a negociar com a Junta às 11h00 de dia 29 de Abril.

5. A Junta, entretanto, anunciou os chefes de Estado-Maior das diferentes armas: Brigadeiro Diogo Neto, promovido a General e nomeado Chefe de Estado-Maior da Força Aérea; Capitão João Pinheiro de Azevedo promovido a vice-Almirante e nomeado Chefe do Estado-Maior da Marinha; Brigadeiro Silvério Marques promovido a General e nomeado Chefe de Estado-Maior do Exército.

6. O Comité Nacional de Ajuda aos Presos Políticos emitiu um comunicado a 28 de Abril apelando à Junta para libertar as «centenas» de presos políticos ainda encarcerados no ultramar. O comité apelou igualmente que aqueles com responsabilidades pelas torturas da DGS, etc., sejam responsabilizados pelos seus actos, e ofereceu-se para ajudar a Junta na preparação deste objectivo.

7. No Porto, uma multidão ocupou a sede da ANP no dia 27. Confrontando-se com os militares a multidão recusou mover-se, e os militares retiraram. A cidade esteve calma a 28 e 29 de Abril. O Cônsul do Porto informa de alguma preocupação em que os activistas possam transformar a nova liberdade em desordem pública. Evidentemente, a inabilidade dos militares em desalojarem a multidão na sede da ANP contribuiu para esta preocupação.

8. As Associações de Estudantes encerradas pelo Governo de Caetano estão a reabrir, e cresce a actividade po-

---

<sup>27</sup> VÍTOR WENGOROVIVUS: Participante activo nas lutas estudantis de 1962, da Juventude Universitária Católica e da CDE, advogado de vários sindicatos antes do 25 de Abril, foi fundador do MES.

lítica no campus universitário. Não há referência na imprensa à localização de várias pessoas proeminentes associadas com o Governo de Caetano, como Kaúlza de Arriaga<sup>28</sup>, Adriano Moreira<sup>29</sup> e Franco Nogueira<sup>30</sup>, e muitos quadros superiores em paradeiro desconhecido, mas sem notícias de terem sido presos. O ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, terá tido um colapso no dia 25 de Abril, e foi autorizado por razões de saúde a permanecer em Lisboa em vez de acompanhar Marcello e Caetano no exílio.

9. Um Decreto-Lei publicado a 29 de Abril declara o 1º de Maio como um feriado nacional obrigatório. Assim, a Junta aceitou o pedido da CDE e retirou o assunto da mesa de negociações com a esquerda. No entanto, esta decisão assegura que as ruas estarão cheias nas manifestações do 1º de Maio, o que criará um teste crítico à capacidade da Junta de controlar multidões sem que ocorram incidentes.

---

<sup>28</sup> KAÚLZA DE ARRIAGA: General com grandes responsabilidades durante o regime fascista. Preso depois do 28 de Setembro, viria a criar o partido de extrema-direita MIRN.

<sup>29</sup> ADRIANO MOREIRA: Assumiu diversas responsabilidades durante a ditadura fascista, sendo a mais marcante a de ministro do Ultramar onde assumiu a responsabilidade da reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal. Depois do 25 de Abril seria deputado e dirigente do CDS-PP.

<sup>30</sup> FRANCO NOGUEIRA: ministro dos Negócios Estrangeiros do governo fascista até 1969, e depois deputado e membro do conselho de administração de grandes empresas, como o Banco Espírito Santo. Foi preso na sequência da tentativa de golpe de Spínola a 28 de Setembro de 1974, sendo libertado para o exílio em Maio de 1975. Regressaria a Portugal em 1981, onde chegaria à regência da cadeira de História Contemporânea numa universidade privada.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01700\_b

**TÍTULO** O Partido Socialista organiza-se

**DATA** 30-04-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O Partido Socialista de Mário Soares estabeleceu objectivos imediatos e princípios de maior alcance. Divergindo da posição da Junta, o Partido Socialista apela à independência imediata dos territórios ultramarinos e a negociações imediatas com os movimentos de libertação. Soares disse em privado estar preocupado com a competição do bem organizado Partido Comunista, e procura reforçar o seu próprio Partido. Ele está igualmente preocupado com a possibilidade de uma Declaração Unilateral de Independência na África Portuguesa. Fim do Sumário.

1. A agora imprensa sem censura deu uma ampla cobertura às reuniões de 27 e 28 de Abril do Conselho Directivo do Partido Socialista, cujo líder regressou triunfalmente a 28 de Abril.

2. A Comunicação do Partido aponta como objectivos mais urgentes: fim da guerra colonial, com um cessar-fogo imediato e negociações com os movimentos de libertação «com base no reconhecimento dos direitos dos povos à auto-determinação e independência».

3. Outros objectivos urgentes incluem a amnistia para aqueles que fugiram do país para evitar o serviço militar, libertação dos presos políticos no ultramar, idade de voto aos 18 anos, documentação para os emigrantes, eleição de nova administração nas Cidades e Vilas, afastamento de todos os quadros superiores ligados ao anterior regime, **acção contra «os monopólios»**, liberdade para os trabalhadores e os estudantes se organizarem, e o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países.

4. O Conselho Directivo do Partido apelou a uma campanha de informação para espalhar a doutrina do Partido junto da classe trabalhadora, a abertura de sedes locais, a criação do seu próprio Jornal e a recolha de fundos. O Conselho apelou fortemente à unidade e **à franca e dedicada** cooperação com a CDE.

5. Na declaração de princípios, **o Partido Socialista apela para uma sociedade sem classes, para a participação dos trabalhadores com o objectivo da colectivização dos meios de produção.** A declaração faz adicionais apelos para outros tradicionais objectivos socialistas de uma sociedade não fundada no lucro e na exploração, uma «plataforma» política e ideológica (significando partidos políticos), democracia, conselhos de trabalhadores, e autogestão (fábricas geridas pelos trabalhadores).

6. A declaração diz que a base teórica do Partido é o Marxismo «permanentemente em fluxo» como um guia para a acção e não como um dogma. A declaração considera a **Revolução Soviética como um passo fundamental na história da humanidade** e as restantes revoluções comunistas como «importantes». A declaração considera o colonialismo como um dos mais graves crimes da ditadura fascista, e apela à imediata abertura de negociações com os movimentos africanos nacionalistas.

7. Soares disse a um respeitado jornalista que visitou Lisboa que a sua principal preocupação é a construção do seu próprio partido, **e vê os comunistas como o seu principal competidor.** A outra grande preocupação de Soares, de acordo com esse jornalista, é a possibilidade de uma declaração unilateral de independência branca em Angola e Moçambique. Ele planeia aceitar o convite do Partido Trabalhista britânico para visitar Londres nos próximos dias, para tentar ganhar o Reino Unido a ajudar a restringir a África do Sul caso esta planeie avançar se aconte-

cer uma Declaração Unilateral de Independência em Moçambique. O jornalista ficou com a impressão, por Soares, que o líder socialista está ansioso em não puxar demais pela Junta, **e tem expectativas de entrar no governo provisório como ministro.**



Gérard Blancourt

1974 LISBON

# Maio



**TELEGRAMA** 1974LISBON 01704\_b

**TÍTULO** Chamada do Embaixador ao General Spínola

**DATA** 01-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Numa conversa telefónica com o director político Freitas da Cruz na tarde de 29 de Abril, o DCM indicou que apreciaríamos o conselho do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o momento apropriado para pedir uma marcação para falar com o General Spínola. Enquanto jantava no dia 30 de Abril na residência, o Coronel Bruno, próximo associado de Spínola, telefonou para dizer que o Secretário-Geral Calvet de Magalhães (que é na prática o Ministro dos Negócios Estrangeiros) tinha passado a mensagem, e que Spínola me receberia no dia 2 ao meio dia.

2. Pensamos que esta será a sua primeira entrevista com um embaixador depois do golpe, e a velocidade com que ela foi organizada pode indicar um desejo especial de boas relações com os EUA, pois ele é um homem muito ocupado. Planeio indicar que temos o mesmo desejo.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01701\_b

**TÍTULO** Relatório da Situação nº12: Últimas decisões do Governo Militar

**DATA** 01-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Durante o fim de semana e em 29 de Abril, a Junta formalizou muitas decisões anunciadas previamente, organizou consultas alargadas, e anunciou importantes decisões descritas abaixo. Fim do Sumário.

1. A Junta militar manteve uma actividade intensa destinada a assegurar o poder, manter a ordem e estabelecer uma vida democrática em Portugal. A Junta formalizou, através de decretos publicados no Diário do Governo, medidas já relatadas em anteriores informações. Adicionalmente, a Junta anunciou os seguintes passos:

a) O General Costa Gomes é o novo Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, trabalho que ele desempenhou de meados de 1972 até Março de 1974. (Isto aumenta as probabilidades de que Spínola seja o Presidente da República provisório).

b) Para todos os Ministérios Governamentais, que estão a funcionar sem ministros, serão designados oficiais de ligação com a Junta; esses oficiais ficam encarregados de «assegurar o funcionamento regular dos serviços e chamar a atenção da Junta para quaisquer assuntos que requeiram uma resolução imediata».

c) 1º de Maio é feriado nacional (comentário: isto satisfaz uma reivindicação de Grupos Socialistas e Comunistas).

d) A censura de filmes é abolida; os filmes continuarão a ser classificados pela adequação a diferentes grupos etários;

e) As relações financeiras serão estritamente controladas. Actualmente os bancos abrem três horas à tarde para transações de pagamentos e para pequenas transações individuais. Um máximo de 2000 dólares podem ser transferidos ou levantados.

f) Oficiais e agentes da Polícia de Segurança (DGS) e da Legião Portuguesa ainda a monte devem entregar-se imediatamente às autoridades militares. Os que forem suspeitos de crimes serão julgados em tribunais ordinários com base nos procedimentos normais para acusações criminais.

g) Os representantes da Junta supervisionarão as emissões de Rádio e TV para assegurar «conformidade com os princípios do Movimento das Forças Armadas». (Os empregados da rádio e da TV protestaram para a manutenção de «fascistas» nos *media* e para a sua influência sobre a programação).

h) O Secretariado da Juventude é abolido (juntando-se no caixote do lixo a outras organizações de juventude do velho regime).

i) Todos os reitores e vice-reitores das Universidades, bem como todos os directores e sub-directores das Faculdades, na Metrópole e no Ultramar, foram demitidos, e substituídos de acordo com a actual lei (o que significa que os professores mais velhos tomaram conta da maioria das escolas). As Universidades e Escolas Técnicas estabelecidas recentemente na Metrópole foram aparentemente excepcionadas deste decreto.

## 2. Outros desenvolvimentos relacionados:

a) Quer o Partido Comunista Português quer o Partido Socialista Português editaram comunicados.

b) A Junta reuniu com proeminentes figuras, a mais importante das quais é Francisco Sá Carneiro<sup>31</sup>. Depois da reunião, Sá Carneiro deu uma entrevista à TV, transmitida em horário nobre a 29 de Abril, na qual ele sublinha a importância de uma transição ordeira e o perigo de extremistas na esquerda. A junta igualmente reuniu com capitães da indústria e da banca, incluindo António Champalimaud<sup>32</sup>, Jorge de Brito<sup>33</sup>, Pedro Figueiredo Sobral Meireles, e Miguel Quina<sup>34</sup>. À saída da reunião com a Junta, Champalimaud apelou a uma ampla liberdade aos trabalhadores da Indústria e Comércio para demonstrar o potencial da iniciati-

---

<sup>31</sup> FRANCISCO SÁ CARNEIRO: Foi deputado à Assembleia Nacional fascista, eleito como independente nas listas da ANP, onde chefiou aquela que ficou conhecida como sua «ala liberal». Essa «ala», um conjunto de jovens quadros que defendiam a reforma do sistema, viria a dar origem ao PPD, que em 1976 muda de nome para PSD, e do qual Sá Carneiro foi o principal dirigente até à sua morte, num acidente de avião, em 1980, numa altura em que era primeiro-ministro da AD.

<sup>32</sup> ANTÓNIO CHAMPALIMAUD: Fez fortuna à sombra do Estado fascista e em ligação com duas outras famílias do regime – os Mello e os Espírito Santo. Foge de Portugal e em 1975 vê o grosso das suas empresas nacionalizadas. Regressaria a Portugal com Cavaco Silva para receber bancos e seguradoras e, passado pouco tempo, vender tudo aos espanhóis do Santander com um ganho gigantesco.

<sup>33</sup> JORGE DE BRITO: Banqueiro recente, mais conhecido pela sua colecção de obras de arte. Seria preso em Dezembro de 1974, acusado de fuga de capitais. Seria libertado em 1977, e exilar-se-ia alguns anos, regressando a Portugal nos anos 80.

<sup>34</sup> MIGUEL QUINA: Banqueiro e empresário ligado ao Banco Borges e Irmão. Fugiu de Portugal depois do golpe do 11 de Março de 1975.

va privada. De Brito apelou ao estabelecimento de um clima de confiança. Notável pela sua ausência foram o complexo CUF e a família de banqueiros Espírito Santo.

c) Pelo menos dois agentes da polícia de segurança cometeram suicídio.

d) Um Jornal reporta que o Bispo de Nampula (Moçambique), Manuel Vieira de Pinto, recentemente expulso da sua diocese, regressaria brevemente.

e) O líder socialista Mário Soares anunciou que encabeça um comité que está a coordenar uma manifestação massiva no 1º de Maio. Espera-se que o grupo extremista revolucionário MRPP tentará fomentar desordens ou uma manifestação rival, apesar dos alertas da Junta. Socialistas e comunistas contra estas acções.

f) O Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, chegou a Lisboa a 30 de Abril, com uma entusiástica boa vinda de uma multidão que o pessoal da embaixada estima em 3000. Ele deslocou-se do Aeroporto à sede da Junta num carro com uma gigantesca bandeira soviética<sup>35</sup>, escoltado por polícia motorizada, jipes e carros blindados do exército.

g) A Frente Patriótica de Libertação Nacional<sup>36</sup> (FPLN) (de que não se ouvia falar desde o último Dezembro)

---

<sup>35</sup> Isto é uma nota interna, não há aqui provocação. É mesmo ignorância. A bandeira era a do PCP, como é óbvio.

<sup>36</sup> FPLN – FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL: Fundada depois da campanha eleitoral de Humberto Delgado, em 1958, incluía diversas correntes políticas, organizações e personalidades. A sua sede era em Argel. Humberto Delgado afastou-se dela nas vésperas do seu assassinato.

emitiu um comunicado a partir de Argel estendendo um entusiástico voto de apoio à Junta e indicando a sua intenção de abandonar as actividades clandestinas. A FPLN condena antecipadamente quaisquer acções violentas destinadas a fazer descarrilar o programa da Junta.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01702\_b

**TÍTULO** «Movimento Democrático» reúne com Spínola, relatadas posteriormente diferenças

**DATA** 01-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Os líderes do Movimento Democrático, que reuniram com Spínola a 29 de Abril, relataram posteriormente que apesar da reunião ter sido cordial, tornaram-se evidentes várias **diferenças políticas**. Entre essas diferenças estava a velocidade de desmantelamento do aparelho «fascista», a necessidade de preparar o ultramar para a auto-determinação e o papel dos partidos políticos no futuro político de Portugal. Fim do sumário.

1. Ao meio-dia de 29 de Abril, representantes do Movimento Democrático (MD) reuniram com o General Spínola durante 90 minutos, onde lhe apresentaram um Memorando. O porta-voz do MD na Conferência de Imprensa posterior à reunião descreveu-a como «muito cordial», e disse que Spínola afirmou estar de acordo com as linhas gerais do Memorando. (O conteúdo do Memorando, no entanto, não foi revelado à imprensa). O porta-voz disse que o delegado do MD José Tengarrinha expressou a Spínola a sua apreensão com a lentidão com que o aparelho «fascista» está a ser desmantelado. De acordo com a imprensa, Spínola prometeu então acelerar esse processo de desmantelamento (mas não especificou o que tinha em mente). Spínola também disse à delegação do MD que ele tentaria encurtar o período original de três semanas para selecionar o Governo Provisório.

2. O porta-voz do MD, Pereira de Moura, disse à imprensa que a Junta e o MD discordaram na questão colonial. Ele disse que a posição do MD «chocou frontalmente» com a de Spínola em que o MD acredita que os povos das províncias ultramarinas estão prontas para a auto-de-

terminação, enquanto Spínola considera que é necessário mais tempo para preparar o povo e clarificar questões.

3. De acordo com a imprensa, Spínola acredita que seria muito mau para o país se uma miríade de partidos ou correntes políticas aparecessem, e que apenas partidos representativos poderiam concorrer às eleições para a Assembleia Constituinte e formar parte do Governo Provisório. O MD, no entanto, disse ser favorável à existência de todos os partidos políticos excepto «fascistas» como a Acção Nacional Popular (ANP).

4. As diferenças e relações entre Spínola e os grupos de esquerda, como o MD, os socialistas, etc., serão tratadas num telegrama à parte.

5. Comentário: MD é o novo nome dado a diversos movimentos «democráticos» e a grupos da CDE (Comissão Democrática Eleitoral) que acordaram a 28 de Abril formar uma frente nacional unificada sem dissolverem as suas separadas entidades e estruturas partidárias. A julgar pela composição do comité executivo provisório do MD, de 17 membros, o movimento agrupa, sobre o seu chapéu, católicos progressistas, socialistas de esquerda e comunistas. É difícil julgar quem predominará. Apesar de Mário Soares ter brevemente aparecido e saudado o movimento, ele não está no seu comité executivo, o qual aparentemente não terá um único líder. O movimento parece-se muito com a frente CDE que concorreu às eleições de 1969, com representantes de todos os partidos de esquerda, incluindo comunistas e socialistas. (A coligação de 1969 desfez-se na campanha de 1973, quando a maioria dos socialistas se recusaram a participar na CDE dominada por comunistas).

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01728\_b

**TÍTULO** Reunião do Embaixador com o General Spínola

**DATA** 02-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Estava acompanhado pelo DCM e pelo DATT<sup>37</sup>, tendo acertado antecipadamente que a sua presença seria bem-vinda. O General estava sozinho, excepto por José Blanco, antigo ajudante de Spínola na Guiné, que aparentemente ocupa agora o mesmo papel. Eu falei francês que ele obviamente entendeu, mas ele respondeu em português que Blanco traduziu de novo para francês, com o General obviamente a seguir atentamente a correção da tradução.

2. Eu fiz uma breve declaração congratulando-o, em nome do Governo dos EUA, pelas suas recentes realizações, disse-lhe que de um golpe ele tinha trazido Portugal para o mundo democrático ocidental, que os EUA, sempre um amigo de Portugal, desejam estreitar essas relações, e que na Embaixada desejamos relações pessoais mais próximas com ele e os seus colegas.

3. Depois de expressar a sua admiração e amizade pelos EUA, e o desejo recíproco de estreitar laços, e que estava bem consciente de que Portugal estava a entrar numa nova era. Afirmou ser impossível para um país existir no mundo moderno isolado do resto do mundo como Portugal esteve por muitos anos, como ele apontara no seu recente livro. Ele sinceramente deseja e acredita que as políticas que ele deseja prosseguir tornarão muito mais fácil aos amigos de Portugal ajudar Portugal.

---

<sup>37</sup> DATT: É o «Defense Attaché» numa embaixada, o adido militar.

4. Eu respondi-lhe que ele quase tirou as palavras da minha boca. Que eu estava seguro que ele tinha consciência dos problemas que a amizade por Portugal nos tinha trazido no nosso próprio Congresso, na ONU, e nas nossas relações com outros países, e que nós antecipamos com prazer que essa situação agora mudará.

5. Para ver se ele estava interessado em alguma discussão substancial, eu mencionei o facto que, como ele provavelmente saberia, que o Governo dos EUA nomeara o Embaixador McCloskey para conduzir as negociações das Lajes. Ele obviamente nem sequer tinha pensado no assunto e perguntou ao interprete de que negociações falava eu, e foi informado de que eu falava sobre os Açores. Ele disse que actualmente esse era um mero incidente ou detalhe entre as matérias que ocupam o novo governo.

6. Ele então fez um extremamente floreado e entusiástico discurso sobre a sua antecipação das relações próximas entre os nossos países e estreitas relações pessoais com a Embaixada dos EUA, e ele especificamente pediu que eu entregasse os seus respetos ao Presidente dos EUA. No final desta declaração era tempo claramente de sair.

7. À saída, eu verifiquei, através de Blanco, que fui o primeiro embaixador a ser recebido.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01730\_b

**TÍTULO** 1º de Maio português marcado por manifestações ordeiras e alegres

**DATA** 02-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Milhões de portugueses celebraram o 1º de Maio, em ordeiras manifestações marcadas pelo derrame de alegria pela liberdade reencontrada da Nação, bem organizados elementos comunistas estiveram presentes mas agiram impecavelmente. Manifestações revolucionárias convocadas pelo violento MRPP não se materializaram. A retórica ficou para trás face à exuberante alegria não política. A Junta emergiu mais forte como resultado do sucesso do dia. Fim do Sumário.

1. A primeira manifestação legal do 1º de Maio em 48 anos trouxe enormes multidões para as ruas das cidades e vilas portuguesas. A nova Junta Militar apoiou e publicitou a manifestação de Lisboa **organizada pelo movimento sindical**<sup>38</sup> e apoiada por socialistas e comunistas, enquanto encoraja um amplo leque de figuras políticas a usar os média para apelar a actividades pacíficas. O Partido Comunista Português (PCP) usou o slogan «PCP não destrói»; outros usaram «disciplina de homens livres substitui “disciplina” do medo». As manifestações foram enormes e ordeiras. Não conhecemos qualquer incidente disruptivo.

2. Estimamos que **virtualmente toda a população de Lisboa participou de alguma forma no evento do 1º de Maio**. A marcha principal, do centro de Lisboa até um grande estádio, atraiu muitas centenas de milhar de ruidosos e

---

<sup>38</sup> Só para lembrar a anterior declaração – falsa – atribuída a Mário Soares de que estaria a encabeçar a organização da manifestação.

alegres manifestantes, a maioria com a roupa de domingo decorada com flores. As bandas militares foram centros de atenção em vários pontos.

3. No Estádio, que só pôde acomodar uma pequena percentagem dos manifestantes, políticos mais conhecidos deram breves discursos políticos, saudando a Junta e a conduta do povo português e atirando os seus temas favoritos. O líder socialista Mário Soares disse que Tomás e Marcelo deveriam ser julgados por crimes ordinários que lhes atribuiu, e também alertou que a solução dos problemas ultramarinos deve ter em conta as justas preocupações dos brancos que vivem nas «colónias». O Secretário-Geral do PCP leu um discurso domesticado apelando a que os comunistas evitem vinganças e apelando a que «todos os partidos» estejam representados no governo provisório a ser formado brevemente (a mensagem é a de que o PCP não deve ser excluído).

4. O grupo revolucionário violento MRPP apelou a manifestações contra o fascismo e o «revisionismo» na baixa de Lisboa para a tarde de 1 de Maio. Funcionários da Embaixada presentes na zona não viram qualquer sinal dessa actividade, no entanto toda a zona estava coberta de uma massa apolítica de rejubilantes cidadãos.

5. O consulado do Porto estima em 400000 os participantes na manifestação que decorreu sem incidentes naquela cidade. Os discursos da iniciativa principal foram ainda mais estridentes que em Lisboa, com acento na retórica comunista e revolucionária e a ausência de oradores moderados. Como em Lisboa, algumas bandeiras soviéticas estavam em evidência.

6. Comentário: Os acontecimentos do 1º de Maio indicam: a) O apoio popular à Junta é esmagador e b) o PCP não está disposto a enfrentar a Junta ou a comportar-se mal de outra forma. Ao declarar o 1º de Maio como feriado, a Junta tomou um risco calculado, ganhou, e emergiu mais forte que antes deste importante teste.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01735\_b

**TÍTULO** A política de Spínola sobre a África Portuguesa

**DATA** 03-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: A posição da Junta de Lisboa sobre o futuro da África portuguesa é de importância chave quer para a política doméstica quer para as relações externas portuguesas. Ao mesmo tempo que a Junta declara que o futuro dos territórios ultramarinos será «aquele que a Nação desejar», Spínola tornou claro que ele espera que a auto-determinação resulte naqueles territórios continuarem associados a Portugal. Na última semana, ele rejeitou contactos com os insurgentes «neste momento». A questão crítica é a altura: Spínola apelou a um período de preparação antes da auto-determinação ocorrer; a esquerda parece desejar um cessar fogo e a imediata independência. Uma perda de iniciativa nesta questão pode seriamente enfraquecer o regime. Fim do Sumário.

1. A política da Junta de Spínola para a África Portuguesa é o ponto crucial quer das relações da Junta com a esquerda emergente em casa, quer com a comunidade internacional. Forças da esquerda política portuguesa, países africanos, e os próprios movimentos insurgentes, adoptaram posições que vão desde a imediata concessão de independência até medidas intermédias de curto prazo que conduzam a esse objectivo, como cessar-fogos imediatos seguido de negociações com a liderança da insurgência conduzindo rapidamente para a independência. Estas posições vão muito mais longe do que aquilo que a Junta deu até agora sinal de ser a sua política africana.

2. A Junta de Spínola chegou ao poder principalmente pela defesa de uma solução política e não militar para o problema africano. No entanto, a política africana exposta por Spínola no livro «Portugal e o futuro», que

tem sido reafirmada por Spínola nas poucas declarações sobre o assunto desde o golpe, não está desenhada para levar à imediata ou sequer à eventual independência. Está desenhada para preparar os povos dos territórios africanos para um exercício de auto-determinação que Spínola espera que resulte na aceitação pelos povos africanos da sua associação com Portugal no quadro de um sistema federal. Apesar dele estar preparado para uma decisão que fosse favorável à independência, a sua questão central era a de que a independência viria inevitavelmente com a continuação da velha política, e que a melhor hipótese da África Portuguesa continuar portuguesa era através de uma auto-determinação que pudesse conduzir, ele esperava, a um esquema federal.

3. Na questão das negociações com o movimento insurgente, o livro de Spínola é de certa forma ambíguo. Ele afirmou que a solução que ele defende seria aceite não apenas pelos povos da África portuguesa mas igualmente pelos «nossos inimigos», o que acarreta a implicação de algum contacto com os insurgentes. No entanto, quando perguntado na sua primeira conferência de imprensa se a Junta estava a pensar estabelecer contactos com os movimentos insurgentes, Spínola respondeu «Neste momento, não». Num comentário numa rádio de Lisboa, obviamente emanado da Junta, Spínola era citado como tendo dito a um grupo de jornalistas a 29 de Abril que ele «não aceitaria discutir a independência com interlocutores que não sejam válidos».

4. Nessa mesma conferência de imprensa, Spínola, de acordo com relatos da imprensa, sublinhou a importância de distinguir entre auto-determinação e independência. Se o resultado do processo de auto-determinação for a manutenção de laços com Portugal, ele é descrito como dizendo que isso indicaria o sucesso dos nossos esforços. Ele terá dito seguidamente que a opção pela independência poderia ser tomada, e que isso indicaria o falhanço dos nossos esforços. Ele terá sido repeti-

damente avisado em privado contra acções precipitadas que conduzam a eleições que não seriam testes válidos. Diz-se que ele comentou que se se tivesse organizado um plebiscito quando ele era Governador na Guiné, Portugal teria ganho esmagadoramente.

5. No seu livro, Spínola não especifica quão longo seria o período de preparação dos povos africanos antes que se pudesse realizar o exercício de auto-determinação, nem ele define que critérios têm que ser satisfeitos para que os territórios africanos pudessem ser certificados como prontos para tal exercício. O seu compromisso de discussão pública e de plebiscito no entanto vão exigir algum tempo. A iniciativa está ainda com a Junta. Se o momentum de Spínola nesta questão crucial for para empatar - **com a continuação das guerras e um inaceitável adiamento da auto-determinação** - a perda de iniciativa resultante poderia seriamente prejudicar o futuro do regime, quer em casa com a esquerda quer no estrangeiro com amigos e outros.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01739\_b

**TÍTULO** Desenvolvimentos nos média portugueses

**DATA** 03-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Decorre uma luta importante pelo controlo dos média em Portugal. A esquerda ganhou o primeiro assalto mas a Junta parece ter conseguido restaurar o equilíbrio.

1. Na sequência da abolição da censura e da perda de controlo das emissões de rádio e TV, sucede uma luta pelo controlo e influência média. Todos os jornais diários apoiaram a Junta, com os mais ideológicos interpretando os acontecimentos com luzes mais favoráveis aos seus partidários. Foi dada uma extensa cobertura às palavras e acções dos socialistas e comunistas, muito desproporcional face ao ser verdadeiro peso aqui.

2. Durante os primeiros dias depois do golpe, a extrema esquerda parecia controlar a rádio e a TV com o consentimento da Junta. Em 30 de Abril, trabalhadores da católica Rádio Renascença terão protestado à Junta por causa da Administração da estação ter recusado a emissão de uma entrevista com o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal. Percebemos que então a Junta ordenou a demissão da administração da estação e a entrevista foi emitida.

3. A TV, propriedade do Governo, no dia 28 de Abril, veiculou longas e emotivas mesas redondas de discussão, por comunistas e socialistas de esquerda, sem referência a oponentes mais moderados do regime. A TV também emitiu no dia 30 comentários de Cunhal na sua chegada ao Aeroporto e mostrou um filme da sua saída do aeroporto num carro com bandeira soviética.

4. A cobertura da TV recuperou equilíbrio no dia 30,

com entrevistas a uma dúzia de figuras políticas, da direita moderada ao Comité Central do PCP, com a maioria das entrevistas a virem do amplo centro. Todas as entrevistas foram emitidas duas vezes. Todas as pessoas entrevistadas apelaram a manifestações ordeiras no 1º de Maio, mas o representante do PCP lembrou os ouvintes que o 1º de Maio é um «dia de luta» bem como uma celebração. Destaques de outras entrevistas:

a) Antigo deputado liberal, Sá Carneiro, avisou contra a «ditadura da esquerda» bem como da de direita;

b) Antigo deputado liberal, Miller Guerra<sup>39</sup>, disse que aceitaria um posto governamental se a Junta criasse as condições certas, e que a Junta «está a criar essas condições»;

c) O antigo deputado liberal, Francisco Balsemão<sup>40</sup>, anunciou planos para a formação de um Partido de centro, no qual ele participaria, e chamou a atenção para que um regime verdadeiramente democrático teria invariavelmente uma ala direita, bem como um partido de esquerda.

d) O chefe socialista, Mário Soares, apelou à reestruturação do sector económico, e avisou contra violências no primeiro de Maio e os sentimentos separatistas brancos no ultramar.

---

<sup>39</sup> MILLER GUERRA: Deputado da chamada «Ala Liberal» na Assembleia Nacional fascista, bastonário da Ordem dos Médicos aquando da Revolução, viria a aderir ao PPD e a ser deputado à Assembleia Constituinte.

<sup>40</sup> FRANCISCO PINTO BALSEMÃO: Ligado às famílias do regime, seria deputado da dita «Ala Liberal» na Assembleia Nacional fascista. Funda o Expresso com dinheiro familiar, que dirige. É um dos fundadores do PPD depois da Revolução. Viria a ser brevemente primeiro-ministro na sequência da morte de Sá Carneiro. Chegou a ter o estatuto de membro permanente no Clube Bilderberg.

e) Um conservador membro da dissolvida Assembleia Nacional, Almirante Reboredo e Silva, sublinhou a necessidade para uma conduta responsável e séria da parte de todos os portugueses.

f) O líder monárquico moderado Henrique Barrilaro Ruas expressou o apoio monárquico à Junta e a dedicação dos monárquicos à liberdade pessoal.

g) O líder socialista Salgado Zenha<sup>41</sup> disse que o anterior regime era «uma desordem institucionalizada, e avisou que a liberdade recém conquistada em Portugal deve ser vigilantemente guardada ou pode ser perdida;

h) O proeminente advogado Jorge Sampaio<sup>42</sup> apelou a uma transição ordeira para um regime democrático livre, pluralista e socialista.

5. A cobertura de TV da manifestação do 1º de Maio, emitida na noite de dia 1, também estava vazia de pro-

---

<sup>41</sup> SALGADO ZENHA: Resistente anti-fascista, era militante do PCP quando da sua primeira prisão. Integrou o MUD Juvenil. Depois de sair do PCP continuou na resistência anti-fascista, sendo um dos advogados dos presos políticos. Em 1973 viria a ser um dos fundadores do PS, por quem viria a ser eleito deputado e ministro. É expulso do PS em 1980 pelo apoio a Ramalho Eanes para o seu segundo mandato. Em 1986 seria candidato a Presidente da República com o apoio do PRD de Ramalho Eanes e do PCP contra Mário Soares e Freitas do Amaral.

<sup>42</sup> JORGE SAMPAIO: Foi sempre um opositor activo ao fascismo, tendo defendido vários presos políticos. Depois do 25 de Abril fundaria o MES e, no final de 1975, a Intervenção Socialista. Em 1978 aderiria ao PS, do qual viria a ser secretário-geral, e pelo qual seria eleito presidente da Câmara de Lisboa (em coligação com o PCP). Seria eleito Presidente da República.

paganda de esquerda, sublinhando antes a alegria e a forma ordeira como o povo português celebrou a sua liberdade. Os comentadores apanharam a linha dos comentários de Spínola de manhã, para sublinhar que era um mito a insistência do velho regime na afirmação de que os portugueses não estavam preparados para a democracia. O destaque da emissão foi uma entrevista com três jovens oficiais destacados pela Junta para os estúdios de televisão. Os oficiais destacaram a intenção da Junta de assegurar uma cobertura equilibrada de todos os acontecimentos políticos e de garantir acesso a todos os pontos de vista, por forma de prevenir o que um chamou «o velho totalitarismo de direita ou o novo totalitarismo da esquerda». Os oficiais apontaram para o programa referido no ponto 4 como uma indicação de que esses esforços estavam no caminho certo.

6. Muitos portugueses ficarão aliviados se, como agora parece provável, o regime conseguir reverter a mudança dos *medias* para a extrema-esquerda.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01745\_b

**TÍTULO** Relatório da Situação nº13 - Depois do Golpe

**DATA** 03-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: A Junta, a 30 de Abril, forçou para uma reforma antecipada 25 dos militares de topo da Nação, e recebeu uma delegação dos comunistas bem como de 200 líderes sindicais. Mais tarde apelou a um exercício restringido no 1º de Maio, que acabou por ser ordeiro apesar das predições em contrário. Fim do sumário.

1. A imprensa de dia 2 traz o decreto da Junta a retirar imediatamente 25 almirantes e generais, o grosso deles no exército. Notável a ausência de Kaulza de Arriaga (chefe da Comissão de Energia Nuclear e um proeminente conservador) e do General Bastos Machado (CINC Moçambique). Não foi dada qualquer razão oficial para essa retirada, mas as listas incluem os principais oficiais seniores de todos os serviços e que não estariam presumivelmente com simpatias pelo programa da Junta.

2. Spínola reuniu no dia 30 de Abril com uma delegação do Comité Central do Partido Comunista que incluía o líder, Álvaro Cunhal. Depois de duas horas de reunião, o porta-voz do Partido disse que o Partido «apoiaria toda as as medidas que tendam a consolidar as conquistas democráticas já alcançadas». O Partido recebeu a garantia que os membros exilados e clandestinos reconquistariam todos os direitos políticos.

3. O 1º de Maio trouxe perto de um milhão para as ruas. As ameaças de incidentes e rupturas não se materializaram.

4. Aparecem poucos críticas pessoais a Tomás e a Caetano, a crítica é antes dirigida ao antigo sistema como um todo, à DGS e às instituições salazaristas. O porta-voz

da Junta no dia 29 de Abril disse que Tomás, Caetano e os ministros que foram para a Madeira não estavam lá como presos mas como precaução contra reacções precipitadas da população. Os socialistas pediram que os antigos líderes fossem julgados. A mulher e a filha de Tomás, e a filha de Caetano, foram autorizadas a voar para a Madeira no dia 29.

5. No dia 30, Spínola anunciou que os agentes da DGS que se entregassem seriam enviados para a prisão de Caxias. No entanto, o porta-voz da Junta disse no mesmo dia que apenas os agentes da DGS com comprovados crimes comuns seriam mantidos em prisão. Foram capturados dois agentes da DGS de topo.

6. A Junta também recebeu em reunião, na tarde de 30 de Abril, os representantes de 200 líderes sindicais de Lisboa. Spínola disse ao grupo que «temos de afastar o mito de que o povo português não está preparado para a vida democrática de que outros usufruem na Europa». Alertou que os olhos do mundo estavam colocados em Portugal, que deve mostrar pelas suas acções no 1º de Maio que está preparado para a liberdade. Spínola apelou então para a ordem e a disciplina.

7. No dia 29 de Abril cerca de 700 oficiais navais reuniram no Ministério da Marinha para debater a situação política. A reunião foi participada por alguns oficiais mais graduados, mas foi dinamizada essencialmente por tenentes, numa discussão sobre os princípios do movimento, a «limpeza e reestruturação da Marinha», e o papel da política no quadro do seu serviço. Os oradores instaram a Marinha a alargar as suas actividades ao conjunto dos problemas nacionais.

8. A imprensa de 30 de Abril traz o apelo à Junta de um grupo de mais de 140 que fugiram ao serviço militar, pedindo perdão para os cerca de 100 000 que estarão agora no estrangeiro. Uma emissão de rádio no dia 2 diz que a Junta terá concedido a amnistia pedida.

9. A 29 de Abril, moradores de bairros da lata ocuparam casas detidas por entidades públicas. A polícia, a GNR e o Exército apareceram depois da ocupação, mas não fizeram qualquer tentativa para expulsar os ocupantes. Acções semelhantes ocorreram noutros lugares.

10. Palma Inácio, fundador da LUAR (Liga da União e Acção Revolucionária), liberto recentemente, com outros, da prisão de Caxias, visitou o Encarregado de Negócios de Cuba em Lisboa a 30 de Abril, e expressou à imprensa a esperança que Portugal e Cuba rapidamente estabelecessem relações ao nível de Embaixada.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01793\_b

**TÍTULO** A Junta avisa contra sublevação institucional, enquanto as ocupações continuam

**DATA** 06-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: No fim-de-semana continuou a ocupação das instituições pelos empregados, mas enfrentando alguma resistência das administrações. A Junta endureceu os seus avisos contra «interferência com as actuais hierarquias» nos locais de trabalho. Fim do Sumário.

1. Grupos de empregados bem organizados continuaram a expulsar administrações e a tomar serviços públicos, *medias*, sindicatos, governos locais e outras instituições em Portugal, apesar da resistência dos antigos dirigentes em desistir sem uma palavra da Junta e dos últimos avisos contra acções precipitadas aparentemente terem acalmado um pouco as coisas. No entanto, desde o último telegrama enviado, foram ocupados pelos empregados a Companhia de Telefones, o Mercado Central de Lisboa, e alguns governos locais e outras instituições. A cena na Companhia de Telefones parece típica: uma numerosa e bem organizada multidão, sob a direcção de líderes, juntou-se na sede da companhia, gritando pela substituição dos directores «fascistas». Os militares então apareceram e conduziram os directores para segurança. Não é claro quem agora controla a companhia.

2. Os avisos da Junta sobre a expulsão de dirigentes dos serviços públicos atingiu o clímax no dia 5 com a declaração da Junta de que esses actos seriam considerados «insubordinação e crime contra o Movimento das Forças Armadas». Esta declaração recebeu a máxima publicidade.

3. O Partido Comunista Português publicou um aviso contra as ocupações das instituições públicas, especificamente dos Governos Locais;

4. Há uma preocupação disseminada entre os empresários (e alguns outros) em Lisboa de que os acontecimentos da passada semana possam levar à desordem económica. O Cônsul do Porto reporta que esta preocupação é particularmente grave entre os empresários estrangeiros no Norte de Portugal. A Embaixada e o Consulado detectam um medo considerável com a influência da esquerda e uma apreensão geral com o futuro.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01815\_b

**TÍTULO** Novos grupos e partidos políticos formados na metrópole

**DATA** 07-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O regresso a Portugal de milhares de exilados políticos e os presos políticos recentemente libertados juntaram-se com outros cidadãos para contribuir com a sua energia e talento político em numerosos grupos políticos criados ou reorganizados. A maioria destes grupos são de esquerda, apesar de alguns terem surgido de centro-direita. O clima de tolerância política e entusiasmo promete fazer desabrochar ainda mais grupos, alguns efémeros, nas próximas semanas. Fim do Sumário.

1. Foram criados vários novos partidos políticos na metrópole na primeira semana de Maio. Outros grupos, até agora operando clandestinamente, emergiram à luz do dia para apoiar ou criticar a Junta. Os representantes da Junta receberam delegações da maioria destes partidos. Além dos Partidos Socialista e Comunista, grupos expondo a variedade das ideologias socialistas estão entre os recentemente estabelecidos:

a) Partido Democrático Socialista (PDS): Organizado a 3 de Maio em Ivelines (França) por 2000 portugueses que elegeram um Comité Nacional com 4 pessoas para preparar o terreno para a legalização em Portugal do PDS. O Partido diz querer preencher o espaço vazio entre os Socialistas (que acham estar «perigosamente perto dos comunistas de extrema esquerda») e os Democratas Cristãos. Este grupo afirma aderir à ideologia socialista, enfatiza na democracia e excluiu compromissos com a «esquerda comunista». O PDS apoia a Junta, planeia apresentar candidatos às eleições para a Assembleia Constituinte, e espera colaborar na preparação da política futura, especialmente nos campos económicos e de emigração.

b) **Partido Popular Democrático (PPD) – Partido do Centro Esquerda** criado a 4 de Maio por um grupo de proeminentes tecnocratas da SEDES, incluindo antigos deputados liberais da Assembleia Nacional como Sá Carneiro, Francisco Balsemão e Magalhães Mota<sup>43</sup>. Outros aderentes são Mota Amaral<sup>44</sup>, Rogério Martins<sup>45</sup>, João Salgueiro<sup>46</sup> e Correia da Cunha<sup>47</sup>. O programa e os estatutos do grupo foi apresentado à Junta mas ainda não foi publicado. Dado a qualidade da sua liderança, o PPD irá provavelmente ter um papel importante no Governo Provisório e na futura vida política da Nação. **Mota Amaral disse à Embaixada**

---

<sup>43</sup> MAGALHÃES MOTA: Deputado da chamada Ala Liberal da Assembleia Nacional fascista, seria fundador do PPD em 1974, integrando todos os governos provisórios, menos o V. Seria deputado pelo PPD/PSD. Saiu do PSD em 1979 fundando a ASDI, pela qual seria eleito deputado.

<sup>44</sup> MOTA AMARAL: Deputado na Assembleia Nacional fascista, viria a aderir ao PPD em 1974. Foi deputado pelo PPD à Assembleia Constituinte e Presidente do Governo Regional dos Açores desde as primeiras eleições, em 1976, até 1995. Posteriormente viria a ser presidente da Assembleia da República portuguesa.

<sup>45</sup> ROGÉRIO MARTINS: Secretário de Estado das Indústrias de Marcello Caetano, viria a ser deputado eleito pelo PSD (primeiro) e pelo PS (depois) à Assembleia da República.

<sup>46</sup> JOÃO SALGUEIRO: Um dos fundadores da SEDES, foi subsecretário de Estado no Governo de Marcello Caetano. Aderiu ao PPD depois da Revolução, tendo chegado a ser ministro. Foi presidente da CGD e vice-governador do Banco de Portugal.

<sup>47</sup> CORREIA DA CUNHA: Deputado na Assembleia Nacional fascista, na sua «ala Liberal», integrou o 1.º Governo Regional dos Açores. Foi presidente da Comissão Nacional do Ambiente.

na véspera da criação do Partido que ele sentia que o PPD poderia vir a ganhar a maioria nas eleições da Assembleia Constituinte se a Junta assegurasse uma imprensa livre e equilibrada.

c) Partido Cristão Social-Democrata (PCSD) – estabelecido a 4 de Maio este grupo, cujo Comité Central está agora em processo de elaborar o seu programa, apela a: salário mínimo familiar e nacional, **participação dos trabalhadores na gestão, direito à greve, educação e cuidados de saúde gratuitos**, liberdade de religião, auto-determinação e paz como base para a solução do problema do Ultramar, relações diplomáticas com todas as nações, incluindo o bloco comunista, a livre iniciativa e eleições directas para todos os cargos públicos.

d) Movimento de Esquerda Socialista (MES)<sup>48</sup> – Nome dado ao novo partido de socialistas «não-dogmático» mas de esquerda, que tomaram recentemente parte nas celebrações do 1º de Maio. O MES agrupa sob a sua bandeira um conjunto de candidatos da CDE em 1969, católicos progressistas (incluindo Nuno Teotónio

---

<sup>48</sup> MES – MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA: Esteve activo entre 1974 e 1981. A maioria dos seus integrantes acabaria no PS. As suas bases programáticas incluíam questões como: «O MES é uma organização marxista que luta pela construção do socialismo em Portugal, isto é, de uma sociedade em que os trabalhadores, detendo o Poder político e a posse dos meios de produção, organizem esta para a satisfação das necessidades da comunidade e não para o lucro, pondo fim à escravatura do trabalho assalariado e à divisão entre o trabalho manual e intelectual caminhando na construção do socialismo»; «A construção da sociedade sem classes, ou seja, do comunismo, passará pela ditadura do proletariado, entendida como a ditadura sobre a classe exploradora e, conseqüentemente a democracia operária, que é a plena liberdade de auto-organização da classe trabalhadora e o desaparecimento progressivo do Estado».

Pereira<sup>49</sup>), e alguns líderes estudantis. O programa do Partido não está ainda publicado. A importância e o tamanho potencial são difíceis de avaliar nesta fase, mas dada a força dos outros partidos é improvável que seja significativa.

2. Vários grupos de centro e direita estiveram igualmente activos nos últimos 10 dias:

a) Movimento Federalista Português (MFP) – possível futuro partido de centro-direita dirigido por Diogo Freitas do Amaral<sup>50</sup>, jovem economista conservador e amigo de Marcelo Caetano. O MFP apresenta-se a si próprio como uma organização que «defende a nação portuguesa no seu todo pluricontinental», e apoia uma solução federal para as províncias ultramarinas. Também propõe uma política internacional independente, a independência da política económica face aos grupos internacionais, a luta contra os monopólios, melhor distribuição dos rendimentos, etc. Vários antigos ministros de Marcelo Caetano, como Veiga Simão<sup>51</sup> (Educação) e Silva

---

<sup>49</sup> NUNO TEOTÓNIO PEREIRA: Arquitecto, resistente antifascista, estava preso pela quarta vez a 25 de Abril, foi um dos oradores do 1.º de Maio de 1974. Seria candidato do MDP/CDE à Constituinte e do GDUP/MES à Câmara de Lisboa. Aderiria ao PS em 2002.

<sup>50</sup> DIOGO FREITAS DO AMARAL: Discípulo de Marcello Caetano, viria a fundar o CDS. Com a vitória da AD em 1979 seria vice-primeiro-ministro. Seria o candidato presidencial da AD às presidenciais de 1986, que perdeu por menos de 1% dos votos. Sairia do CDS, sendo presidente da Assembleia Geral da ONU e ministro dos Negócios Estrangeiros num governo do PS.

<sup>51</sup> VEIGA SIMÃO: No 25 de Abril era ministro da Educação desde 1970. Foi embaixador na ONU em 1974 e 1975. Em 1983 seria deputado pelo PS, e ministro em diferentes governos do PS.

Pinto<sup>52</sup>(Corporações e Segurança Social), aparecem ligados ao MFP. Os laços com o antigo regime serão uma séria dificuldade.

b) PROGRAMA - Associação de Estudos para o Progresso Nacional: Fundado como Associação Cívica há uma ano depois do Congresso da ANP em Tomar, por um grupo de tecnocratas insatisfeitos com a liderança conservadora da ANP. PROGRAMA, que nunca descolou sob o anterior regime, espera criar um novo movimento de tecnocratas conservadores, mas os objectivos e o programa deste movimento não foram ainda publicados. Aparentemente, alguns dos membros do PROGRAMA passaram-se para o MFP. Pequeno e não significativo.

c) Monárquicos, divididos em ala direita e esquerda, estão a tentar atrair novos seguidores. Tradicionais monárquicos («A Causa Monárquica») irão provavelmente tentar formar um pequeno partido de direita no futuro. Opondo-se-lhes está a «Convergência Monárquica», a amalgama de três movimentos monárquicos mais liberais, que se reorganizaram recentemente com a esperança de criar um partido político para lutar contra o imperialismo, a exploração capitalista, os monopólios e a corrupção. Aparentemente, o único tema comum será trazer um Rei que será independente, e um defensor não político da Constituição. Os monárquicos dificilmente serão uma força significativa no futuro.

3. Na extrema-esquerda, existem os seguintes grupos:

a) Partido Revolucionário do Proletariado (PRP): residual grupo comunista criado em 1973 em resultado do cisma nas fileiras da FPLN (Frente Patriótico de Libertação

---

<sup>52</sup> SILVA PINTO: Ministro das Corporações de Marcello Caetano, viria a aderir ao PS em 1991, sendo deputado durante um mandato.

Nacional). O PRP incluí as Brigadas Revolucionárias que levaram a cabo várias operações de sabotagem na metrópole. O PRP não deu o seu apoio à Junta nem ao Movimento das Forças Armadas, nem revelou ainda o que tem planeado para o futuro.

b) Movimento Reorganizado do Partido do Proletariado (MRPP): Fundado em Setembro de 1970 como um grupo maoísta de acção directa. Principais objectivos são os sindicatos, os estudantes, e os soldados que encorajam a desertar. O MRPP, cujo tamanho é desconhecido mas não ultrapassará uns poucos milhares, opõe-se ao Programa da Junta e é largamente condenado por socialistas e comunistas devido às suas provocações à Junta.

c) Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR) – Criada por Palma Inácio em 1967, a organização levou a cabo roubos de bancos, assaltos a esquadras de polícia, etc. Ainda não tomou qualquer posição face à Junta.

d) Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) – organizada em 1962 em Argel pelo antigo comunista Piteira Santos e o poeta Manuel Alegre. Rompeu com o Partido Comunista em 1971, e em Setembro de 1973 perdeu as Brigadas Revolucionárias na cisão do PRP. Esses dois líderes, quando regressaram do exílio a 2 de Maio, anunciaram o apoio à Junta e às Forças Armadas, alertaram contra a «irresponsabilidade política» dos extremistas, e declararam que agora existem as condições para a transformação pacífica de Portugal para o Socialismo. A FPLN planeia estabelecer brevemente contactos com outros militantes com pontos de vista similares.

e) Frente Libertária Portuguesa (FPL) – Grupo anarquista que opera clandestinamente em Portugal desde 1972. Membros da FLP e antigos participantes da CGT (Confederação Geral do Trabalho) enviaram um telegrama para a Junta a 5 de Maio expressando a sua satisfação com o Movimento das Forças Armadas. O Grupo, no entanto,

continua a prometer lutar para libertar o povo do «jugo imperialista».

4. Comentário: Esta matriz inicial de partidos e grupos deve alterar-se nos próximos tempos, com a luta pelas melhores posições antes das eleições a levar novos grupos a formar-se, outros a desaparecer, e alguns a fundirem-se. É ainda cedo para ter uma informação completa sobre estes processos em consolidação orgânica e programática. Uma das questões principais é se a Junta permitirá a um grande número de partidos políticos que se apresentem às eleições, ou se insistirá que apenas Partidos que representam correntes de opinião significativas poderão participar no Governo Provisório e nas Eleições. Outra questão é se os partidos do centro-esquerda, que não têm qualquer infraestrutura e que têm sido lentos a organizar-se, conseguirão competir com uma esquerda experiente e bem organizada.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01806\_b

**TÍTULO** Manifestações políticas florescem em Portugal

**DATA** 07-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Realizaram-se no fim-de-semana várias manifestações políticas, uma delas indirectamente contra a Junta, em Lisboa, Porto, Coimbra e outros locais. Em Lisboa, uma multidão de muitas centenas de pessoas, a maioria cabo-verdianos, marcharam na Baixa de Lisboa, exigindo «o fim da guerra colonial» e a «independência para as colónias». No aeroporto realizou-se uma grande manifestação para receber Adolfo Ayala depois de 12 anos no exílio (Ayala foi um associado próximo de Humberto Delgado, antigo candidato à Presidência assassinado em 1965). Lisboa também testemunhou uma grande manifestação de membros do sindicato dos trabalhadores do comércio, em frente da sede da Junta, por melhores salários e menos horas de trabalho. E uma manifestação a favor do divórcio e pelo «fim do imobilismo da Igreja» em frente de uma Igreja católica conhecida pela posições conservadoras do seu padre.

2. Comunistas (alguns com bandeiras do Partido<sup>53</sup>) e outros das esquerdas levaram uma enorme multidão à baixa do Porto no dia 5 de Maio, para acolher e saudar o regresso do professor Rui Luís Gomes à sua cidade natal depois de um longo exílio no Brasil. Pró-comunista, Gomes foi candidato presidencial da oposição em 1952.

3. Na tarde de 4 de Maio, um grande grupo de extremistas do MRPP tentou impedir a partida do Aeroporto de Lisboa de um grupo de soldados para Cabinda, Angola. O grupo

---

<sup>53</sup> Já aprenderam qual é a bandeira do PCP...

do MRPP conseguiu isolar cerca de 50 soldados do grosso das tropas, mas muito conseguiram libertar-se e partir. A imprensa de dia 5 fala de 12 que foram «raptados» do aeroporto, dos quais dois conseguiram libertar-se deixando 10 desaparecidos. O porta-voz da Junta disse à imprensa no dia 6 de Maio que esses 10 se tinham apresentado à autoridades e já tinham partido para Angola.

4. Comentário: As manifestações apareceram para ficar.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01809\_b

**TÍTULO** Portugal apela aos insurgentes para baixarem as armas

**DATA** 07-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O representante da Junta portuguesa apelou aos movimentos insurgentes para baixarem as armas e passarem a uma participação política pacífica que conduza a um autêntico exercício de auto-determinação. Há bases para acreditar que esta genuína oferta de um representante da Junta colocou a bola no campo africano e aliviou alguma pressão doméstica sobre a Junta à esquerda. Fim do sumário.

1. Consideramos a declaração do General Costa Gomes (nº 2 da Junta) à saída de Luanda no dia 5 de Maio como uma importante amplificação da política da Junta de Spínola no que respeita à África Portuguesa. Na tradução da Embaixada, a parte pertinente da declaração diz o seguinte:

2. Início de citação: Eu gostaria igualmente de usar as extensas facilidades dos meios de informação para fazer um apelo, em nome do Portugal emancipado, aos auto-proclamados movimentos de libertação.

Vamos baixar os braços da guerra e tirar vantagem das novas possibilidades da atmosfera liberal em que nós vivemos em Portugal. Vamos deixar ao povo a livre escolha do seu destino, da sua autêntica auto-determinação. Se esses movimentos são de facto a expressão da vontade dos povos - como eles afirmam - que saiam da clandestinidade dos seus quartéis-gerais fora das nossas fronteiras. Que baixem as armas e venham lutar democraticamente com palavras, com ideias, com doutrinas políticas, e eles que provem que são de facto a autêntica expressão da vontade dos povos do ultramar. Fim da citação.

3. É claro que Costa Gomes não pensa que as reivindicações de representatividade dos movimentos de libertação provarão ser válidas quando colocadas perante o teste democrático. Nisso está completamente alinhado com a assumpção de Spínola no seu livro de que os povos africanos, se lhes fosse dada a liberdade de escolher, optariam por continuar associados a Portugal sob a bandeira deste. Também parece claro que a Junta de Spínola, em vez de prever negociações com os insurgentes ou lhes atribuir qualquer especial estatuto, está preparada para lhes dar a mesma oportunidade de apresentar o seu caso ao povo como a que dá, em Portugal, por exemplo, ao Partido Comunista Português.

4. A reacção dos movimentos insurgentes poderá ser de rejeição inicialmente, com base no facto de que a sua longa luta armada lhes conquistou algum estatuto especial, tal como o de se reunir com o Governo Português à mesa de negociações. A nossa sensação é que a resistência dos portugueses a lhes dar esse estatuto é baseada num conjunto de factores, incluindo dúvidas genuínas sobre a sua representatividade, falta de vontade em recompensar a violência, e, talvez o facto imediato mais estimulante, o desejo de evitar estender a perspectiva de negociações que poderia estimular os insurgentes a acelerar o esforço de guerra para melhorar a sua força negocial. Um factor da última consideração pode ser o reconhecimento pelos portugueses que as suas tropas, por mais alto que esteja o seu moral nacional, estarão presumivelmente menos inclinadas que antes a arriscar a vida num tempo onde o fim da guerra pode estar próximo (ninguém quer ser a última vítima de uma guerra).

5. Os insurgentes também poderão duvidar se a oferta portuguesa é genuína ao oferecer ilimitada actividade política, e podem suspeitar que o Governo Português torcerá qualquer referendo a seu favor. No entanto, o desempenho da Junta no Portugal metropolitano fala a favor do carácter genuíno das suas propostas. Além disso, assu-

mindo que a presente liberalização política na metrópole continua, haverá poderosas forças locais que estarão a monitorizar o processo na África Portuguesa com um olho crítico e céptico, preparadas para gritar «falta» se o Governo Português fizer batota. De facto, o **Movimento das Forças Armadas<sup>54</sup> que colocou Spínola no poder pode estar entre aqueles que procuram garantir uma escolha honesta quer na metrópole quer no ultramar.**

6. A declaração de Costa Gomes virtualmente satisfaz a condição avançada no Manifesto de Lusaka em 1969, para que os Estados Africanos independentes pudessem apelar aos movimentos insurgentes a desistir da sua luta armada para participar num processo político que conduzisse à autodeterminação. Muito agora vai depender da resposta dos movimentos insurgentes e dos Estados Africanos independentes. Em qualquer caso, a declaração serve para libertar a pressão na questão africana que a Junta recebe da esquerda.

---

<sup>54</sup> Quase 15 dias depois do 25 de Abril, a embaixada começa a perceber que existe um MFA...

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01825\_b

**TÍTULO** Proposta de visita a Portugal do Secretário de Estado [Kissinger]

**DATA** 08-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Para o Secretário de Estado [Kissinger] do Embaixador Scott

1. Se o vosso plano de viagens, depois da viagem ao Médio Oriente, o permitir, sugiro que considere uma breve escala em Lisboa no regresso a Washington. Um gesto desses significaria a nossa aprovação da implementação pelo novo regime de extensas liberdades políticas e a sua apresentação de uma forma de auto-determinação para a África Portuguesa, e ainda suavizaria a atmosfera para as negociações dos Açores.

2. Haverá aqueles que provavelmente interpretarão essa viagem como uma interferência nos assuntos internos portugueses, e especificamente como um esforço para protestar contra a (provável) presença de comunistas no Governo (como aconteceu com a minha reunião inicial com Spínola). Duvido que a essas interpretações seja dado muito crédito em Portugal ou noutra lado qualquer. De facto, os portugueses tomaram nota da vossa viagem de Janeiro a Madrid para reunir-se com o novo governo de lá, e achariam justo que fizesse o mesmo com eles, particularmente desde que mudaram de governo para um sistema mais agradável para nós.

---

<sup>55</sup> JAMES CALLAGHAM: Na altura ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido. Trabalhista. Viria a ser primeiro-ministro, preparando o caminho para Margaret Thatcher.

3. Os portugueses podem estar à beira de instalar um novo governo provisório ao mesmo tempo que poderá ser conveniente para si parar aqui. Pode não encaixar nos planos deles tê-lo aqui nessa altura. Ainda assim, serviria os nossos interesses de alguma forma podermos indicar-lhes a vossa vontade de parar aqui umas poucas horas no vosso regresso a Washington se isso for conveniente para eles. Por favor, aconselhe-nos.

4. No que respeita à proposta de Callaghan[ James Callaghan: Na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido. Trabalhista. Viria a ser primeiro-ministro, preparando o caminho para Margaret Thatcher.] de que você reúna com Soares (tratado noutra telegrama), eu tenho algumas reservas. Callaghan e outros líderes europeus reuniram com ele como um companheiro socialista. Uma reunião com Soares em Londres ou Washington, como sugerido, seria enigmático para a nova liderança portuguesa e pode ser tomado como implicando que os EUA queiram manter o novo regime a alguma distância. Destacá-lo na nossa atenção de outros líderes políticos em Lisboa pode trazer-nos a inimizade dos seus competidores políticos. Se ele fosse Ministro dos Negócios Estrangeiros ou Primeiro-Ministro do Governo Provisório, seria obviamente muito apropriado reunir com ele. Não há no entanto qualquer certeza de que ele fará sequer parte do Governo Provisório. Se não, e salvo a organização de uma reunião entre si e vários líderes políticos durante a vossa visita a Lisboa, eu argumento contra uma reunião com Soares nesta altura.

TELEGRAMA 1974LISBON 01827\_b

TÍTULO A Cooperação dos EUA com o Movimento Sindical Português Livre

DATA 08-05-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Numa atmosfera de novas liberdades reencontradas, as organizações sindicais portuguesas irão procurar padrões para as futuras actividades. Acreditamos que seria **útil aos nossos interesses** se a experiência americana pudesse ser colocada à disposição dos organizadores sindicais portuguesas.

2. O principal inconveniente, como nós o vemos, é a relutância dos sindicalistas portugueses (**que estão pesadamente dominados pelo pensamento comunista e socialista de esquerda**) em entrar em qualquer associação com o Governo dos EUA. Na actual atmosfera política, duvidamos que seja politicamente concretizável para qualquer pessoa de esquerda tratar directamente com o esforço do Governo dos EUA no campo sindical.

3. No entanto, nós nos perguntamos **se a influência dos EUA poderia ser carregada através da visita a Portugal de líderes sindicais dos EUA de boa-fé, talvez sobre os auspícios da OIT ou da AFL-CIO**. A Embaixada pode fornecer informação e facilitar contactos, as reuniões devem ser sindicato a sindicato, **e sem a mancha do Governo dos EUA**.

4. Seria bem recebida uma directiva de Washington nestes pontos. Planeamos discutir o assunto com Brown<sup>56</sup> e Boggs<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> IRVING BROWN: De acordo com a Wikipédia «foi um sindicalista americano, membro da American Federation of Labor (AFL) e depois da AFL-CIO, que desempenhou um papel importante na Europa Ocidental e em África durante a guerra fria, apoiando cisões dentro do movimento sindical para combater a influência comunista.» A mesma fonte reconhece que ele pertenceu aos serviços secretos durante a guerra (OSS) e começou a sua actividade «sindical» em 1945 em França. Obviamente continuou nos serviços secretos.

<sup>57</sup> MICHAEL BOGGS: Vice-presidente do Departamento Internacional da AFL-CIO, especializado na América Latina e na Península Ibérica, onde prestou múltiplos serviços ao imperialismo norte-americano.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01848\_b

**TÍTULO** Mário Soares expressou preocupação com a proliferação de partidos políticos

**DATA** 09-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Numa Conferência de Imprensa a 7 de Maio, o líder do Partido Socialista (PS<sup>58</sup>), Mário Soares, sublinhou a sua visão do papel político do PS nos próximos meses. Ele expressou preocupação com a proliferação de partidos políticos, disse que a «extrema esquerda» tem um lugar na vida política nacional, e discutiu a sua recente volta europeia. O principal objectivo da Conferência de Imprensa parece ser a preocupação genuína do PS de ser eclipsado pelo PCP ou diluído por outros partidos «socialistas», e o desejo de fixar o PS na consciência pública como o ponto natural de reunião para «democratas». Fim do Sumário.

1. O líder socialista Mário Soares realizou uma conferência de imprensa de três horas no dia 7 de Maio, com a participação de um conjunto de colegas ideológicos, incluindo o chefe da LUAR Palma Inácio. Durante a Conferência, Soares expressou preocupação com a proliferação de grupos políticos em Portugal, dizendo que existem hoje 53, mas destacou que o PS apoia o pluralismo político. A crítica é dirigida a oportunistas que formam agora novos grupos muitos dos quais usurpam a etiqueta «socialista» na «vã esperança» de participarem na vida política nacional.

---

<sup>58</sup> A embaixada vai usar durante muito tempo a sigla PSP para identificar o PS. Por comodidade de leitura, usaremos só a sigla actual: PS.

2. O PS, afirmou Soares, deve ser considerado como o partido não comunista mais à esquerda no actual alinhamento. Soares garantiu o lugar da «esquerda socialista» dentro do PS, e disse que o Partido «dialogará fraternalmente» com o PCP. Que ele caracterizou como firmemente enraizado dentro da classe operária. Soares manteve que o apoio para três grandes correntes políticas (PCP, PS e «Partido do Centro») existe em Portugal. Essas correntes devem organizar-se em partidos bem definidos, para que o povo possa saber quem é quem e quais são as questões.

3. No que respeita ao movimento sindical, Soares manteve que se deve unificar, mas deve ser mantido afastado de partidos políticos e prevenir a penetração política. (No entanto, Soares antes afirmara que o PS deveria ser o Partido da classe trabalhadora. Ver Comentário).

4. A Unidade nacional, afirmou Soares, requer que o governo provisório inclua representantes de forças desde a extrema-esquerda até ao centro. A extrema-esquerda tem o seu papel a desempenhar, e deve ser consultada. Mas o essencial das posições do governo provisório deve ser dada às três principais correntes. O PS não aceitará, no entanto, a nomeação para o Governo Provisório de qualquer antigo «líder» do regime prévio.

5. Soares terminou a Conferência de Imprensa dando contas detalhadas da sua volta europeia enquanto líder do PS, e disse que trouxe resultados positivos para o país. Também saudou o papel do PS em elevar o prestígio internacional e o bom nome de Portugal, e pregou uma rasteira ao PCP ao sublinhar que foram os socialistas, e não o PCP, quem trouxe notícias de que a URSS estava a tentar estabelecer relações com Portugal.

6. Comentário: O medo de que o PS possa ser perdido de vista entre a proliferação de partidos «socialistas» e o bem entrincheirado PCP, é a verdadeira razão para Soares

ter realizado esta Conferência de Imprensa. O principal tema avançado por Soares foi que o PS «é o ponto focal para todas as forças democráticas». Esforços para melhorar a sua imagem e tentar convencer o público do peso do PS faz com que Soares faça um conjunto de declarações contraditórias e frequentemente confusas sobre as relações com a extrema-esquerda. A preocupação de Soares com a proliferação parece genuína, quanto mais não seja porque a tarefa do PS de mobilizar apoios fica proporcionalmente mais difícil quanto mais partidos surjam.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01862\_b

**TÍTULO** Projectos principais: Relatório sobre a situação do Novo Aeroporto de Lisboa<sup>59</sup>

**DATA** 10-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. De acordo com o Director do Gabinete de planeamento do Novo Aeroporto de Lisboa (GNAL), a planificação e a execução do projecto está temporariamente suspenso devido à mudança de governo depois do golpe de 25 de Abril das Forças Armadas Portuguesas. O director do GNAL, o coronel Joaquim Rodrigues de Oliveira Jr., acredita que o GNAL terá agora um melhor controlo sobre as funções de planificação com a saída do governo de Rui Sanches, antigo Ministro das Obras Públicas, que tem supervisionado proximamente o projecto do novo aeroporto.

2. O Coronel Oliveira afirmou que a primeira recomendação do GNAL ao novo ministro das Obras Públicas, assim que este seja apontado pelo Governo Provisório, será abandonar o conceito chave de projectar-construir-financiar o Novo Aeroporto para uma oferta pública para um contrato chave-na-mão de desenhar, seguido de separados contratos para Construir e Equipar. O financiamento será arranjado a cada passo por cada empreiteiro.

3. Comentário: Não é claro ainda se o recém constituído Governo de Portugal aceitará esta proposta de colocar no lixo esta aproximação chave-na-mão, o GNAL desperdiça

---

<sup>59</sup> Como se pode ver, não só o Novo Aeroporto de Lisboa é coisa muito antiga, como as moderníssimas práticas das PPP já se aplicavam no tempo da ditadura. Sem esquecer a necessidade de destacar o acompanhamento diplomático destes projectos.

cerca de um ano de trabalho e despesas que incluiu a pré-qualificação de uma pequena lista de 8 grupos que seriam convidados a preparar propostas chave-na-mão. Enquanto a presença da indústria dos EUA na lista de 8 era forte, acreditamos que as firmas americanas de engenharia estarão numa posição igualmente favorável se for realizado um concurso para um contrato separado de projecto.

4. Acção Comercial: Já que o GNAL ainda não fez esta recomendação ao novo Governo Português, de abandonar a aproximação chave-na-mão, pedimos que retenham esta informação das fontes industriais até novas notícias. Esperamos uma reacção hostil daqueles grupos da lista que tiveram muitas despesas em pré-qualificarem-se para o trabalho chave-na-mão, e não queremos estimular essa hostilidade até a situação estar clara.

5. Questão separada: Pré-qualificação para consultores do GNAL: sete grupos apresentaram documentos de pré-qualificação antes do prazo limite de 30 de Abril, incluindo pelo menos dois com parceiros americanos. As firmas americanas HNTB-Howard, Needles, TAMMEN e Bergendorf, INTL. INC. de Boston, e Ammonn & Whitney Engenheiros de Nova York estão envolvidos. O GNAL espera seleccionar dois ou três grupos para uma lista curta de licitantes para o contrato de consultores até 1 Julho de 1974.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01873\_b

**TÍTULO** O papel do Movimento das Forças Armadas no actual regime português

**DATA** 10-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: A nossa apreciação é de que não são sérias quaisquer diferença entre a Junta e o Movimento das Forças Armadas que realizou o golpe e instalou a Junta no poder, e que Spínola e Costa Gomes estão a controlar. O Movimento, no entanto, permanece vivo e importante. Fim do Sumário.

1. Há várias indicações, muitas vezes contraditórias e abertas a diferentes interpretações, sobre o papel do «Movimento das Forças Armadas» no presente regime português. A maioria dos líderes do movimento não foram ainda identificados publicamente. Os seus nomes têm sido ocultados e o grupo procura manter o seu anonimato.

2. A origem do que seria o Movimento das Forças Armadas data provavelmente de meados de 1973, quando oficiais subalternos ficaram insatisfeitos com medidas do Governo, incluindo uma que favorecia oficiais milicianos face aos oficiais de carreira, e apareceu o chamado «movimento dos capitães». Temos pistas que indicam que representantes do movimento dos capitães estiveram em contacto com militares com posições semelhantes em Moçambique; assumimos que houve contactos similares em Angola e na Guiné. Os capitães descontentes realizaram muitas reuniões, uma na Academia Militar durante a noite de 15 para 16 de Março que resultou na prisão do Tenente Coronel Almeida Bruno, próximo de Spínola. Algumas reuniões de capitães foram organizadas a coberto de eventos desportivos.

3. Conforme o tempo do golpe se aproximava, um substancial conjunto de oficiais subalternos devem ter sido

envolvidos. Sem um cuidado e coordenado planeamento, a rápida e segura operação de 25 de Abril não se poderia ter realizado sem um grande derramamento de sangue. De acordo com alguns relatos, cerca de 200 oficiais subalternos estiveram envolvidos de uma forma ou outra. Estes relatos dizem que apenas os cerca de uma dúzia de membros do «Comité Central Coordenador» estavam dentro de todas as planificações, com o resto dos oficiais limitados ao conhecimento das suas tarefas.

4. Há várias hipóteses sobre o conhecimento que Spínola teria do golpe. Vão desde um extremo onde ele estava completamente às escuras, até ao outro extremo onde ele planificou um cenário complexo, que incluíam a publicação do livro, o levantamento das Caldas como um teste, e a cuidadosamente executada tomada de poder a 25 de Abril. A verdade fica algures no meio: pensamos que é provável que Spínola estivesse genericamente a par dos planos de golpe, e não acreditamos que ele estivesse envolvido na preparação detalhada do golpe (de facto, já que ele era observado de perto pela DGS depois da sua demissão, envolvê-lo nessa altura teria feito perigar o sucesso do golpe). A publicação do livro de Spínola e a sua, e de Costa Gomes, subsequente demissão sem dúvida que montaram o palco e precipitaram acontecimentos. Spínola e Costa Gomes representam aquilo que os «capitães» não têm no seu grupo: líderes experimentados de estatuto nacional e internacional. O livro e a demissão provaram aos «capitães» que esses líderes partilhavam muitas das suas opiniões e estavam dispostos a expressá-las publicamente e assumir as consequências. Spínola, com o seu carisma e sendo largamente conhecido e popular fora dos círculos militares, e tendo experiência política civil como Governador da Guiné, era a escolha natural para primeira figura política. Costa Gomes, a quem faltam os atributos de Spínola para desempenhar o papel de líder político, tem as competências administrativas, as qualidades profissionais e a integridade que fazem dele, de acordo com vas-

tas opiniões, o repositório do respeito dos «capitães» e o líder que mais proximamente representa os seus sentimentos. De todas as informações disponíveis, não existe um «cérebro» ou um «homem forte» no Movimento das Forças Armadas nem na Junta. Ambos são esforços conjuntos, embora Spínola e Costa Gomes sejam os dois líderes da Junta, e em larga medida se complementem um ao outro. Não vemos qualquer analogia Naguib-Nasser<sup>60</sup>.

5. Agora, duas semanas depois do golpe de Estado, o Movimento das Forças Armadas continua a existir. Não há certezas sobre quem são os líderes do Movimento, apesar de muitos jornalistas e outros observadores afirmarem ter falado com líderes ou membros do Movimento. O consenso de várias opiniões credíveis de diversas fontes, é o seguinte:

a) O Movimento das Forças Armadas é representado hoje por um ou mais «comités» de oficiais subalternos. Os membros desses comités são jovens em geral, apesar de alguns serem coronéis. Têm sido caracterizados como inteligentes e idealistas. Diz-se que dois ou três deles frequentaram escolas militares nos EUA.

b) De acordo com alguns relatos, um dos comités assenta no Palácio presidencial de Belém (onde está localizada igualmente a Junta). De acordo com outros relatos, um outro comité está sediado no Ministério da Defesa (onde Costa Gomes mantêm a sua base) e um outro no Posto de Comando original do Movimento, na sede do 1º Regimento de Engenharia de Lisboa, nos arredores de Lisboa. Os membros dos comités (ou comité) monitorizam os acontecimentos e as decisões tomadas pela Junta, estão

---

<sup>60</sup> NAGUIB E NASSER: Primeiro e segundo Presidentes do Egipto depois da Revolução de 1952.

disponíveis para desenvolver missões encarregadas pela Junta, estão em contacto com políticos (como está a Junta), mas não estão envolvidos no processo de decisão do dia-a-dia.

6. A nossa melhor estimativa é a de que a Junta consulta regularmente com os oficiais subalternos e reage às suas posições, mas não está debaixo do controlo do Movimento das Forças Armadas. Ouvimos falar de diferenças dos dois grupos sobre África, onde a Junta parece querer mover-se mais devagar que o Movimento, e sobre a inclusão de comunistas no Governo Provisório, que se diz que a Junta defenderá mas ao que o Movimento se oporá. No entanto, acreditamos que esses (e quaisquer outros) desacordos se resolverão amigavelmente e que ideologicamente a Junta e o Movimento não estão muito afastados. A orientação política dos oficiais no movimento provavelmente ocupa um largo espectro do centro a posições à esquerda da Junta. Quer o Movimento quer a Junta são compostos por militares de carreira, membros de uma profissão que não atraía pessoas da extrema esquerda em Portugal. Desvalorizamos alguns relatórios que a Junta está a ser empurrada ainda mais para a esquerda pelo Movimento. Uma indicação de que Spínola e Costa Gomes estão de facto no poder é o facto de que um largo conjunto dos seus colaboradores mais próximos estarem a ser nomeados para posições chave. No programa original de 26 de Abril, que terá sido objecto de negociações entre a Junta e o Movimento, as linhas mestras para a actuação da Junta foram traçadas, vemos o actual significativo papel político do Movimento destinado a manter uma vigilância sobre a Junta para que não haja um desvio desse programa, e esperamos que o Movimento, talvez numa outra forma, continue a assumir esse papel pelo menos durante a vida do Governo provisório.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01878\_b

**TÍTULO** Desenvolvimentos políticos em Portugal

**DATA** 11-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Intensas consultas e manobras políticas pelo melhor posicionamento na arena política são os destaques da actual cena política. A retórica e as actividades da esquerda são de certa forma promovidas. A designação do novo governo parece ter sido atrasada. De seguida, listam-se vários desenvolvimentos políticos. Fim do Sumário.

1. A cobertura dos média ganhou, pelo menos, algum grau de equilíbrio nos últimos dias, apesar das opiniões conservadoras continuarem sub-representadas e as opiniões centristas estarem atenuadas. Os pronunciamentos dos liberais, apesar de cobertos pelos jornais, não são destacados. Uma importante entrevista dada pelo antigo Ministro da Educação Veiga Simão (na rádio) e do político/empresário de Moçambique Jorge Jardim<sup>61</sup> (na TV) foram ignoradas pela imprensa. É presentemente pouco claro quem dirigirá os maiores jornais; em alguns casos, as ocupações de jornais pelos empregados parecem estar a ser resolvidas. Os jornais de direita Época e Novidades já não se publicam. O Sindicato dos Jornalistas pediu que o jornal fosse oferecido ao movimento sindical. A confusão na imprensa criou um padrão de atrasos de publicações, cobertura incompleta, e erros espectaculares. Rectificações de erros e anúncios pagos de indivíduos informando o público que, ao contrário

---

<sup>61</sup>JORGE JARDIM: Quadro do regime fascista, onde chegou a ser subsecretário de Estado, tornou-se um aventureiro em África, com as melhores relações com os piores dos regimes. Tentou – sem sucesso – uma independência branca de Moçambique.

dos rumores, não tiveram nada a ver com a defunta polícia de segurança DGS, são regulares em todos os jornais.

2. O tour furacão de Mário Soares e as suas sequelas (que incluem a sua auto-promoção como um grande líder nacional) encadeou a imprensa nos últimos dias.

3. O sector laboral está muito activo. Em vez de ocupar locais de trabalho, como era comum há dias atrás, os trabalhadores agora limitam-se a reivindicar a expulsão dos velhos patrões e outros objectivos. (cenário laboral objecto de telegrama próprio)

4. As Universidades estão efervescentes mas não violentas. Reuniões intermináveis de estudantes substituíram as aulas, a cacofonia de reivindicações torna a análise da situação impossível. A Assembleia Geral da Universidade de Lisboa, votou no dia 9 de Maio 6 resoluções políticas extremistas antes de dissolver a reunião. O Cônsul do Porto relata que o pró-comunista Professor Rui Luís Gomes, que regressou há poucos dias, com umas tumultuosas boas-vindas, do exílio no Brasil, foi instalado como novo reitor da Universidade do Porto, acompanhado de expressões delirantes de prazer da extrema-esquerda. Gomes, 69 anos, foi demitido por essa universidade em 1947 por opiniões e actividades de esquerda. A extrema-esquerda está também deliciada com o facto de outro dos seus, Óscar Lopes, ter sido instalado como Director da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

5. Os grupos políticos continuam a competir por cabeçalhos e por influenciar o desenrolar dos acontecimentos futuros. Nenhum grupo de importância se aventurou com uma única palavra de criticismo à Junta ou ao Movimento das Forças Armadas: a Junta tirou argumentos à esquerda e ao centro ao libertar os presos políticos, abolir a censura, dismantlar a polícia de segurança, satisfazendo as reivindicações de grupos políticos, e apelando a um cessar-fogo e a uma solução política para o Ultramar. A Junta garantiu amplas sedes para pelo menos 4 dos principais grupos políticos (comunis-

tas, socialistas, liberais e «democratas») em instalações antes ocupadas pelas agora defuntas Legião Portuguesa e organizações de juventude do regime.

6. A Junta continua a realizar consultas com um vasto leque de líderes políticos, e com outros, como Sindicatos, Empresários, e imprensa. O antigo ministro da Educação Veiga Simão e o antigo presidente da Ordem dos Advogados, Adelino da Palma Carlos, são visitas quase diárias da sede da Junta, alimentando a especulação de que ambos serão incluídos no Governo Provisório. A Junta também consultou com Jorge Jardim e o General de direita Kaulza de Arriaga, que até agora continua no seu posto como chefe da Comissão da Energia Nuclear. Ao sair de uma das duas reuniões com a Junta, o General Kaulza de Arriaga negou enfaticamente que tenha estado envolvido numa tentativa de contragolpe, ou de que ele tinha tentado fugir do país, e afirmou que ele «se dá mesmo muito bem» com o General Spínola.

7. O Tenente Coronel Soares Fabião, nomeado pela Junta para chefiar o Governo Civil da Guiné Portuguesa, chegou a Bissau no dia 8 de Maio, acompanhado pelo Tenente-Coronel Almeida Bruno. Ambos são íntimos de Spínola.

8. Em resposta ao crescente interesse sobre a composição do Governo Provisório, o porta-voz da Junta sublinhou que a Junta tinha-se dado a si própria três semanas para definir a composição do Governo Provisório, deixando a impressão que o Governo Provisório não será anunciado antes do início da próxima semana. Um membro da Junta disse a um amigo próximo da embaixada que Spínola tomará posse como Presidente a 14 de Maio, depois do regresso de Moçambique de Costa Gomes e Diogo Neto (que partiram a 9 de Maio), e que o Governo Provisório será anunciado ao mesmo tempo ou pouco depois.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01884\_b

**TÍTULO** Movimento sindical independente toma forma em Portugal

**DATA** 13-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Representantes dos Sindicatos existentes reúnem quase continuamente de 8 a 10 de Maio para criar uma organização sindical nacional unificada e independente. As declarações das reuniões inter-sindicais tiveram um tom surpreendentemente moderados. Estão em Lisboa para consultas e reuniões com os seus congéneres portugueses, muitos líderes sindicais de países ocidentais e de organizações internacionais; Irving Brown e Michael Boggs fizeram sair uma declaração da AFL-CIO. A Junta aprovou sem ver todos os contratos arbitrados pelo anterior governo mas nunca promulgados. Continua a militância dos trabalhadores. Fim do Sumário.

1. Representantes de aproximadamente 40 sindicatos portugueses, incluindo os maiores, reuniram entre 8 e 10 de Maio para coordenar a influência no sector laboral e avançar na criação de uma nova estrutura para substituir as instituições do Estado corporativo. As declarações realizadas durante e depois foram muito contidas. Os comunicados apelaram ao movimento sindical democrático para ser criado «em unidade com todas as forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas». Uma das resoluções apela por uma negociação colectiva «sem interferência administrativa», e pela legalização do direito dos empregados à greve. A secção sobre as greves é amenizada com uma declaração de que a greve deve ser «um último recurso para ser usado depois de todos os outros estarem esgotados», e alerta contra as greves oportunistas, indiscriminadas e indevidas. Outro comunicado, declara que os representantes decidiram usar os existentes sindicatos até as novas instituições estarem criadas. As novas instituições devem incluir amplas e

fortes uniões, federações e confederações de organizações sindicais. Duas comissões de estudo foram estabelecidas por representantes sindicais. A primeira, irá considerar as estruturas organizativas, a segunda desenhará propostas nas questões laborais sob a orientação geral das convenções 87 e 98 da OIT. Os membros destas comissões são encorajados a olhar para a experiência de outros países, «especialmente a Itália e a França». A única reivindicação laboral específica é o controlo pelos trabalhadores dos fundos da segurança social. A reunião aprovou que os trabalhadores devem refrear-se de participar no Governo Provisório.

2. A Junta anunciou a aprovação de todos os contratos laborais que já tinham sido objecto de arbitragem mas aos quais faltava a aprovação do Ministério do Trabalho. Um desses contratos cobre vários milhares de trabalhadores de empresas de electrónica propriedade de americanos.

3. Organizações sindicais internacionais e representantes de uniões nacionais na Europa Ocidental assistiram a reuniões inter-sindicais, e realizaram reuniões consultivas com dirigentes sindicais nos últimos dias. A primeira a chegar foi uma delegação conjunta da Noruega (Reiulf Steen, deputado do Partido Trabalhista; Karre Sandegren, Rune Gerbardsen, e Johan Thordu), Suécia (Sten Anderson, Secretário-Geral do Partido Social Democrata, e Rune Molin); Finlândia (Kari Tapiola), e Dinamarca (Peer Carlsen). Os escandinavos pareciam alinhar com os socialistas. Eles receberam uma boa cobertura mediática. Mário Giovanini da CGIL Italiana deu uma entrevista televisiva inócua, mas representantes da ICFTU e da francesa CGT e CGDT, cujos nomes não estão disponíveis para nós, não tiveram praticamente publicidade. A visita do Secretário-Geral da WTUC, Pierre Gensous, acompanhado dos dirigentes da WTUC Angeli e Mazza, recebeu boa publicidade; o grupo da WTUC deu uma inócua conferência de imprensa no sábado às 21h00, que foi largamente ignorada nos jornais de domingo. Pouco depois da sua

chegada no dia 9 de Maio, e por sugestão da embaixada, os representantes da AFL-CIO Irving Brown e Michael Boggs foram à reunião inter-sindical, onde eles foram bem recebidos e fizeram uma curta declaração de solidariedade e bons desejos em nome da AFL-CIO. **Brown e Boggs agora desenvolvem contactos individuais com líderes sindicais e socialistas proeminentes, incluindo Mário Soares.**

4. O activismo no emprego continua nos últimos dias, e pode ter-se intensificado nas firmas propriedade de estrangeiros. O actual padrão é que comissões de trabalhadores ad-hoc nas fábricas apresentam reivindicações à gestão para mudanças específicas sobre a ameaça de greve. Essas confrontações ocorreram na General Motors, na Firestone, na Timex, entre as empresas detidas por americanos; 2000 trabalhadores pararam porque a administração se recusou a discutir as reivindicações de despedir alguns supervisores. A ocupação de locais de trabalho parece ter cessado. Houve confrontações ordeiras entre os trabalhadores e a administração na Fundação Gulbenkian, a metalurgia nacional, a companhia de autocarros de Lisboa, os serviços alfandegários, e uma importante rede de venda de automóveis. As administrações de várias firmas responderam à pressão dos trabalhadores satisfazendo algumas reivindicações, incluindo alguns significativos aumentos salariais.

5. Comentário: De momento, o foco da actividade política parece ser o sector laboral. As visões moderadas parecem estar a prevalecer nas reuniões inter-sindicais de líderes, mas continua a militância das comissões de trabalhadores, que não parece ser controlado pelos seus sindicatos.

TELEGRAMA 1974LISBON 01908\_b

TÍTULO Desenvolvimentos económicos após o golpe

DATA 14-05-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Sumário: Na sequência do golpe de 25 de Abril, a economia portuguesa continuou a fornecer mercadorias e serviços de uma forma quase rotineira. Enquanto a actividade sindical se intensificou, a produção na maioria das fábricas manteve-se ininterruptamente. As greves e as ameaças de greves são agora mais comuns, mas poucas fábricas estiveram fechadas por extensos períodos. A Junta impôs um controlo moderado aos movimentos de capital, e simultaneamente, anunciou a sua intenção de manter condições favoráveis para o crescimento económico e o investimento estrangeiro. No entanto, a Junta está a deixar a planificação económica para o Governo provisório que deve ser nomeado brevemente. Fim do Sumário.

2. Até agora a economia domou as ondas de choque provocadas pelo golpe, com uma assinalável compostura. Apesar de uma extensa agitação laboral libertada pela remoção de um regime repressivo, não há significativas quebras nas instituições económicas ou nos serviços, e as limitadas medidas de emergência impostas pela Junta provocaram apenas inconvenientes menores. **O novo governo provisório, ainda por instalar, irá herdar problemas económicos severos - por exemplo, a mais alta taxa de inflação da Europa, mas os problemas não estão perceptivelmente piores** desde o fatídico 25 de Abril. A Junta, apesar de referir a seriedade dos problemas económicos de Portugal, evitou extensas medidas e manteve assim todas as opções abertas para o novo governo.

3. A primeira preocupação económica da Junta, depois do golpe, foi o de prevenir a fuga de capitais e travar a especulação. Os bancos permaneceram essencialmente

inoperacionais de 25 de Abril até ao 1º de Maio. Eles agora recomeçaram praticamente as suas operações normais, mas, de acordo com a regulamentação da Junta, os detentores de contas só podem levantar um máximo de 10.000 escudos (cerca de 400 dólares) em dinheiro por semana, e é necessária permissão para deixar o país com mais de 25.000 escudos (aproximadamente 1000 dólares) ou o equivalente em moeda estrangeira. A Junta não colocou restrições nas transações internas através de cheque e encorajou abertamente esta forma de pagamento facilmente rastreável. A Bolsa de Valores, uma fonte de especulação e um símbolo, para muitos portugueses, de transações financeiras privilegiadas, foi encerrada pela Junta e assim permanecerá até que o novo governo decida reabri-la.

4. A outra importante regulação económica da Junta foi ter dado posse a uma Comissão Especial para proibir certo tipo de importações e exportações. A lista de importações que podem ser cerceadas são largamente itens de luxo (por exemplo, lagosta); as exportações são essencialmente bens alimentares e combustíveis, requisitados para consumo local. A não ser que seja renovado, o mandato da Comissão expira 30 dias depois da sua criação.

5. Além de ter dispensado todos os ministros, secretários e sub-secretários de Estado das áreas económicas, a Junta não mexeu com a estrutura governamental para as questões económicas. Preenchendo o espaço entre a Junta e os Ministérios sem cabeça, está o delegado da Junta para o Ministério das Finanças, Vasco Vieira de Almeida, um dos principais jovens banqueiros portugueses. Ele apareceu numa Conferência de Imprensa na semana passada explicando as medidas descritas nos parágrafos 2 e 3, e para dar garantias que problemas como a inflação e o alojamento seriam abordados vigorosamente pelo novo Governo assim que estiver instalado.

6. Apesar de todas as firmas de alguma dimensão em Portugal terem sem dúvida experimentado perturbações por causa da actividade sindical, poucas parecem ter tido dificuldades prolongadas. Os mais sérios e efectivos desafios às administrações têm acontecido nas empresas com uma significativa participação estatal, tais como a TAP (a companhia aérea nacional) e a SACOR (refinação e distribuição de petróleo). A Junta, por exemplo, ratificou o afastamento pelos trabalhadores da Administração da TAP, ao apontar uma nova e temporária Comissão Executiva composta de pessoal de TAP. As empresas estrangeiras, incluindo as americanas, reportam pouca ou nenhuma xenofobia. Temos apenas um incidente reportado - envolvendo a Firestone - onde os trabalhadores pediram especificamente que se removessem os administradores estrangeiros. A Junta contribuiu para a estabilidade laboral ao requerer aos trabalhadores que realizassem as suas reuniões fora do horário normal de trabalho, e ao colocar em vigor aumentos salariais arbitrados mas não implementados antes do Golpe ter ocorrido. (Um deles foi o Contrato da Indústria Eléctrica, envolvendo um grande número de firmas americanas).

7. Comentário: A economia após o Golpe tem funcionado razoavelmente bem, permitindo à Junta canalizar os seus maiores esforços para outros problemas. As medidas económicas da Junta, até à data, foram essencialmente defensivas e de carácter temporário. Está a deixar as decisões difíceis sobre quadros, programa e política económica para o governo provisório.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01914\_b

**TÍTULO** Mensagem presidencial para o General Spínola

**DATA** 14-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. É expectável que o General Spínola tome posse a 15 de Maio como provisório Presidente de Portugal. Peço autorização para transmitir a seguinte mensagem do Presidente Nixon para o General Spínola:

Princípio de Citação: Caro Sr. Presidente:

Na ocasião da vossa tomada de posse como Presidente provisório da República Portuguesa, quero assegurar-lhe as minhas melhores saudações e do povo americano. Estou confiante que com a sua liderança Portugal e os Estados Unidos manterão e melhorarão as excelentes relações que hoje existem entre os nossos dois países. Sinceramente, Richard Nixon. Fim de Citação.

2. Esperamos que outros Chefes de Estado mandem mensagens similares amanhã.

3. Os ministros tomarão posse a 16 de Maio. O Departamento de Estado poderá querer considerar uma mensagem de saudação do Secretário Kissinger ao novo ministro de Negócios Estrangeiros, que será provavelmente Mário Soares.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01922\_b

**TÍTULO** Luta pelo poder continua no sector laboral

**DATA** 15-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Continuam as greves e outras pressões dos trabalhadores dirigidas a ganhos salariais imediatos e a influenciar a gestão. O representante da AFL-CIO, Boggs, acredita que a FSM tem grande influência junto dos principais líderes sindicais; Boggs e Irving Brown verão o General Spínola no dia 17 ou 18 de Maio. Fim do Sumário.

1. O padrão de greves descrito anteriormente continua, com as administrações em geral a aceitarem negociar salários e outros benefícios, mas tentando travar as reivindicações relativas a mudanças nos quadros de direcção e administração. Em alguns casos, como na Siderurgia Nacional, os empregados voltaram ao trabalho sem terem alcançado mudanças na gestão; outros casos estão parados. Talvez a mais importante disputa seja no Jornal diário O Século, que não é publicado desde o dia 9 de Maio; a luta verdadeira é sobre o controlo do jornal, apesar das questões do pão com manteiga estarem a ser usadas para enevoar a questão.

2. Mil e seiscentos mineiros de estanho e volfrâmio na companhia Berat fizeram greve por mudanças na gestão e por um salário mínimo mensal de 240 dólares (cerca de dobro de hoje). Vários milhares de trabalhadores da Indústria dos Lanifícios fizeram greve ou reduziram o ritmo de trabalho para apoiar reivindicações semelhantes, que estão a ser apresentadas noutras empresas igualmente.

3. Os líderes da FSM ainda estão na cidade e a misturarem-se com os dirigentes sindicais. O representante da AFL-CIO, Irving Brown, saiu de Lisboa a 12 de Maio, mas

regressará a 17 de Maio para a reunião com o General Spínola (reunião promovida pela Embaixada). O representante da AFL-CIO, Michael Boggs, permaneceu em Lisboa e participará na reunião de Spínola e Brown. Boggs acredita que o grupo da FSM, que já falou com Spínola, tem uma maior influência junto dos dirigentes sindicais portugueses, e pode desempenhar um papel chave no esboçar das propostas de legislação laboral. A FSM promoveu uma Conferência de Imprensa para a tarde de 13 de Maio, mas cancelou à última da hora por razões desconhecidas.

4. As questões laborais nas firmas detidas por americanos seguem num telegrama à parte.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01947\_b

**TÍTULO** Proliferação de partidos políticos continua na metrópole

**DATA** 16-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Nesta conjuntura, os principais grupos políticos continuam a ser os Comunistas, os Socialistas e o grupo centrista tecnocrata (PPD). O Partido mais organizado, mas não o mais apoiado, continua a ser o comunista. Os socialistas começam a conseguir avanços no plano organizacional, o PPD está mais atrasado não tendo sequer publicado o programa. Uma miríade de grupos proliferam no lado esquerdo do espectro político, oferecendo uma variedade ideológica para todos os gostos, enquanto a direita, para a qual existe um considerável e latente apoio, continua à espera cautelosamente e dormente. O iminente anúncio do Governo Provisório deve solidificar o apoio em cerca de uma dúzia de grupos maiores, e remover a maioria das minúsculas fracções de cena. Fim do Sumário.

1. Continua a proliferação de partidos políticos, à medida que pretendentes a políticos procuram criar partidos para atrair vários sectores das massas recentemente decantadas. A maioria dos novos grupos parecem existir apenas no papel. Os comunistas (PCP) e socialistas (PSP) claramente partiram primeiro dos blocos de partida, com o PCP provavelmente muito à frente em termos organizacionais, apesar de não ser claro o grau de apoio popular que tem. Até agora, ninguém parece querer formar (e etiquetar como tal) um partido claramente de direita. No entanto, há uma alargada influência conservadora, que apesar de estar agora quieta, acabará por vir à superfície e procurará uma alternativa conservadora para apoiar. Se conservadores como Kaulza de Arriaga ou Adriano Moreira patrocinarem uma alternativa conservadora (como corre o rumor), aumentarão as hipóteses desse partido ter importância política.

2. De momento, as actividades de organização estão muito limitadas à área do centro-esquerda e socialista. O Movimento Democrático (MDP) continua a ser essencialmente uma movimento chapéu-de-chuva, alojando a maioria dos grupos no lado esquerdo do espectro. **Os partidos centristas, como o PPD de Balsemão, colocaram-se debaixo do chapéu-de-chuva do MDP**, apesar de manterem uma identidade organizacional separada.

3. O MDP editou um documento a 12 de Maio clarificando o que é e o que defende, face a alguma confusão pública. O MDP diz que não é um Partido ou uma frente formal, mas antes uma Confederação de anti-fascistas de todas as tendências e um instrumento para politizar e organizar a população. Presumivelmente o MDP não irá apresentar os seus próprios candidatos em futuras eleições, ainda que os seus membros possam participar sobre outras bandeiras.

4. Os socialistas (PS) trabalham duro para construir a infraestrutura partidária e combater deserções para vários pequenos grupos «socialistas». O PS prepara-se agora para abrir delegações através do país, com secções estabelecidas em Lisboa (duas), Porto e Barreiro (cidade de trabalhadores do outro lado do Rio Tejo). Estão a trabalhar um conjunto dos seus comités orgânicos, incluindo laboral, e uma comissão de 27 homens dirige o trabalho do PS. Pequenos grupos e frações socialistas formam-se quase todos os dias. Entre esses:

a) Grupo autónomo do Partido Socialista - procura politizar trabalhadores, capturar a sua fidelidade e a das forças de esquerda em geral, para esta organização próxima do PS.

b) Comissões de Base Socialista - procura unificar a extrema esquerda. Formado em Junho de 1973 como uma fracção da CDE, publica o jornal «Lutar pelo Socialismo» apontando para uma sociedade dominada pelos trabalhadores.

c) O Movimento da Esquerda Socialista - Já publicou o programa e estabeleceu um Quartel-Geral. Além de apoiar o Movimento Democrático, este grupo que privilegia as questões laborais, apela à criação de uma Confederação Geral de Sindicatos, ao salário Mínimo Nacional, à redução do trabalho semanal, à imediata liberdade para a Guiné-Bissau, etc. Este grupo parece ser a mais significativa fracção socialista.

5. Numerosos grupos minúsculos da extrema-esquerda apareceram, mas provavelmente não diminuíram a força do PCP. Estes são:

a) A Liga Comunista Internacionalista - grupo trotskista concentrado em acções de rua de estudantes e trabalhadores das províncias ultramarinas, e dos membros menos graduados das Forças Armadas. Parece agir concertadamente com o MRPP (maoistas).

b) Comité de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses - procura unificar o movimento laboral, apela ao PCP para ser mais militante na defesa dos interesses dos trabalhadores.

c) União Operária Revolucionária - pequeno grupo marxista revolucionário. Criou um bureau político para unir várias fracções esquerdistas. Estes grupos expressam suspeitas dos verdadeiros objectivos da Junta e de Spínola.

6. O mais importante grupo político além do PCP e do PS continua a ser o Partido Popular Democrático (PPD) de centro-esquerda, composto por prestigiados e moderados liberais e tecnocratas. O PPD procura ser um Partido Social Democrata de tipo europeu. A plataforma do Partido ainda não foi publicada, nem tem uma sede central permanente, mas apesar disso há uma adesão ao partido assente na confiança nos fundadores. Através de uma selecção, os membros do antigo regime são aceites no Partido. O líder do Partido, Francisco Balsemão, em

Conferência de Imprensa no dia 8, entre outros pontos, disse que o PPD procura abrir ao Este e ao Sul, a reintegração de Portugal nas organizações internacionais das quais foi expulso, e a entrada no mercado comum. Balsemão, «apesar de não repudiar a NATO», também apelou a uma maior independência dos EUA.<sup>62</sup>

7. Na franja anarquista existem os seguintes grupos:

a) Brigada Negra - detesta todo o sistema, e procura a sua completa destruição.

b) Anarquistas do Porto - inclui grupos minúsculos que pretendem abolir tudo o que seja tradicional.

c) Movimento de Acção Homossexual Revolucionária (MAHR) - afirma representar 1000 homossexuais para a revolução no Porto e em Lisboa;

8) Centro-esquerda, e grupos democráticos sociais e cristãos mencionados noutro telegrama, estão cindindo-se e reformando-se. Alguns novos partidos em cena:

a) Partido Cristão Social-Democrata - Dividiu-se e formou-se um novo grupo que chama a si mesmo Partido da Democracia Cristã. As razões para a divisão são pouco claros, e o tamanho de cada facção não é conhecido.

b) Partido da Democracia Cristã - Apela a um rápido desenvolvimento socioeconómico do ultramar para preparar as províncias para participar na federação luso-africana. A livre empresa é defendida como base para a criação

---

<sup>62</sup> Para quem pensava que o troca-tintismo era um exclusivo do PS e de Mário Soares, ora aqui tem uma declaração a ilustrar que também o PSD (então PPD) dizia uma coisa, pensava outra e praticava uma terceira.

de riqueza. O seu programa tem 37 pontos, mas o conjunto não é ideologicamente consistentemente. É demasiado cedo para aferir do apoio de que goza.

c) O Partido Democrático Socialista - Não se ouviu falar deste Partido (ver anterior telegrama) desde Maio. Mário Soares disse à imprensa que ele nunca tinha ouvido falar dele em Paris. Provavelmente é uma organização de papel.

d) Partido Trabalhista Democrático Português - Tem um comité de organização de 12 homens, e afirma ter milhares de aderentes. O Programa é moderado, liberal, orientado para a classe média.

e) Fraternalismo Português - estranho grupo que se chama a si próprio de centro-esquerda, e tanto critica os liberais como os extremistas socialistas. Insignificante.

9. O centro-direita permanece quieto. Mais ninguém ouviu falar do Movimento Federalista Português (MFP). O «Programa» também não tem estado activo. Ninguém proeminente está disposto de dar a cara pela direita moderada nesta fase, e Diogo Freitas do Amaral e Alberto Xavier, entre outros, dissociaram-se do MFP e do «Programa». No lado monárquico, a «convergência monárquica» editou um comunicado negando que é um Partido, mas diz estar a acompanhar com interesse o alinhamento político emergente. Alerta os seus aderentes para não comprometerem a organização tomando lados ou atitudes que possam quebrar a sua unidade.

10. Comentário: Estaremos provavelmente num pico do surgimento de novos partidos. O esperado anúncio da constituição do Governo Provisório deverá colocar um fim neste processo, que em parte surge do desejo natural de estar entre aqueles que a Junta escolha para dirigir a nação no período pré-eleitoral. **Aqueles partidos cujos membros tenham trabalhos ministeriais (e assim reconhecidos pela Junta como representantes de correntes**

**significativas de opinião no país) serão pontos de reunião para os menores.** Até à nova lei eleitoral para as eleições para a Assembleia Constituinte estar desenhada, as possibilidades de eleição dos pequenos partidos é diferente da dos grandes partidos.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01949\_b

**TÍTULO** Nomeado o Governo Provisório

**DATA** 16-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Na sequência do juramento do General Spínola como Presidente, a 15 de Maio, o Major do Exército que foi o porta-voz da Junta revelou os nomes dos novos membros do Governo Provisório. Comunistas, Socialistas e Centristas de topo feitos ministros sem pasta; ministérios maioritariamente chefiados por especialistas mas com alguns políticos proeminentes em lugares chave. Fim do Sumário.

1. A composição do governo provisório revelado na tarde de 15 de Maio na sequência do juramento do General Spínola como Presidente (comentários de Spínola na ocasião são sujeito de outro telegrama). Álvaro Cunhal, Francisco Pereira de Moura e Francisco Sá Carneiro, líderes de topo de, respectivamente, grupos políticos comunistas, socialistas e do centro-liberal, são ministros sem pasta, formando a direcção política da coligação de centro-esquerda sem responsabilidades administrativas directas. Figuras políticas também receberam os ministérios da Justiça, Trabalho, Assuntos Interterritoriais, Negócios Estrangeiros, Administração Local e Informação, com os restantes entregues em geral a profissionais não políticos. Um Tenente-Coronel desconhecido chefia o Ministério da Defesa, não sendo ainda claro qual o seu papel. Jovens activistas comunistas dirigem o Ministério do Trabalho. Seguem os comentários sobre os Ministros; comentários sobre os 14 Secretários de Estado e Subsecretários de Estado seguem noutro telegrama.

2. O Primeiro-Ministro **Adelino Palma Carlos**, de 69 anos, é um distinto advogado, antigo professor de Direito,

e antigo presidente da Ordem dos Advogados. Em anos recentes, ele dirigiu empresas prestadoras de serviços públicos e participou na Administração de outras empresas. Ele não está ligado a qualquer grupo político mas é considerado um reformador liberal. A Embaixada da Bélgica relata que uma das empresas onde participa na Administração é de uma firma Belga, **e que ele é rico e por isso é pouco provável que deixe reinar aqueles que querem acabar com os privilégios das classes privilegiadas**, e que não tem muito boa saúde, tendo já sofrido dois ou três ataques cardíacos.

3. O Ministro sem Pasta **Álvaro Cunhal**, 50 anos, é um duro e disciplinado comunista de toda a vida, actualmente servindo como Secretário-Geral do PCP. Nos últimos 14 anos ele viveu em Praga. Ele gastou doze anos nas prisões portuguesas.

4. O Ministro sem Pasta **Francisco Pereira de Moura**, 49 anos, é um economista internacionalmente conhecido, que é tido na mais alta estima pela maioria dos jovens economistas e tecnocratas portugueses, tendo virtualmente ensinado a todos eles. Pereira de Moura é um confirmado socialista e um católico devoto; ele é provavelmente o mais influente dos católicos progressistas. Os seus comentários e escritos indicam que vê o mundo em termos marxistas, mas não temos qualquer evidência que esteja sobre a influência do Partido Comunista apesar de ele ter trabalhado com comunistas nas Comissões Democráticas Eleitorais (CDE). Pereira de Moura visitou os EUA em Outubro de 1973 e recebeu assistência facilitadora do Departamento.

5. O Ministro sem Pasta **Francisco Sá Carneiro**, 39 anos, é um advogado de uma família proeminente do Porto. Ele era o mais intransigente e colorido dos deputados liberais entre 1969 e 1973. Ele deixou a Assembleia desgostado, poucos meses antes do termo do mandato. Fez equipa com outros liberais para formar o MDP<sup>63</sup>, partido centrista. Nos últimos

anos ele preparou extensa legislação, incluindo uma nova constituição, para a Assembleia Nacional.

6. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, **Mário Soares**, 49 anos, é um advogado e um socialista da ala esquerda. Soares é bem conhecido entre os jornalistas e as figuras socialistas no estrangeiro, **mas o seu Partido Socialista é basicamente uma organização no papel**<sup>64</sup>. Soares é inteligente e diligente; no entanto, ele não tem um largo seguimento em Portugal, e é visto por alguns como um oportunista. Ele viveu em Paris de 1969 até depois do golpe.

7. O Ministro das Finanças, **Vasco Vieira de Almeida**, 42 anos, é um homem de negócios que ascendeu rapidamente nos círculos bancários até chegar a dirigir, há uns meses, um dos bancos portugueses mais pequenos. Ele participou em organizações que se opunham ao regime de Salazar, algumas vezes trabalhando com comunistas, apesar de ele não ser um esquerdista. Participou no desenvolvimento da associação centrista SEDES. Banqueiros americanos que lidaram com ele expressaram-nos um grande apreço pela sua competência e razoabilidade.

---

<sup>63</sup> MDP é literalmente o que está no telegrama, mas é PPD como veremos mais à frente.

<sup>64</sup> As coisas que se dizem quando pensamos que só o Departamento de Estado vai ouvir.

8. O Ministro da Coordenação Interterritorial, **António de Almeida Santos**, advogado de Moçambique. Ele não é conhecido pela Embaixada.<sup>65</sup>

9. O Ministro da Justiça, **Francisco Salgado Zenha**, 51 anos, é um proeminente advogado que desde há muito está associado com a oposição socialista moderada em Portugal. Ele foi candidato da CDE em 1969. Salgado Zenha é conhecido pelos seus escritos e seminários legais sobre as liberdades civis. Ele foi o advogado chefe do longo e complicado Caso Champalimaud, que terminou no passado outono com um veredicto favorável a Champalimaud.

10. O Ministro da Educação, **Eduardo Correia**, 59 anos, é um professor de Direito que no último ano foi feito Director da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Correia é um reformador liberal e um amigo próximo do anterior Ministro da Educação, Veiga Simão.

11. O Ministro da Administração Local, **Joaquim Magalhães Mota**, 38 anos, é um advogado liberal e foi membro da reformista «ala liberal» da Assembleia Nacional de 1969 a 1973. Ele foi um dos fundadores da SEDES, associação para o desenvolvimento orientada para reformas. Ele juntou-se a Sá Carneiro e Pinto Balsemão para criar o centrista Partido Popular Democrático.

---

<sup>65</sup> Existe aqui uma referência a dois documentos do Consulado de Lourenço Marques, um deles igualmente disponível no WikiLeaks, onde se pode ler: «Ainda recentemente ao almoço, ele expressou a opinião de que a FRELIMO tem um apoio esmagador nos Moçambicanos pretos e estava destinada a ganhar o controlo sobre Moçambique quer a guerra continue quer não, e que Portugal deve alcançar um acordo com a FRELIMO o mais depressa possível tendo como base a independência de Moçambique. Temos noção que decisões políticas deste tipo serão tomadas antes de mais por Spínola e outras altas autoridades de governo, mas com base na sua passada reputação de integridade, duvidamos que Santos permaneça no posto muito tempo se as suas opiniões básicas não prevalecerem.»

12. O Ministro da Informação, **Raul Rego**, 61 anos, é um jornalista profissional e é actualmente o director do jornal socialista República. Ele dirigiu durante muitos anos críticas socialistas ao Governo Salazar/Caetano. É um amigo próximo de Mário Soares e Salgado Zenha.

13. O Ministro do Trabalho, **Avelino Pacheco Gonçalves**, é o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Distrito do Porto e é membro do Partido Comunista. Ele não é conhecido da embaixada.

14. O Ministro dos Serviços Públicos e do Ambiente, **Manuel Rocha**, cerca de 60 anos, é um agradável e altamente competente Engenheiro Civil. Durante 20 anos foi o Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, uma das poucas instituições portuguesas respeitadas no estrangeiro. Ele não é identificado com qualquer grupo político. Ele estudou no MIT nos anos 30, e recebeu o prémio de 1974 do Instituto de Engenharia de Minas e Metalurgia.

15. O Ministro da Defesa, Tenente-Coronel **Firmino Miguel**, de 41 anos, serviu sob o comando do General Spínola na Guiné, mas não é conhecido na Embaixada. As funções de Ministro da Defesa não são claras de momento; com a abolição do antigo Ministério do Interior, alguns observadores acreditam que o Ministro da Defesa supervisionará a organização policial doméstica. É de notar que não há ministérios por Armas<sup>66</sup>, a autoridade sobre as Armas passa através do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Costa Gomes.

16. O Ministro dos Assuntos Sociais, **Mário Murteira**, 41 anos, é professor de Economia e foi um dos fundadores da SEDES. É identificado com elementos centro-liberais e

---

<sup>66</sup> Anteriormente, a par do Ministério da Defesa Nacional, existiam o Ministério do Exército e o Ministério da Marinha.

tem escrito extensamente para o liberal Expresso<sup>67</sup>.

17. Comentário: Apesar da presença de Álvaro Cunhal e do Ministro do Trabalho comunista, o gabinete não tem a composição esquerdista que era sugerida pela actividade das passadas três semanas. Excepto pelo Ministro da Defesa, o Gabinete é inteiramente civil. Apesar de ser pouco claro qual o poder de decisão retido pelas Forças Armadas e por outros corpos, nós esperamos que o gabinete administre as agências governamentais com competência. A Embaixada e/ou o Consulado do Porto **têm tido contactos próximos e amigáveis com cinco dos novos ministros** (Vieira de Almeida, Zenha, Rego, Correia e Magalhães Mota) e contactos ocasionais com 4 outros (Pereira de Moura, Sá Carneiro, Rocha e Murteira).

---

<sup>67</sup> EXPRESSO: Jornal lançado em 1973 pela Sojornal – Sociedade Jornalística e Editorial, SARL, de que Francisco Balsemão detinha 51% do capital inicial, que incluía entre os seus accionistas o banqueiro Manuel Bouldosa; as famílias Ruella Ramos (Diário de Lisboa) e Botelho Moniz (Rádio Clube Português), António Patrício Gouveia, António Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01950\_b

**TÍTULO** A junta define as guias para o Governo Provisório

**DATA** 16-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: A Junta publicou a lista de princípios, objectivos e regras que determinarão o funcionamento do Governo Provisório nos próximos meses. A lista é ambiciosa, e muitos objectivos requererão somas avultadas para serem implementados. As liberdades políticas e pessoais básicas estão asseguradas; as guias sociais e económicas são moderadas.

Destaca-se o desejo da Junta de estabelecer relações com todos os países, e relações renovadas com os árabes. A Junta deseja manter a «tradicional amizade» com os EUA, e boas relações com a Espanha, o Brasil, o Reino Unido, a NATO e a CEE, que são expressamente mencionados no documento.

Outros destaques são a nacionalização de certos bancos de emissão, **e uma moderação geral e a razoabilidade das reformas adoptadas**. O texto foi enviado. Fim do Sumário.

1. Na manhã de 16 de Maio, a Junta emitiu um comunicado de imprensa com os princípios e linhas básicas que determinarão as futuras decisões do Governo Provisório. A declaração sublinha que o Governo Provisório é transitório e que não adoptará grandes reformas. O novo governo deve agir imparcialmente, para encorajar um debate público alargado nos problemas nacionais fundamentais, e para assegurar que nenhum tipo de extremistas comprometerá o processo democrático.

2. Seguem-se os «princípios técnicos» que sustentam o programa:

a) A necessidade de uma nova política económica ao serviço da nação, **especialmente os estratos mais baixos da população;**

b) O desenvolvimento de novas políticas sociais para **a defesa dos interesses dos trabalhadores**, e uma progressiva mas acelerada melhoria dos níveis de vida para todos os portugueses;

c) A necessidade de levar a tribunal, depois de uma cuidada investigação, todas as pessoas que se descubra serem corruptas, terem abusado do seu poder, ou prejudicado os direitos civis dos cidadãos;

d) Uma política externa baseada nos princípios da independência e igualdade entre Estados, e na não interferência nos assuntos internos. A paz será defendida, **e as relações internacionais serão alargadas e diversificadas, com o respeito dos actuais tratados;**

e) O reconhecimento do carácter essencialmente político da solução da guerra do Ultramar. Será lançada uma nova política que conduza à paz e que garanta uma coexistência pacífica e permanente de todos os residentes, e serão criadas as condições para um debate franco e aberto sobre o futuro do Ultramar.

3. As linhas e objectivos seguintes são estabelecidas para orientar o trabalho do Governo Provisório. Estas são agrupadas em 8 campos, como segue:

4. Organização do Estado: Rapidamente elaborar uma nova lei eleitoral, e promulgar novos regulamentos sobre a formação de partidos políticos; reforma do sistema judiciário e do código penal; rever as relações com o Ultramar; abolir progressivamente o sistema corporativo; fixar as novas regras governando as relações entre trabalhadores e administrações; reforçar a administração local para promover uma maior participação política dos cidadãos nas políticas locais.

5. Liberdades Civis: **garantir liberdades civis como definidas na declaração universal dos direitos humanos;**

garantir direitos políticos; desenhar novas leis dos *media*; assegurar uma imprensa, rádio e televisão pluralista e independente;

6. Segurança das pessoas e da propriedade: assegurar a ordem pública; permitir mas regular as manifestações públicas; reprimir o crime, a corrupção, a especulação, etc.

7. A política económica e financeira: combater a inflação; assegurar a igualdade das oportunidades económicas; estimular o investimento privado e a poupança; **adoptar novas medidas relativas ao papel do estado nos sectores básicos da economia**; liberalizar as relações económicas internacionais no comércio e nos fluxos de capitais; rever o plano de desenvolvimento; promover uma descentralização económica regional; reformar o sistema bancário e fiscal, para acelerar o desenvolvimento económico, e para favorecer as classes mais baixas; **nacionalizar os bancos emissores; promover uma reforma agrária gradual.**

8. Política social: **estabelecer um salário mínimo**; proteger o poder de compra; adoptar novas leis de bem-estar para protecção dos idosos, dos deficientes, dos órfãos, etc., **começar o trabalho para a criação de um Serviço Nacional de Saúde**<sup>68</sup>; substituir progressivamente a miríade de esquemas de segurança social por **um sistema de segurança social integrado**; tentar encorajar os imigrantes a regressar a casa; proteger o ambiente.

---

<sup>68</sup> Pois é. Também o SNS é fruto da Revolução. Outros ficaram com o nome de pais da coisa, mas a verdadeira paternidade é do MFA e da sua Comissão Coordenadora, encabeçada por Vasco Gonçalves. Nesta fase, a embaixada continua a atribuir à Junta o que resulta da acção do MFA. Mais tarde perceberá a diferença.

9. Política externa: Adicionalmente aos princípios que constam no ponto 2d), é estabelecida a seguinte política: respeitar os tratados internacionais em vigor, especialmente o tratado da NATO, bem como os acordos financeiros e comerciais existentes; contribuir activamente para a manutenção da paz e da segurança; intensificar as relações comerciais e políticas com países da CEE; reforçar a comunidade luso-brasileira. Manter laços com o Reino Unido; continuar a boa vizinhança com a Espanha; reforçar a solidariedade com os países latinos da Europa e da América; manter a tradicional amizade com os EUA; estabelecer relações comerciais e diplomáticas com todos os países; renovar as relações históricas com os estados árabes; definir políticas «realistas» para o Terceiro Mundo; participar activamente na ONU e noutras organizações internacionais.

10. Política Ultramarina: **reconhecer que a solução para as guerras no ultramar é essencialmente política, não é militar**; adoptar medidas para que os habitantes das províncias ultramarinas ganhem consciência, através de um debate franco e aberto, do facto que eles podem decidir qual será o seu futuro. **Manter operações defensivas nas províncias ultramarinas** «quando necessário para proteger a vida e a propriedade de todos os cidadãos»; acelerar o desenvolvimento económico, cultural e social do ultramar tendo em vista a activa participação política-social dos cidadãos na gestão dos assuntos públicos.

11. Política de educação, cultural e de pesquisa científica: mobilizar esforços para erradicar a iliteracia, e promover a cultura, especialmente em áreas rurais; promover reformas educacionais, envolver as escolas nos problemas sociais e na criação de uma sociedade genuinamente democrática; definir uma política nacional para a pesquisa científica.

12. Comentário: **Isto são grandes objectivos de facto para um governo provisório que é suposto operar por**

menos de um ano, e não realizar grandes reformas sistémicas, o tamanho da lista enfatiza a distância que Portugal tem que percorrer para apanhar o século XX. O progresso em todas as frentes envolve enormes quantidades de dinheiro e exige uma liderança forte bem como uma considerável contenção de parte das **classes mais baixas há muito privadas de muito**. Notável é a moderação de todo o pacote, que sugere que os responsáveis por escrever o programa são reformadores liberais e não radicais. De particular interesse é o facto do programa ser produzido pela Junta e entregue por ela ao Governo Provisório, como autênticas ordens de marcha. Disto e dos novos arranjos constitucionais (telegrama à parte) é claro que os militares pretendem manter o poder efectivo através da vida do governo provisório.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01961\_b

**TÍTULO** Firmas americanas sentem o impacto da agitação laboral em Portugal

**DATA** 17-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Sumário: As empresas em Portugal detidas por americanos foram apanhadas no turbilhão da agitação laboral desde o golpe de 25 de Abril. **Praticamente todos os negócios americanos foram atingidos com listas de reivindicações que incluem aumentos salariais**, despedimento de supervisores, saneamento (isto é, remoção) de estrangeiros da administração, partilha de lucros e participação de trabalhadores na gestão. Várias firmas dos EUA estão em greve, outras rejeitaram as reivindicações e esperam a resposta, e as restantes têm diálogos em curso em resposta às reivindicações. Fim do sumário.

2. A esta data, praticamente todas as empresas americanas em Portugal, bem como nas restantes empresas, foram apresentadas com reivindicações dos seus trabalhadores, de uma forma ou outra. Estas confrontações podem ser divididas em três grupos: a) os casos mais sérios são aqueles nos quais as comissões de trabalhadores apresentaram ultimatos com rastilho curto para grandes concessões. Em vários casos, estes ultimatos foram rejeitados pelas administrações e daí resultaram imediatamente greves. No que vai de semana, tiveram já greves selvagens: Pneus Firestone, Timex, Laboratórios Pfizer, Merck, Sharp & Dohme, Blue Bell e Applied Magnetics. Há provavelmente outras dos quais não temos conhecimento. **Em cada um destes casos, a gestão estava disponível para discutir aumentos salariais e a melhoria das condições laborais, os horários, e benefícios marginais.** No entanto, a principal questão irreconciliável tem sido a do despedimento de alguns supervisores, nalguns casos portugueses e noutros casos estrangeiros.

b) A outras firmas americanas foram apresentadas reivindicações mas ainda não sofreram greves. Novamente, essas reivindicações incluem algumas das seguintes: remover estrangeiros das posições de gestão, despedir supervisores em concreto, partilha de lucros, e aumentos salariais e dos restantes benefícios. A maioria das firmas electrónicas, bem como várias empresas têxteis e ligeiras caem nesta categoria.

c) Por fim, a algumas firmas foram apresentadas reivindicações para aumentos salariais que ultrapassam os efeitos do custo de vida. Uma ampla boa vontade existe em ambos os lados para chegar a acordos de aumentos salariais, e desde que as questões decisivas da gestão não sejam uma questão, há perspectivas de evitar greves e confrontações disruptivas. Várias das maiores firmas dos EUA estão nesta última categoria: General Motors, Ford e Mobil.

3. O sector electrónico é um caso especial onde 9 firmas dos EUA empregam mais de 10 000 pessoas. Um contrato de trabalho colectivo para este sector definiu os custos do trabalho nestas firmas. Em alguns casos, os salários dos trabalhadores directos aumentaram de 80 dólares mensais para 200. Apesar destes aumentos salariais (e também de melhorias significativas noutros benefícios), a maioria destas firmas electrónicas têm sido atingidas com reivindicações de despedimento de supervisores e da participação na gestão. Isto sugere que os trabalhadores, pelo menos no sector electrónico, não ficarão satisfeitos simplesmente com um melhor salário, uma redução do horário de trabalho e mais benefícios, mas têm igualmente objectivos ideológicos.

4. Com a desintegração das instituições do Estado Corporativo na sequência do golpe, **virtualmente desapareceu a habilidade<sup>69</sup> de mediar do Governo**. O único recurso efectivo da gestão é pedir a intervenção de um representante da Junta. No entanto, este recurso envolve um risco considerável já que o representante da Junta é, normalmente, um oficial subalterno enviado de um posto militar próximo. Caracteristicamente, ele tem apenas uma vaga orientação, com as mãos livres para resolver o problema como entender. Em alguns casos o representante da Junta decide arbitrariamente a favor de um lado ou do outro. **A maioria das vezes, no entanto, o representante da Junta encorajou a continuação do diálogo, alertou os trabalhadores contra a violência ou a destruição de propriedade e tentou persuadir os gestores a aceitar algumas das reivindicações.**

5. A maioria dos gestores americanos sentem que o pior dos problemas laborais está ainda por acontecer. **No passado, o governo português garantia um tampão<sup>70</sup> entre os trabalhadores e a gestão**, na ausência de regras básicas para a resolução de disputas, as firmas encontram-se isoladas e vulneráveis às reivindicações dos trabalhadores. A maioria das administrações afirmou a expressa determinação de não aceitar reivindicações como o despedimento de supervisores impopulares ou estrangeiros, a partilha de lucros e a participação na gestão das comissões de trabalhadores. Vários administradores esperam a continuação de problemas e expressam esperança que o governo

---

<sup>69</sup> Não terá sido propriamente a habilidade, mas principalmente a força à disposição para reprimir os trabalhadores: a GNR, a PIDE/DGS, etc.

<sup>70</sup> «Buffer» é a palavra usada. Irresistível fazer o trocadilho: o que o governo português garantia era uma rede de bufos, de agentes da PIDE e da GNR, com o encargo de reprimir a organização e luta dos trabalhadores.

provisório restabelecerá algo parecido com a ordem no campo laboral. Entretanto, os empresários norte-americanos estão desanimados com o curso dos acontecimentos e estão apreensivos com as condições futuras aqui.

Comentário: A Junta, através de comunicados e através do discurso do Presidente Spínola na tomada de posse, consistentemente encorajou os grupos de trabalhadores a refrearem-se. No entanto, apesar dos apelos de algumas administrações, **a Junta recusou-se a usar a força contra os trabalhadores**. Presumimos que a política da Junta seja permitir ao movimento laboral aliviar a pressão durante o período entre o golpe e o estabelecimento do governo provisório. A Junta também querará manter a sua imagem junto dos trabalhadores deixando para o governo provisório e, mais especificamente, deixando a imposição da ordem para o Ministro do Trabalho, que é um activista do Partido Comunista Português. A Junta e o novo ministro da Coordenação Económica parecem ter consciência da fragilidade da sua economia e irão tentar evitar perturbações significativas pelo movimento laboral. A verdadeira questão é se a ordem pode ser restabelecida sem confrontações violentas entre o Governo e os trabalhadores, ou sem causar a ruptura na coligação entre a esquerda política e os moderados no Governo provisório.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01975\_b

**TÍTULO** Resumo dos acontecimentos na Guiné portuguesa

**DATA** 17-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: A vida política da Guiné revive depois do golpe, com a constituição de pelo menos três grupos políticos. O General Bettencourt Rodrigues, antigo Comandante e Governador da Província, foi removido do seu posto pelo regime, com as suas funções divididas nas componentes militar e civil, ambas encabeçadas por oficiais das Forças Armadas. A imprensa realça a libertação de um conjunto de presos políticos, mas os combatentes do PAIGC ainda se encontram presos. O delegado do MFA, Bruno, alertou os líderes militares da província para se precaverem do contra-ataque económico de inimigos não especificados. Fim do Sumário.

1. Pouco depois das notícias do golpe de 25 de Abril terem chegado à província, o Governador e Chefe militar da Província, o General Bettencourt Rodrigues foi demitido pelo MFA e enviado para um exílio temporário em Cabo Verde, acompanhado por um conjunto de adidos e oficiais superiores. O Comodoro Almeida Brandão assumiu o comando interino das Forças Armadas a 26 de Abril, e o Tenente Coronel António Mateus da Silva tornou-se o Governador Civil temporário.

2. O 1º de Maio na Guiné registou um recolher obrigatório às 21h00, mas, com a excepção de algumas manifestações hostis na sede da DGS, não ocorreram quaisquer actos de violência. Dezanove presos políticos foram libertados a 5 de Maio. No entanto, não foi concedida liberdade aos prisioneiros do PAIGC, apesar das Forças Armadas locais terem editado um comunicado onde asseguram que as condições sanitárias, alimentares e de alojamento dos prisioneiros do PAIGC serão revistas para assegurar os níveis requeridos pelas convenções internacionais.

3. A 7 de Maio, o Tenente Coronel Carlos Soares Fabião, delegado da Junta e novo Governador Civil da Província, chegou à província acompanhado do adido de Spínola, Tenente Coronel Almeida Bruno. Fabião viveu 12 anos na província, e serviu na Guiné sob o comando de Spínola, como comandante de uma milícia africana local. Numa declaração à chegada, Fabião recordou aos líderes provinciais reunidos, que foi na Guiné que o General Spínola desenvolveu o seu programa para a solução dos problemas nacionais mais urgentes. Destacou que só um governo legitimado é aceite livremente pelos cidadãos. Disse aos guineenses que eles, independentemente da sua classe social, lhe deveriam levar os seus problemas, que prometeu tentar resolver. Salientou a urgência dos guineenses se unirem para criar «uma Guiné governada pelos guineenses». Fabião prometeu «africanizar a Guiné» tão rapidamente quanto possível, por forma a alcançar a completa descolonização, que ele afirmou ocorrer quando «colonizadores e colonizados adquirirem o mesmo nível sócio-cultural». A linha de conduta futura, disse o Governador, será desenvolvida depois de ouvidas as opiniões populares, e será «apresentada para aprovação popular». **O objectivo final é «uma melhor Guiné no quadro de um Portugal permanentemente renovado».**

4. O Tenente Coronel Bruno, que esteve poucos dias em Bissau antes de regressar à metrópole, disse aos líderes militares da província no dia 9 de Maio, que eles ficavam responsáveis por assegurar que os políticos agiam em conformidade com o programa do MFA, e por desactivar qualquer tentativa de contra-ataque da elite económica. Todos os oficiais devem tomar uma posição, avisou Bruno, pois não há espaço para neutrais na era pós-golpe.

5. Na frente política, o antigo deputado guineense da Assembleia Nacional, Martins Nunes, disse a pessoal da embaixada a 27 de Abril que ele pretendia reavivar a moribunda Liga Popular dos Guinéus (LPG) como uma alternativa nativa da Guiné ao PAIGC. Nunes confidenciou que

a Junta goza do apoio de Spínola para o seu programa, que procura remover os cabo-verdianos das altas posições administrativas em Bissau (colocando no seu lugar guineenses), e por armazenar apoio para uma solução não violenta do problema das províncias. O objectivo final de Nunes é uma Guiné unida em Federação a Portugal mas administrada por guineenses. O anúncio público do reavivar da Liga foi feito a 3 de Maio depois de Nunes se reunir com Spínola.

6. Logo após o anúncio do estabelecimento da Liga, o rival Movimento Democrático da Guiné (MDG) foi criado em Bissau e legalizado por Fabião (11 de Maio). O Programa do movimento é muito semelhante ao da Liga, já que apoia a não-violência e um crescente papel administrativo da população indígena. No entanto, está no programa a possibilidade de que o povo possa escolher a independência. O grupo sublinha-o para defender a propriedade dos brancos e a «situação» dos empresários locais. O líder deste movimento é António Baticã Ferreira, um médico guineense conservador que trabalha em Lisboa.

7. A reacção do PAIGC ao estabelecimento da LPG e do MDG foi rápida e negativa. O comité executivo do PAIGC emitiu um comunicado a 13 de Maio a partir de Argel reafirmando as suas credenciais como único representante do povo da Guiné-Bissau e único grupo reconhecido pela OUA. Alertou os guineenses contra o aparecimento de «pseudo-grupos nacionalistas criados no último momento e apoiados por estrangeiros». De acordo com relatos da imprensa no dia seguinte, uma manifestação de 5000 juntou-se pacificamente em frente ao Palácio do Governo em Bissau em favor do PAIGC e contra o neo-colonialismo. Um partido político pró-PAIGC, cujos detalhes não conseguimos, e que se chama a si próprio «Movimento anti-manfredo» foi criado no mesmo dia em Bissau.

8. Comentário: Pela primeira vez desde que há memória, decorre na Guiné uma actividade política aberta. **Quer**

**a LPG quer o MDG precisam de recuperar uma grande vantagem contra o rival PAIGC** apoiado e baseado no estrangeiro. É difícil avaliar qual a resposta das massas indígenas aos apelos nacionalistas (leiam-se não cabo-verdianos) destes novos grupos de «filhos da Guiné».<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> Este parágrafo é muito elucidativo: por um lado, temos o reconhecimento – nunca assumido publicamente – que o PAIGC é o verdadeiro representante do povo da Guiné-Bissau; por outro, a tentativa de recurso ao racismo e à divisão para manter o controlo imperialista sobre a Guiné-Bissau.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01990\_b

**TÍTULO** Estabelecida uma nova e temporária estrutura constitucional

**DATA** 17-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: A Junta de Salvação Nacional promulgou uma lei emendando a Constituição de 1933. A lei estabelece a organização política que funcionará até à aprovação de uma nova Constituição pela Assembleia Constituinte no Verão de 1975. (também estabelece os procedimentos para a elaboração de uma nova lei sobre a eleição dos membros da Assembleia Constituinte). A lei define seis órgãos de governo que exercerão interinamente o poder político, e esboça os poderes de cada um. A estrutura das Forças Armadas é independente do governo provisório, e o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas é elevado ao mesmo nível que o Primeiro-Ministro. Ao mesmo tempo é criado um grupo de planeamento da defesa encabeçado pelo Presidente. A lei mostra o poder firmemente institucionalizado nos militares, e dá um papel predominante ao Presidente. Algumas questões são pouco claras, como por exemplo se será organizado um referendo para aprovar a futura constituição. Fim do sumário.

1. Uma «estrutura constitucional» temporária foi decretada pela Junta a 14 de Maio (lei 3/74) para regular a organização política até que entre em vigor, a nova Constituição elaborada pela Assembleia Constituinte. A lei sublinha que a anterior Constituição continua em vigor excepto naquelas partes em que é contrária aos princípios do Movimento das Forças Armadas, e excepto as emendas específicas. A lei começa com os procedimentos que levarão à promulgação da nova constituição. O primeiro passo será a aprovação de uma nova lei eleitoral.

2. Lei Eleitoral: O governo provisório irá nomear uma Comissão para esboçar a lei eleitoral em 15 dias con-

tados a partir de 16 de Maio. O governo provisório irá considerar o esboço da lei eleitoral, que será submetido para aprovação do Conselho de Estado a tempo de ser publicada antes de 15 de Novembro de 1974. A lei eleitoral especificará o número de membros da Assembleia Constituinte, as suas qualificações, os distritos eleitorais e o processo eleitoral. A única estipulação é que as eleições devem ser por sufrágio universal e voto secreto e directo.

3. Assembleia Constituinte: As eleições para a Assembleia Constituinte realizar-se-ão antes de 31 de Março de 1975, com a data concreta a ser fixada pelo Presidente da República. A Assembleia Constituinte reunirá 15 dias depois da sua eleição. Deve considerar e aprovar uma Constituição em 90 dias, um período que pode ser prolongado por mais 90 dias pelo Presidente da República depois de consultar o Conselho de Estado. Se não for aprovada uma Constituição depois deste segundo período, devem ser realizadas novas eleições para a Assembleia Constituinte. Assim que a Constituição esteja aprovada, a Assembleia Constituinte será dissolvida. (O que acontecerá então depende das provisões da nova Constituição, mas presumivelmente incluirá eleições gerais).

4. Até a nova Constituição ser aprovada, os seguintes seis órgãos de governo exercerão o poder político inteiro: Assembleia Constituinte, Presidente da República, Junta de Salvação Nacional, Conselho de Estado, Governo Provisório e «os tribunais». Deveres e atribuições de cada um são destacados a seguir.

5. Presidente da República, escolhido de entre os membros da Junta, é o responsável perante a Nação. Entre outras coisas, de acordo com a lei, ele assegura o cumprimento da lei e da Constituição; preside à Junta, ao Conselho de Ministros e ao Conselho de Estado; nomeia e demite os membros do Governo Provisório; convoca o Conselho de Estado e o Conselho de Ministros; marca

a data para as eleições da Assembleia Constituinte; dirige as relações internacionais; serve como comandante em chefe das Forças Armadas; selecciona os 7 civis membros do Conselho de Estado; preenche algumas vagas no Conselho de Estado; declara, consultando o Conselho de Estado, o Estado de Sítio e a suspensão das garantias constitucionais; e promulga todas as leis e resoluções (que não são legais sem a sua assinatura). São impostas algumas restrições limitadas aos poderes do presidente. Excepto se especificamente isento, os seus «actos» devem ser aprovados pelo primeiro-ministro e pelo(s) ministro(s) cuja função esteja especificamente envolvida.

6. A Junta de Salvação Nacional é composta por sete militares nos quais está depositado o mandato do Movimento das Forças Armadas (MFA). O Conselho de Estado está encarregue de preencher qualquer vaga na Junta nos 15 dias após a vaga. A Junta é responsável por assegurar o cumprimento do programa do MFA e desta Constituição; para a selecção do Presidente da República, do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas e dos Chefes de Estado Maior das três Armas; designa o presidente interino da República de entre os seus membros se o Presidente estiver incapacitado. Até à sua dissolução, a Junta é considerada como estando sempre em sessão. As decisões da Junta requerem quatro votos.

7. Conselho de Estado, virtualmente moribundo durante os dias de Salazar e Caetano, é mantido com um papel alargado no novo esquema e consiste nos sete membros da Junta, em sete representantes das Forças Armadas (escolhidos pelo MFA) e sete cidadãos de «reconhecido mérito» a ser designados pelo Presidente da República. Na morte, demissão ou incapacidade física dos representantes «cidadãos» ou do MFA, o Presidente designará a sua substituição em 15 dias.

A aprovação do Conselho de Estado deve ser recebi-

da pelo Governo provisório nas medidas relativas à eleição para a Assembleia Constituinte, à política económica, social e financeira, às liberdades civis, à defesa nacional e ao governo das províncias ultramarinas. Adicionalmente, o Conselho de Estado monitoriza a acção do governo provisório e tem o poder de declarar qualquer acção anticonstitucional, pode autorizar o Presidente a fazer a guerra ou a paz, pode declarar o Presidente fisicamente incompetente e pode-se pronunciar, a pedido do Presidente, em situações de emergência nacional ou em assuntos de interesse nacional.

8. O governo provisório é politicamente responsável perante o Presidente e quando reúne como um todo define as políticas para concretizar o programa do MFA. Consiste de um primeiro-ministro (que pode assumir alguns ministérios) e um conjunto de Ministros, Secretários de Estado e Subsecretários de Estado. O Presidente nomeia e demite o Primeiro-Ministro e os Ministros, enquanto o Primeiro-Ministro propõe e o Presidente nomeia os Secretários e Subsecretários de Estado. Quando um Ministro é demitido, os seus Secretários e Subsecretários de Estado devem demitir-se. Os ministros sem pasta desempenham deveres neles delegados pelo Primeiro-Ministro e ajudam na coordenação inter-ministerial. O Governo Provisório conduz a política geral, aprova os actos do Presidente, adopta decretos e aprova tratados, supervisiona a administração pública e elabora as leis eleitorais. Qualquer acto que implique aumento ou diminuição das receitas do Estado deve ser aprovado pelo Ministro da Coordenação Económica. Ordinariamente, o Primeiro-Ministro convoca as reuniões do Conselho de Ministros (apesar do Presidente também o poder fazer), preside às reuniões, coordena e assegura o seguimento das políticas acordadas no Conselho de Ministros.

9. Pouco é dito sobre os Tribunais, excepto que não serão

permitidos tribunais políticos especiais. Os tribunais militares continuam a funcionar.

10. Além dos 6 órgãos civis de poder provisório mencionados acima, existe uma estrutura das Forças Armadas completamente independente. A única ligação das Forças Armadas com o Governo Provisório é através do Ministro da Defesa (ao contrário do anterior regime, que tinha um Ministro da Marinha, um do Exército e um Secretário de Estado da Força Aérea e um Subsecretário de Estado do Exército). É pouco claro o papel do Ministro da Defesa, além da simples ligação entre o governo civil e militar. O Chefe de Estado Maior das Forças Armadas tem «categoria idêntica» ao primeiro-ministro, mas está um degrau abaixo deste na hierarquia de governo. Os respectivos chefes do Estado-Maior das três armas tratam de todas as questões militares relacionadas com as suas Armas. É criado um Alto Conselho Nacional para a Defesa para coordenar a política e as acções de defesa nacional, presidido pelo Presidente da República, incluindo o Primeiro-Ministro, o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, o Ministro da Defesa, dos Negócios Estrangeiros, da Coordenação Económica e da Interterritorial, e os chefes de Estado Maior das três armas, podendo o Presidente da República convidar outros ministros, governadores civis ou militares do Ultramar, a participar se o assunto em consideração requerer a sua presença (os Governadores Gerais e os Governadores do Ultramar foram elevados à categoria de Ministros ou Secretários de Estado por outras disposições desta lei).

Comentário:

11. A questão mais destacada desta lei é o grau no qual o poder é retido firmemente em mãos militares. Dois terços do Conselho de Estado são militares, a par de que a Junta mantém a sua identidade separada como «defensora da fé». Além disso, o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas é

elevado organicamente a par do Primeiro-Ministro, apesar de subordinado no protocolo. Também se destaca a importância do Presidente, que tem poder de veto sobre o Conselho de Estado e sobre o Conselho de Ministros, e que é claramente a figura mais importante no Governo.

12. Alguns pontos são pouco claros, por exemplo, a lei refere que a Assembleia Constituinte esboçará e aprovará a nova Constituição, mas não menciona qualquer referendo à Constituição, apesar do Presidente Spínola, no discurso da sua tomada de posse, a 15 de Maio, ter dito que a lei fundamental do país seria sujeita a referendo popular.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 01992\_b

**TÍTULO** Comentários ao discurso de tomada de posse de Spínola

**DATA** 20-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O discurso do General Spínola na tomada de posse como Presidente foi equilibrado, moderado e marcado pelos verdadeiros problemas que a nova liderança deve enfrentar. A sua afirmação sonora de adesão aos ideais democráticos e os seus alertas contra as desordens e as vinganças foram particularmente oportunos e eram desenhados para acalmar os nervos através do país. Fim do Sumário.

1. Enviámos o discurso completo de Spínola na tomada de posse como Presidente da República. Seguem os comentários da Embaixada.

2. O seu generoso louvor às Forças Armadas e particularmente ao Movimento das Forças Armadas foi provavelmente motivado pela combinação de vários factores, incluindo a sincera admiração, a deferência para a influência e poder do Movimento, e o desejo de lembrar a nação que foram as Forças Armadas, e não uma revolução popular, quem derubou o velho regime. Spínola sublinhou a sua dedicação aos princípios e instituições democráticas e enfatizou a responsabilidade dos líderes do governo provisório de construir instituições democráticas que permitam ao povo decidir os destinos do país, assim indicando que as maior decisões de longo prazo não serão tomadas pelo governo provisório. Spínola afirmou que apenas aceitou a presidência com o único objectivo de garantir que as esperanças dos portugueses não seriam traídas; ele disse que a política não o atrai, mas a vida militar sim; ele disse que voltaria à vida militar depois do Presidente eleito tomar posse. Ele não afastou definitivamente, no entanto, a possibilidade de ele próprio se candidatar à presidência, que nós sentimos ser provável.

3. A maior parte do discurso foi devotado à necessidade de ordem no processo de mudança em curso. Spínola reconheceu a ocorrência de «alguns excessos prejudiciais ao clima de tranquilidade cívica, cuja firme salvaguarda é requerida». Ele disse que «a democracia não significa anarquia» e alertou que «as liberdades de algumas pessoas não podem ser ameaçadas pelos excessos de outras». Ele afirmou que «o desrespeito pela ordem social democrática foi sempre a porta através da qual entraram as ditaduras». Nem no Portugal europeu **nem nos territórios ultramarinos**, disse Spínola, será permitido às minorias afectar o livre desenvolvimento do processo democrático. Spínola sublinhou a necessidade de estabilidade social no sector económico, e apelou ao aumento da produtividade dos trabalhadores.

4. Spínola repetiu os apelos realizados antes pelo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Costa Gomes, para que «os partidos da emancipação africana regressem ao quadro da livre actividade política» como prova do seu idealismo. Isto sugere que os portugueses ainda não abandonaram a esperança que os movimentos insurgentes aceitem procurar uma solução pacífica para o problema do Ultramar, mas é sem dúvida também dirigido à audiência na Europa e na América.

5. Spínola defendeu a correcção de injustiças do passado, mas avisou contra «o ódio cego ou a vingança obstinada contra os responsáveis de males do passado». Ele disse que a investigação de tais responsabilidades deve ser deixada «à justiça» porque a intenção do Movimento das Forças Armadas era «que as decisões arbitrárias e os velhos métodos de repressão fossem banidos da vida nacional e não apenas que mudassem de mãos». Ele recusou-se a ler a vontade popular através das manifestações de massas, dizendo que os ditadores sempre utilizaram esse «aplausos»

popular eufórico»<sup>72</sup>. Esta secção tem muita importância pois o destino dos quadros do antigo regime tem preocupado muitos portugueses e tem o potencial de levar o Governo provisório a um conflito com a esquerda. No entanto, tomamos Spínola à letra, e suspeitamos que ele deve ter conseguido o acordo do Movimento das Forças Armadas antes de tratar publicamente esta questão ou até antes de ter aceite encabeçar a Junta. A composição do Governo provisório indica que esse poder, na maior parte, apoia completamente Spínola nesta questão chave e noutros pontos mencionados acima.

6. Acreditamos que o principal objectivo do discurso foi reassegurar ao povo português, particularmente aos funcionários públicos e aos empresários, que o país tem uma forte e moderada liderança, que está consciente das apreensões largamente existentes no país e que está determinada a lidar com os problemas de uma forma ordeira e justa.

---

<sup>72</sup> Este é o homem que daqui a três meses convocará uma manifestação nacional (para tentar impor a sua ditadura pessoal, dirão as más-línguas, com que Spínola parece aqui concordar).

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02019\_b

**TÍTULO** Comentários do General Costa Gomes sobre a África portuguesa

**DATA** 21-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. No dia 20 de Maio reunimos com o General Costa Gomes, número 2 da Junta, que disse acreditar que a situação política em Angola, Moçambique e na Guiné portuguesa levariam provavelmente a resultados distintamente diferentes. Em Angola ele sentia menor antagonismo entre raças e entre grupos étnicos. Ele também referiu que nenhum grupo insurgente é dominante. Ele acredita assim que se aos pretos fosse dada a oportunidade de auto-determinação, até poderiam optar por alguma forma de continuar a relação com Portugal.

2. Sobre Moçambique ele estava muito pessimista. Desde o seu tempo de serviço, há cerca de 5 anos, ele sentia que as relações entre pretos e brancos se deteriorara muito rapidamente, tendo os brancos ficado muito racistas sobre a influência da Rodésia e da África do Sul. A FRELIMO é de facto o único grupo de libertação significativo. A influência preponderante na FRELIMO dos comunistas chineses torna-a uma entidade difícil de lidar com ela. Apesar de ser possível conceber uma associação continuada entre Moçambique e Portugal, ele acha que é mais provável que a maioria preta de lá escolha a independência. Dada as amargas rivalidades entre alguns grupos étnicos pretos, ele teme que a independência para Moçambique signifique a guerra civil. Apesar de tal resultado ser muito desafortunado, ele achava que Portugal tinha de dar ao povo uma escolha completamente livre e temia que uma independência seguida de uma guerra civil era praticamente inevitável.

3. Quanto à Guiné Portuguesa, ele sentia que as perspectivas para acabar lá a guerra eram de facto favoráveis.

O PAIGC é o único Partido de alguma consequência. As perspectivas para um cessar-fogo são boas, já que o PAIGC e as populações sob o seu controlo, bem como as forças portuguesas, estão cansados da guerra e ansiosos por arranjar-lhe um fim.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02011\_b

**TÍTULO** Entrevista do Embaixador com Spínola

**DATA** 21-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Durante a conversa com o Embaixador, o Presidente Spínola deu a sua garantia que os recentes acontecimentos em Portugal não deveriam ser interpretados como significando que Portugal estava a seguir o caminho do comunismo e **expressou a sua confiança que o governo permanente que resultará das eleições dentro de um ano não terá representação de comunistas ou socialistas.** Fim do Sumário.

1. Falei com o Presidente Spínola a 20 de Maio para expressar as minhas congratulações em nome do governo e do povo dos EUA pela sua assumpção da presidência, e para expressar a simpatia e o apoio americano pela linha política que ele inaugurou. No contexto de rumores circulando em Lisboa sobre uma conspiração da CIA com ex-membros da DGS para lançar um contra-golpe, assegurei-lhe que tais rumores eram completa e totalmente injustificados. Nesta última questão, Spínola disse que conhecia os rumores mas que nenhuma pessoa razoável lhes daria crédito agora que Portugal tinha embarcado na formação de um sistema político democrático semelhante ao dos EUA e tinha adoptado uma política para a África portuguesa de acordo com o que os EUA vinham defendendo há anos.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Registe-se. Spínola não acredita que os EUA estejam a conspirar para o derrubar porque... está a fazer o que eles querem.

2. Spínola assegurou-me que desejava umas relações ainda mais estreitas com os EUA do que as que tinha obtido no passado. Referindo-se a algumas incertezas sobre a situação portuguesa entre os observadores estrangeiros, com os medos particularmente estimulados pela presença de comunistas no novo governo provisório, ele assegurou-me que Portugal está longe de se dirigir para o comunismo. Portugal está determinado a ter um sistema completamente democrático, mas as limitações à acção do governo provisório e às actividades dos partidos políticos, inerentes ao programa das Forças Armadas, serão firmemente mantidas. Quando as eleições tiverem sido realizadas daqui a um ano, Spínola expressou a sua confiança que Portugal provaria ao mundo que não era um país comunista. Ela afirmou a sua convicção firme que o futuro governo permanentemente não teria comunistas nem socialistas. Quando questionado, ele repetiu «nem socialistas».

3. Expressei o meu sentimento de que o governo dos EUA compreendiam as razões que requeriam a inclusão de um largo espectro no governo provisório. Referi o nervosismo dos empresários americanos em Portugal em resultado das greves e das reivindicações extremas dos trabalhadores, particularmente as relacionadas com mudanças na gestão. Spínola reconheceu que as reivindicações laborais representavam um problema sério, mas pediu paciência e indicou a sua confiança que os problemas se resolveriam.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02019\_b

**TÍTULO** Firmas americanas sentem impacto da agitação laboral em Portugal

**DATA** 21-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Sumário: Empresários americanos em Portugal, já preocupados com o curso dos acontecimentos no campo laboral, ficaram ainda mais enervados depois de vários incidentes nos últimos dias envolvendo firmas dos EUA. Entretanto, o Presidente Spínola disse ao embaixador, numa reunião privada, que ele estava consciente da necessidade de ordem nas relações industriais, e expressou a esperança de que os empresários dos EUA fossem pacientes até o Governo Provisório conseguir focar-se nas questões laborais. Fim do Sumário.

2. Em anteriores telegramas nós descrevemos a situação laboral geral e as atitudes das firmas americanas. Desde o preenchimento desses relatórios, vários incidentes envolvendo firmas americanas serviram para agravar as apreensões dos empresários americanos. Enquanto cada uma dessas disputas laborais parece ser um exemplo extremo, notícias de cada uma circularam rápidas entre os empresários americanos. A seguinte situação ilustra bem o que mais preocupa os gestores americanos:

a) O Administrador Geral e o seu Vice, da Singer, foram suspensos da companhia por ordem do Ministro do Trabalho depois de uma petição dos empregados da Singer. Ambos, cidadãos espanhol e português respectivamente, obedeceram às ordens apesar de terem dúvidas da sua legalidade. A Singer enviou um Director-Geral em funções da sua sede de Londres, enquanto aguardam o resultado do apelo feito ao Ministro do Trabalho pelos advogados da Singer.

b) A Blue Bell Portugal Inc., fabricante dos jeans vaqueiros, teve uma quente disputa laboral por causa da

supervisão por técnicos estrangeiros que teve o seu pico no dia 17 de Maio com 5 gestores a serem retidos pela força dentro da fábrica no Fogueteiro, a sul de Lisboa. Um pedido de assistência através de pessoal da Embaixada resultou na chegada ao local de oficiais das Forças Armadas que ajudaram a acalmar a situação. Os oficiais aceitaram então agir como árbitros das negociações entre os gestores e a comissão de trabalhadores.

c) A Firestone portuguesa SARL esteve em greve entre 13 e 18 de Maio, pela reivindicação que a gestão despedisse 5 gestores, incluindo o director da fábrica. A 20 de Maio, os empregados regressaram ao trabalho, mas não permitiam a entrada nos terrenos da Firestone aos supervisores na lista negra. A gestão da Firestone pediu a intervenção do governo e está à espera de uma decisão do governo.

3. Os representantes de topo do Governo português continuam a apelar ao entendimento entre trabalho e gestão. Durante uma conversa privada com o Presidente Spínola a 20 de Maio, o embaixador adiantou as apreensões dos empresários americanos face à frenética actividade laboral. Spínola respondeu positivamente, apontando a sua consciência da necessidade de restabelecer a ordem no sector laboral, e sugerindo que os empresários terão de ser pacientes até que o novo governo provisório se consiga organizar a si próprio e ao país.

4. Comentário: A atitude do Presidente Spínola, face à necessidade de ganhar a confiança dos empresários, foi tranquilizadora. Estamos agora à espera para ver se esta atitude pode ser transposta para a política nacional, comunicada aos níveis operativos do governo provisório, e implementada através da cooperação entre o Governo, a Indústria e os Sindicatos.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02024\_b

**TÍTULO** Grupo Intersindical nomeia delegados dos trabalhadores para reunião da OIT

**DATA** 21-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Sem esperar por uma clarificação da legitimidade<sup>74</sup> de representar o sector laboral português, a «Intersindical Nacional» reuniu a 17 de Maio e seleccionou os delegados para falar pelos trabalhadores portugueses na Conferência de Junho da OIT. A lista aprovada é a seguinte: Manuel da Silva (Metalúrgico), Angelo Ferreira (Metalúrgico), Canais Rocha (trabalhadores dos escritórios), Firmino Martins (Ferroviário), Manuel Lopes (Lanifícios), Vitor Fernandes (trabalhadores do comércio e escritórios), Maria Teresa Vaz Pires (serviços sociais) e Antero Martins (Bancários).

2. Comentário: Os metalúrgicos, os lanifícios e os bancários têm sindicatos controlados pelo Partido Comunista Português. Adicionalmente, Canais Rocha identifica-se publicamente como membro do PCP.

---

<sup>74</sup> Horrível. Depois de tantos anos com essa legitimidade tão clara...

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02027\_b

**TÍTULO** Conversa inicial do Embaixador com o Ministro dos Negócios Estrangeiros

**DATA** 21-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O Ministro dos Negócios Estrangeiros deu garantias de que Portugal não se encaminha para o comunismo apesar dos desenvolvimentos domésticos e da intenção de estabelecer relações com os países de leste incluindo a URSS, a China e a Jugoslávia. Os seus principais esforços dirigem-se actualmente para as conversações com o PAIGC, nas quais parecem emergir esperanças **de Portugal manter Cabo Verde** em troca dos procedimentos que conduzam à independência da Guiné. A maior preocupação de Soares é a próxima reunião da OUA de 12 de Junho na qual ele espera que emerja uma posição de paciência nas questões da África portuguesa. Ele espera que os EUA exerçam alguma influência para conseguir tal resultado. Fim do sumário.

1. Durante a conversa inicial do embaixador com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Soares, que durou 50 minutos, Soares providenciou um longo diálogo respeitante às maldades do último regime português e sobre a sua própria história de oposição ao fascismo. O objectivo fundamental desta apresentação parece ser reassegurar que o novo Portugal se manterá firmemente dentro do campo democrático ocidental. Soares afirmou, por exemplo, que tendo combatido tanto tempo contra uma ditadura de direita, que ele não se deixaria associar com algo que produzisse uma ditadura da esquerda em Portugal. Ele declarou que as intenções do Governo são as de permitir a todos os elementos políticos serem ouvidos e participar no processo político. Ele também acha importante Portugal estabelecer relações diplomáticas com o Este, incluindo a URSS, a República

Popular da China e, notavelmente, a Jugoslávia, já que a Jugoslávia estará numa posição de ajudar Portugal nos seus esforços de construir relações com o terceiro mundo. Movimentos desta natureza, no entanto, não devem ser interpretados como uma viragem para a extrema esquerda, mas simplesmente como Portugal a normalizar a sua posição internacional.

2. Discutindo os problemas africanos de Portugal, Soares focou-se particularmente na Guiné portuguesa, e expressou a sua esperança que um cessar-fogo sairia da reunião que ele terá com o PAIGC em Londres a 25 de Maio. Na sua discussão em Dakar com Aristides Pereira, um problema específico que foi identificado e que exigirá negociações delicadas é o estatuto dos africanos que têm lutado do lado de Portugal. Referindo-se às diferenças dentro do PAIGC entre cabo-verdianos e guineenses, ele notou que essa divisão era significativa e que provavelmente providenciaria a explicação para o assassinato de Amílcar Cabral. Relacionado com isto, Soares sublinhou que Aristides Pereira só tinha falado com ele sobre a Guiné-Bissau e nunca mencionou as Ilhas de Cabo Verde (Comentário: **nós tomamos isto como** uma sugestão que os portugueses nas negociações irão procurar reter as Ilhas de Cabo Verde para um acordo na Guiné-Bissau).

3. Soares revelou que ele estava sob a impressão que os EUA tinham dado um passo equivalente ao reconhecimento da Guiné-Bissau através da recepção a Luís Cabral pelo Embaixador dos EUA na Guiné-Conacri. Eu neguei qualquer conhecimento desse evento, reconhecendo que tem havido contactos de baixo nível da

---

<sup>75</sup> Calúnia feia. Soares sabe que foi o regime fascista que assassinou Amílcar Cabral.

Embaixada em Conacri com o PAIGC, mas não através do Embaixador. Também sublinhei que os EUA tinham apresentado o único voto contra a admissão da Guiné-Bissau na WHA, o que Soares obviamente desconhecia e pareceu satisfazê-lo nesta questão.

4. Soares afirmou que era intenção de Portugal estabelecer o mais cedo possível relações com os países africanos, mencionando particularmente a Argélia. A preocupação portuguesa neste momento é a próxima reunião da OUA agendada para 12 de Junho. Eles têm a esperança que os estados africanos estarão dispostos nesta reunião a mostrarem um certo grau de paciência com Portugal, já que este prossegue a sua nova política de autodeterminação para os seus territórios africanos. Quer em relação ao estabelecimento de relações com estados africanos, quer particularmente na esperada atitude africana na reunião da OUA, ele indicou que Portugal apreciaria muito qualquer assistência que os EUA pudessem providenciar. Eu indiquei que os EUA viam com simpatia os presentes esforços do governo português, e indiquei que queríamos ser tão úteis quanto possível. Também observei que o grau em que podíamos ser úteis com os estados africanos pode ter sido reduzido **pela nossa história passada de defender Portugal<sup>76</sup> na cena internacional.**

5. Num contexto mais generalizado, Soares indicou que Portugal olharia para os EUA em busca de apoio num vasto conjunto de campos incluindo económico, técnico, social e militar. Limitei-me a assegurar-lhe que seríamos tão úteis quanto possível e colocando-me à sua disposição se ele quisesse discutir mais essas questões.

---

<sup>76</sup> De defender a ditadura fascista, o colonialismo e a guerra colonial.

6. Não foi feita qualquer menção por qualquer dos lados do desejo de Soares de uma reunião urgente com o Secretário Kissinger. Não foi feita qualquer referência, nem na reunião com Soares nem na reunião anterior com Spínola, das negociações das Lajes.

TELEGRAMA 1974LISBON 02042\_b

TÍTULO ICFTU apela para sindicatos não partidários em Portugal

DATA 22-05-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Uma delegação da ICFTU, composta como previsto em anterior telegrama, chegou a Lisboa a 17 de Maio, visitou vários dirigentes sindicais, incluindo do grupo Intersindical, realizou visitas de cortesia a figuras políticas de topo e promoveu uma Conferência de Imprensa antes de partir a 20 de Maio. O chefe da delegação, Kersten, sublinhou a necessidade de sindicatos livres, não-governamentais e não partidários. Fim do sumário.

1. Uma missão da ICFTU, como descrito noutra telegrama, visitou Lisboa entre 17 e 20 de Maio. O Grupo realizou conversas com o Presidente Spínola, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, e com o Ministro do Trabalho, Pacheco Gonçalves (que é um comunista). O tratamento na imprensa foi semelhante, ou até melhor, que o dado à delegação da FSM na semana anterior.

2. Na Conferência de Imprensa dada a 19 de Maio, o chefe da delegação, Otto Kersten deu uma informação sobre o que era a sua organização, e fez uma oferta específica para fornecer formação a dirigentes sindicais, possivelmente através de seminários a serem realizados em Bruxelas. Kersten disse que a ICFTU tinha 7 milhões de francos belgas disponíveis **para ajudar o «sindicalismo português livre».** Ele apontou a **Tunísia e o México como países com uma experiência no campo sindical que poderia ser de grande utilidade para Portugal.** Kersten sublinhou que a ICFTU estava pronta para trabalhar programas de ajuda aos sindicatos independentes portugueses e aos existentes em Angola e Moçambique, e que iria desenvolver contactos com líderes portugueses no futuro imediato para atingir esse propósito.

3. Georges Debunne, da FGTB Belga, prometeu convidar dirigentes sindicais portugueses para enviar uma delegação na próxima semana ao Congresso da Confederação de Sindicatos Livres, que se realizará em Copenhaga. Ivor Noren, da Federação Internacional de Sindicatos Metalúrgicos, disse na Conferência de Imprensa que seria necessário ter Organizações Sindicais Internacionais para lidar com as empresas internacionais.

4. A imprensa do dia 21 de Maio trouxe um relatório factual da AFP, de Bruxelas, sobre a visita da delegação da ICFTU.

5. A Embaixada não teve contacto directo com a delegação da ICFTU durante a sua estadia, e não sabemos se sequer Boggs ou Brown da AFL-CIO tiveram.

6. Comentário: Ainda não vimos nada até agora que nos faça rever o pessimismo nas perspectivas para Sindicatos democráticos e não-partidários em Portugal, que a Missão dos EUA em Bruxelas atribui a Enzo Friso da ICFTU. Os comunistas têm uma longa liderança **na corrida pelo controlo** das organizações sindicais portuguesas.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02059\_b

**TÍTULO** Reunião com o Primeiro-Ministro Palma Carlos

**DATA** 22-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Numa reunião cordial, o Primeiro-Ministro Palma Carlos expressou os agradecimentos pelo apoio do governo dos EUA. A primeira preocupação é o problema africano e o primeiro objectivo é acabar as hostilidades o mais cedo possível. O novo Ministro dos Assuntos Interterritoriais, que acabou de partir para África, juntar-se-á ao Ministro dos Negócios Estrangeiros nas negociações de 25 de Maio com o PAIGC. Fim do Sumário.

1. Já que as reuniões com o Presidente e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros estavam organizadas, pedimos ontem à tarde uma reunião com o Primeiro-Ministro, e recebemos resposta afirmativa em duas horas. Esta pouca habitual velocidade é indicativa de que a) este é de facto um novo Portugal e b) o novo governo português está ansioso por boas relações com os EUA. Fui acompanhado pelo DCM.

2. No início constatámos a semelhança das nossas carreiras: ambos novos no governo, ambos advogados há muito tempo, ambos professores de direito, ambos antigos presidentes da Ordem dos Advogados. Ele disse que a partir de agora iria falar comigo como de um advogado a outro, que era a sua maneira preferida.

3. Depois de entregar a carta do Presidente Nixon, que o Primeiro-Ministro reconheceu apropriadamente, entreguei a mesma mensagem do telegrama, mas por palavras, excepto que a minha esperança por contactos frequentes foi expressa como contacto com ele e com o seu governo. A sua única interrupção foi quando mencionei a participação na NATO e ele exclamou que o Presidente Spínola tinha

tornado claro desde o princípio que isto era um firme princípio do seu governo e todos os membros concordaram.

4. À parte de expressões de apreciação e esperança da continuação de relações próximas entre os nossos governos e comigo pessoalmente, a sua resposta foi a de um homem sobrecarregado por um mar de problemas, mas determinado a superá-los. **Substancialmente, todos os seus comentários foram dirigidos ao problema africano, e à urgência de estabelecer a paz, particularmente na Guiné-Bissau.** Quanto a isso, fiquei com a impressão que, desde a recente reunião de sucesso do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o PAIGC em Dakkar, que haviam surgido problemas. Ele disse que o novo Ministro dos Assuntos Interterritoriais tinha sido enviado para África para explorar a situação e que se juntaria ao Ministro dos Negócios Estrangeiros na sessão de Londres de 25 de Maio.

5. Comentário: Pareceu-me que o Primeiro-Ministro era impressionante, digno, forte e razoável. Apesar da reunião ter ido pouco mais longe do que a pura cortesia, reforcei a impressão de um forte desejo do governo português por relações próximas com o governo dos EUA e pelo seu apoio.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02065\_b

**TÍTULO** Alto responsável da Junta comenta sobre a África portuguesa

**DATA** 23-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Um importante membro da Junta prevê uma próxima nomeação de novos governadores gerais para Angola e Moçambique, está pessimista sobre a situação em Moçambique, e sente que está iminente um cessar-fogo na Guiné portuguesa com a questão das Ilhas de Cabo Verde excluídas das negociações com o PAIGC. Fim do Sumário.

1. Em conversa no dia 22 de Maio com o DCM, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General Costa Gomes, indicou que seria provável a nomeação em breve de novos Governadores-Gerais em Angola e Moçambique, possivelmente depois do regresso a Lisboa do Ministro da Coordenação Interterritorial Almeida Santos. O homem para Moçambique já foi escolhido, ele descreve-o como um advogado altamente respeitado de Moçambique, mas não deu qualquer nome. (Os matutinos de Lisboa, em artigos cobrindo as actividades de Almeida Santos em Moçambique, indicam que a nomeação provável é a do Dr. Soares de Melo, um nome novo para a Embaixada. No entanto, o corpo do artigo não faz qualquer referência ao novo governador geral). Costa Gomes disse que a decisão não é ainda final no que respeita a Angola, mas a pessoa mais indicada é o Dr. Deodato Coutinho, recentemente nomeado Secretário de Estado da Administração no Ministério da Coordenação Interterritorial.

2. O General Costa Gomes confirmou o seu pessimismo sobre a situação em Moçambique, que ferve particularmente pelo racismo branco naquele território. No que respeita à Guiné portuguesa ele disse que havia muito boas perspectivas de que o PAIGC estivesse de acordo com um cessar-fogo nas negociações que estão agendadas para

25 de Maio em Londres, com ambos os lados extremamente exaustos da luta. Ele espera um acordo relativamente rápido do PAIGC para um referendo na Guiné Portuguesa. Também expressou optimismo sobre a possibilidade de conseguirem o acordo do PAIGC para separar nas negociações as Ilhas de Cabo Verde da Guiné portuguesa. (A imprensa local dá conta de uma entrevista no Jovem Africano na qual o ministro dos Negócios Estrangeiros é citado como dizendo que o PAIGC aceitou que as negociações lidarão somente com a questão da Guiné-Bissau).

3. No que respeita a Angola, Costa Gomes está relativamente optimista. Ele sente que quer a UNITA quer o MPLA são organizações com as quais podem ser realizadas conversações frutíferas, e que são grupos que poderiam estar dispostos a entrar na normal vida política partidária em Angola. Ele disse não ter qualquer dúvida que o MPLA era o grupo com o maior apoio nos africanos em Angola. O principal problema seria com a FNLA que tem um apoio muito limitado à área Bakongo e pode não querer este facto estabelecido claramente ao participar no processo político.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02068\_b

**TÍTULO** Os Ministros comunistas procuram acalmar o cenário laboral

**DATA** 23-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O Ministro comunista sem pasta, Álvaro Cunhal, realizou uma Conferência de Imprensa a 17 de Maio. A maior porção dos seus comentários foram sobre o cenário laboral. O tom era moderado, mesmo desculpando-se. As legítimas queixas dos trabalhadores foram cobertas, e as farpas estavam reservadas para a extrema-esquerda. A edição de 21 de Maio do Diário de Notícias traz um artigo contando sobre a reunião do Ministro do Trabalho Pacheco Gonçalves com uma delegação de trabalhadores dos lanifícios em greve. O artigo, aparentemente originado de dentro do Ministério do Trabalho, expressa simpatia pela causa dos trabalhadores e o novo interesse aos níveis oficiais de (eventualmente) agir em sua defesa. O artigo também deixa a impressão que o Ministro do Trabalho não deseja agir precipitadamente. Acreditamos que os esforços do PCP para aparecer respeitável estão a causar que tente arrefecer a actual hiperactividade laboral. Fim do Sumário.

1. Atendida por um grande número de jornalistas, incluindo três da URSS, **a primeira conferência de imprensa alguma vez dada em Portugal por um dirigente do Partido Comunista realizou-se a 17 de Maio.** O Ministro sem pasta Álvaro Cunhal, que é igualmente o Secretário-Geral do PCP, usou o formato De Gaulle (questões escritas submetidas antes, permitindo ao orador «organizá-las» e responder sem interrupções); cobriu um conjunto de tópicos com destaque para as questões laborais.

2. Cunhal introduziu o assunto com a melancólica recitação **de factos**; que os trabalhadores portugueses têm o mais baixo nível de vida de toda a Europa; não

surpreende pois que 150 mil trabalhadores emigrem por ano; praticamente durante 50 anos os trabalhadores não tiveram permissão para protestar ou para agir na defesa dos seus direitos em Sindicatos. Esta recitação foi seguida pela homilia: é justo que os trabalhadores procurem melhores salários e queiram melhorar os níveis de vida; a única resposta do fascismo era a repressão, mas o novo regime (que ainda não revogou formalmente a legislação anti-greve) reconhece de facto o direito dos trabalhadores protestarem; a propagação da agitação laboral que acontece actualmente em Portugal é assim «absolutamente natural» e algumas poucas situações (algumas das mais fracturantes greves) não devem ser sobre-dramatizadas.

3. Cunhal então elaborou sobre os perigos actuais: existem aqueles interessados em que o processo de democratização não continue em Portugal, em quebrar a solidariedade da classe trabalhadora, em cavar um fosso entre o Movimento das Forças Armadas e a classe trabalhadora. Essas pessoas estão interessadas em ver as tensões desenvolverem-se e em levar os trabalhadores para greves e actos de destruição que nada têm a ver com a luta das classes trabalhadoras. Associando os extremistas com esses perigos, Cunhal considerou a extrema esquerda como um «inimigo fundamental» do PCP e avisou que poderiam ser responsáveis por abrir a porta à reacção e à contra-revolução.

4. O pensamento base de Cunhal no que respeita à actual situação laboral é a de que a paciência deve estar na ordem do dia, e que é necessário **concentrar forças em consolidar «objectivos imediatos e essenciais»**. (Nota: Linha similar é adoptada no largamente publicitado discurso de dia 19 de Maio do líder laboral comunista António Dias Lourenço, que foi designado director provisório do Jornal do PCP Avante).

5. A edição de dia 21 de Maio do Diário de Notícias valorizou eloquentemente o facto de que os trabalhadores agora podem levar os problemas directamente ao Ministro do Trabalho, até reunir-se com o próprio Ministro. O Ministro é Pacheco Gonçalves, o segundo membro comunista do governo provisório.

6. O artigo trata simpaticamente a situação e as reivindicações dos trabalhadores, referindo pontualmente uma recente manifestação de rua dos trabalhadores do têxtil para o Ministério do Trabalho «na mais completa ordem». Gonçalves terá ouvido a delegação de trabalhadores por cinquenta minutos, saindo apenas para participar no conselho de ministros presidido pelo general Spínola. Resultado da reunião: Gonçalves explicou à delegação dos trabalhadores que o seu Ministério estava a estudar vários problemas do sector industrial, incluindo o seu. Uma breve menção é feita, na conclusão do artigo, que a despeito da reunião com Gonçalves os trabalhadores dos lanifícios decidiram continuar a sua greve.

7. Comentário: O PCP não está a derrubar a sua tradicional imagem de campeão da classe trabalhadora. No entanto, no topo da clássica retórica do Partido sobre «a luta de classes» foi agora acrescentado as palavras de ordem de paciência e cautela. A sua mensagem aos trabalhadores é a de que a sua luta é moralmente justa, mas no que respeita a procurarem um futuro melhor eles devem deixar as acções decisivas para as autoridades. O Partido está também a sinalizar às classes não proletárias que é uma organização que favorece a mudança ordeira através do processo democrático, respeitável, e não interessada em destruir a actual ordem económica até aos alicerces. Não excluimos a possibilidade do PCP estar a estimular as reivindicações laborais pela calada, ao mesmo tempo que apela à calma em público. No entanto, para o futuro próximo pelo menos, o PCP aparece comprometido com a causa da paz laboral e das reivindicações económicas limitadas.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02069\_b

**TÍTULO** Reacção às notícias do exílio no Brasil de Caetano e Tomás

**DATA** 23-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: É universalmente crítica a opinião difundida nos *media*, até ao presente, sobre o exílio de Caetano e Tomás no Brasil. Esta questão levou às primeiras críticas da esquerda à Junta. Enquanto muitos ficaram perplexos e chateados com a decisão da Junta, outros sentiram que era a melhor solução para um dilema difícil. O episódio pode ser uma prova de que a Junta tem poder para desafiar a esquerda e está preparada para o usar. Fim do Sumário.

1. A imprensa em Lisboa, com uma excepção, ainda não editorializou mas trouxe vários artigos, e comunicados de diversos grupos políticos, críticos da decisão da Junta de permitir ao antigo Presidente Tomás e ao ex-primeiro-ministro Caetano a saída do Funchal para o exílio no Brasil. A única excepção à moderação da imprensa nesta questão é o socialista República, que publicou um contundente editorial a 22 de Maio criticando a Junta. O editorial critica a decisão da Junta que classifica de incompreensível e como uma afronta à Justiça.

2. O Comité Central do PCP definiu a decisão da Junta como «profundamente chocante», e expressou a sua «surpresa» que a Junta desse tal passo sem antes consultar as «forças democráticas». O Partido Socialista também expressou surpresa e desacordo com a decisão. Editou um comunicado a 20 de Maio (difundido pela TV no telejornal da noite) declarando que o Partido pretende pedir a extradição dos dois exilados<sup>77</sup>. O

---

<sup>77</sup> Como foi regra, quando o PS e Mário Soares se viram eleitos para o poder fizeram exactamente o contrário.

líder do Partido, Mário Soares, quando perguntado sobre os seus comentários ao exílio, simplesmente declarou que «ninguém no governo provisório estava surpreendido pela decisão da Junta». O líder do PCP Álvaro Cunhal não deu uma opinião pessoal sobre o assunto.

3. O Movimento de Esquerda Socialista (MES) classificou esta «primeira decisão manifestamente anti-popular» tomada pela Junta. Dizendo-o, «denunciou energicamente» uma medida que afirma ter resultado de fortes pressões dos grandes empresários e de embaixadas estrangeiras (não especificadas). O Movimento Democrático (MDP) também expressou a sua «consternação e preocupação» e disse que a decisão de libertar as duas figuras mais responsáveis do regime fascista criará dificuldades no futuro (presumivelmente uma referência para o precedente que esta acção pode criar no que respeita ao julgamento dos restantes membros do anterior regime. O Partido centrista (PPD) também expressou preocupação com o precedente que a Junta criou para «casos futuros análogos», e disse esperar que a Junta continue a reter os responsáveis pelo cometimento de crimes.

4. A Televisão dirigida pelo Governo ainda não editoria-  
lizou directamente. No entanto, pouco depois da partida de Tomás e Caetano ser conhecida em Lisboa, a Televisão emitiu entrevistas a pessoas na rua onde os entrevistados eram todos contra essa partida. Ninguém favorável ao exílio foi entrevistado, o que sugere que a cobertura foi propositadamente montada contra a Junta<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> A embaixada sabe que a comunicação social não informa, forma. Por isso tanto se preocupa com quem a controla. Mas será que nem lhes ocorre a possibilidade de a opinião contra a decisão da Junta ser tão esmagadora – fora das antigas classes dominantes com que a embaixada se relaciona – que não há expressão pública dessa posição?

5. Jornalistas de extrema-esquerda queixaram-se amargamente ao PAO<sup>79</sup> que a decisão era desastrosa e iria «custar a presidência a Spínola». Estudantes amigos de pessoal da embaixada reportam que os estudantes estão muito insatisfeitos com a decisão. Outra fonte refere que os oficiais subalternos também estão desagradados.

6. Temos o entendimento que muitos nos níveis médios e altos da sociedade e nos círculos empresariais, no entanto, aplaudem discretamente a medida como a mais realista para um dilema desagradável.

Comentário: 7. A decisão de libertar os dois provavelmente resultou de uma série de factores. O mais importante é que Caetano é ainda imensamente popular com muitos portugueses, e poucos gostariam de o ver humilhado num julgamento público ou prejudicado de outra forma. Destaca-se que, apesar dos seus partidos terem falado contra, Cunhal e Soares não criticaram a Junta sobre esta questão. Pode ser que se tenham sentido constrangidos de o fazer em virtude da sua participação no governo provisório.

8. Apesar de não termos detalhes, é muito possível que Spínola tenha prometido a Caetano e Tomás o exílio em troca da sua rendição e que os líderes do Movimento das Forças Armadas consentiram nesse compromisso quando pediram a Spínola para tomar cargo. Em qualquer caso, a iniciativa despoletou o criticismo público à Junta pela primeira vez; o Governo Provisório não tem sido um alvo porque o Ministro dos Negócios Estrangeiros disse que a decisão foi tomada pela Junta antes do Governo

---

<sup>79</sup> PAO – Press Assistance Oficial: algo como o adido de imprensa da embaixada.

Provisório ser formado. A decisão da Junta pode ser um sinal de que está preparada para impor limites em acções de vingança contra membros do velho regime, mesmo com o risco de antagonizar a esquerda.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02073\_b

**TÍTULO** O Ministro da Coordenação Económica define objectivos económicos do governo provisório

**DATA** 23-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Em conversação privada a 22 de Maio, o Dr. Vasco Vieira de Almeida, o Ministro da Coordenação Económica, declarou que os objectivos económicos do Governo Provisório são os de criar um ambiente que conduza para novos investimentos e para o crescimento económico, ao mesmo tempo que se garantem salários para viver e se combate a inflação. O Ministro declarou que a cooperação de todos os elementos da vida económica portuguesa era essencial para atingir estes objectivos e ele deu especial ênfase ao apoio dos outros convidados do almoço, quatro dos grupos industriais de topo do país. O Dr. Vieira de Almeida acrescentou que o Governo agirá brevemente para criar um quadro regulador para a resolução das disputas laborais. Fim do Sumário.

2. Ontem, **juntei num almoço na residência do embaixador o novo ministro da Coordenação Económica com um grupo de destacados banqueiros e empresários de Portugal.** Ao discutir as prioridades económicas do país, o Dr. Vieira de Almeida expressou optimismo e apelou à cooperação de todas as empresas económicas e financeiras. De acordo com o Ministro, o Governo Provisório pretende criar um ambiente que conduza a novos investimentos e ao crescimento económico, ao mesmo tempo que a inflação deve ser controlada enquanto se garantem salários para viver aos trabalhadores. O Ministro reconheceu que estes objectivos podem ser contraditórios, mas disse que em equilíbrio era possível. Ele disse que os novos investimentos seriam estimulados através de incentivos fiscais às empresas, por oferecer novas oportunidades para a concorrência através de um sistema de livre empresa e por criar um clima político estável.

3. O Ministro louvou a disciplina e a moderação exercida pelos trabalhadores portugueses desde o golpe de 25 de Abril. Ele disse que os levantamentos violentos poderiam ser expectáveis depois de tantos anos de opressão, mas de facto houve relativamente poucos casos de confrontações hostis e nenhuma violência séria no campo laboral. Ele acrescentou que as Forças Armadas estavam completamente unidas e capazes de controlar qualquer situação em Portugal. Eu expressei as preocupações de muitos empresários dos EUA residentes em Portugal, de que tem havido pouca participação do governo nas disputas laborais. O dr. Vieira de Almeida respondeu que um novo decreto-lei será promulgado brevemente para estabelecer o quadro de resolução das disputas antes destas atingirem a forma de greve. Ele acrescentou, no entanto, que os gestores, sejam portugueses ou estrangeiros, teriam de aprender a enfrentar os trabalhadores, e, sempre que legítimas, as reivindicações laborais devem passar a ser consideradas. O Ministro afirmou que 60% da força laboral portuguesa estava a ganhar menos de 3000 escudos (120 dólares) por mês. Ele disse que estes salários eram socialmente inaceitáveis e economicamente doentio, ainda para mais quando se sabe que os trabalhadores mal pagos têm uma baixa produtividade. **Ele afirmou que a maioria dos aumentos salariais garantidos nas últimas semanas podem ser compensados pelo aumento da produtividade e por uma redução dos lucros, em vez de implicarem aumentos de preço.**

4. Comentário: Foi fascinante a atmosfera deste encontro entre o Ministro e vários dos gigantes financeiros de Portugal. O Dr. Jorge de Mello da CUF, o Dr. Miguel Quina do Grupo Borges, o Dr. Manuel Ricardo Espírito Santo Silva<sup>80</sup> da Família Espírito Santo, e o D. Valentim Xavier

---

<sup>80</sup>MANUEL ESPÍRITO SANTO: Dirigia o Grupo Espírito Santo na altura da Revolução.

Pintado<sup>81</sup> representando o Banco Português do Atlântico (fortuna Cupertino de Miranda) provaram não estar ao nível do jovem e dinâmico Vieira de Almeida. Apesar dos empresários parecerem inicialmente frios para com o Ministro, todos expressaram satisfação com ele e a sua equipa do Ministério da Economia. Os empresários, com o Dr. Quina como principal porta-voz, **expressaram alguma apreensão com as reivindicações laborais e a influência de esquerda nos *media*. No entanto, a firmeza com que o Dr. Vieira de Almeida afirmou a determinação do governo português para prosseguir com os negócios como sempre pareceu tê-los tranquilizado.**

---

<sup>81</sup> VALENTIM XAVIER PINTADO: Deputado à Assembleia Nacional Fascista, viria a ser fundador do CDS e director de Faculdade na Universidade Católica.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02074\_b

**TÍTULO** Organizações sindicais portuguesas

**DATA** 23-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O controlo pelo PCP dos sindicatos do sector industrial e de serviços parece firme, e o PCP está a trabalhar para influenciar os desenvolvimentos nos sectores da agricultura e dos serviços públicos onde anteriormente não existiam sindicatos. Se aparecerem em Copenhaga representantes portugueses à reunião da CES (Confederação Europeia de Sindicatos), eles certamente trabalharão próximos dos outros representantes comunistas ortodoxos, incluindo os representantes dos grupos clandestinos espanhóis. Fim do Sumário

1. Os acontecimentos posteriores ao golpe de 25 de Abril revelaram que o Partido Comunista controlava a maioria dos maiores sindicatos nos sectores industriais e de serviços. Os elementos do PCP tomaram o poder em outros sindicatos nestes sectores fazendo-se «eleger» para comissões que tomaram o controlo das instalações dos sindicatos e se proclamaram novos líderes. A manipulação por elementos do PCP das actividades da «Intersindical», embrião de uma confederação nacional de sindicatos, sugere que o PCP já tinha o controlo da Intersindical e indica uma ligação prévia com a FSM. A estrutura dos sindicatos existentes foi objecto de manipulações a partir do topo, fazendo-a ideal para os propósitos do PCP. Não conhecemos qualquer esforço sério de outros grupos políticos de resistir à tendência descrita anteriormente, **apesar de dirigentes do Partido Socialista terem reconhecido a necessidade de tais acções por parte deles.** Há representantes do Partido Socialista visivelmente identificados com as questões sindicais, no entanto, na nossa opinião não se distinguem dos comunistas e podem até ser comunistas. Em qualquer caso, o jogo está ter-

minado, pelo menos até à altura – se acontecer – **em que uma nova legislação sindical crie a possibilidade da restauração<sup>82</sup> da democracia nos sindicatos existentes.**

2. No sector agrícola, que representa cerca de 30% da força de trabalho, e na administração pública, que representa cerca de 10%, não existem organizações sindicais para os comunistas controlarem, nem sequer no papel. Algumas «casas do povo», e centros recreativos ou sociais no campo foram tomados por comissões locais agindo como descrito acima, mas não conseguimos avaliar a importância desses movimentos. Os funcionários públicos têm reunido de forma mista e a diferentes níveis, com o objectivo de criarem um sindicato ou sindicatos. Até agora, no entanto, não há consenso se deve existir um único sindicato da Função Pública ou vários profissionais. Uma reunião de 6 horas de vários milhares de funcionários públicos realizada no Ginásio de Lisboa a 19 de Maio não conseguiu alcançar um entendimento nas questões de organização e gastou duas horas a discutir quem deveria estar representado na mesa da presidência. No entanto, a imprensa relata três decisões, todas favoráveis aos interesses comunistas: a) Um minuto de silêncio em memória de Catarina Eufémia, jovem militante do Partido Comunista assassinada há 20 anos pela polícia; b) aceitação de um documento apresentado pela CDE (dominada pelos comunistas) sobre as bases «socio-profissionais» dos funcionários públicos; c) transferência de toda a futura actividade dos funcionários públicos para a sede da Intersindical.

---

<sup>82</sup> Sublinhe-se esta restauração da democracia: voltar aos tempos em que os dirigentes sindicais eram escolhidos pelo patrão através do governo fascista. Que refrescante visão democrática.

3. O membro do PCP Canais Rocha anunciou planos para um Congresso Nacional de Trabalhadores, a ser realizado no final do verão, para restaurar a unidade do movimento sindical português para que os próprios trabalhadores possam determinar eles próprios o futuro da legislação laboral. Rocha é uma figura chave na Intersindical.

4. Esperamos que os comunistas portugueses da Intersindical apareçam na reunião da CES em Copenhaga na próxima semana, com base no convite prometido por Jeorges Debunne da FGTB belga. Com base em contactos anteriores entre activistas sindicais portugueses e espanhóis, e dada a calorosa recepção dada pela FSM à Intersindical, esperamos que os portugueses trabalhem com os comunistas, particularmente os espanhóis. Temos esperança que os não comunistas na CES estejam conscientes do facto que os representantes portugueses **detém as suas posições em virtude da herança ou tomada de assalto das instituições do regime «fascista» que eles certamente deploram.** Seria uma grande vitória para aqueles que desejam instituições sindicais democráticas em Portugal se a aceitação daqueles que pretendem falar pelos trabalhadores portugueses fosse adiada até às velhas instituições terem sido desmanteladas e novos líderes eleitos através de uma legislação laboral que contenha salvaguardas democráticas. **Além disso, se os representantes portugueses pudessem ser impedidos de receber assistência na organização dos trabalhadores agrícolas e da função pública, os não comunistas teriam uma oportunidade maior de influenciar o desenvolvimento desses sectores**<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> Este passar de orientações aos democráticos agentes da CIA no seio da CES também é muito elucidativo sobre o que é o «sindicalismo livre e democrático» que patrocinam.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02126\_b

**TÍTULO** O Movimento Democrático critica extremistas da extrema-esquerda

**DATA** 28-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O Movimento Democrático, uma coligação de liberais, socialistas e comunistas, emitiu um ataque contundente contra a extrema-esquerda por usar táticas que acreditam fazer o jogo dos reaccionários e tendem a provocar o desencanto do governo com a esquerda em geral. O Movimento Democrático apela à moderação dos trabalhadores, a dar prioridade a certos objectivos específicos, e um uso não indiscriminado da greve. Fim do Sumário.

1. O Movimento Democrático(MDP), um organização guarda-chuva de vários grupos na esquerda política, emitiu um comunicado contundente a 27 de Maio atacando o comportamento político de certos grupos de extrema-esquerda (não especificados). A declaração do MDP acusa esses grupos de favorecer a causa dos reacionários ao utilizarem táticas irresponsáveis e irrealistas e por substituírem por declarações extremamente revolucionárias a «análise concreta» e cuidadosa que os tempos exigem. Estes «aventureiros» não representam a massa das pessoas, acusa a declaração, e de facto estão a sabotar o programa dos verdadeiros democratas através das suas acções.

2. O MDP também avisou os democratas para que se concentrem agora em alcançar um conjunto de objectivos limitados essenciais. Os não essenciais, adverte, devem ser reservados para posterior consideração. A consolidação da democracia, o reforço das organizações democráticas e dos sindicatos, e a manutenção de laços próximos com as Forças Armadas foram apontados como essenciais. Grandes aumentos salariais, e «reivindicações emocionais» dos trabalhadores sobre os seus patrões foram citadas como menos essenciais no momento. O MDP menciona especificamente como não essenciais as recentes acções de rua da extrema-esquerda

pela libertação imediata do capitão cubano Pedro Peralta, apesar do MDP concordar que ele deveria ser libertado.

3. O comunicado também avisa a população contra acções e táticas que agravem a situação económica do país, o que causa descontentamento popular, desemprego, falências, ou a paralisação de serviços públicos essenciais, bem como acções que possam levar a passar a ser indiferentes ou a opor-se ao movimento democrático. Cita, como as acções mais perigosas, as que fomentem quebras na aliança do povo com o MFA. A declaração destaca que as greves são um instrumento que, por causa das rupturas e inconvenientes que cria na sociedade, devem ser usadas apenas como último recurso, e depois das implicações políticas de cada caso serem bem medidas.

4. Comentário: claramente, o governo é capaz de distinguir os extremistas da extrema-esquerda (dos quais existem 31 grupos na última contagem da Junta) dos mais moderados grupos de esquerda do MDP. Os medos do MDP que as acções dos extremistas levem o governo a reprimir os moderados parecem infundados. Mais provável que o objectivo do comunicado seja: a) para reafirmar uma vez mais o apoio do MDP ao Governo e reiterar a moderação e razoabilidade do programa do MDP em contraste com o dos extremistas; b) para convencer os comunistas e os socialistas que o MDP tem uma estrutura que ainda tem um papel útil e único a desempenhar como porta-voz dos «democratas» (Mário Soares declarou e Álvaro Cunhal insinuou que o MDP deveria progressivamente desaparecer enquanto os partidos tomam o papel de politizar os politicamente ingénuos); c) dar a entender ao governo que o MDP não levantaria ondas se o governo reprimisse os extremistas da extrema-esquerda.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Já repararam a quantidade de vezes em que nas análises da embaixada se percebe um saudosismo pelo uso da violência na repressão dos trabalhadores e da esquerda?

TELEGRAMA 1974LISBON 02148\_b

TÍTULO Governo coloca um freio nos aumentos salariais

DATA 29-05-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Como um passo para restaurar a estabilidade laboral, o Governo Português apontou limites a certos aumentos salariais e congelou preços. Isto é apenas meio caminho e medidas temporárias, mas o governo prometeu nova legislação em 30 dias que irá definir as relações entre os trabalhadores e a gestão e sobre o direito à greve. De momento, pelo menos, parece haver acordo, entre as facções políticas representadas no governo, que a anarquia laboral é indesejável. Fim Sumário.

1. Para reduzir a ameaça de reivindicações sobre o salário efectivo, o governo provisório deu instruções temporárias aos empregadores da maioria dos trabalhadores (os camponeses, as domésticas e os militares serão sujeitos a legislação separada) **para pagar não menos de 3300 escudos por mês (130 dólares) mas para congelar salários para aqueles que ganhem mais de 7500 escudos (300 dólares)**. O Governo estima que 50% da força de trabalho ganha agora menos de 3300. Os aumentos para os trabalhadores que ganham menos de 7500 serão alcançados através de negociação. Ao mesmo tempo, o governo prometeu congelar os preços no nível de 24 de Abril, aumentar as pensões e o abono de família, e dentro de 30 dias emitir legislação sobre os sindicatos, as associações de empregadores e o direito à greve.

2. Num movimento paralelo, o Ministro sem pasta Pereira de Moura, um eminente economista com credenciais de esquerda, apoiou pessoalmente esta medidas. Ao fazê-lo ele disse que a economia não aguenta agora um salário mínimo de 6000 escudos que muitos trabalhadores estão a reivindicar e disse que as greves devem ser usadas apenas como último recurso.

3. É largamente aceite a ideia, por todo o espectro político, que a luta laboral é um escolho onde a revolução pode encaixar. O Secretário de Estado da Indústria e da Energia, na última semana, disse a pessoal da embaixada que se o Governo Provisório não puder resolver o desafio laboral, bem que pode cair. Numa longa declaração a 28 de Maio, o Movimento Democrático Português de centro esquerda emitiu um apelo aos trabalhadores para não usarem indiscriminadamente o seu direito duramente conquistado à greve, e um comunista no Ministério do Trabalho deplorou junto de pessoal da embaixada as táticas de ocupar fábricas como um meio de obter a demissão do pessoal de gestão que consideram condenáveis.

Comentário: O governo enfrenta a delicada tarefa de re-frear aumentos salariais economicamente intoleráveis e desmoralizar a interferência na gestão, sem fazer disparar uma forte agitação política por abruptamente abafar as grandes expectativas dos trabalhadores após o golpe. As medidas referidas no 1º parágrafo são um primeiro passo para alcançar uma solução. Têm um considerável poder de atracção, pois trazem algum alívio a metade (à metade mais pobre) da força de trabalho, deixa espaço balizado para negociações entre os trabalhadores e a gestão, e são claramente definidas como provisórias. Elas, no entanto, não fecham a porta à luta laboral, não coloca freio às reivindicações laborais até 7500 escudos por mês e nada é dito sobre os desacordos envolvendo disputas não salariais, como as reivindicações dos trabalhadores de demissões de gestores. (este último problema tem sido particularmente complicado nas firmas americanas). Presumivelmente, as novas limitações de salários são apenas **um primeiro aperto de rédeas**, e a legislação para definir o direito à greve e as relações trabalho-gestão, prometida para os próximos 30 dias, será outro importante passo para introduzir ordem numa situação ainda instável. Apesar de diferirem nos seus objectivos finais, a maioria dos elementos políticos do governo parecem estar de acordo, de momento pelo menos, que a anarquia laboral pode prejudicar a revolução.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02149\_b

**TÍTULO** Missão especial portuguesa aos EUA

**DATA** 29-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. O Ministro dos Negócios Estrangeiros anunciou que o proeminente advogado Jorge Sampaio e o Planificador Económico João Cravinho<sup>85</sup> serão enviados numa missão especial aos EUA dentro de poucos dias, para explicar as novas políticas portuguesas e transportar uma mensagem especial do Ministro dos Negócios Estrangeiros Soares para o Secretário Geral da ONU, Kurt Waldheim. A missão deverá ser de 8 a 10 dias. Quer Sampaio quer Cravinho são inteligentes, moderados e muito bem informados politicamente. Cravinho estudou em Yale; Sampaio foi Líder Bolseiro há uma década<sup>86</sup>. É expectável que defendam convincentemente as posições portuguesas, apesar de não terem qualquer experiência diplomática.

2. Em conversações privadas com pessoal da Embaixada, a 28 de Maio, Sampaio confirmou os rumores em Lisboa que lhe ofereceram a tarefa de embaixador português na ONU.

---

<sup>85</sup> JOÃO CRAVINHO: Viria a pertencer ao MES, tendo sido ministro no IV Governo Provisório. Aderiria ao PS, no qual seria deputado e ministro.

<sup>86</sup> Vamos encontrar mais referências a estes «líderes bolseiros», referenciados como «leader grantee» nos telegramas da embaixada. Trata-se de cidadãos que foram escolhidos para receber as bolsas do Foreign Leader Program (FLP), e que as aceitaram. Este FLP tratava, desde os anos 50, de aproximar dos EUA um conjunto de potenciais líderes de opinião nos países, particularmente da América Latina e da Europa Ocidental. Normalmente envolvia uma viagem paga de alguns meses aos EUA. Destinavam-se àqueles que «eram ou poderiam vir a ser amigáveis dos EUA».

Ele não aceitou a tarefa, e está inclinado a continuar a não aceitar, acreditando que de momento deve continuar a trabalhar em questões políticas em Lisboa.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02155\_b

**TÍTULO** Comentários do PCP sobre o golpe português

**DATA** 30-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Um mês após o golpe de 25 de Abril e da consequente saída da longa clandestinidade do Partido Comunista, as declarações do PCP têm consistentemente feito causa comum com as Forças Armadas. O Movimento das Forças Armadas de 200/1000 oficiais dissidentes levou a cabo o golpe e de facto entregou o poder aos 7 membros da Junta de Salvação Nacional.

2. A «aliança entre as Forças Armadas e as massas populares» é um tema sublinhado pelo PCP, num evidente esforço para ligar o extraordinariamente popular Movimento das Forças Armadas (com o sua aparentemente sincera dedicação aos ideais democráticos) com o Partido Comunista. Durante todo o passado mês o PCP deu claro apoio público ao Movimento das Forças Armadas, à Junta e ao Governo Provisório (que inclui 2 comunistas no Gabinete). Claramente a principal prioridade para o PCP é ganhar respeitabilidade aos olhos do cauteloso público português, enquanto ao mesmo tempo indubitavelmente aperfeiçoa e converte a sua organização.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> O anti-comunismo é tanto que, mesmo nestas informações, a embaixada, por um lado relata o facto, e, por outro, avança logo a possível explicação maquiavélica. De facto, eles estão a alimentar as criancinhas, mas é porque gostam de as comer bem gordinhas.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02160\_b

**TÍTULO** A Junta reassegura aos portugueses que a liberdade não levará à anarquia

**DATA** 30-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Um membro da Junta, numa comunicação através da rádio e da Televisão, reassegura a alguns portugueses e avisa a outros, que a Junta assegurará que os recentes excessos não levem à anarquia e ao colapso económico. Fim do Sumário.

1. Na primeira comunicação pública por outro membro da Junta que não os generais Spínola e Costa Gomes, o General Galvão de Melo, na tarde de 27 de Maio, leu à Nação o texto de uma carta que ele afirma ter sido enviada para a Junta por «um cidadão português». Galvão de Melo acrescentou que os sentimentos do autor poderiam ter sido expressos **por todos os autênticos portugueses**.

2. A Carta pergunta se a liberdade ganha por Portugal a 25 de Abril estava destinada a ser uma que liberta o terrorista sem pátria e os transforma em heróis nacionais, permite a caça ao homem e as perseguições, permite que as notícias sejam torcidas nas emissões oficiais de rádio e televisão, permite imoralidades na imprensa, tudo causando que a imprensa estrangeira zombe de Portugal como uma grotesca democracia. A Carta expressa apreensão sobre o clima de anarquia que está em total contradição com a liberdade responsável que o MFA trouxe a Portugal. A Carta termina questionando-se se o país pode sobreviver à crise económica que cresce diariamente com a paralisia da indústria e do comércio, o crescimento do desemprego, e as falências das pequenas e médias empresas provocadas pelas reivindicações excessivas daqueles que dizem representar os trabalhadores.

3. Galvão de Melo comentou que **o movimento dos jovens capitães confiou nas mãos experientes da Junta** a tarefa de defender e respeitar a liberdade de todos os portugueses de pensar e estar informado, de ter discussões abertas, e de escolher o que é melhor para Portugal. A Junta está bem consciente e desagradada com os abusos a essa liberdade no último mês, quer fossem causados por bem intencionados, a quem a Junta terá de ensinar com paciência e a necessária firmeza, ou pela exuberância dos inocentes para quem o longo e difícil caminho para a liberdade é desconhecido. Terminou assegurando ao autor da carta e a todos os portugueses para serem cautelosos mas terem confiança que a Junta concretizará a sua missão de trazer liberdade ao povo português.

4. Comentário: A comunicação do General Galvão de Melo, que ele disse a pessoal da embaixada ter sido gravada antes de 25 de Maio, acabou por ser emitida **um dia depois da polícia ter usado a força para dispersar uma manifestação na Praça da Estrela**. O seu tom é consistente com ações tomadas pelas autoridades naquela ocasião – firmeza, paciência e moderação. Galvão de Melo disse ao pessoal da Embaixada que, embora a Junta tenha a intenção de manter o seu compromisso com a máxima liberdade de expressão para todos, o discurso foi desenhado para dar um toque nos travões. Sentimos que o discurso, conjuntamente com **a firmeza mostrada para com os manifestantes de dia 26 de Maio**, deve ajudar a aumentar a confiança entre aqueles, como o autor da Carta, que saudaram a revolução mas estão agora nervosos com o dia seguinte, e fica como um sinal que a Junta tem os meios e a vontade para prevenir excessos que possam levar o país para uma situação de crise.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02172\_b

**TÍTULO** O General Spínola visita o Porto

**DATA** 30-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Durante a primeira visita oficial, como Presidente, fora de Lisboa, o General Spínola reiterou o tema da Junta de construir um Portugal mais justo e democrático, desde que o perigo de anarquia seja superado. O Presidente avisou que a força será utilizada, se necessário, para contrariar a violência. O entusiasmo da reação à sua aparição demonstra o enorme apoio que têm no país quer a Junta quer Spínola. Fim do Sumário.

1. O General Spínola visitou o Porto a 29 de Maio, na sua primeira viagem oficial desde a tomada de posse como Presidente. O cônsul do Porto confirma o que escreve a imprensa de Lisboa, de que a recepção popular ao General foi massiva e entusiástica, acompanhando o seu percurso do Aeroporto à Cidade e enchendo uma Praça da cidade, onde ele falou para umas estimadas 100 mil pessoas.

2. Spínola começou com um breve improviso com um comentário de que a população não iria ouvir um discurso formal de Chefe de Estado, mas apenas a voz de «um português, que verdadeiramente ama o seu país, ... ansioso por construir um novo Portugal». **Spínola então reiterou temas do discurso do membro da Junta Galvão de Melo.**

3. Spínola deu voz à esperança por um novo Portugal – democrático, livre, usufruindo de justiça social, onde todos os portugueses possam viver mais felizes e ter vidas mais dignas. Ele apelou à paz no campo, nas fábricas, nas ruas e nas mentes – sem o que é impossível construir um novo Portugal. Ele apelou para um esforço comum para aumentar a produtividade e para distribuir equilibradamente os frutos do trabalho. Spínola

disse que as ideias democráticas do Movimento das Forças Armadas estão a ser «**criminosamente minadas**» por forças contra-revolucionárias, «em diferentes sectores da nação», procurando a destruição, a anarquia, o caos económico e o desemprego. Spínola resumiu esboçando a primeira grande escolha que o povo português deve fazer: ou liberdade doméstica ou anarquia. Ele avisou que as Forças Armadas **não hesitariam em usar a força** para travar a violência, se tal fosse necessário, para defender os objectivos do Movimento das Forças Armadas já que elas possuem «a legítima autoridade de quem age em defesa da genuína liberdade do povo português».

4. Comentário: a aparição do General Spínola no Porto demonstra que as principais preocupações domésticas da Junta/Governo Provisório são a estabilização da economia e acalmar as apreensões públicas sobre o que o futuro reserva. A mensagem do Presidente incluiu segurança (para aqueles que estão nervosos), instruções cívicas (para aqueles cuja impaciência levou a manifestações ou greves), e avisos (para os não especificados «contra-revolucionários» que procuram lucros políticos de uma continuada agitação económica e social). Como no caso da declaração do General Galvão de Melo, as palavras chave para descrever a política do governo português são paciência, moderação e firmeza. É de sublinhar que os apelos de Spínola à calma são repetidos pela esquerda, incluindo o PCP e a nascente federação sindical pró-comunista. Presumivelmente por coincidência, o seu discurso foi seguido do fim das greves dos padeiros e dos trabalhadores dos transportes de Lisboa.

TELEGRAMA 1974LISBON 02180\_b

TÍTULO O Primeiro-Ministro Palma Carlos sobre as eleições

DATA 31-05-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Numa entrevista em Londres a 28 de Maio com o correspondente da United Press, o primeiro-ministro Palma Carlos fez várias declarações que clarificam o futuro processo eleitoral em Portugal. Em resposta a uma pergunta sobre se as eleições do próximo ano serão realmente livres, o primeiro-ministro disse que podia garantir que o seriam. Quando perguntado **se um partido salazarista poderia participar, ele respondeu que «nós permitiremos a todos participar livremente. Queremos que as eleições reflitam a vontade das pessoas».**

2. O Primeiro-Ministro também referiu que já foi nomeado o comité para preparar a nova lei eleitoral. O comité será presidido pelo respeitado socialista José Magalhães Godinho, editor do Jornal República. Os outros 6 membros, todos advogados, incluem o centrista ngelo Almeida Ribeiro, Presidente da Ordem dos Advogados, Manuel João Palma Carlos, irmão do primeiro-ministro e advogado do capitão cubano Peralta, e José Manuel Galvão Teles, antigo assessor jurídico de Marcelo Caetano.

3. O Primeiro-Ministro disse que a nova lei eleitoral aplicar-se-á às eleições de delegados à Assembleia Constituinte e às eleições para um novo Presidente. Palma Carlos disse que esta última eleição se realizará no princípio da primavera, e que o novo Presidente, assim que eleito, escolherá um novo primeiro-ministro.

4. Os correspondentes perguntaram se o novo Governo que será eleito no próximo ano será independente da Junta de Salvação Nacional, e se a Junta se dissolverá. Palma Carlos respondeu depois de uma curta pausa que ele não

poderia garantir nada a este respeito, porque a questão ainda não foi discutida. Ele afirmou a sua convicção pessoal de que o país regressará à «normalidade constitucional» depois das eleições independentemente das tendências do novo governo.

Comentário: Esta é a primeira indicação específica de alto nível de que os partidos de direita (onde aparecerem) poderão apresentar candidatos nas próximas eleições. A imprensa local ainda não comentou as observações do Primeiro-Ministro, mas a oposição à participação de «salazaristas» no processo democrático aparecerá de certeza à esquerda. A vontade de permitir à direita participar é encorajadora de que o novo governo está determinado a que um processo verdadeiramente democrático<sup>88</sup> seja seguido.

---

<sup>88</sup> Estamos em Maio de 1974, e um processo «verdadeiramente democrático» implica, para a embaixada, que as forças fascistas possam participar. Como se sabe, a Constituição Portuguesa aprovada em 1976 veio a proibir a actividade de organizações fascistas.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02179\_b

**TÍTULO** Contactos de cortesia com membros do Governo

**DATA** 31-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Tendo já contactado o Presidente, o Primeiro-Ministro e o Ministro de Negócios Estrangeiros, temos agora que enfrentar a questão se devo telefonar aos Ministros comunistas no Governo provisório.

2. Nos três meses entre a minha chegada aqui e o golpe de 25 de Abril, eu tinha contactado todos os Ministros do anterior governo<sup>89</sup>, terminando com chamadas aos Ministros da Justiça e da Marinha a 18 de Abril. Além de ser a prática normal, mais ou menos requerida para poder preencher o meu papel de representação, essas chamadas também aumentam os contactos do meu *staff*, já que eu falo acompanhado pelos oficiais cujas tarefas requerem contactos com o Ministro respectivo. Baseado no precedente e nas necessidades do *staff* é um argumento para contactar todos os ministros, incluindo os comunistas.

3. Adicionalmente, a minha próxima chamada por ordem deveria ser para o vice-primeiro-ministro, Sá Carneiro, que é igualmente Ministro sem pasta. O Governo de Portugal aparentemente considera que os três Ministros sem pasta vêm logo a seguir ao primeiro-ministro. Um deles, claro, é o Secretário-Geral do Partido Comunista

---

<sup>89</sup> O imperialismo norte-americano foi um dos grandes difusores dessa brutal falsificação que é igualar fascismo e comunismo. Mas, na ilusória confidencialidade destes telegramas, o reconhecimento de que «naturalmente» ligara a todos os ministros fascistas, mas agora duvidava se deveria ligar aos ministros comunistas, deixa bem expresso o que preferem os fascistas.

Português, Álvaro Cunhal. Apesar do rigor protocolar do novo governo parecer ser menos rígido que o do anterior governo, poderia mesmo assim ser chamada a atenção da omissão caso telefonasse a Sá Carneiro e ao outro Ministro sem Pasta, Pereira de Moura, mas não a Cunhal.

4. Seria claramente destacado e mesquinho se eu telefonasse a todos os Ministros excepto Cunhal e o comunista Ministro do Trabalho, Avelino Pacheco Gonçalves, particularmente pelo facto dos dois terem um papel a desempenhar no campo laboral, que é no momento de importância crítica e portanto no qual qualquer Embaixador deveria ter interesse (particularmente um que representa um país com cidadãos cá e que estão a experimentar problemas laborais). Uma razão adicional para não excluir os Ministros comunistas é o rumor que correu por aqui que a minha conversa inicial com Spínola tinha o propósito de o pressionar para excluir comunistas do Governo Provisório. Tal como noutras matérias de alegada interferências dos EUA nos assuntos internos portugueses, eu gostaria de matar esse rumor.

5. Assim, eu planeio, a não ser que o departamento levante objecções, descer a lista de Ministros de forma calculada (algo como dois contactos por semana).

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02181\_b

**TÍTULO** Contactos internacionais com o Movimento Sindical português

**DATA** 31-05-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Continuando o relatório de situação sobre os contactos internacionais da Intersindical Portuguesa, que se movimentava para ocupar as relações internacionais dos sindicatos portugueses. Fim do Sumário.

1. A «Intersindical» Portuguesa, **dominada pelos comunistas**, o embrião de uma Federação Sindical Nacional, enviou dois representantes à Conferência da CES de Copenhaga. Os representantes foram Francisco Marcelo Curto<sup>90</sup>, advogado sindical e membro do Conselho Directivo do **Partido Socialista**, e António Rodrigues, que não conhecemos na Embaixada. O Jornal República enviou os jornalistas Gonçalves André e Antónia de Sousa (que é a mulher de Curto) para cobrir a Conferência. Nenhum outro português participou, que saibamos. No regresso, Curto e Rodrigues deram uma entrevista na televisão na qual relataram que os participantes da Conferência deram uma calorosa saudação de boas vindas e expressaram um grande interesse no movimento sindical português. Curto declarou que a Conferência estava muito preocupada com o papel das corporações multinacionais «especialmente as americanas».

2. A Intersindical nomeou delegações para participar na Conferência da OIT na próxima semana em Genebra.

---

<sup>90</sup> MARCELO CURTO: Resistente anti-fascista, seria um dos fundadores do PS em 1973. Seria secretário de Estado no VI Governo Provisório e ministro do Trabalho no 1.º Governo Constitucional. Seria deputado do PS e fundador da UGT.

De acordo com o relatado na imprensa, dois membros da delegação, Mário Nunes Henriques (desconhecido na Embaixada) e Maria Teresa Vaz Pires (que acreditamos ser membro do PCP) já partiram para Genebra para preparar a Conferência. O resto da delegação partirá a 2 de Junho. Os restantes delegados serão Canais Rocha, Victor Fernandes, ngelo Ferreira, Manuel Lopes, Manuel Silva, Firmino Martins e Antero Martins. A Embaixada não tem a certeza da orientação política destes delegados (excepto de Rocha, que é membro do Partido Comunista Português), mas sabemos que Ferreira e Silva são dirigentes do sindicato dos metalúrgicos dominado pelo PCP, e Antero Martins é dirigente do Sindicato dos trabalhadores bancários dominado pelo PCP.

3. A Intersindical anunciou que apesar da assistência financeira ao «movimento sindical português» ter sido prometido pelos noruegueses (92 mil dólares), holandeses (36 mil dólares) e a ICFTU («um milhão de francos», acreditamos que de francos belgas), nenhum dinheiro foi recebido e a Intersindical opera com o exclusivo apoio financeiro de alguns sindicatos portugueses. A declaração também referia que a ICFTU foi informada que a Assembleia Geral da Intersindical decidira que «qualquer contacto ou ajuda internacional com o movimento sindical português deve ser canalizado através do Secretariado da Intersindical.

4. A Intersindical procura convencer mais sindicatos locais a aderirem a ela e está a tentar trazer os trabalhadores rurais, os pescadores e os estudantes. «A Intersindical está limitada a Lisboa presentemente», nas palavras do representante da Intersindical entrevistado na televisão a 29 de Maio.



1974 LISBON

# Junho



**TELEGRAMA** 1974LISBON 02205\_b

**TÍTULO** Nomeado o Conselho de Estado

**DATA** 03-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Todos os 21 membros do Conselho de Estado foram agora selecionados. Adicionalmente aos 7 membros da Junta, o órgão é composto por 7 membros do Comité Político do Movimento das Forças Armadas, e 7 cidadãos distintos, dois deles igualmente militares. O domínio militar do Conselho parece completo. Fim do Sumário.

1. A composição do Conselho de Estado de 21 membros, que é o órgão consultivo superior e o guardião do governo provisório, foi dada a conhecer numa nota de imprensa de 31 de Maio. O órgão consiste dos 7 membros da Junta de Salvação Nacional, mais sete membros do comité político do Movimento das Forças Armadas, e 7 cidadãos de «reconhecido mérito» designados pelo Presidente.

2. Os 7 escolhidos pelo Movimento das Forças Armadas são: Coronel Vasco dos Santos Gonçalves<sup>91</sup>, Major Victor Manuel Rodrigues Alves<sup>92</sup>, Major Eduardo Augusto de Melo

---

<sup>91</sup> **CORONEL VASCO GONÇALVES:** Militar de carreira, era o militar mais graduado no MFA, sendo um dos seus coordenadores, nomeadamente da parte programática, e fazendo a ligação a Costa Gomes. Viria a ser primeiro-ministro nos II, III, IV e V governos provisórios.

<sup>92</sup> **VÍTOR ALVES:** Militar de carreira, pertenceria à Comissão Coordenadora do MFA. Foi ministro nos II, III e VI governos provisórios. Pertenceu ao Grupo dos Nove, que se organizou contra a Aliança Povo-MFA, e promoveria o Golpe de 25 de Novembro de 1975. Foi do Conselho da Revolução. Seria candidato pelo PRD.

Antunes<sup>93</sup>, Comandante Carlos de Almada Contreiras<sup>94</sup>, Comandante Vitor Manuel Trigueiros Crespo<sup>95</sup>, Capitão José Gabriel Pereira Pinto<sup>96</sup>, Capitão José Ignácio da Costa Martins<sup>97</sup>.

---

<sup>93</sup> MELO ANTUNES: Militar de carreira, aceitou ser candidato pela CDE em 1969, tendo sido proibido pelo fascismo. Pertencia à Comissão Coordenadora do MFA. Foi ministro nos II, IV e VI governos provisórios. Foi o primeiro subscritor do Documento dos Nove, que levaria à divisão do MFA e ao Golpe de 25 de Novembro de 1975. Aderiu ao PS em 1991.

<sup>94</sup> ALMADA CONTREIRAS: Foi da Comissão Coordenadora do MFA, tendo depois da Revolução chefiado os serviços de informação. Depois do Golpe de 25 Novembro esteve preso até Março de 1976.

<sup>95</sup> ALMIRANTE VÍTOR CRESPO: Foi o oficial da Marinha no Posto de Comando da Pontinha a 25 de Abril de 1974. Seria destacado para Moçambique até à sua independência. Ministro no VI Governo Provisório. Assina o documento dos Nove, integrando o Conselho da Revolução após o 25 de Novembro. Extinto este regressou à Armada.

<sup>96</sup> CAPITÃO JOSÉ PEREIRA PINTO: Membro da Coordenadora do MFA, foi do Conselho de Estado e do Conselho da Revolução. Seria obrigado a exilar-se para evitar a prisão depois do Golpe de 25 de Novembro de 1975.

<sup>97</sup> CAPITÃO COSTA MARTINS: Responsável pela tomada do aeroporto no dia 25 de Abril de 1974, viria a ser ministro do Trabalho nos II, III, IV e V governos provisórios. Sairia do País depois do 25 de Novembro de 1975. Regressado a Portugal, ganhou em Tribunal o caso contra o Estado português, tendo sido promovido a Coronel.

3. Os sete «cidadãos» escolhidos por Spínola são:

Dr. José Enriques de Azeredo Perdigão: 80 anos, pessoalmente rico e um dos mais poderosos financeiros de Portugal. Desde 1956 é Presidente da Fundação Gulbenkian, e participa na Administração de várias importantes companhias. É um conservador, nunca ligado à política no passado.

Dr. Rui Luís Gomes: 70 anos, é doutorado em Matemática pela Universidade de Coimbra. Ensinou na Universidade do Porto (29-47) até ser despedido pelas posições políticas. Candidato a Presidente de Portugal em 1950, mas as credenciais foram rejeitadas pelo Tribunal Supremo<sup>98</sup>. Preso em várias ocasiões, esteve exilado no Brasil e na Argentina nos últimos 15 anos. Em 1952 foi eleito para o Concelho Mundial da Paz. Recentemente escolhido para Reitor da Universidade do Porto. Pró-Comunista.

Prof. Isabel Maria Magalhães Colaço: Professora de Direito, Universidade de Lisboa. Desconhecida na Embaixada.

Prof. Diogo Freitas do Amaral: 32 anos, antigo professor assistente de Marcelo Caetano. Professor de Direito Administrativo da Universidade de Lisboa, costuma escrever para a semanal secção económica do Diário de Notícias. Antigo membro da Câmara Cooperativa. Associado com a Opus Dei. Conservador tecnocrata.

Prof. Henriques Teixeira Queirós de Barros: relacionado por casamento com Marcelo Caetano mas é conhecido como sendo de esquerda, engenheiro agrícola, de resto desconhecido da Embaixada.

---

<sup>98</sup> Que forma de apresentar a coisa! Foi proibido pelo fascismo.

Tenente-Coronel João de Almeida Bruno: jovem, amigo próximo e confidente do Presidente Spínola, com quem serviu na Guiné. Preso depois da revolta das Caldas, agora chefe da casa militar da Presidência, e solucionador de problemas de Spínola. Está na equipa das negociações de Londres para o cessar-fogo com o PAIGC.

Tenente-Coronel Rafael Ferreira Durão: Actual comandante da Região Militar de Coimbra; dirigiu a força que capturou a sede da DGS em Coimbra durante a revolta. O irmão é o delegado da Junta ao Ministro do Trabalho.

4. Comentário. O Conselho de Estado tem 16 militares e só 5 membros civis. (apesar dos rumores anteriores, nem o Bispo do Porto, nem o Bispo de Nampula foram nomeados por Spínola). Sendo evidente que os militares estão determinados a controlar o processo completamente, ainda assim é surpreendente que Spínola tenha achado apropriado apontar dois militares na categoria de «cidadãos»<sup>99</sup>. Os 5 civis aparentemente foram escolhidos para representar a direita, o centro e a esquerda.

---

<sup>99</sup> Spínola nomeou dois militares spinolistas porque o MFA não nomeou nenhum. A embaixada ainda não se apercebeu do quanto Spínola está afastado do MFA e do seu Programa.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02213\_b

**TÍTULO** Designação de Adido Laboral para Lisboa

**DATA** 03-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Como o Departamento terá notado a partir dos recentes relatórios da Embaixada, as questões laborais tornaram-se subitamente um decisivo factor político e económico em Portugal. Com os comunistas e os socialistas activamente construindo uma base política no movimento sindical, e com os **negócios americanos** a serem profundamente afectados pela efervescência entre trabalhadores, é imperativo que esta embaixada tenha o pessoal necessário para seguir de perto a situação laboral e para procurar **exercer alguma influência nesse campo**.<sup>100</sup>

2. Assim, a Embaixada recomenda que sejam dados passos para estabelecer a posição de adido laboral em Lisboa. Temos em mente um quadro relativamente experimentado, de nível 0-3, que combine uma experiência com sindicatos com capacidades de relatório político. Além de falar português, o quadro deve ser capaz de falar a linguagem dos sindicalistas e de comunicar com pessoas de todo o espectro laboral, incluindo os da extrema-esquerda. Indivíduos conhecidos da embaixada que, à parte da capacidade de falar português, poderiam ilustrar o tipo de quadro requerido: Edward F. Mchale e A. Irwin Rubenstein.

3. Sentimos que o adido laboral deve dirigir uma secção laboral autónoma, para a qual planeamos destacar o nosso oficial para as questões políticas e económicas. Recomendamos que o Departamento estabeleça uma posição adicional de secretariado para esta secção.

---

<sup>100</sup> Ternurenta a preocupação com a democracia sindical para melhor proteger «os negócios americanos».

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02227\_b

**TÍTULO** Reacções na imprensa ao discurso do General Galvão de Melo

**DATA** 03-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O discurso do General Galvão de Melo na Televisão no dia 27 de Maio foi alvo de criticismo por socialistas e outras da esquerda não-comunista. Enquanto vários editoriais criticaram o General indirectamente, os socialistas reagiram forte e directamente, dizendo que Galvão de Melo exagerou na sua declaração de que a Junta assegurará a ordem e prevenirá os excessos. Fim do Sumário.

1. O vespertino Diário de Lisboa (independente, inclinado para a esquerda) trazia dois artigos assinados comentando negativamente o discurso. A 28 de Maio o comentário adoptava o tom de «lamento mais do que enraivecido». Dizia que Galvão de Melo estava errado, não porque o que dizia estava errado, mas porque ele falhava ao não discutir os males do velho regime. Só depois de compreender os males cometidos pelo velho regime é que se pode entender porque é que alguns portugueses, hoje, euforicamente, se comportam de forma prejudicial à boa ordem. «A aparente desordem em que estamos vivendo é mil vezes preferível à "ordem" em que vegetámos». O artigo apelava às personalidades políticas e da TV para aceitarem a responsabilidade de clarificar as questões para um povo que esteve privado politicamente durante quase meio século de ditadura. Um segundo artigo (30 de Maio) examina a carta lida por Galvão de Melo e desvaloriza as queixas dos autores como produto de uma mentalidade fascista.

2. O vespertino socialista República trouxe uma declaração do Partido Socialista crítica da declaração de Galvão de Melo. A declaração expressa a «surpresa e espanto» do Partido Socialista com um discurso que, acusam, generalizou a existência de perigos a partir de

alguns incidentes isolados e que termina com dúvidas sobre o civismo do povo português. A declaração também responsabiliza Galvão de Melo por não ter feito nada para aferir do clima alarmista que alguns círculos reacionários estão a tentar criar.

3. O República trazia um artigo a 28 de Maio atacando o autor da carta de Galvão de Melo como sendo nem um autêntico português nem um cristão. O matutino Século trazia a declaração do Partido Socialista sem qualquer comentário. O Diário de Notícias, inclinado para o Governo, trazia um editorial a 29 de Maio aprovando o discurso de Galvão de Melo.

4. Comentário: o comunicado do Partido Socialista aparece como a única refutação directa, por uma organização política responsável, do esforço da Junta, através do discurso de Galvão de Melo, de colocar um ligeiro travão. O PCP em silêncio. Os socialistas podem estar a tentar começar a estabelecer um registo de independência, talvez em consequência de estarem na sombra do muito visível e bem organizado Partido Comunista, competindo com eles na esquerda.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02230\_b

**TÍTULO** Pedido de documentos sobre questões sindicais

**DATA** 03-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Por forma a satisfazer um pedido especial urgente, a Embaixada pede ao Departamento para enviar por Correio Aéreo um modelo de legislação sobre o direito à greve com uma breve explicação informal. Legislação aplicada apenas a alguns sectores, como a Lei Taylor do Estado de Nova York para os empregados públicos, também será bem vinda.

A Embaixada achou de grande utilidade o material já enviado pelo Departamento. Obrigado.

TELEGRAMA 1974LISBON 02235\_b

TÍTULO Spínola sublinhou a necessidade de ordem

DATA 03-06-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Em dois breves mas importantes discursos no fim de semana, o Presidente Spínola sublinhou a necessidade de ordem no processo de transição que está a decorrer e afirmou que o Movimento das Forças Armadas era de orientação «liberal». Fim do Sumário.

1. Na cerimónia de tomada de posse do novo Conselho de Estado, o Presidente Spínola alertou contra a desordem civil e as acções extra-legais por aqueles que querem impor a sua vontade. Ele disse que o Conselho de Estado deve ser uma «força moderadora» para proteger os mais fracos, e ele sugeriu que **os partidos políticos sejam concebidos como «associações de opinião» em vez de blocos rígidos**. Ele afirmou que slogans demagógicos bem orquestrados não são substituto de programas políticos na construção de uma «sociedade aberta». Spínola afirmou claramente que haverá um referendo à nova constituição dentro de um ano. Ele completou o discurso com um louvor efusivo ao Movimento das Forças Armadas **«no momento em que o seu trabalho se está a concluir»**. Numa breve resposta, um dos membros do Conselho de Estado assumiu o compromisso de que o Conselho seria «um órgão fundamental da democracia portuguesa através das suas funções de balanço, garantia (SIC) e moderação».

2. Uma enorme multidão (estimada pela imprensa em centenas de milhar) deram as boas vindas a Spínola na sua breve visita a Coimbra e ouviram-no falar ao de leve no tema da lei e ordem, enquanto louvava «os grandes liberais» produzidos por Coimbra. Spínola disse que a população de Coimbra revê-se plenamente «no espírito liberal que inspirou o Movimento das Forças Armadas».

3. Comentário: A incursão de Spínola no Porto e Coimbra foram sucessos de relações públicas, e começam a afirmá-lo não apenas como um herói popular mas igualmente como um líder determinado a ser escrupuloso na defesa da ordem pública. A sua referência pública ao trabalho do Movimento das Forças Armadas (MFA) estar perto do fim é uma primeira confirmação pública que temos de uma informação privada de que o MFA como tal tinha sido dissolvido e os seus membros regressariam às suas tarefas normais<sup>101</sup>. Interpretamos isto como representando um crescimento da autoridade da Junta, apesar de acreditarmos que a presença de vários líderes do MFA no Conselho de Estado está desenhado para garantir a sua continuada influência.

---

<sup>101</sup> Como veremos, Spínola e a embaixada confundem desejos com realidades. A declaração é um primeiro sinal público de que Spínola se quer libertar do MFA para impor a sua agenda reaccionária e neocolonialista.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02236\_b

**TÍTULO** As forças do Partido Comunista

**DATA** 03-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: esforços prodigiosos através dos comunistas no Ministério do Trabalho e nos Sindicatos em apoio ao Governo e uma campanha dos *media* para parar as greves **selvagens**<sup>102</sup> produziram uma redução da tensão no sector laboral. Quase todas as greves acabaram, embora as reivindicações que levaram a elas estejam por satisfazer em muitos casos. A provação das greves selvagens tem sido o grande teste político ao Partido Comunista e a todo o Governo; os acontecimentos demonstraram que o Partido não é tão forte junto dos trabalhadores como muitos pensaram. Fim do Sumário.

1. A onda de greves selvagens que começou no sector industrial pouco depois do golpe de 25 de Abril parecem estar perto do fim. Greves de maior importância económica no têxtil, na construção naval, e no sector electrónico parecem estar superadas. Os 200 mil trabalhadores têxteis de Portugal, cuja produção representa cerca de um terço das exportações portuguesas, regressaram ao trabalho para as próximas quatro semanas com base no decreto do governo de um mínimo mensal de 130 euros. As negociações continuam para um contrato de longo termo em torno dos salários e dos horários. Um padrão similar prevaleceu nas minas e noutros sectores.<sup>103</sup>

---

<sup>102</sup> Todas as greves são selvagens se não há lei que as permita e ela não existe em Portugal... e os trabalhadores não ficaram à espera da lei para marcar greves e usar a liberdade recém-conquistada.

<sup>103</sup> Afinal houve ganhos pela luta...

2. Greves selvagens nos operadores de autocarro e eléctricos, bem como nas padarias, atingiram a região de Lisboa no princípio desta semana, provocando rumores, todos aparentemente não verdadeiros, de grandes greves pendentes noutros sectores de serviços. Os trabalhadores dos transportes, que ganhavam cerca de 100 dólares por mês, exigem cerca do dobro disso. O sindicato, que se entende ser controlado pelo PCP, negociou aumentos salariais muito menores com o Ministro do Trabalho, mas os trabalhadores recusaram-se a aceitar o acordo e fizeram greve apesar dos pedidos urgentes da direcção sindical de não o fazerem. Um cenário muito similar aconteceu na indústria da panificação. A greve dos transportes (que durou três dias) e a greve dos trabalhadores das padarias (que durou dois dias) foram altamente impopulares e provocaram uma avalanche de retórica do governo, da liderança do PCP e dos órgãos dominados pelo PCP como a Intersindical e a CDE, condenando as greves e apelando aos trabalhadores para regressarem ao trabalho. Os trabalhadores, vendo que as greves noutras indústrias pagaram importantes dividendos, não se deixaram convencer com facilidade. Os trabalhadores das padarias, pagos a 75 dólares por mês numa indústria que perde dinheiro, e os trabalhadores dos transportes, que viram uma greve de quatro horas do Metro resultar no quase dobrar dos salários dos trabalhadores do Metro, resistiram ou ignoraram os esforços dos seus sindicatos para acabar com as greves, levando a que alguns observadores notem que o controlo do PCP no sector laboral, mesmo onde o PCP dirige os sindicatos, não é assim tão grande como alguns acreditavam.

3. As greves dos transportes e das padarias terminaram por uma combinação de demonstração de determinação do governo e persuasão dos trabalhadores pelos líderes sindicais, pelo Ministro do Trabalho e por outros grupos acima mencionados. Face aos insistentes argumentos dos trabalhadores dos transportes sobre quão eficaz fora a greve do Metro, o Concelho de Ministros publicou uma declaração dizendo que o acordo com os trabalhadores do Metro era escandaloso e declarou-o nulo. A declaração anuncia o despedimento de

toda a administração do Metropolitano por ter aceite um acordo perigoso e inflacionário, que só poderia ser financiado por um grande aumento dos preços (os trabalhadores do Metropolitano publicaram uma declaração a 31 de Maio criticando esta acção). O Conselho de Ministros também anunciou que se as Estações de Serviço fecharem, como foi anunciado, que as tropas as reabrirão. Estas acções deram aos trabalhadores razões para acreditar que greves selvagens afinal não funcionam. Ao mesmo tempo, o Governo, e os líderes políticos e laborais enchem os *media* com uma barragem de propaganda anti-greve. Virtualmente todos os participantes nesta campanha acharam necessário sublinhar a sua devoção aos verdadeiros interesses da classe trabalhadora e de ligar as greves aos vilões do dia, ou seja, o fascismo e a contra-revolução. Questões frequentemente colocadas: a) As greves trarão desordens e oportunidades para um contra-golpe; b) as greves nos serviços prejudicam mais a classe trabalhadora e os mais pobres; c) as greves no sector industrial são uma conspiração das firmas mais ricas para aumentar salários e colocar as firmas mais pequenas na falência; d) as greves agora alimentarão a inflação e consequentemente trarão desemprego.

4. Não existem grandes greves a decorrer no momento, e os trabalhadores de várias indústrias publicaram declarações anti-greve, algumas das quais parecem compromissos. No entanto, se continuarem por resolver as questões que levaram inicialmente os trabalhadores à greve selvagem, existe potencial para novas greves mais à frente, particularmente naquelas empresas onde os dirigentes sindicais não têm o efectivo controlo dos trabalhadores.

5. O Decreto do Governo sobre o salário mínimo melhorará os rendimentos de muitos trabalhadores, mas as suas excepções deixarão muitos na mesma. (muitos trabalhadores de padarias, por exemplo, trabalham em empresas com menos de 5 trabalhadores, e não têm assim acesso ao salário mínimo). O Ministro do Trabalho trabalha febrilmente nestes casos especiais e na preparação de legislação para regular as greves.

6. Numa matéria relacionada, um decreto governamental publicado a 31 de Maio aumenta o pagamento aos homens alistados de 1,20 dólares para 10 dólares.

7. Comentário: os recentes acontecimentos no sector laboral mostram que a cooperação do Partido Comunista Português é indispensável para restaurar a paz laboral mas não é forte o suficiente para a garantir. Os acontecimentos também revelaram que os grupos maoistas, anarquistas e trotskistas à esquerda do PCP estão quase completamente ausentes do cenário laboral. (Ouvimos que os trabalhadores do Estaleiro da Lisnave expulsaram um grupo de cabeludos intelectuais maoistas que entraram nas instalações durante a greve para pregar o evangelho revolucionário). **Apesar de acreditarmos que o PCP é capaz de fomentar a greve ao nível da empresa enquanto a condena em público, estamos firmemente convencidos de que não o fez desta vez.** As dificuldades em entregarem a mercadoria que foram levados para o governo para fornecer pode ter embaraçado o PCP e tê-los feito reflectir. Até agora, entre as facções políticas em contenda, apenas o PCP tem querido (ou sido forçado a) ter as suas forças testadas, e apesar do PCP se ter revelado mais fraco do que desejaria, demonstrou que é forte o suficiente para merecer o respeito das outras facções e até para reivindicar ser indispensável à boa ordem na sociedade.<sup>104</sup>

---

<sup>104</sup> Impressionante. O PCP disse publicamente a sua posição (os trabalhadores têm razão, mas há que ter calma e não dar azo à recuperação reaccionária) e comporta-se em coerência com essa posição. A embaixada reconhece-o, mas mantém-se enredada em explicações anti-comunistas que mais parecem teorias da conspiração.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02237\_b

**TÍTULO** Delegação Portuguesa à Conferência da OIT

**DATA** 03-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Nenhum anúncio público foi feito sobre as delegações do Governo e dos empresários para a reunião de 5/26 de Junho da OIT. Aparentemente o Governo estará com dificuldades em compor a sua delegação e os gestores continuam ao lado. Fim do sumário.

1. Num anterior telegrama, reporta-se os nomes dos delegados dos trabalhadores portugueses à conferência; os delegados foram anunciados pela «Intersindical», aparentemente por sua própria iniciativa, em nome de todos os sindicatos portugueses. Não se ouviu qualquer objecção ao anúncio, tanto quanto sabemos. (advogado próximo da Intersindical afirma que cerca de 40% dos representantes de sindicatos à Intersindical são membros do Partido Comunista, e que será similar a proporção na delegação que vai à Conferência da OIT).

2. Um alto funcionário do governo disse a pessoal da Embaixada a 31 de Maio que o Ministro do Trabalho Pacheco Gonçalves tinha aprovado a lista de delegados do governo, a ser encabeçada por Sérgio Ribeiro<sup>105</sup>, conhecido da Embaixada como jovem economista/escritor marxista (não conhecemos qualquer prévia relação entre Ribeiro e o sector laboral<sup>106</sup>). O fun-

---

<sup>105</sup> SÉRGIO RIBEIRO: Economista. Militante do PCP, esteve duas vezes preso pelo fascismo. Viria a ser deputado no Parlamento Europeu.

<sup>106</sup> Mas havia, até com livros publicados, como é o caso do livro sobre a negociação colectiva do contrato dos metalúrgicos – «O Sindicato: o caso dos metalúrgicos», Sérgio Ribeiro, 1971, Edição do Sindicato dos Metalúrgicos.

cionário estava surpreendido com o facto do Ministro ter aprovado a delegação do governo, já que o gabinete ainda não decidira se um Ministro encabeçaria a delegação e qual. Parte do problema tem origem no facto do Ministro do Trabalho ter um ranking protocolar superior ao Ministro dos Serviços Sociais; este último não deseja participar na Conferência como membro da delegação se esta for encabeçada por um comunista; o funcionário indicou a possibilidade de um compromisso com a participação de cada ministro em part-time, mas pergunta-se se a acção do Ministro do Trabalho não poderá eliminar essa possibilidade. Até ao meio-dia de 3 de Junho não tinha sido feito qualquer anúncio da delegação do governo.

3. O Governo tem um dilema com a delegação dos gestores. A Associação Industrial Portuguesa, que seleccionou os participantes nos anos anteriores, não terá tomado qualquer iniciativa desta vez, e de qualquer forma está **manchada pela íntima associação com o velho regime**. O funcionário referido sugeriu que o Governo estava à procura de representantes dos gestores, mas o mesmo funcionário reconheceu que sérios problemas poderiam aparecer se o Governo nomeasse delegados gestores.

Comentário: Além da confusão que agora prevalece em todos os Ministérios, o Ministro do Trabalho tem estado intensamente ocupado em resolver os problemas causados pelas greves selvagens. Sem dúvida, o Governo considera a questão da OIT como uma das suas menores prioridades. Ainda assim, acreditamos que a composição e comportamento da delegação à OIT será útil para julgar para onde estão as coisas a dirigir-se no plano laboral.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02273\_b

**TÍTULO** Esboçar da Lei Eleitoral

**DATA** 05-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Tomou posse a 3 de Junho a Comissão Especial para esboçar a nova lei eleitoral. O fardo da Comissão será instalar confiança no processo eleitoral e imaginar o mecanismo para uma efectiva participação dos cidadãos na selecção dos líderes locais e nacionais. Fim do Sumário.

1. O comité de 8 membros que deve esboçar a nova lei eleitoral, estabelecido de acordo com o programa das Forças Armadas, tomou posse a 3 de Junho perante o primeiro-ministro Palma Carlos. O comité inclui o presidente da Ordem dos Advogados, prestigiados professores de direito constitucional das Universidades de Lisboa e Coimbra, e outros distintos juristas. O presidente do Comité é José Magalhães Godinho, advogado socialista que foi durante muitos anos o advogado pessoal de Mário Soares, e é igualmente editor do Jornal socialista República. (Os nomes dos outros membros foram fornecidos num anterior telegrama). A proposta de Lei do Comité será revista pelo Governo Provisório e aprovada pelo Conselho de Estado; a nova lei deve estar publicada até 15 de Novembro.

2. Na cerimónia de tomada de posse, o primeiro-ministro Palma Carlos disse que a nova lei eleitoral deve ser aberta, para permitir aos portugueses a completa liberdade de escolher os seus representantes, que guiarão a nação nesta sua nova rota. O Primeiro-Ministro disse que a lei deve assegurar que ninguém é impedido de expressar a sua vontade ou de exercer o seu inalienável direito de votar. Disse ainda que a nação e o governo contam plenamente com a Comissão para respeitar os princípios da liberdade e da democracia «claramente expressos no programa do Movimento das Forças Armadas, que nós tentamos concretizar».

3. Respondendo, Godinho disse que a Comissão deve começar por assumir que tudo o que se passou antes «foi uma falsificação e uma mentira». Godinho falou dos abusos passados, incluindo votos por mortos, duplo voto em diferentes distritos, e uma ausência de estatísticas de censo confiáveis. Disse que a futura lei deve ter em conta o conhecimento das questões pelos votantes, e a necessidade de acesso igual aos *media* e a locais de reunião.

4. Em conversa com pessoal da Embaixada no dia 4 de Junho, Godinho deu indicações adicionais do seu actual pensamento. Para reduzir a importância das personalidades, colocar o foco nas questões e não colocar em desvantagem os iletrados, ele pensa que os eleitores devem escolher o partido apenas através dos símbolos, com os partidos subsequentemente ao voto a escolher, através de meios democráticos, os indivíduos que iriam preencher os lugares proporcionais à força eleitoral de cada partido em cada Distrito. Magalhães Godinho sublinhou a necessidade do comité levar a cabo um minucioso censo eleitoral porta-a-porta, e a necessidade do público acreditar na honestidade da nova lei eleitoral. Ele pensa propor um mecanismo desenhado para evitar uma multiplicidade de partidos, requerendo que cada partido receba uma certa percentagem mínima de votos para estar representado. A este respeito, ele prevê o reagrupamento de partidos no PCP, no Partido Socialista e no Partido Popular Democrático (centro), com possibilidades adicionais nas extremas esquerda e direita.

5. Godinho disse que a Comissão já reuniu uma vez, e apontou 15 de Agosto como o objectivo para ter o seu trabalho terminado. A Comissão tem apenas um funcionário de apoio, mas Magalhães Godinho está confiante que uma proposta de lei para ser trabalhada estará próxima.

6. Comentário: Godinho, um respeitado liberal, parece ter como principal padrão para desenvolver a nova lei o evitar dos muitos abusos do passado, por forma a atingir

a autenticidade e uma ampla aceitação para o novo sistema eleitoral. A sua intenção de ter os eleitores a escolher o símbolo do Partido em vez de indivíduos ou mesmo listas de candidatos, revela preocupação com os iletrados e querer evitar **a influência semi-feudal em eleitores que normalmente tiram o chapéu a pessoas com nomes de famílias ilustres**, e podem tender a votar dessa forma. No entanto, como presumivelmente a votação apenas no partido tende a beneficiar os partidos como as melhores capacidades de organização, no que **o PCP** leva actualmente uma clara vantagem, inclinamos-nos para esperar que as suas ideias neste aspecto sofram alguma transformação.<sup>107</sup>

---

<sup>107</sup> Um único critério definitivo de decisão: é favorável ou desfavorável ao PCP? A isto se chama ter claro quem é o inimigo principal.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02274\_b

**TÍTULO** Situação das negociações Portugueses-PAIGC

**DATA** 05-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: De acordo com Jorge Campinos<sup>108</sup>, assessor pessoal do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, as questões de Cabo Verde e do referendo ainda separam a delegação portuguesa e a do PAIGC nas conversações de Londres. Está à vista um compromisso de separar as questões de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. Campinos adiantou que o PAIGC poderá aceitar o referendo para Cabo Verde, enquanto se opõe resolutamente ao mesmo para a Guiné-Bissau. O Governo Português espera prolongadas negociações em Angola e Moçambique, permitindo que o governo português que será eleito possa tratar do referendo nesses territórios nos **próximos anos**<sup>109</sup>. Fim do Sumário.

1. Em conversações com Herbert Spiro<sup>110</sup> e pessoas da embaixada, o Professor Jorge Campinos, colaborador próximo do Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares,

---

<sup>108</sup> JORGE CAMPINOS: Fundador do PS, foi secretário de Estado nos II, III e IV governos provisórios e ministro no VI Governo Provisório e no I Governo Constitucional. Foi deputado do PS na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, membro do Tribunal Constitucional e Alto funcionário da Comunidade Europeia.

<sup>109</sup> Este deslize mostra o quanto pretendiam adiar a descolonização, enredando os movimentos de libertação em processos negociais.

<sup>110</sup> HERBERT SPIRO: Membro do Departamento de Estado, viria a ser embaixador na Guiné-Equatorial, de onde seria expulso como «persona non grata».

e membro da equipe negocial do Governo Português em Londres, forneceu alguns detalhes sobre o ponto de situação das negociações. O lado português tem sido firme em separar a questão de Cabo Verde da da Guiné-Bissau. O PAIGC aceitou esta separação com base no facto de eles estarem a negociar a questão da Guiné-Bissau como representantes da República da Guiné-Bissau, cuja Constituição, que constitui a base para o reconhecimento de 84 países, abrange apenas a Guiné-Bissau e não Cabo Verde. No entanto, eles estão a reservar a sua posição sobre Cabo Verde, que cai na sua competência enquanto representantes do partido político PAIGC.

2. Os portugueses estão também firmes na insistência que um acto de auto-determinação através de um referendo deve acontecer em Cabo Verde. O PAIGC é igualmente firme em insistir que um referendo não deve acontecer na Guiné-Bissau. Campinos indicou que o forte apoio à República da Guiné-Bissau na ONU, na OUA, nos países nórdicos, etc., e o reconhecimento de facto por 84 países, são realidades que Portugal não pode ignorar<sup>111</sup>. O Governo Português reconhece que a falta de um referendo na Guiné-Bissau pode criar um precedente perigoso para Moçambique, mas esperam ganhar aceitação para a ideia de que a Guiné-Bissau é um caso especial. Os portugueses recusaram-se até agora a reconhecer a República da Guiné-Bissau como reivindicado pela delegação do PAIGC. Eles planeiam indicar à delegação do PAIGC que Portugal se dispõe ao reconhecimento depois de completados com sucesso uma série de passos, que ele não definiu. Ele deu a entender que este processo deve levar provavelmente vários meses, mas deve estar completado antes das

---

<sup>111</sup> Havia ainda aquele pequeno pormenor de a guerra estar perdida...

eleições em Portugal. Ele expressou a esperança de que a solução para o problema da Guiné-Bissau prove as boas intenções do Governo Português e ganhe tempo para Moçambique e Angola. A estratégia portuguesa para Moçambique e Angola **é alongar o processo tanto quanto possível**. Só depois de um novo governo permanente estar instalado em Portugal, daqui a um ano, com um mandato do povo português, irá o governo português avançar com os trabalhos sobre os detalhes técnicos para um referendo nas duas maiores colónias.

3. Campinos sublinhou a importância da cordialidade entre as delegações do PAIGC e do Governo Português, e expressou a esperança que a mesma cordialidade persista nas conversações do Governo Português com os representantes de outros grupos de libertação (apesar de ele esperar que a FRELIMO seja um cliente mais difícil que o PAIGC.) Ele contrastou com a total falta de desconfiança entre as duas delegações, com a atmosfera das conversações de Evian entre os argelinos e os franceses, onde as suspeitas e desconfiança mútuas atravessaram as negociações e continuaram depois delas.

Ele está encorajado pela atmosfera de Londres, esperando que, ao contrário dos acordos entre os argelinos e os franceses, os acordos alcançados entre os portugueses e os **portugueses africanos** sejam duradouros.

4. Comentário: Suspeitamos que Soares pode ter alguma dificuldade em convencer Spínola da necessidade de abandonar o referendo na Guiné-Bissau, que se diz que Spínola acredita que seria a favor da sua proposta de Federação. Compreensivelmente, Soares pode estar a tentar vender a Spínola e depois à FRELIMO, a ideia de que os passos a serem completados antes do reconhecimento pelo Governo português do Governo da Guiné-Bissau equivale a um acto de auto-determinação. Suspeitamos que Soares pode estar a sobrestimar a sua habilidade de convencer a FRELIMO que a Guiné-Bissau é um

caso especial cuja solução é inaplicável a Moçambique. Possivelmente a sua viagem para Lusaka, marcada para 5 de Junho, é uma tentativa de vender a ideia à FRELIMO, cuja aceitação pode ser condição para Spínola aceitar deixar cair o referendo na Guiné-Bissau.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02285\_b

**TÍTULO** Spínola na estrada

**DATA** 05-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. O Presidente Spínola fez uma breve visita a Tomar a 4 de Junho, a sua terceira a cidades da província. Ele disse a uma multidão de vários milhares que Portugal se deve proteger contra **«ideologias... que poderão levar-nos para regimes muito mais despóticos que o que foi derrubado a 25 de Abril»**, e apelou aos portugueses para reflectir nas **«realidades económicas»** ou para enfrentarem o desemprego com todas as suas trágicas consequências. Spínola avisou contra a intimidação e a violência e pediu aos portugueses para «dizer não» àqueles que sabotariam a democracia. Como se tornou aparentemente rotineiro, Spínola estava acompanhado do Ministro da Administração Interna, Magalhães Mota. O Presidente e o Ministro tiveram reuniões com dirigentes locais.

2. Uma fonte do Governo Português afirma que Spínola visitará brevemente Angola e Moçambique, possivelmente em conjugação com a tomada de posse dos novos Governadores, alegadamente o General Silvino Silvério Marques (Angola) e o Dr. Soares de Melo (Moçambique).

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02287\_b

**TÍTULO** Imprensa relata agitação militar em Macau e Timor

**DATA** 05-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Uma manifestação de 200 oficiais subalternos e soldados em Macau levou à demissão do Governador militar e do Chefe do Estado-Maior do território. Os delegados da Junta em Macau assumiram o lugar dos militares afastados e disseram que o Governo quer eleições dentro de um ano para escolher os representantes do povo. Também foi relatado descontentamentos entre os militares em Timor. O referendo sobre o futuro da colónia está apontado para o próximo Março, de acordo com um despacho da AFP. Fim do Sumário.

(...)

6. Comentário: Relatos de agitação entre as minorias portuguesas em Macau e Timor têm aparecido na imprensa de Lisboa nas últimas semanas, e dois emissários do Centro Democrático de Macau visitaram recentemente a metrópole, para tentar convencer a Junta que nem tudo está bem naquele enclave. Queixaram-se que nenhuma das reformas que ocorrem em Lisboa foram implementadas em Macau. A visita dos delegados a Macau foi desenhada para clarificar a situação e assegurar a continuação da tranquilidade desejada pela comunidade local de empresários chineses. Aparentemente, Lisboa decidiu, no entanto, que Macau é um caso especial que não será profundamente afectado pelos eventos na metrópole, e os delegados tornaram isto claro na conferência de imprensa de Macau. **As eleições a realizar em Macau não serão sobre o futuro do enclave, mas para escolher os representantes legislativos locais. Em contraste, Timor, que é um fardo financeiro para Portugal e de pouco valor, terá a oportunidade de escolher a independência, e até poderá ser apressada pelo Governo português.**

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02296\_b

**TÍTULO** Os portugueses estão interessados na ajuda e laços com os EUA

**DATA** 05-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Jorge Campinos, assessor pessoal do Ministro dos Negócios Estrangeiros, disse a um funcionário da Embaixada do desejo do novo governo por ter laços estreitos com os EUA e a sua necessidade de apoio americano, tanto material como moral. O novo governo espera que os dirigentes de topo dos EUA, especificamente o Secretário Kissinger, receberão a delegação portuguesa em Washington. Fim do Sumário.

1. Numa longa entrevista a 3 de Junho, o Professor Jorge Campinos, próximo associado de Mário Soares no Ministério dos Negócios Estrangeiros, descreveu a Spiro e a um funcionário da Embaixada a importância para o novo regime português, e especialmente para **os elementos democráticos no seu seio**, do apoio do Ocidente e particularmente dos EUA. Nesse contexto ele viu como muito oportuna a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros holandês Van der Stoel. Muito mais importante para Portugal, no entanto, é a visível manifestação de apoio pelos EUA. Depois disso, Portugal espera que os EUA estejam receptivos para providenciar uma substancial ajuda económica, financeira, cultural e técnica, num «plano Marshal» para Portugal. Assistido pelos EUA para se tornar económica e financeiramente forte, Portugal estaria numa posição de servir como intermediário entre o Ocidente e os eventualmente independentes estados da África portuguesa, e assim manter estes ligados ao Ocidente.

2. O Professor Campinos disse que Portugal sente que é demasiado pequeno e pouco importante para pensar em convidar o secretário Kissinger a visitar Lisboa, apesar de que essa visita serviria os seus propósitos. No

entanto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros participará na reunião ministerial da NATO em Otava, na qual os portugueses esperam ter contacto com o Secretário e possivelmente organizar para algumas semanas depois uma reunião entre Soares ou outro representante do Governo português, e dirigentes de topo dos EUA, especificamente com o Secretário Kissinger. Tal reunião daria um significativo **impulso aos elementos democráticos no novo governo português** e, ao mesmo tempo, daria oportunidade para discutir em grande detalhe a assistência que Portugal procura dos EUA.

3. Spiro respondeu que os EUA são geralmente frios à ideia de reuniões meramente simbólicas. As reuniões de alto nível requerem preparações avançadas que permitam acreditar em resultados substanciais. Campinos disse que o Ministro dos Negócios Estrangeiros fornecerá ao Embaixador Themido instruções para começar essas preparações. Ele sublinhou que o governo português decidiu deixar Themido em Washington, quando outros representantes foram mudados, precisamente para sublinhar a importância com que eles vêm as relações Portugal-EUA e o seu desejo de continuidade nessa relação.

4. Face às repetidas questões de Spiro sobre exemplos concretos de tipos de ajuda que o Governo português pode pedir, Campinos deu respostas vagas, enfatizando o simbolismo da assistência<sup>112</sup>, bem como a falta de dados estatísticos actualizados sobre os quais os portugueses pudessem basear programas e pedidos de ajuda. Sobre a ajuda, Spiro disse que estavam ultrapassados os dias do plano Marshal ou de qualquer coisa do género, que

---

<sup>112</sup> Num país onde faltava tanta coisa, esta resposta mostra as patrióticas preocupações da direcção do Partido Socialista: apoio, mesmo que simbólico, para que possamos usar para promover Mário Soares e o PS.

mesmo que a Administração viesse a decidir tal ajuda a Portugal, o Congresso nos últimos anos tem sido crescentemente frio a fornecer ajuda estrangeira e seria muito complicado convencê-lo a aprovar qualquer programa de ajuda de razoável dimensão para Portugal. Campinos sente que o Congresso poderia reagir favoravelmente ao facto da ajuda ser necessária para ajudar ao sucesso da experiência democrática portuguesa, para habilitar Portugal a servir como ligação Ocidental com as antigas colónias, e, particularmente, para ajudar Portugal a sobreviver aos efeitos de ter adoptado a política de auto-determinação em África há muito defendida pelos EUA.

5. Campinos não fez qualquer menção aos Açores.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02300\_b

**TÍTULO** Movimento para a Independência dos Açores

**DATA** 06-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Numa recente conversa com funcionários da Embaixada, o antigo deputado da Assembleia Nacional por São Miguel, Mota Amaral, disse que foi contactado por um Victor Cruz que lhe deu uma cópia do Manifesto «Movimento Independente dos Açores» (MIA). Brincando, disse que se São Tomé e Príncipe vão ser independentes, porque não os Açores. Ele então acrescentou que dentro de pouco tempo, dependendo do que acontecer em Portugal, **pode valer a pena pensar na independência dos Açores**<sup>113</sup>, mas ele aconselhou que o MIA não deve ser tomado a sério actualmente. Ele destacou também que, em contraste com os territórios portugueses em África, os habitantes dos Açores são, afinal, portugueses. Ele estava muito mais interessado nas possibilidades do centrista Partido Popular Democrático, do qual ele, conjuntamente com Balsemão e Sá Carneiro, é um dos líderes, e o partido necessita de acelerar as suas actividades organizadoras se quer competir com sucesso com a esquerda e ganhar eleições em Portugal (incluindo os Açores).

---

<sup>113</sup> Um patriota, disposto à secessão se tal lhe fosse politicamente benéfico. Que chegaria a presidente da Assembleia da República Portuguesa.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02310\_b

**TÍTULO** Interesse português na ajuda brasileira

**DATA** 06-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Em discussão com um funcionário da Embaixada a 5 de Junho, o membro da Junta Galvão de Melo revelou que ele aceitou o convite do Brasil para uma visita de uma semana, e planeia partir a 7 de Junho. O principal objectivo da viagem é ter contacto com os serviços de informação brasileiros para que estes o assistam nos esforços que está a fazer para estabelecer um novo serviço de inteligência depois da extinção da DGS.

2. Durante a discussão, o General Galvão de Melo deixou o funcionário da Embaixada ler um relatório que tinha submetido à Junta. O relatório revisita a história da Europa Ocidental depois da II Guerra Mundial, recuperando a ocorrência de greves, o esforço dos comunistas de penetrar nos sindicatos e partidos políticos, e outros eventos terríveis (apresentados numa forma que evoca reminiscências aos actuais acontecimentos em Portugal). O relatório então aponta que a Europa Ocidental pôde prevenir o caos seguido da tomada de poder pelos comunistas apenas através da generosa assistência dos EUA via Plano Marshal. O relatório conclui que para Portugal conseguir superar as actuais dificuldades e instalar uma democracia ocidental funcional no país, Portugal deve, como o fez a Europa do pós-guerra, procurar ajuda dos seus amigos. Ele identifica mais tarde esses amigos como sendo, em primeiro lugar, o Brasil, e em segundo, os EUA.

3. Comentário: parece provável que Galvão de Melo<sup>114</sup> irá ao Brasil com um mandato para investigar a vontade e a capacidade do Brasil em assistir Portugal a superar os tempos problemáticos que vive depois do golpe.

---

114 Outro patriota. Em rota de colisão com o 25 de Abril.

TELEGRAMA 1974LISBON 02322\_b

TÍTULO Posição dos EUA sobre Cabo Verde e a Guiné-Bissau

DATA 06-06-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Numa chamada do vice-primeiro ministro Sá Carneiro a 6 de Junho, ele indicou o seu desejo, e do Ministro de Negócios Estrangeiros, de que o Governo comente a informação referida nesse telegrama, e que esse comentário era ainda mais especificamente desejado que na última conversa. **Ele disse que era de facto muito importante para o Governo Português<sup>115</sup> saber o grau de importância estratégica que os EUA atribuem a Cabo Verde e também o grau de importância que os EUA atribuem à realização do referendo na Guiné-Bissau ou à concessão de independência sem esse referendo.** Ele sublinhou que o Governo português necessita de saber a posição dos EUA com urgência tendo em conta o reatar das negociações a 8 de Junho.

2. Comentário: Existe a possibilidade que as visões dos EUA nestas questões possam ser cruciais para resolver possíveis conflitos no seio do Governo Português sobre a posição negocial a adoptar nas conversações com o PAIGC, e/ou que as posições dos EUA possam afectar a tenacidade com que o Governo português adere a posições anteriores. Apreciaria assim uma resposta imediata. A nossa sensibilidade própria sobre a questão do referendo é que se não houver referendo na Guiné-Bissau pode complicar a presumida determinação do Governo português em insistir num referendo em Moçambique e até em Angola, mas que o governo português, particularmente depois da

---

<sup>115</sup> E por falar em patriotas. Este pede a uma embaixada estrangeira que lhe diga o que pensar... É a visão colonialista rançosa...

reunião de Lusaka, está em muito melhor posição que nós para julgar o grau em que a Guiné-Bissau será utilizada como precedente por outros grupos de libertação. Se o governo dos EUA acha que Cabo Verde é de facto de significativa importância estratégica (presumivelmente para a vigilância oceânica em tempos de paz, e para possíveis contingências tipo II Guerra Mundial), este é obviamente o tempo de informar disso os portugueses. Se o contrário é verdade, o governo português deve ser avisado já que isto os colocará numa posição negocial mais flexível.

TELEGRAMA 1974LISBON 02339\_b

TÍTULO Desenvolvimentos recentes na Guiné-Bissau

DATA 07-06-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Enquanto a luta continua no campo, à superfície tudo está calmo na Cidade de Bissau. No entanto, existe uma indesmentível tensão e inquietação, especialmente entre os pequenos empresários que temem o futuro, e **nos militares menos graduados através do país, que querem rapidamente regressar à metrópole**. Os partidos políticos nativos da Guiné anti-PAIGC e a operar na Guiné não parecem estar a ter muito sucesso. Podem no entanto ter um papel a desempenhar como representantes de uma opinião moderada, não cabo-verdiana, no país. Fim do Sumário.

1. De acordo com relatos da Imprensa que chegam a Lisboa, uma calma tensa prevalece na Cidade de Bissau. A abertura das conversações PAIGC-Portugueses em Londres decorreu sem incidentes, apesar de «centenas» de apoiantes, de acordo com despacho da ANI, se terem reunido numa grande caravana automóvel numa barulhenta parada através do centro de Bissau, a 25 de Maio, saudando o PAIGC e distribuindo literatura do PAIGC. Apesar do recolher obrigatório às 22h00, montaram a iniciativa de 25 de Maio. Muitas ruas de Bissau terão sido «rebaptizadas» com slogans do PAIGC e as paredes disponíveis agora exibem uma variedade de slogans e cartazes do PAIGC.

2. De acordo com o correspondente especial enviado a Bissau pelo Século, a calma é apenas superficial. Alegadamente, existirá um «mal controlado pânico» numa parte dos pequenos empresários europeus e libaneses que formam a massa dos cerca de **8.000 brancos não militares na província**, e que temem pela sua segurança sob um governo dominado pelo PAIGC. Os voos da transportadora aérea portuguesa (TAP) de Bissau para Lisboa estão sem-

pre completos, e o número de voos semanais foi aumentado 25%. Os nervos levaram a que os comerciantes tenham reduzido o nível de importações da metrópole, e muitas lojas colocaram as mercadorias à venda para liquidar stocks. Alguns bens alimentares estão agora a faltar. O valor no mercado negro do escudo português subiu dos normais 110% para 125%. Em contraste com os pequenos comerciantes, as poucas grandes firmas de Bissau mostram sinais de querer permanecer e de sentirem que podem negociar com o futuro regime do PAIGC.

3. Continuam as acções militares no campo, especialmente no Sul, apesar de relatos da existência de um acordo de cessar-fogo informal durante as conversações de Londres. Um comboio de abastecimentos português foi atacado pelo PAIGC a 26 de Maio, e o Forte de Jemberem foi atacado por fogo de morteiros a 28 de Maio (os portugueses saíram de Jemberem para Cacine na semana seguinte). Os militares portugueses negaram que tivessem perdido 100 homens e sofrido 50 feridos nos recentes ataques do PAIGC, conforme afirmava o comunicado do PAIGC emitido em Argel no princípio de Junho. No entanto, o governo reconhece 16 feridos nas duas últimas semanas, mas afirma que nenhum soldado foi morto.

4. Reanimou-se a actividade política, particularmente em Bissau, mas os grupos não PAIGC parecem estar a fazer poucos progressos. Representantes do moribundo FLING (não são mais de 100), que pouco se fizeram ouvir na última meia dúzia de anos, apareceram de repente em Bissau tentando ganhar apoiantes, mas estarão divididos entre eles e não estão a ser levados a sério pelo povo ou pelos políticos portugueses.

5. Três outros grupos políticos estão activos. A Liga Popular dos Guinéus, dirigida pelo antigo deputado da Assembleia Nacional, Martins Nunes, que publicou um curto e vago programa no jornal «Voz da Guiné». O programa é conservador, nacionalista e **anti-cabo-verdiano**.

Nunes, bem como o Dr. António Batica, líder do Movimento Democrático da Guiné, **sofrem com a identificação de próximos do anterior regime**, e têm estado sob o ataque verbal de jovens estudantes de Bissau, que formaram um Comité Juvenil para a Unidade e o Progresso do Povo (CJUPP) pró-PAIGC. Este CJUPP, ironicamente, ocupou a antiga sede da DGS, e concentra as suas actividades em arregimentar apoio da população para o PAIGC.

6. Alguns correspondentes dão nota de alguma inquietação entre os militares, com os soldados ansiosos por voltarem para casa (presumivelmente sentem que a guerra acabou e não querem ser os últimos a morrer). Muitos dos oficiais mais jovens em Bissau terão realizado sessões políticas nos quartéis tentando ganhar os soldados para pressionar os seus superiores em deixarem-nos regressar de imediato à Europa.

7. Comentário: Os partidos políticos recentemente formados, apesar de não serem significativos hoje, aparentemente esperam desempenhar um papel na Guiné pré e pós independência como representantes da maioria de pretos guineenses. Se acontecer um referendo sobre a questão da independência, os partidos dirigidos por líderes pretos nativos como Martins Nunes e Batica Ferreira fornecerão alternativas ao PAIGC pois são ambos moderados e nativos da Guiné.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02346\_b

**TÍTULO** Possível comentário do Governo dos EUA às negociações sobre os territórios portugueses

**DATA** 07-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Concordamos com a Embaixada de Lusaka de que todos aqueles que trabalharam para aproximar um acordo na África portuguesa merecem crédito. Relacionado com isto, os portugueses têm muito presente a cimeira da OUA de 12 de Junho e estão esperançados que dela resulte uma posição moderada sobre a África portuguesa. Questionamos-nos se esse objectivo, que assumimos que o Governo dos EUA partilha, seria bem servido pelo reconhecimento público de um líder africano (Kaunda) ou de um quantos (Kaunda, Nyerere, Senghor). Estamos antes inclinados que isso cairia mal junto dos não mencionados, e ainda poderia sujeitar os líderes elogiados pelos EUA a serem acusados de serem ferramentas dos desígnios colonialistas de Portugal e dos EUA, e pode assim reforçar as forças da falta de moderação. Ao mesmo tempo não teríamos qualquer objecção a mensagens privadas enviadas para Kaunda, Senghor, etc., se tal for visto como útil.

2. Por razões puramente domésticas em Portugal, vemos como de considerável valor uma declaração pública do Governo dos EUA indicando o nosso prazer com a nova direcção que Portugal tomou quer domesticamente quer em África. **Há elementos em Portugal que, tendo visto que os EUA eram virtualmente o último amigo que restava ao velho Portugal, têm algumas dúvidas se os EUA vêm com bons olhos a mudança do 25 de Abril ou se lamentam o fim do regime de Caetano.** Seria útil para a posição dos EUA em Portugal, e, de facto, para o novo regime português, se o Governo dos EUA quisesse publicamente colocar o selo de aprovado no governo de Spínola (**como a Embaixada foi privadamente instruída a fazer**). Estaríamos assim

muito em favor de uma declaração pública, possivelmente numa conferência de imprensa do Departamento de Estado, que afirmasse que os EUA estão agradados pelo facto de que, desde o 25 de Abril, Portugal embarcou na rota para uma genuína democracia em casa e para a auto-determinação das possessões portuguesas em África, e que nós temos ficado encorajados ao ver que os esforços de Portugal têm permitido avançar, quer domesticamente quer em África, onde encontraram úteis e cooperantes respostas quer dos movimentos de libertação quer dos Estados independentes de África.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02352\_b

**TÍTULO** Estabelecimento de relações de Portugal com a URSS

**DATA** 10-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. A imprensa de Lisboa de 10 de Junho (Dia Nacional Português) traz **o anúncio pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros** do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS. A troca de missões diplomáticas ao nível de Embaixador deverá acontecer «o mais cedo possível». O anúncio inclui a referência standard ao desenvolvimento de relações de acordo com os princípios da coexistência pacífica e a estrita observância dos princípios e objectivos da Carta das Nações Unidas.

2. A imprensa de Lisboa citou observadores em Moscovo que declararam que esta decisão resultou da avaliação favorável pelo Kremlin das intenções do novo regime português no que respeita a África e a confiança de Moscovo na durabilidade das organizações de esquerda introduzidas no novo governo pelo Presidente Spínola.

3. Comentário: mais obviamente, representa um impulso para o Partido Comunista Português (PCP) e outras organizações de esquerda não maoistas em Portugal. Também representa um importante apoio aos esforços do regime de Spínola de ganhar aceitação e credibilidade para o seu anúncio da democratização de Portugal. A este respeito o timing foi afortunado: a 7 de Junho, Saldanha Sanches, editor do Jornal maoista do MRPP «Luta Popular» foi preso e transportado para o distante forte militar de Elvas, por ter publicado um apelo aos soldados para que desertem. A primeira prisão à esquerda desde o 25 de Abril foi previsivelmente denunciada como sendo um acto fascista pelos grupos à esquerda do PCP. Não deixará de ser notado localmente que a prisão deste esquerdista não impediu que Moscovo continuasse com o estabelecimento de relações.

4. Mais importante para os portugueses, no entanto, é o reconhecimento de Moscovo no contexto das negociações com os movimentos de libertação. O Governo português tinha expressado em privado alguma apreensão de que a URSS estivesse a empatar até que uma solução fosse alcançada para a Guiné-Bissau. O reconhecimento agora será útil ao Governo português nas conversações com os movimentos de libertação e desejavelmente no tratamento na OUA sobre as questões da África portuguesa, pois demonstra que os esforços negociais até à data são vistos como genuínos pelo **principal apoiante dos movimentos de libertação.**

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02372\_b

**TÍTULO** Primeira conversa com Cunhal

**DATA** 11-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Chamada de cortesia ao comunista Cunhal usada por ele para levantar a questão dos Açores. Ele opõe-se por princípio a bases estrangeiras, e em qualquer caso sente que as negociações devem ser deixadas ao futuro governo eleito de Portugal para serem encaradas no contexto da distensão Este-Oeste. Cunhal afável, inteligente e muito impressivo. Fim do sumário.

1. Chamada ao Secretário-Geral do Partido Comunista Português (PCP) e Ministro sem pasta, Álvaro Cunhal a 11 de Junho. Ele foi cordial e agradável, **e disse que Portugal estava ansioso de ter boas e mesmo melhoradas relações com os EUA.**

2. Depois de completadas as introduções, ele desculpou-se por não ter prática na diplomacia, e por isso falar mais francamente do que deveria, mas ele queria levantar a questão da Base dos Açores. A sua mensagem é de que ele pensa que este não é o tempo de proceder a essas negociações e que elas deveriam ser adiadas quando pudessem ser tratadas no contexto mais largo da distensão Este-Oeste. Há igualmente a sugestão de que esta é uma questão que deve ser deixada para depois de completado o processo democrático em Portugal, isto é, a eleição de um governo civil permanente. **Ele também expressou a sua posição pessoal e do seu partido que é oposta à existência de quaisquer bases militares estrangeiras em solo português.** Eu disse que, por razões substancialmente diferentes, o Governo dos EUA tinha-me instruído a não pressionar as negociações dos Açores no momento presente.

3. Embora o acima dito fosse a mensagem principal que

ele queria passar, já que eu nem sequer tinha mencionado os Açores, ele saiu do seu caminho para enfatizar:

(a) a sua e do PCP devoção genuína ao estabelecimento ordeiro de um governo genuinamente democrático em Portugal, e (b) que eram infundadas as preocupações que ele sentia existirem nos EUA de que a participação do PCP no governo pudesse interferir com as relações próximas entre o Governo dos EUA e de Portugal. Ele reiterou as declarações que Spínola me tinha feito de ter confiança que as acções do novo Governo Português fariam com que fosse muito mais fácil ao Governo dos EUA apoiar Portugal.

4. No que respeita à política africana, ele reiterou o que todos nós já conhecíamos. Todo o Governo português está unido na ideia de que a luta deve parar imediatamente e que as soluções em todas as províncias deve ser política. Há sérias diferenças de opinião dentro do Governo sobre como conseguir essas soluções políticas.

5. Comentário: Já que Cunhal esteve fora de circulação tanto tempo, talvez seja útil uma breve impressão pessoal. Este é um homem impressivo e atractivo. Faz questão de sublinhar não ser diplomata e de falar francamente, e parece fazê-lo. Num excelente francês ele fala racionalmente, com cuidado e modéstia. Ele distingue cuidadosamente, onde necessário, entre a sua posição de membro do governo português e a posição do PCP enquanto partido político. Na minha inocência ele impressionou-me como um homem com quem se pode lidar através da mesa, franca e directamente<sup>116</sup>. Fim do Comentário.

---

<sup>116</sup> Não é todos os dias que um embaixador norte-americano elogia o secretário-geral de um Partido Comunista, mesmo quando o elogio é feito num relatório secreto.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02359\_b

**TÍTULO** Comentários do futuro Governador Geral de Moçambique,  
Dr. Soares de Melo, sobre o GUMO e a FRELIMO

**DATA** 11-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O Dr. Soares de Melo, à chegada a Lisboa no dia 6 de Junho, disse à imprensa que os problemas mais urgentes de Moçambique são as finanças e a necessidade de uma rápida descolonização. Disse que a FRELIMO goza de uma grande simpatia popular e caracterizou o GUMO como fraca e oportunista. Fim do Sumário.

1. O Dr. Soares de Melo, que se espera venha a ser o novo Governador Geral de Moçambique, chegou a Lisboa a 6 de Junho e deu uma curta entrevista no Aeroporto aos jornalistas que o esperavam. O Dr. Melo recusou-se a ir para as questões da independência dizendo que isso era para o povo moçambicano decidir. No entanto, aproveitou a oportunidade para reassegurar aos grupos minoritários em Moçambique que eles não têm nada a temer da independência, **e que a FRELIMO disse que necessita da experiência e presença dos brancos para prosperar no futuro.**

2. Os principais problemas que enfrenta Moçambique são financeiros e devem ser resolvidos imediatamente, disse de Melo. Igualmente importante é dismantlar o sistema colonial e a sua rápida substituição por instituições democráticas. Os problemas da balança de pagamentos da colónia foram chamados de «drásticos», e vão requerer empréstimos da metrópole para se resolverem.

3. Existe entre os africanos uma grande simpatia com o programa da FRELIMO, mas, no entanto, muitos não têm conhecimentos políticos suficientes para escolher entre grupos políticos alternativos. Sobre um desses grupos - GUMO - de Melo teve o seguinte comentário: «A julgar

pelo seu programa, parece-me que a linha política do GUMO é um pouco confusa. A FRELIMO etiqueta esse programa de fascista. Seja como for, acredito que a representatividade do GUMO é muito fraca e talvez um pouco oportunista. No entanto estas coisas só podem ser vistas claramente depois de passar um certo tempo.»

4. De Melo disse noutra ponto da entrevista que ele ainda não tinha reunido pessoalmente com representantes da FRELIMO. Disse que sentia que a FRELIMO seria capaz de aceitar o programa do Governo Provisório sobre Moçambique e seria capaz de colaborar com o futuro Governador Geral na sua implementação.

5. Sobre a atitude da África do Sul face a Moçambique, de Melo expressou a opinião de que a África do Sul não tem inclinações imperialistas, e que o Governo provisório deverá ser capaz de conservar e talvez até melhorar os laços de amizade. Afinidades económicas e outras (não especificadas) são citadas como razões para que as boas relações prevaleçam.

6. Comentário: A linha de de Melo, fortemente pró FRELIMO, sugere que ele, e o Ministro Almeida Santos que o escolheu, já decidiram a questão da auto-determinação a favor da FRELIMO.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> Como é colonialista a visão dos EUA. Em Moçambique há um povo em armas há largos anos a combater a ocupação colonial, com a FRELIMO à cabeça. Não foi um ou outro português que criou essa realidade, foi o povo moçambicano.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02388\_b

**TÍTULO** O Governo Português contra a extrema-esquerda

**DATA** 12-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: A retórica revolucionária e as actividades dos pequenos grupos de extrema esquerda provocaram a prisão de extremistas e montaram o cenário para um possível confronto entre o governo e os revolucionários. Fim do sumário.

1. Quase imediatamente depois do golpe de estado de 25 de Abril, e o subsequente levantamento das restrições às liberdades civis, **tornou-se claro que a extrema esquerda seria problemática para a coligação de interesses políticos, incluindo o Partido Comunista Português, que apoiou a revolta. A extrema-esquerda, há muito conhecida por ser anti-PCP**, tomou posições opostas à Junta e ao Governo Provisório, e, como resultado, recebeu algumas lambadas.

2. Os grupos extremistas, encabeçados pelo Movimento de Reconstrução do Partido do Proletariado (MRPP) e incluindo grupos fragmentários como o Partido Comunista Marxista-Leninista (PCP-ML)<sup>118</sup> e a Liga Comunista Internacional (LCI)<sup>119</sup> demonstraram a sua hostilidade à nova ordem com frases pintadas nos muros de Lisboa e noutros locais. Estes grupos boicotaram as comemorações mais ou menos oficiais

---

<sup>118</sup> P (M-L): Pequena facção da extrema-esquerda, que tinha o PCP como inimigo principal (e único, na realidade). Um dos líderes da sua facção principal, Heduíno Gomes, juntar-se-ia ao PSD.

<sup>119</sup> LCI: fundada em 1973 como partido trotskista da IV Internacional, viria a transformar-se no PSR e depois a ser uma das três componentes fundadoras do BE.

de 1º de Maio e montaram as suas próprias manifestações nas quais o apelo à revolução popular estavam na ordem do dia. O Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, colocou a extrema-esquerda como «inimigo fundamental» do PCP no princípio de Maio e o PCP tem regularmente declarado que a extrema-esquerda serve os interesses dos reaccionários e dos «fascistas». Durante a recente inquietação laboral, de acordo com a imprensa, «os trabalhadores» apontaram muitos «provocadores reaccionários» que foram de seguida presos por terem fomentado greves «anti-populares». A extrema-esquerda tem gritado que isto foi uma provocação revisionista destinada aos trabalhadores revolucionários.

(...)

4. Desde o 25 de Abril que as publicações da extrema-esquerda se destacam a tratar temas anti-Junta e anti-PCP e tocaram alguns dos pontos mais dolorosos do Governo, como o caso Peralta e a luta laboral. O MRPP foi à rua para protestar contra a nomeação do General Fontoura como Embaixador do Brasil. A manifestação contra o regime chileno, realizada frente a Embaixada chilena no mesmo dia que o novo Embaixador apresentou as suas credenciais ao Presidente Spínola, parecem ter sido dirigidas em parte para embaraçar o governo provisório.

5. A confrontação extrema-esquerda/governo deu mais um passo no dia 6 de Junho com a prisão, «para investigação» de José Luís Saldanha Sanches<sup>120</sup>, de 29 anos, militante maoísta e editor do «O Tempo e o Modo», fanático

---

<sup>120</sup> JOSÉ LUÍS SALDANHA SANCHES: dirigente do MRPP, desenvolveu intensa actividade em 1974, incluindo acções como o rapto e tortura de Marcelino da Mata, tendo chegado a estar preso. Depois de 1976 dedicou-se à carreira académica e profissional, vindo a ser mandatário da candidatura do PS à Câmara de Lisboa em 2007.

mensário esquerdista. Saldanha Sanches, que passou a maior parte da última década na prisão por actividades revolucionárias, é o director interino do novo jornal «Luta Popular», cujo segundo (e último?) número apelava aos soldados para desertarem «em massa e com as armas». A sua prisão provocou uma manifestação em Lisboa, após a qual ele foi transferido para a prisão de Elvas, a 120 milhas de distância. (A extrema-esquerda apelou a manifestações de massas a 12 de Junho). O governo tem sido criticado por grupos socialistas de esquerda pela deteção de Saldanha Sanches. Até um artigo no não extremista Expresso era indirectamente crítico.

6. A hostilidade da extrema esquerda e a sua aparente repressão são fontes de desconforto para a esquerda em geral, particularmente para os elementos que não são do PCP, como os centristas liberais. O PCP não parece preocupado com o tratamento duro dados aos seus inimigos, mas sentimos que a forma como o governo lida com a extrema-esquerda é motivo de preocupação para verdadeiros libertários civis. Artur Portela Filho<sup>121</sup>, proeminente escritor, que classificariamos como um independente de esquerda apartidário, publicou uma coluna no República apelando à esquerda para fazer as pazes com o MRPP e outros grupos da extrema-esquerda, porque «o que é importante é que são de esquerda, não que são extremistas».

7. Comentário: A necessidade do Governo de manter a ordem internamente e, mais importante, durante o processo de saída dos territórios ultramarinos, está em conflito directo com os expressos desejos da extrema-esquerda de promover uma revolução social violenta em casa, e a imediata tomada do poder pelos grupos insurgentes em África. Este conflito pode provocar confron-

---

<sup>121</sup> ARTUR PORTELA FILHO: Jornalista e escritor.

tações requerendo passos como intervenção policial ou militar, ou censura, que o Governo provisório não quer e pode não ser capaz de lidar com elas sem grandes tensões internas. **Apesar da extrema-esquerda ser pequena e estar dividida, o seu potencial de precipitar sérios problemas para o regime não pode ser ignorado.**<sup>122</sup>

---

<sup>122</sup> E não foi.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02400\_b

**TÍTULO** Luta pelo controlo da programação da Televisão

**DATA** 12-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Rápidas e confusas mudanças de pessoal e conflitos sobre a política de programação da agência de televisão detida pelo governo (RTP) têm sido crónicos desde a tomada do poder pelos militares a 25 de Abril. Nos primeiros dias depois do golpe, a característica das notícias e dos programas era uma coloração revolucionária; no último par de semanas, a programação tem sido num tom mais moderado.

2. Na tarde de 10 de Junho, a televisão fez uma cobertura ao vivo de um sketch satírico apresentado na Feira da Primavera. O sketch era uma paródia grosseira das figuras do velho regime. No meio da paródia do antigo patriarca de Lisboa, Cardeal Cerejeira, (na qual ele parece um homossexual) o programa foi interrompido com um anúncio de que a RTP tinha recebido ordens da Junta para suspender a cobertura. Um segundo anúncio, uns minutos depois, dizia que a decisão tinha sido tomada pelo delegado da Junta para a RTP, Major Mariz Fernandes, e confirmada pelo Ministro da Comunicação Social, e sublinhava que a decisão tinha sido «contrária à vontade dos trabalhadores da RTP». Isto foi repetido várias vezes. Antes de sair do ar, cerca da 1h00 da manhã, a RTP emitiu um apelo a que todos os trabalhadores da RTP se dirigissem de imediato à sede da RTP para uma reunião urgente para discutir o incidente.

3. A reunião terá decorrido e culminado com a exigência da saída de Mariz Fernandes e do delegado do Governo Júlio de Castro Caldas.

4. A verdadeira questão - e muito importante - é se o governo provisório e as autoridades militares estarão em

condições de impor a sua vontade para que a televisão não se transforme num veículo de propaganda para a extrema-esquerda. Dada a orientação de esquerda de muitos membros dos quadros da RTP, não será fácil assegurar a moderação da programação, sem um controlo militar directo da RTP ou alguma forma de censura, ou ambas. É de notar que na disputa sobre a televisão é a primeira vez que é criticado um membro do sacrossanto Movimento das Forças Armadas (Mariz Fernandes neste caso).

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02401\_b

**TÍTULO** Resolvida disputa laboral em Lisboa

**DATA** 12-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. A imprensa de Lisboa relata a 10 de Junho a resolução do conflito laboral envolvendo os operadores de autocarros e eléctricos de Lisboa, que realizaram uma greve selvagem de 27 a 30 de Maio, deixando a cidade sem transporte público de massas.

2. Os termos do acordo incluem um aumento de salário para um mínimo de aproximadamente 170 dólares por mês, representando um aumento de cerca de 50%. A imprensa dá ainda conta que os trabalhadores dos transportes decidiram, a 7 de Junho, entregar ao governo provisório, antes de 31 de Julho, o «produto de um dia de trabalho». Os trabalhadores também expressaram confiança no desempenho do governo provisório; os representantes do Governo nas negociações, reciprocamente, declararam que os trabalhadores dos transportes demonstraram, uma vez mais, um alto grau de compreensão das circunstâncias em que Portugal se encontra.

3. Comentário: Compromissos dos trabalhadores de contribuírem com parte dos aumentos salariais para o tesouro nacional ou para o Ministério do Trabalho estão a começar a ser crescentemente comuns nas declarações dos sindicatos realizadas após os acordos.

TELEGRAMA 1974LISBON 02411\_b

TÍTULO Spínola diz «não» aos extremistas

DATA 13-06-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Presidente Spínola, enquanto anda na estrada visitando unidades militares da metrópole, disse claramente «não» aos grupos extremistas, enquanto avisava as unidades militares contra as tentativas dos extremistas de as usarem para motivos políticos. Fim do Sumário.

1. Continuando uma série de visitas a unidades militares regionais chave na metrópole, o Presidente Spínola visitou Évora a 6 de Junho e a Base Aérea nº 2 na Ota a 10 de Junho. Como nas visitas anteriores (referidas noutros telegramas) Spínola continuou a desenvolver, nos seus discursos públicos, teses gêmeas: a) que a justiça social só é possível através da criação de uma maior riqueza nacional, o que significa que o povo deve manter a ordem e a disciplina e aumentar a produtividade; b) que as Forças Armadas e o Presidente não permitirão que os extremistas tragam **outra ditadura a Portugal**.<sup>123</sup>

2. O último tema foi especialmente desenvolvido na visita a Évora. Spínola disse, à grande multidão reunida na Praça da cidade, que visto que a massa da população está despolitizada e não tiveram ainda tempo para formular

---

<sup>123</sup> Esta calúnia anti-comunista, que ainda hoje é repetida até à exaustão, começa a ser lançada com Spínola como Presidente e Palma Carlos como primeiro-ministro, dois homens de direita. E num momento em que havia em Portugal um único candidato a ditador: António de Spínola.

as suas próprias opiniões políticas<sup>124</sup>, era seu dever enquanto Presidente de avisá-las do perigo de «correntes extremistas» inundarem a nação. Os extremistas não serão autorizados a restaurar a ditadura em Portugal, e as pessoas não se devem deixar enganar pela sua retórica emocional. Ele referiu que tem recebido cartas desses extremistas ameaçando a sua vida, às quais ele responde perguntando que melhor aspiração pode ter qualquer português do que a de morrer pela liberdade do povo.

3. As verdadeiras liberdades não vêm com manifestações emocionais ou por aclamar os líderes políticos e militares da Nação, disse Spínola, mas resulta de quando às pessoas é permitido, serena e livremente, expressar a sua vontade através do processo de votar. A este respeito, ele afirmou que respeita os grupos políticos como fontes de opinião e politização, «não como grupos de pressão contra o povo».

4. Um aviso semelhante foi expresso na visita à Ota, na ocasião de apresentar as condecorações militares a vários oficiais. Spínola disse às tropas reunidas para estarem em guarda contra aqueles que tentarão envolver as Forças Armadas em política para beneficiar «interesses políticos». Ele também disse que o dever das Forças Armadas e do Presidente é o de «falar alto e claramente para que os legítimos interesses do povo português não sejam traídos».

5. Comentário: As preocupações de Spínola sobre a politização das Forças Armadas por extremistas é genuína. O PCP, a maioria dos grupos de extrema-esquerda, e o recen-

---

<sup>124</sup> Outra tese que percorreu a contra-revolução: o povo é ignorante enquanto não estiver de acordo com as elites, os privilegiados e a manutenção dos privilégios.

temente criado «Centros Vinte e Cinco de Abril» (dirigidos pelos líderes marxistas da antiga FPLN, Manuel Alegre e Fernando Piteira Santos) traçaram como alta prioridade a infiltração dos militares, particularmente dos líderes do Movimento das Forças Armadas (o grau de sucesso é impossível de determinar de momento). Eles aparentemente sentem que umas Forças Armadas «democratizadas» são essenciais para uma verdadeira revolução social ocorrer na sequência de uma ruptura política e institucional.

6. A escolha, por Spínola, de instalações militares como objecto das suas primeiras visitas desde que é Presidente, conjuntamente com os recentes decretos aumentando os salários para os homens alistados (os postos mais baixos receberam 800% de aumento, de pouco mais de 1 dólar para 10 dólares por mês) são esforços para assegurar **lealdade pessoal a ele** no seu principal eleitorado e derradeira fonte de poder, os militares. Através da considerável visibilidade pública ganha pelas visitas, e o apelo à simpatia na referência às ameaças sobre a sua vida, Spínola **procura claramente reforçar a sua popularidade** quer nas tropas quer na cidadania. Os seus avisos contra os extremos representam um puxar dos galões para lembrar que ele está encarregado do país e de que tem os militares para o apoiarem.

TELEGRAMA 1974LISBON 02416\_b

TÍTULO Spínola define política africana de Portugal

DATA 12-06-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Numa importante declaração sobre a política para a África portuguesa, o Presidente Spínola deu ordens de marcha para os novos governadores-gerais de Angola e Moçambique, fez uma clarificação da posição negocial para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e uma clarificação das suas intenções para a população portuguesa nos territórios africanos, e deu um sinal firme para os movimentos de libertação e para os Chefes de Estado africanos reunidos em Mogadíscio: **não haverá qualquer concessão imediata da independência para qualquer território português em África, mas um processo faseado levando à auto-determinação sem uma data alvo mas que poderá ser um período relativamente longo**<sup>125</sup>. Sem dúvida a firmeza da posição de Spínola sujeitou o Governo a um stress interno que se poderá intensificar se Soares, sem dúvida sobre protesto, aceitar esta linha, mas falhar mover o PAIGC na questão do referendo na Guiné-Bissau. Fim do Sumário.

1. O novo Governador-Geral de Angola (General Silvino Silvério Marques) e de Moçambique (Dr. Henrique Soares de Melo) tomaram posse a 11 de Junho. O Presidente Spínola usou a ocasião para realizar um grande discurso político esboçando o programa de Portugal para

---

<sup>125</sup> Esta posição é não só irrealista – Portugal já não tem um exército para impor a presença colonial e as colónias já não aceitarão pacificamente «a ordem portuguesa» – como contrária ao Programa do MFA que Spínola aceitara. Mas a embaixada continua sem se aperceber da crescente e insanável contradição.

a descolonização, essencialmente uma correcção da fórmula utilizada no seu livro «Portugal e o Futuro».

2. Spínola afirmou que a auto-determinação e a democracia são pedras de toque da política ultramarina. Uma genuína auto-determinação existe quando o povo é livre de escolher e modelar o tipo de sociedade que deseja num clima de livre e perfeito funcionamento das instituições democráticas. Estas condições não existem hoje na África portuguesa, cujos povos não gozam dos meios efectivos para exercer a escolha e a participação no seu governo. Assim, a «independência imediata» seria a negação dos princípios e ideais democráticos que inspiram o Movimento das Forças Armadas. A responsabilidade de Portugal com os povos do Ultramar não reside em impor-lhes opções, mas numa descolonização faseada, a desenrolar-se «ao ritmo que as nossas capacidades o permitam», para o que ele propõe um programa de quatro pontos: (1) Cessar-Fogo; (2) Reconstrução e desenvolvimento acelerado; (3) Estabelecimento de instituições democráticas e acelerada regionalização das estruturas políticas, económicas e sociais; (4) «consulta popular» (isto é, referendo, apesar de ele ter evitado usar a palavra e pode ter deixado a porta aberta para outros métodos de apurar a vontade popular).

3. Obviamente referindo-se às exigências africanas que Portugal aceite o princípio da independência para a África Portuguesa, Spínola estabeleceu que a auto-determinação não pode ser dissociada da independência, definindo um povo independente como aquele que escolheu democraticamente e de forma auto-determinada as leis pelas quais era governado. O reconhecimento do direito dos povos à independência política é assim redundante, já que está implícito no conceito de auto-determinação, desde que as consequências desse processo, sejam elas quais forem, sejam aceites.

4. Obviamente, dirigindo-se principalmente aos movimentos de libertação, Spínola afirmou que a luta armada para resolver a questão da África portuguesa foi justificada enquanto

Portugal teve uma ética política diferente, mas agora só há espaço para o debate de ideias e o esforço comum para construir sociedades democráticas. Ele afirmou caber aos povos do Ultramar, e só a eles, decidir se o futuro trará uma Federação, uma Confederação, uma Comunidade ou a simples coexistência pacífica de Estados totalmente independentes. Ele apelou àqueles que lutaram, não contra o povo português, mas contra o seu regime e cujas razões para lutar terminaram agora.

5. Spínola terminou afirmando que todos podem agora estar tranquilos: os africanos neutrais, a quem será dada a sua opção; os africanos que lutaram do lado de Portugal, e assim fizeram a sua opção; os europeus em África que não serão abandonados num esforço para encontrar a saída mais fácil e mais popular; e aqueles que lutaram pelo direito à auto-determinação cuja vontade será respeitada através do respeito da vontade das maiorias.

6. Comentário: O discurso surge na véspera da Cimeira da OUA, e dois dias antes do reassumir de negociações com o PAIGC em Argel. Presumivelmente não por acidente. O discurso, sem dúvida, causará inicialmente uma tempestade de protestos dos militantes em Mogadisco e da parte dos Movimentos de Libertação, e irão sujeitar os moderados africanos a pressões para abandonarem os seus esforços para assegurar uma posição da OUA que dê espaço para as negociações. Até onde as negociações de Soares encorajaram o outro lado a pensar que as posições de Spínola se tinham moderado, o discurso teve o mérito de tirar do ar todas as dúvidas. Como não traz qualquer especial recompensa para aqueles que passaram mais de uma década a lutar, irá presumivelmente endurecer o outro lado na mesa de negociações. Apesar de neste momento parecer que Soares, ainda que relutantemente, está preparado para proceder com as negociações nos termos de Spínola, **se as negociações falharem, como parece provável**, Soares pode sentir-se compelido a deixar o governo provisório e colocar um fim na presente lua de mel política que se vive em Portugal.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02428\_b

**TÍTULO** Equipa de Secretários de Estado quase completa: elenco moderado e técnico

**DATA** 14-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: a nomeação de Secretários e Subsecretários de Estado parece estar virtualmente completa, com a maioria dos nomeados no centro ou centro-esquerda do espectro político. Muitos neste sub-gabinete têm sólidas reputações de competência. Os Ministros sem Pasta têm especiais responsabilidades no campo do Trabalho (Cunhal), Economia e Educação (Pereira de Moura), e como vice-primeiro-ministro (Sá Carneiro). **O Sub-gabinete do governo provisório seria difícil de duplicar pela Junta sem perder qualidade;** nenhum partido poderia ter a esperança de duplicar este grupo. Fim do Sumário.

1. O Governo provisório pediu ao Ministro sem Pasta Sá Carneiro para agir como vice-primeiro-ministro para Palma Carlos, assim francamente reconhecendo a sua frágil saúde. Adicionalmente, Sá Carneiro agirá como Ministro dos Negócios Estrangeiros na ausência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares. Ao Ministro sem Pasta Pereira de Moura foi pedido que garanta a coordenação nas matérias Económicas e de Educação, e já fez uma importante declaração sobre economia. Ao Ministro sem Pasta Álvaro Cunhal foi dada a especial tarefa de apoiar nas questões laborais; até agora, ele tem largamente reduzido as suas declarações públicas às questões laborais.

2. Segue a lista, com breves comentários onde possível, do gabinete de segundo nível:

a) No Ministério para a Coordenação Interterritorial, o

Secretário de Estado para a Administração é Deodato Nuno de Azevedo Coutinho<sup>126</sup>. Não temos informação biográfica até agora. O Secretário de Estado para as questões económicas é Fernando Castro Fontes<sup>127</sup>, 47, Engenheiro Civil com uma boa reputação profissional que foi o responsável pelo Gabinete do Plano Zambese (Projecto Cabora Bassa).

b) No Ministério da Coordenação Económica: Secretário de Estado para as Finanças é o Dr. José da Silva Lopes<sup>128</sup>, 42 anos, um economista com experiência na EFTA, GATT e nas matérias da CEE. Ele participou em algumas actividades da centrista associação de desenvolvimento SEDES. O sub-Secretário de Estado para o Orçamento é António Costa Leal<sup>129</sup>, cerca de 50 anos, estatístico do Instituto Nacional de Estatística por vários anos, de onde foi obrigado a demitir-se pela sua oposição ao regime de Salazar. Trabalhou para as empresas CUF e Lisnave. O Subsecretário

---

<sup>126</sup> DEODATO NUNO COUTINHO: Sócio de Almeida Santos, seria secretário de Estado nos I, II e III governos provisórios.

<sup>127</sup> FERNANDO CASTRO FONTES: Pertenceu à Câmara Corporativa fascista, seria secretário de Estado nos I, II, III e IV governos provisórios. Esteve ligado à construção de Cahora Bassa, em Moçambique, da qual seria presidente entre 1981 e 1992.

<sup>128</sup> JOSÉ SILVA LOPES: Director do Gabinete de Estudos do Ministério das Finanças na altura do 25 de Abril de 1974, viria a ser secretário de Estado no I Governo Provisório, ministro nos II, III e IV governos provisórios e no III Governo Constitucional. Seria governador do Banco de Portugal. Aderiu ao PRD em 1985 e ao PS em 1995.

<sup>129</sup> ANTÓNIO COSTA LEAL: Seria secretário de Estado nos I, II, III e IV governos provisórios e ministro no III Governo Constitucional.

de Estado para o Tesouro é Artur Luís Alves Conde<sup>130</sup>, 44 anos, antigo professor de Económicas e mais recentemente envolvido em vários negócios. O Secretário de Estado para o planeamento económico é Victor Constâncio<sup>131</sup>, 30 anos, planificador económico e discípulo de Pereira de Moura. Constâncio foi «leader grantee» em 1972. Membro fundador da SEDES, situa-se no centro-esquerda do espectro político. O Secretário de Estado para a Indústria e Energia é José de Melo Torres Campos<sup>132</sup>, 42 anos. É um engenheiro e empresário e outro membro fundador da Sedes. O Secretário de Estado para a Agricultura é Alfredo Esteves Belo<sup>133</sup>, 49 anos, economista e líder de uma empresa consultora de Lisboa. Esteve envolvido com os grupos da oposição «democrática» desde estudante e, há 15 anos, passou 16 meses na prisão por actividades políticas. O Secretário de Estado para o Comércio Externo e o Turismo é Emílio Rui Vilar<sup>134</sup>,

---

<sup>130</sup> ARTUR LUÍS ALVES CONDE: Seria secretário de Estado nos I, II, III e IV governos provisórios.

<sup>131</sup> VÍTOR CONSTÂNCIO: Seria secretário de Estado nos I, II e VI governos provisórios. Seria ministro no II Governo Constitucional. Foi secretário-geral do PS, governador do Banco de Portugal e vice-governador do BCE.

<sup>132</sup> JOSÉ DE MELO TORRES CAMPOS: Pertenceu à Câmara Corporativa fascista. Foi secretário de Estado nos I, II e III governos provisórios. Seria deputado pelo PS em 1977. Viria a ser Comissário da Expo 98.

<sup>133</sup> ALFREDO BELO: Foi secretário de Estado nos I, II, III e V governos provisórios.

<sup>134</sup> RUI VILAR: Secretário de Estado no I Governo Provisório, seria ministro nos II e III governos provisórios e no I Governo Constitucional. Vice-Governador do Banco de Portugal em 1975. Integrou a Sedes. Foi deputado eleito pelo PS em 1976. Seria presidente da CGD, da Galp e da Fundação Calouste Gulbenkian.

34 anos, advogado, banqueiro, e planificador económico, que foi o primeiro presidente da SEDES. Ele participou em Conferências da CEE e da ONU. É um próximo colaborador do Ministro Vieira de Almeida. O Secretário de Estado para os Preços e o Abastecimento é Nelson Trigo<sup>135</sup>, 37 anos, economista e funcionário público em várias organizações de planeamento. O Secretário de Estado para as Pescas ainda não foi nomeado.

c) No Ministério das Instalações Sociais e Ambiente: o Secretário de Estado para as Obras Públicas é Pedro Nunes<sup>136</sup>, 57 anos. Um engenheiro e antigo presidente da Ordem dos Engenheiros. Nos últimos 6 anos foi o presidente da Autoridade Portuária de Lisboa. O Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações é Manuel Ferreira Lima<sup>137</sup>, 35 anos, Agrónomo e planificador económico, que estudou na Holanda e em França. O Secretário de Estado para a Habitação é Nuno Portas<sup>138</sup>, 39 anos, Arquitecto e chefe da divisão de arquitectura do prestigiado Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Ele identifica-se com o Partido Socialista. O Secretário de Estado para a Marinha Mercante é o vice-

---

<sup>135</sup> NELSON TRIGO: Foi secretário de Estado nos I, II e III governos provisórios.

<sup>136</sup> PEDRO NUNES: Bastonário da Ordem dos Engenheiros, eleito à Câmara Corporativa, seria secretário de Estado no I Governo Provisório.

<sup>137</sup> MANUEL FERREIRA LIMA: Seria secretário de Estado nos I, II, III e VI governos provisórios, e no I Governo Constitucional. Seria ministro no II Governo Constitucional. Eleito deputado pelo PS em 1976. Seria ainda Presidente da TAP.

<sup>138</sup> NUNO PORTAS: Secretário de Estado nos I, II e III governos provisórios. Viria a ser vereador pelo PS em Vila Nova de Gaia.

-Almirante Tierno Bagulho<sup>139</sup>, 63 anos, antigo vice-chefe do Estado Maior Naval e então Secretário Geral do Ministério da Defesa, trabalho do qual foi despedido em Março ao mesmo tempo que Spínola e Costa Gomes o foram. Bagulho, expansivo e competente, participou num Simpósio no Colégio de Guerra Naval dos EUA em 1971. O Subsecretário de Estado para o Ambiente é Gonçalo Ribeiro Telles<sup>140</sup>, 52 anos, arquitecto e agrónomo e líder da ala esquerda do movimento monárquico.

d) No Ministério da Educação e Cultura: o Secretário de Estado para a Administração Escolar é José Manuel Correia Prostes da Fonseca<sup>141</sup>, 40 anos, engenheiro químico e outro membro fundador da SEDES. Um confidente do ex-Ministro da Educação, Veiga Simão, Prostes da Fonseca tem sido director-geral da Administração Escolar desde 1971. Tem boa reputação profissional e é politicamente moderado. A Secretário de Estado para a Cultura e a Investigação é Maria de Lourdes Belchior Pontes<sup>142</sup>, cerca de 45 anos, proeminente professora de Literatura

---

<sup>139</sup> ALMIRANTE TIERNO BAGULHO: Afastado de Chefe de Estado Maior da Armada por recusar participar no acto de apoio a Marcelo Caetano conhecido como a «Brigada do Reumático». Seria secretário de Estado no I Governo Provisório.

<sup>140</sup> GONÇALO RIBEIRO TELLES: Seria secretário de Estado dos I, II e III governos provisórios, e ministro no VIII Governo Constitucional. Fundador do PPM (que integraria a AD em 1979 com o PSD e o CDS) e do MPT.

<sup>141</sup> PROSTES DA FONSECA: Seria secretário de Estado dos I, II e III governos provisórios.

<sup>142</sup> MARIA DE LOURDES MELCHIOR PONTES: Seria secretária de Estado dos I, II e III governos provisórios.

e em 1963 «leader grantee» e actual membro da Comissão Fulbright<sup>143</sup>. Ela é muito respeitada profissionalmente e considerada uma centrista. O Secretário de Estado para o Desporto e a Acção Social Escolar é António José Avelãs Nunes<sup>144</sup>, cerca de 33 anos, um advogado que, como líder estudantil em Coimbra no princípio dos anos 60 teve problemas com a polícia de segurança por actividades anti-governamentais. O Secretário de Estado para a Reforma Educativa é Orlando Pereira de Carvalho<sup>145</sup>, 48 anos, advogado e professor de direito do Porto, e membro da Comissão de Apoio aos Presos Políticos, sob o velho regime. Ele esteve preso nos anos 50 pelas suas actividades políticas. Foi candidato da CDE para a Assembleia Nacional em 1969.

e) No Ministério do Trabalho: Secretário de Estado do Trabalho é Carlos Carvalhas<sup>146</sup>, 33 anos, economista e director do semanário Notícias da Amadora, um jornal controlado pelo PCP. Ele esteve activo em várias orga-

---

<sup>143</sup> COMISSÃO FULBRIGHT: Organização dos EUA destinada a promover os EUA no mundo.

<sup>144</sup> ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES: Resistente antifascista. Seria secretário de Estado nos I, II, III, IV e V governos provisórios. Professor universitário, publicista, apoiante da CDU e do PCP.

<sup>145</sup> ORLANDO PEREIRA DE CARVALHO: Resistente antifascista. Seria secretário de Estado do I Governo Provisório. Seria eleito pela APU (PCP/MDP/CDE) na Assembleia Municipal de Baião. Em 1997 apoiaria como independente a candidatura do PS à CM Baião.

<sup>146</sup> CARLOS CARVALHAS: Resistente antifascista. Seria secretário de Estado dos I, II, III, IV e V governos provisórios. Seria deputado e secretário-geral do PCP.

nizações unitárias de esquerda. O Secretário de Estado para a Emigração é Macedo Varela<sup>147</sup>, advogado do Porto. Varela foi um activista da CDE em 1969 e 1973 e tem sido vice director do jornal, controlado pelo PCP, «A Opinião». A imprensa descreve quer Varela quer Carvalhas como «militantes» do MDP, que cobre um conjunto de opiniões políticas, mas é dominado por comunistas.

f) Ministério da Segurança Social: O Secretário de Estado da Saúde é António Galhordas<sup>148</sup>, 42 anos, médico activista de esquerda. Quando nomeado, era chefe de cirurgia dos Hospitais de Lisboa. O Secretário de Estado para a Segurança Social é Maria de Lurdes Pintassilgo<sup>149</sup>, uma engenheira e antiga proeminente líder estudantil. Ela é um membro activo do Movimento Católico GRAIL, e esteve em várias das delegações à Assembleia Geral das Nações Unidas. É uma socialista moderada.

---

<sup>147</sup> MACEDO VARELA: Resistente antifascista. Foi secretário de Estado no I Governo Provisório. Militante do PCP, pertenceria ao MDP/CDE até à sua constituição em partido. Seria eleito vereador na Câmara Municipal do Porto pelo PCP.

<sup>148</sup> ANTÓNIO GALHORDAS: Resistente antifascista. Foi secretário de Estado no I Governo Provisório. Foi do MDP/CDE, depois da ID e por fim do PCP. Foi presidente da AM Portel, eleito pela APU.

<sup>149</sup> MARIA DE LURDES PINTASSILGO: Foi secretária de Estado no I Governo Provisório, ministra nos II e III governos provisórios, e primeira-ministra do V Governo Constitucional. Em 1975 presidiria à Comissão da Condição Feminina e seria nomeada embaixadora junto da UNESCO. Seria candidata independente à Presidência da República em 1986, e eleita pelo PS como independente para o Parlamento Europeu em 1987.

g) No Ministério da Justiça: Subsecretário de Estado para a Administração Judicial é Armando Bacelar<sup>150</sup>. Não temos uma biografia disponível.

3. Alguns postos mais no sub-gabinete estarão a ser finalizados: Jorge Campinos, confidente especial de Mário Soares, diz-se estar a ser pensado para a nova posição de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

4. Apesar de ainda estarem nervosos com a situação económica e preocupados com rumores de que o Ministro da Economia Vieira de Almeida quer resignar, a comunidade empresarial foi pelo menos parcialmente tranquilizada pela nomeação de tecnocratas bem conhecidos e empresários para as posições de topo no Ministério da Coordenação Económica. Em vários graus, estes homens partilham as características do Ministro, Vasco Vieira de Almeida: juventude, experiência empresarial e nos negócios governamentais, orientados tecnicamente, e politicamente moderados. Alguns, como Silva Lopes e Torres Campos, garantem continuidade com o velho regime. O primeiro foi o principal arquitecto do acordo comercial de Portugal com a CEE e o último ajudou a desenhar as leis da reforma industrial do governo de Caetano.

5. O sub-gabinete, como o gabinete, é em geral respeitado pela competência. Politicamente, o sub-gabinete vai do centro moderado à esquerda comunista ortodoxa (no Ministério do Trabalho); no novo alinhamento, não existem conhecidos defensores do velho regime, mas vários dos Ministros mais jovens são tecnocratas não políticos.

---

<sup>150</sup> ARMANDO BACELAR: Seria secretário de Estado nos I, II, III, IV e VI governos provisórios. Seria ministro no I Governo Constitucional. Resistente antifascista. Fundador do PS.

Nenhum partido político tem um conjunto de talentos que pudesse substituir este grupo, e mesmo o governo provisório teria muita dificuldade em duplicá-lo.

6. Fomos informados por várias fontes creíveis, incluindo uma no próprio sub-gabinete, que os novos ministros estão todos virtualmente atolados na reorganização administrativa interna dos respectivos ministérios, e que a confusão resultante paralisou muita da actividade do governo. Presentemente, apenas as matérias urgentes parecem receber alguma atenção, e as decisões sobre elas são levadas até ao nível superior para serem tomadas precipitadamente e no último momento. Esperamos que esta situação persista por algum tempo, já que: (a) a deriva para a «limpeza de casa» e as reorganizações é muito forte, e (b) os membros do governo sabem que o seu mandato é curto e têm um olho na política em vez de se concentrarem estritamente nos assuntos ministeriais.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02442\_b

**TÍTULO** Governo ganha primeiro assalto na disputa sobre a TV

**DATA** 14-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: A Estação de Televisão, aparentemente, rendeu-se à insistência da Junta e do Governo Provisório de que a programação da TV é demasiado importante para estar apenas à responsabilidade dos trabalhadores da estação. Fim do Sumário.

1. A decisão do delegado da Junta para a Estação de Televisão RTP, o Major Mariz Fernandes, de cortar o programa ofensivo a 10 de Junho, levantou críticas da extrema-esquerda mas foi defendido em declarações emitidas pelo grupos políticos centristas. O membro da Junta Almirante Rosa Coutinho deu uma entrevista à TV no dia 11 na qual ele defende a decisão de Mariz Fernandes como «uma obrigação incumbida a ele por cumprir a missão que lhe foi dada de cumprir o programa do Movimento das Forças Armadas». Ao mesmo tempo que minimizava a importância do incidente, Rosa Coutinho enfatizava que a Televisão, um *media* único, pertence a toda a nação, não aos trabalhadores da televisão. Rosa Coutinho disse que falava em nome da Junta de Salvação Nacional, mas acrescentou que a vasta maioria do povo português concordava com ele e com a suspensão do programa em questão.

2. A Administração da RTP emitiu um comunicado a 13 de Junho revendo o trabalho realizado pelos oficiais apontados pela Junta na sequência do golpe, para modernizar

---

<sup>151</sup> Já onde a responsabilidade é exclusiva dos patrões isso é algo que não incomoda os espíritos democráticos.

e liberalizar a RTP, e afirmando que o governo provisório, «seguindo o programa do Movimento das Forças Armadas» estabeleceu um órgão supervisor para a RTP. O comunicado aponta que essa supervisão «obviamente influenciará... os conteúdos dos programas de televisão».

3. O comunicado «dos trabalhadores da RTP» publicado na imprensa a 13 de Junho era um documento suave que reforçava que os trabalhadores da RTP estão conscientes das suas responsabilidades. O documento também afirmava que «qualquer interferência arbitrária é uma ameaça à liberdade».

4. A programação de TV de 12 e 13 de Junho decorreu como estava calendarizado, e foi em geral mais equilibrada que a imediatamente anterior, apesar dos telespectadores **terem levado com um documentário pró-Castro sobre Cuba na tarde de dia 13**<sup>152</sup>.

5. Situações confusas existem nas estações de rádio, com algumas interrupções de programas. A questão subjacente é a mesma que na RTP1: o controlo do conteúdo da programação.

6. Comentário: Pelo menos de momento o governo conseguiu prevenir um controlo livre da esquerda sobre a Televisão. Acreditamos que esta luta pela influência é tão importante como qualquer uma das que decorre actualmente, **pois o resultado afectará a vida política durante muito tempo.**

---

<sup>152</sup> Afinal é para isto que a embaixada quer o controlo. Esse risco está eliminado nos dias de hoje. Foi restaurada a liberdade de transmitirem tantas vezes quantas quiserem as mentiras produzidas nos EUA.

TELEGRAMA 1974LISBON 02446\_b

TÍTULO Spínola considera urgente mondar o jardim político

DATA 14-06-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Comentário: O Presidente Spínola, noutro discurso às tropas, sublinhou outra vez a necessidade de vigilância militar contra os «falsos portugueses»<sup>153</sup> que procuram envenenar as mentes dos soldados e do povo. Ele assemelhou esses «traidores», alguns dos quais, disse, têm posições de responsabilidade, a ervas daninhas num campo de trigo que devem ser arrancadas. **Alguns observadores acreditam que discursos como este são parte de um plano de longo alcance por Spínola para criar um culto de personalidade, ganhar controlo do exército, e concorrer como salvador da pátria nas eleições do próximo ano.** Fim do Sumário.

1. Depois de uma série de recentes visitas a comandos militares regionais chave, o Presidente Spínola fez a sua primeira paragem numa unidade militar, visitando o 5º Regimento de Infantaria nas Caldas da Rainha, onde as forças envolvidas no golpe abortado de 16 de Março estão baseadas. Num discurso às tropas, Spínola continuou a bater forte na necessidade de ordem, disciplina e vigilância militar contra os extremistas. Ele saudou aqueles no regimento que participaram na revolta de 16 de Março das Caldas, como exemplos da coragem, determinação e patriotismo de que o país necessita no presente.

---

<sup>153</sup> Mais uma velha calúnia anti-comunista, usada durante 48 pelos fascistas. Quem a profere estará não tarda muito a conspirar com países estrangeiros para agredir militarmente Portugal e montar aqui uma organização terrorista.

2. Falando «de soldado para soldado» o Presidente disse que chegou o tempo de ir além do período inicial de natural euforia, para construir um novo Portugal fundado na paz e no trabalho. Ele avisou que os «falsos portugueses», bloqueando o avanço da nação, estão a tentar «envenenar» os soldados, que estão unidos ao povo. Esses falsos portugueses procuram transformar soldados em instrumentos de «interesses políticos escondidos». Ele acrescentou que «o tempo chegou de saber separar o trigo do joio. É tempo de cavar o campo de onde brota a fonte de riqueza, cortando as ervas daninhas que procuram abafar o trigo que cresce». E sublinhou que esta é a linguagem que o país deve começar a ouvir das Forças Armadas.

3. Ao mesmo tempo, Spínola também maltratou como «traidores do povo» aqueles homens que tendo agora posições de responsabilidades na vida pública **advogam uma política de «terra queimada»**<sup>154</sup> que iria primeiro destruir Portugal por forma a construir outro Portugal nas ruínas «sobre a nossa carne e sangue». Contra esses homens as Forças Armadas devem estar vigilantes, ele avisou.

4. Na questão do Ultramar, Spínola reiterou que o país está aberto a «todas as justas e humanas» soluções que respeitem a vontade soberana do povo nesses territórios. Ele disse que isto é liberdade e democracia, e que «nós não estamos dispostos a ser traídos por aqueles que procuram de formas diversas roubar a liberdade do povo».

5. Comentário: **a dureza da linguagem nos avisos de Spínola contra os extremistas aumentam a cada discurso**, e está a ficar claro que o alvo são os extremistas à es-

---

<sup>154</sup> Quem profere mais esta calúnia anti-comunista estará daqui a quatro meses a organizar um movimento bombista para aquecer Portugal.

querda, e não à direita, que o preocupam. As crescentes tentativas de Spínola se identificar a si próprio com os soldados e como seu líder, é visto pelo respeitado semanário liberal Expresso como um movimento gentil mas firme **para ganhar autoridade sobre o Exército e o MFA**. O Expresso acredita que Spínola está deliberadamente a criar um culto de personalidade (spinolismo) à sua volta, à semelhança do que fez de Gaulle em França. (Um grupo conservador já sugeriu que a Spínola seja dado o posto de Marechal e Libertador Nacional. Um enorme monumento na Baixa ao Marquês de Pombal tem um placard agora dizendo que Spínola merece um monumento maior que Pombal). **O Expresso coloca um cenário no qual Spínola, com o apoio de Costa Gomes, primeiro estabelece um firme controlo sobre os militares, depois reorganiza o Governo Provisório para aumentar a sua influência nele**. O terceiro passo ocorreria por altura das eleições do próximo ano quando Spínola criaria uma ampla força política baseada no seu prestígio pessoal e concorreria às eleições como o garante pessoal da soberania popular contra os partidos que procuram dividir a nação. **Consideramos este cenário mais provável do que o de uma tomada do poder pelos comunistas**, e é uma probabilidade se Spínola pensar que uma vitória eleitoral comunista é sequer uma remota possibilidade.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02447\_b

**TÍTULO** A extrema-esquerda protesta contra a detenção de Saldanha Sanches; o seu advogado morre num acidente automóvel

**DATA** 14-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Conhecido jovem advogado do MRPP morto em acidente de automóvel no mesmo dia que uma multidão de grupos da extrema esquerda se uniram brevemente para apelar à libertação do militante do MRPP preso, Saldanha Sanches. Fim do Sumário.

1. José Maria Martins Soares, de 28 anos, advogado associado à defesa de revolucionários, morto em acidente de carro a 12 de Junho. Actualmente, Martins Soares estava a defender o jornalista maoista preso, José Luís Saldanha Sanches. Martins Soares era igualmente conhecido por actividades jornalísticas revolucionárias, como contribuinte do maoista O Tempo e o Modo, por ser um dos fundadores da Associação de Amizade Portugueses-Chineses, e pela actividade militante em nome do Movimento para a Reorganização do Partido do Proletariado (MRPP) de extrema-esquerda.

2. O facto de Saldanha Sanches continuar detido originou a manifestação de protesto de dia 12 de Junho de um conjunto de grupos de extrema-esquerda, que não incluía o próprio MRPP (que gosta de manter distâncias dos outros grupos esquerdistas). Funcionários da embaixada estimam que participaram cerca de 400 pessoas na manifestação, e que outros tantos transeuntes pararam para olhar. Uma simpática contagem da imprensa no vespertino Diário de Lisboa estimou generosamente a multidão em 5000 pessoas e observou que os grupos que participavam na manifestação de protesto eram unânimes na sua preocupação pelo precedente criado e a sua apreensão pela questionável legalidade democrática da prisão de Saldanha Sanches.

3. Os grupos extremistas que participaram incluíam: PRP-BR (Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias); LUAR (Liga da Unidade e Acção Revolucionária); LCI (Liga Comunista Internacional); CBS (Comissões de Base Socialistas); CIC (Comités para a imediata e incondicional independência das Colónias); GAPS (Grupos Autónomos do Partido Socialista).

4. Comentário: A fragmentada extrema-esquerda continua capaz de organizar eventos de alta visibilidade e volubilidade. O facto de tantos destes grupos conseguirem convergir por objectivos limitados na manifestação de protesto de 12 de Junho, provavelmente significa que eles vêm o movimento do governo contra Saldanha Shanches como um passo claro do governo para passar da simples retórica anti-revolucionária para a acção anti-revolucionária. **(Na nossa opinião, esse raciocínio estaria correcto)**. O funeral de Soares a 15 de Junho dará provavelmente espaço para mais exposição pública da extrema-esquerda.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02487\_b

**TÍTULO** Ministro dos Negócios Estrangeiros Soares sobre as recentes conversações de paz com o PAIGC e a reunião com Kissinger em Otava

**DATA** 17-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Soares, no regresso das conversações com o PAIGC em Argel, disse que ele está ainda optimista sobre a possibilidade de alcançar a paz na Guiné, mas não a curto prazo. Disse que a questão de Cabo Verde não é o principal bloqueio, subentendendo que as restrições do Programa do Movimento das Forças Armadas são a grande dificuldade. Não há ainda novas datas para novas conversações. Na outra questão, Soares disse que ele provavelmente levantará a questão dos Açores nas conversações com o Secretário Kissinger em Otava. Fim do Sumário.

1. No regresso de Argel, a 15 de Junho, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, fez os seguintes comentários a jornalistas no aeroporto de Lisboa sobre as conversações com os representantes do PAIGC e a próxima reunião com Kissinger em Otava: as conversações foram suspensas devido ao surgimento de dificuldades que requerem que ambas as partes consultem as respectivas autoridades. Soares caracterizou essas dificuldades como perfeitamente comuns e até «naturais» em negociações deste tipo, citando como exemplo os problemas surgidos nas conversações sobre o Vietname. O Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou no entanto que prevaleceu a mesma atmosfera de cordialidade e simpatia que marcara as anteriores em Londres. A delegação portuguesa continua determinada e convencida que alcançará a paz, apesar de talvez não tão cedo como gostaria. Ele destacou que o programa do Movimento das Forças Armadas pelo qual se guia traça certos limites aos quais ele é fiel e contra os quais não pode ir em negociações. (isto, deu a entender, é a questão crucial nos problemas com o PAIGC).

A data para as futuras conversações não está ainda decidida, disse Soares. Os portugueses estão disponíveis para falar seja com quem for seja onde for, e o local das próximas negociações não é importante.

2. Soares recusou-se a dar detalhes da natureza dos problemas que surgiram, para não prejudicar os progressos realizados até agora. Revelou no entanto que a questão de Cabo Verde «não é um ponto sério para nós» nem uma questão particularmente importante nos problemas que existem.

3. Os jornalistas perguntaram a Soares se se manteria o cessar-fogo voluntário e informal que prevaleceu durante as conversações com o PAIGC. Ele respondeu que apesar de não ter qualquer garantia de tal, que existem canais abertos de comunicação com o PAIGC, e que não espera o fim do cessar-fogo de facto que existe na Guiné.

4. Soares foi ainda questionado se levantaria a questão da base nos Açores durante a reunião com o Secretário Kissinger em Otava. O Ministro dos Negócios Estrangeiros disse que não existia uma agenda fixa, mas que ele e o Secretário Kissinger dariam uma volta aos assuntos comuns, e que os Açores «seriam provavelmente um dos tópicos discutidos».

5. Visitaria ele brevemente a Jugoslávia? Soares respondeu indirectamente ao dizer que a sua agenda está completamente cheia e que o seu maior desejo de momento é permanecer em Lisboa. Depois de quatro anos de exílio e as constantes viagens do último mês, ele prefere não deixar Lisboa durante uns tempos.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02494\_b

**TÍTULO** Importância estratégica de Cabo Verde

**DATA** 17-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Acabo de informar o Ministro sem Pasta Sá Carneiro (Ministro dos Negócios Estrangeiros na ausência de Mário Soares) do conteúdo do telegrama. Irá informar imediatamente o Presidente Spínola, mas Sá Carneiro expressou desde já que ele ficou extremamente agradado com a visão do Governo dos EUA sobre as ilhas de Cabo Verde e disse que o Governo português estava a receber essa visão numa altura extremamente oportuna.

2. Comentário: As conversações simplesmente enfatizam a nossa impressão da alta importância que o governo português dá às suas relações com o Governo dos EUA.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02496\_b

**TÍTULO** Jorge Jardim foge de Portugal; promete regressar a Moçambique

**DATA** 17-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Aparentemente desafiando uma ordem que o proibia sair de Portugal, Jorge Jardim chegou a Madrid a 13 de Junho a caminho de Paris, de acordo com a imprensa de Lisboa de 17 de Junho. Jardim terá dito à imprensa espanhola que ele tinha estado três semanas na Embaixada do Malawi em Lisboa, com medo de ser preso se aparecesse em público.

2. Jardim disse que ele está de acordo com os princípios do Movimento das Forças Armadas mas não com a forma como o Governo provisório está a lidar com o problema da des-colonização. Diz não perceber como o Ministro dos Negócios Estrangeiros Soares tem direito a negociar com a FRELIMO. Jardim diz que Soares nunca esteve em Moçambique e que a população lá tem medo que sejam pessoas de fora a decidir o seu futuro. Jardim propôs um Moçambique independente multi-racial, com eleições gerais a decidir o futuro do território.

3. Jardim declarou que ele regressará a Moçambique possivelmente nos próximos dias, via Paris, Londres e Blantire<sup>155</sup>. Ele prevê que as autoridades portuguesas não terão coragem de o prender quando regressar.

4. Comentário: Não sabemos como Jardim conseguiu sair de Portugal, **mas não excluimos alguma cumplicidade de alto nível**. Parece improvável que ele seja capaz de cumprir a sua previsão de regressar a Moçambique, mas ele já provou ter muitos recursos no passado e por essa razão não pode ser já descartado.

---

<sup>155</sup> Cidade do Malawi.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02497\_b

**TÍTULO** Trabalhadores dos Correios entram em greve

**DATA** 17-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Os 30.000 trabalhadores dos Correios fizeram greve a 17 de Junho por um salário mais alto. As negociações sobre os salários dos trabalhadores dos Correios arrastaram-se por várias semanas. Os trabalhadores dos Correios, como eram empregados públicos, nunca tinham tido um sindicato; a actual greve foi convocada por trabalhadores da «comissão pró-sindicato».

2. O governo editou um comunicado criticando a greve, prometendo um estudo intenso das queixas dos trabalhadores, e avisando que o governo «não falhará ao mostrar a firmeza que a situação possa exigir para assegurar a normalidade da vida do país». A Comissão Pró-Sindicato editou um comunicado atacando o comunicado do Governo português como «ameaça» e insistindo que o governo teve muito tempo para atender aos trabalhadores.

3. Comentário: A greve dos correios é actualmente a única paralisação de grande importância económica.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02506\_b

**TÍTULO** Empresários de Lisboa sombrios

**DATA** 18-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Sumário: Uma grande número de empresários portugueses e americanos expressam sérias preocupações com as actuais tendências económicas em Portugal. Os principais indicadores do mês de Maio sugerem que as apreensões sobre as incertezas políticas e a agitação laboral causaram um abrandamento da actividade empresarial. Apesar de poucas greves estarem ainda a decorrer, muitas empresas continuam com disputas laborais acompanhadas de reduções de produção. A maioria das empresas da manufatura congelaram as contratações e os lay-offs parecem iminentes nalgumas indústrias de utilização intensiva de mão-de-obra. Não se preveem novos investimentos de capital e existem rumores de que algumas empresas estão à beira de fechar ou de desinvestir. Os planificadores económicos estão preocupados com o abrandamento do sector da construção em geral, e o declínio dos projectos de habitação em particular. Os bancos de Lisboa relatam uma falta de liquidez que ainda restringe mais as normais transações comerciais. Abrandaram as vendas ao retalho em Maio, presumivelmente devido a se comprar de forma conservadora, e os preços aos consumidores desceram ao contrário do que se esperava. No entanto, o aumento de preços parece quase inevitável no meio do verão. Os moderados políticos no governo estão a preparar novas medidas para resolver os problemas económicos e a sua eficácia determinará a atitude futura da comunidade empresarial. Fim do Sumário.

2. Apesar das garantias dos assessores do Ministro da Coordenação Económica de que o governo provisório pretende criar condições favoráveis a novos investimentos, praticamente todos os empresários, tanto estrangeiros

como domésticos, expressam sérias reservas sobre qualquer novo investimento nesta altura. Quanto muito, os potenciais investidores têm uma postura de esperar para ver. Outros, no entanto, abandonaram planos de investimento, e alguns negócios parecem condenados a falhar **devido aos crescentes custos com a força de trabalho desde o golpe de 25 de Abril**<sup>156</sup>. Os administradores das indústrias exportadoras (têxtil, electrónica, comida processada e produtos de cortiça) que utilizam intensamente mão-de-obra, acreditam que os crescentes custos de trabalho impactarão na balança de pagamentos portugueses, bem como no emprego e na produção. As pequenas empresas, que tradicionalmente trabalham com pequenas margens de lucro e poucas reservas de dinheiro estão ainda mais ameaçadas pelo falhanço que as grandes empresas. A questão das prerrogativas de gestão nas médias e grandes empresas também colocou em questão novos investimentos. Poucas firmas grandes ficaram isentas de exigências de «saneamento»<sup>157</sup>, isto é, do despedimento de gestores ou supervisores impopulares. As Comissões de Trabalhadores exigiram o direito de rever as políticas de gestão, de contratar ou despedir pessoal, e as transações de capital estrangeiro. As questões da partilha de lucros também passaram a ser uma questão permanente nas relações entre o trabalho e a gestão. Com o Governo e as agências de imposição da lei relutantes em intervir, em muitas fábricas os gestores perderam virtualmente o controle das suas empresas, com a produção dependente da existência e cooperação das comissões de trabalhadores.

---

<sup>156</sup> Nos bons velhos tempos para esses «empresários» – há pouco mais de um mês – Portugal tinha os salários mais baixos da Europa. E continua a ter, depois dos aumentos conquistados no último mês.

<sup>157</sup> Em português no telegrama original.

3. A falta de liquidez é citada por banqueiros de Lisboa como uma das maiores restrições à fluidez das transações comerciais. Um bem informado banqueiro afirma que a liquidez foi drenada por três factores: a) muitos depositantes retiraram depósitos dos bancos comerciais antecipando futuros problemas políticos; b) a Bolsa de Valores de Lisboa está encerrada desde o golpe de 25 de Abril implicando o empate dos fundos emprestados a curto prazo para a compra de acções; e c) virtualmente acabaram as remessas de imigrantes transferidas através da banca comercial que davam uma grande liquidez. Uma das principais consequências da falta de liquidez foi a incapacidade dos bancos de garantir empréstimos de curto prazo para o sector da construção civil. Esta limitação, mais a ausência de capitais de risco para a construção e a habitação durante este período de agitação política, causou um enorme abrandamento na construção, um dos sectores chave para o continuado crescimento económico de Portugal.

4. As vendas a retalho em Maio terão caído abaixo dos níveis projectados pelos planificadores económicos. A principal explicação parece ser que os consumidores estão a guardar o seu dinheiro antecipando os tempos duros que aí virão. Um executivo do Pão de Açúcar, a maior cadeia de supermercados de Portugal, informou ter reduzido as vendas em 30%. Ele explicou que as vendas de produtos alimentares caíram 10%, sobretudo em bens semi-luxuosos como comida processada, mas que as vendas de roupa, cosméticos, brinquedos e equipamentos desportivos estão 50% abaixo do expectável. Apesar dos padrões de consumo não estarem bem quantificados em Portugal, este empresário sugere que **o consumo da classe trabalhadora terá aumentado devido aos recentes aumentos salariais**, mas que a classe média, o grosso dos clientes do Pão de Açúcar, estará a comprar de forma conservadora, prejudicando a tendência. Este afundamento das vendas ao retalho foi

confirmado pelos distribuidores de pneus para automóveis, de artigos de higiene pessoal e electrodomésticos. Um aspecto positivo desta queda do consumo foi ajudar a eficácia do congelamento de preços decretado pelo governo. No entanto, um aumento de preços no final do verão parece inevitável.

5. As remessas de emigrantes e o turismo. Duas das maiores fontes de divisas estrangeiras de Portugal, também estão a cair na sequência do golpe de 25 de Abril. Apesar das estatísticas de Maio não estarem ainda disponíveis, um responsável do Banco de Portugal disse confidencialmente a um funcionário da Embaixada que o fluxo de remessas caiu durante as semanas posteriores ao golpe e ainda não regressou aos níveis anteriores. O turismo, por uma combinação de razões, está visivelmente em baixo, com vagas para o período de verão nos hotéis de todo o país, ao contrário de outros anos. Independente das causas, a redução das remessas dos emigrantes e do turismo irão reduzir o rendimento disponível em Portugal e podem mudar a balança de pagamentos para uma posição deficitária em 1974.

6. Comentários: Algumas dificuldades económicas eram previsíveis como consequência do golpe do 25 de Abril. Parecem, no entanto, terem sido agravados pela agilidade política da esquerda face aos moderados. No quadro do acordo de coligação, aos representantes políticos moderados foi dado o controlo do Ministério da Coordenação Económica. Eles serão desacreditados, no entanto, se falharem em manter a estabilidade financeira e o crescimento económico. Nesse caso, os empresários temem que as forças de esquerda possam ser catapultadas para o poder nas próximas eleições. Os líderes da comunidade empresarial estão ansiosos sobre o que eles consideram perspectivas sombrias e não é provável que façam os novos investimentos necessários para estimular a estabilidade e o cres-

cimento. Enquanto o pessimismo da maioria dos empresários é compreensível, a embaixada está convencida que poderosas forças trabalham dentro do governo português para criar as condições que **possam restaurar<sup>158</sup> a confiança da comunidade empresarial**. Não se sabe quão rápida e efectivamente estas forças moderadas conseguem responder a estas circunstâncias.

---

<sup>158</sup> Este «restaurar» diz tanto!

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02517\_b

**TÍTULO** Formado Movimento pela Independência da Madeira

**DATA** 18-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Formaram-se na Madeira dois movimentos independentistas em resposta ao sentimento generalizado de negligência e falta de preocupação da Metrópole para com os problemas locais. É pouco provável que o Governo português permita muitos progressos a esses movimentos, e já começou a agir para satisfazer algumas das queixas. Um desses grupos aproximou-se indirectamente da Embaixada face à importância estratégica das ilhas para a NATO. Fim do sumário.

1. A imprensa local relata a criação a 5 de Junho, no Funchal, do Movimento para a Autonomia das Ilhas Atlânticas (MAIA) que procura a independência para a Madeira e Porto Santo. O MAIA será dirigido pelo Dr. José Maria Silva (advogado), Amândio da Silva (escultor) e Marcelo Costa (arquitecto), e é descrito pelo Diário de Lisboa como encabeçado por tecnocratas românticos que são motivados pelos factores expostos abaixo e que procuram o apoio de um largo número de pequenos comerciantes das Ilhas.

2. As razões avançadas pelo jornal para a existência de movimentos separatistas nas Ilhas são os seguintes: a) Historicamente, as decisões impostas por Lisboa para os problemas das ilhas prejudicaram a economia das ilhas e a vida do povo, e as pessoas deixaram de acreditar em progressos sobre o controlo administrativo da metrópole; b) a autonomia que foi concedida no passado é incompleta, e muitos sentem que o controlo metropolitano sobre as ilhas é impraticável devido à distância de Lisboa; c) a insatisfação das ilhas de serem obrigadas a importar da metrópole produtos que poderiam comprar

noutro sítio mais baratos; d) a antiga reivindicação dos ilhéus de terem um porto livre de taxas nunca foi satisfeita e) o turismo está bloqueado pelo monopólio da companhia aérea portuguesa (TAP) do tráfego das ilhas para o continente; f) o governo português não garante um transporte adequado para a produção da ilha.

3. Apesar do MAIA ser ridicularizado como românticos e «pretensiosos tecnocratas» pelo Diário de Lisboa, que acredita que a Madeira nunca poderá existir sozinha, outros acreditam que os sentimentos independentistas devem ser tomados a sério. Um médico da Madeira, dono de vários hotéis na ilha, disse a um funcionário da embaixada que a Madeira, com o seu vinho, o turismo e a agricultura poderia facilmente ser auto-suficiente, especialmente porque não teria de enviar o grosso dos seus impostos para a metrópole. (Ele estimou que apenas um de cada dez escudos enviado para a metrópole retrocede à economia das ilhas.) A libertação do monopólio da TAP e o freeport no Funchal aumentariam muito os rendimentos da ilha, na opinião da nossa fonte. Este médico também afirmou que a Northrop, a Boeing e duas companhias britânicas estiveram de acordo, há algum tempo, em avançar com o projecto de um aeroporto na Madeira que, se fosse aprovado, seria auto-financiado e um benefício para a economia local.

4. Este médico também chamou a atenção da embaixada para o facto da NATO ter uma infraestrutura aeroportuária da NATO que agora comporta 707's e poderá, na sua opinião, servir como alternativa às Lajes ou ao Sal em Cabo Verde. Ele indicou que tinha sido questionado por um grupo independentista (que conhecia a sua proximidade à embaixada) se os EUA consideravam a Madeira de importância estratégica. O funcionário da Embaixada não se comprometeu.

Comentários: É duvidoso que o Governo português permita que o MAIA e o outro movimento independentista (SIM, Socialistas pela Independência da Madeira) vão muito longe. O Governador militar da Madeira disse à imprensa

da Madeira a 12 de Junho que os movimentos que promovem a independência da Madeira «não são viáveis de nenhuma forma». Ao mesmo tempo, o Governador anunciou para este ano o início das obras nas instalações portuárias, e a abertura da Madeira para quaisquer voos charter, apesar de alertar que os 6000 empregados da TAP devem ser protegidos da concorrência estrangeira. Algumas outras medidas não especificadas na ajuda à agricultura local vão ser anunciadas brevemente. O impacto destas medidas, e o renovado interesse por parte da metrópole nas ilhas, deve dispersar eficazmente os grupos independentistas aqui surgidos.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02532\_b

**TÍTULO** Reacções na imprensa à reunião Nixon-Spínola

**DATA** 19-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Os jornais matutinos de Lisboa Diário de Notícias e Século destacaram a chegada de Nixon aos Açores. O título do Diário de Notícias diz «Salientada a amizade entre as duas Nações» em reunião entre Spínola e Nixon. O jornal também traz uma foto a 4 colunas dos dois presidentes sorrindo, lado a lado no Aeroporto das Lajes.

2. Uma nota azeda colocada no Diário de Notícias pelo correspondente da Agência Portuguesa de Notícias (ANI), que escreve que aos jornalistas portugueses foi dado um tratamento de segunda classe na cerimónia de chegada. «Os jornalistas portugueses amontoados num espaço minúsculo rigorosamente controlado pelos serviços secretos dos EUA enquanto que ao corpo de jornalistas da Casa Branca foi autorizado cercar ambos os presidentes, tomar notas e fotografar».

3. Ambos os jornais trazem a declaração do Presidente Nixon expressando prazer pelo facto da primeira paragem depois da sua viagem ao Médio Oriente ter sido em território português. A imprensa relata que o Presidente Spínola expressou satisfação pelo facto do Presidente Nixon ser o primeiro Chefe de Estado a ser recebido por ele desde o 25 de Abril.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02545\_b

**TÍTULO** Começam a organizar-se Grupos Sindicais Católicos

**DATA** 19-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: A Liga dos Trabalhadores Católicos (LOC) realizou uma reunião com 200 representantes para reformular a estrutura da Liga e aumentar a sua influência junto dos trabalhadores. Uma nova organização católica chamada Força Sindical Democrática foi fundada, e terá sido estabelecido um Comité Nacional Coordenador das Organizações Sindicais Cristãs. Estes grupos, que podem não evoluir para Sindicatos ou Uniões, podem vir a ser um significativo local de alojamento de activistas sindicais não comunistas. Fim do Sumário.

1. O Conselho Nacional da Liga dos Trabalhadores Católicos reuniu em Fátima de 8 a 10 de Junho para simplificar a estrutura interna, escolher novos líderes e forjar um programa de acção para expandir os seus serviços e influência junto dos trabalhadores. A LOC é uma antiga e estabelecida organização católica sem um impacto significativo junto dos trabalhadores, tanto quanto sabemos. Está organizada por dioceses. A reunião de Fátima atraiu 200 representantes de 12 das 16 dioceses de Portugal, um representante do grupo português da «Acção Operária Católica», e observadores do movimento mundial de trabalhadores Cristãos, da Acção Operária Católica francesa, da espanhola Irmandades Operárias de Acção Católica, e da Belga Katolieke Werkeliedenbonden.

2. A LOC decidiu meter no lixo a anterior estrutura de organizações separadas para homens e mulheres, unificou-as, e elegeu como Presidente Maria Natividade Cardoso e como Secretário Nacional Emídio Ferreira Martins. O Padre José Rodrigo da Silva Mendes foi selecionado (aparentemente pela hierarquia) para capelão nacional. A LOC

emitiu um comunicado no final da reunião apelando a um erguer das classes mais pobres e por **«opções políticas que tendam para uma crescente socialização, nas quais os trabalhadores tenham um papel decisivo»**.

3. Activistas católicos não associados à LOC (e provavelmente hostis a ela) estabeleceram uma nova organização chamada Força Democrática do Trabalho (FDT). Os principais líderes serão Manuel Alpiarça, de acordo com o matutino Diário de Notícias, e Carlos Augusto Fernandes de Almeida. Ouvimos dizer que ambos tiveram **treino** na Bélgica com a Juventude Operária Católica.

4. Ouvimos dizer que representantes de grupos católicos não especificados tinham formado um Comité Coordenador Nacional cujo presidente seria Cesário Borge. Diz-se que um José Dias será o «conselheiro técnico» deste Comité.

5. Comentário: Se as organizações católicas de trabalhadores, ou outras organizações laborais fora da estrutura sindical, evoluem para Sindicatos ou Uniões dependerá, em grande parte, da legislação que está a ser desenhada por uma Comissão encabeçada pelo advogado socialista Lopes de Almeida. Os grupos cristãos, mesmo se se mantêm como associações não oficiais fora da estrutura sindical, podem vir a ser influentes no movimento sindical, particularmente se eles atraírem dirigentes sindicais que **desejam trabalhar fora dos grupos dominados por comunistas**.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02562\_b

**TÍTULO** O rapto de instituições pela esquerda

**DATA** 20-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O Governo português tem endurecido a sua resistência ao assumir de instituições de governo local pelo auto-proclamado Movimento Democrático, mas o conflito não está resolvido. Fim do Sumário

1. Pouco depois do golpe de 25 de Abril, elementos agindo sob a bandeira da dominada pelos comunistas CDE «Comissão Democrática Eleitoral» (CDE) – que em algumas partes do país mudou o nome para «Movimento Democrático Português» (MDP) - começaram a assumir Juntas de Freguesias (órgãos de administração local e centros de registo dos eleitores) e Câmaras Municipais (órgãos maiores de administração local, com um orçamento próprio e departamentos de serviços públicos). Em alguns casos a CDE convidou a população a reunir-se em praças públicas para discutir «a limpeza» dos órgãos anteriores, e orquestrou ambas as discussões e as subsequentes «eleições» dos que antes escolhera a dedo para os substituir. A CDE então proclamou-se a si própria a nova autoridade local e assumiu os poderes envolvidos. Este método, com variações, tem sido utilizado pela CDE para assumir o controlo de talvez um terço dos 304 municípios portugueses, e de um número indeterminado de freguesias.<sup>159</sup>

---

<sup>159</sup> Não se encontrou qualquer telegrama expressando a indignação com os que se mantinham dirigidos por quem o fascismo escolhera...

2. O Ministério da Administração Interna, dirigido pelo advogado liberal Magalhães Mota, um dos fundadores do partido do centro PPD, inicialmente e em alguns casos, esteve de acordo em verificar as credenciais dos dirigentes locais selecionados pela CDE, mas entretanto recuou. Em alguns casos recentes, o Ministério aceitou apenas alguns dos «dirigentes» selecionados pela CDE, completou a lista com as suas próprias indicações, o que tem poderes para fazer por um decreto-lei. Noutros casos, o Ministério simplesmente ignorou as recomendações da CDE, mantendo os anteriores dirigentes no lugar.<sup>160</sup>

3. A 14 de Junho, o Ministério revelou que não aceitaria a tomada de poder pela CDE do governo da Cidade nortenha de Vila Real. A CDE imediatamente exigiu a sua demissão. Na subsequente troca de comunicados, a CDE de Vila Real e a nacional defenderam as tomadas de poder da CDE como manifestações de vontade popular implementadas através de eleições democráticas. A CDE de Vila Real alegou que Magalhães Mota procurava favorecer o seu Partido através do abuso de autoridade; o Ministério convidou o porta-voz da CDE a revelar a que partido pertencia. O PPD divulgou um comunicado a 18 de Junho atacando as tomadas de poder da CDE como manobras anti-democráticas e «fascistas», e incentivou o Ministério a recusar os dirigentes designados pela CDE.

4. Comentário: O controlo dos governos locais é um grande prémio na presente luta pelo poder. Os registos dos eleitores, por exemplo, fornecerão aos partidos beneficiários com listas de endereços de milhões de pessoas.

---

<sup>160</sup> Propostos pela CDE ou votados em assembleias populares é igual a «rpto», já os escolhidos pelo PPD ou manter os anteriores nomeados pelo fascismo é tudo de uma legitimidade incontestável...

As Câmaras Municipais controlam os anúncios públicos e orçamentos substanciais. A CDE na maior parte de Portugal é inquestionavelmente uma frente do Partido Comunista, apesar do PCP não ter o controlo em todas as áreas. A CDE, acreditamos, não contrariaria os desejos do PCP. Como outros observadores de aqui, concluimos que a anterior declaração do PCP, em Maio, contra as tomadas de poder, é letra morta. Se, como acreditamos, o PCP está por detrás das manobras arbitrarias destinadas a capturar os governos locais, o Partido está em rota de colisão com o Governo provisório.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02563\_b

**TÍTULO** Tomadas posições-chave no sector da Rádio

**DATA** 20-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. O director militar recentemente apontado para a Emissora Pública de Rádio (Emissora Nacional de Radiodifusão) anunciou a 18 de Junho que doravante um militar dirigirá o departamento de programação. Outras posições chave também serão dirigidas por militares, para assegurar um equilíbrio no conteúdo dos programas. A tomada de poder dos militares na Rádio segue de perto outras assumpções de poder similares na TV.<sup>161</sup>

2. Comentário: A decisão do Governo é outra expressão da sua determinação de prevenir o monopólio dos meios electrónicos pela esquerda. O governo reconhece que num país como Portugal, onde o nível de iliteracia é grande, a neutralidade ideológica da Rádio e da TV são essenciais para a democracia.<sup>162</sup>

---

<sup>161</sup> Portanto, se os jornalistas são de esquerda, venham os militares para os controlar. Já veremos a indignação quando descobrirem que os militares tão pouco são de direita...

<sup>162</sup> Esta necessidade de neutralidade desaparece quando a rádio estiver privatizada, os jornalistas forem de direita e o conteúdo da programação favorável aos interesses dos EUA. Claro.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02564\_b

**TÍTULO** Financiamento bancário para a aquisição pela CPE de Urânio enriquecido à AEC<sup>163</sup>

**DATA** 20-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Por forma a garantir a disponibilidade de Urânio enriquecido para a sua primeira central nuclear, prevista para 1981, a CPE - Companhia Portuguesa de Electricidade (única fornecedora de electricidade em Portugal) precisa de assinar agora contratos com a AEC o que implica um pagamento imediato de quase dois milhões de dólares. Dois contratos da AEC pedem um pagamento de 955 000 dólares cada. Mais informação sobre estes contratos está disponível através do Director da divisão financeira, AEC, Oakridge, Tennessee.

2. A CPE gostaria de saber se o programa que corre através do Banco Português do Atlântico pode ser utilizado para financiar estes compromissos com a AEC para fornecer urânio enriquecido. Se sim, qual seria a percentagem máxima coberta por este financiamento directo (isto é, a 7%) e qual o máximo período de repagamento.

3. Por favor, forneçam-nos orientações sobre os termos e os procedimentos nestes casos.

---

<sup>163</sup> AEC- AGÊNCIA PARA A ENERGIA ATÓMICA DOS EUA

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02584\_b

**TÍTULO** A visão do governo português sobre as negociações com o PAIGC

**DATA** 21-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Durante a visita do Presidente Nixon aos Açores, representantes do governo português fizeram ponto da situação das negociações com o PAIGC e pediram o apoio diplomático dos EUA. Fim do Sumário

1. Enquanto o Presidente Nixon e Spínola falavam em privado a 19 de Junho, eu, e os generais Scowcroft e Haig, falámos com alguns acompanhantes de Spínola aos Açores (Sá Carneiro, Ministro sem Pasta e vice-primeiro ministro, o Embaixador nos EUA Themido, e o Chefe de Estado Maior da Força Aérea, Diogo Neto).

2. Os portugueses, com Sá Carneiro a tomar a iniciativa, enfatizaram a importância que dão a um rápido cessar-fogo e a dificuldade que estão a ter em obtê-lo. Ao contrário dos relatos publicados, o PAIGC não retirou as reivindicações de a) A Guiné-Bissau e Cabo Verde serem considerados um país, b) o reconhecimento da Guiné-Bissau sem qualquer processo de auto-determinação, c) alcançar acordos similares em Angola e Moçambique. A posição do Governo português nas questões a) e c) é firme. O Governo espera que o PAIGC ceda em c) depois de exibir a sua solidariedade com outros movimentos de libertação. Sobre b), o Governo português espera convocar um referendo supervisionado pela ONU, seguido de uma força de manutenção da paz da ONU para cobrir o risco de conflitos entre o PAIGC e os 20000 pretos que combateram por Portugal. Os portugueses estão preocupados com a criação de precedentes para Angola e Moçambique, mas estão dispostos a reconhecer a Guiné-Bissau por forma a obter um rápido cessar-fogo desde que as tropas portuguesas ou da ONU permaneçam durante a transição para manter a ordem.

3. Os portugueses pediram a ajuda diplomática dos EUA. Sentem que a atitude dos soviéticos e dos chineses tem uma influência crucial nalgumas atitudes africanas, os portugueses pediram que os EUA exerçam a sua influência sobre esses países para induzir conselhos de moderação. (A este respeito, os portugueses estavam satisfeitos com a vontade soviética de reconhecer Lisboa antes dos acordos sobre África. Pela mesma razão, os portugueses estão interessados em estabelecer ligações com a China o mais cedo possível, talvez através de Macau.) Os portugueses também pediram que os EUA exerçam a sua influência com alguns importantes países africanos, como a Nigéria, para que peçam moderação aos grupos de libertação. Os representantes dos EUA não fizeram comentários.

**4. Os portugueses mencionaram a sua crença de que já existe alguma espécie de negócio entre a Tanzânia e a China onde a Tanzânia tomaria o norte de Moçambique com uma ajuda não especificada da China<sup>164</sup>.**

5. Os portugueses também mencionaram que teriam informações credíveis de que os movimentos de libertação de Angola, particularmente o do Roberto, eram altamente financiados por instituições americanas. Os representantes dos EUA pediram pormenores e os portugueses deram o exemplo da Fundação Ford e do Comité Americano para África.

---

<sup>164</sup> Quando se elevam as mais mirabolantes efabulações para conversações de alto nível...

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02595\_b

**TÍTULO** Negociações Portugal-PAIGC

**DATA** 21-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Numa conversa com o DCM a 19 de Junho, o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, General Costa Gomes, afirmou que as negociações de Argel tinham sido subitamente quebradas pelo PAIGC sobre pressão externa. Ele não identificou a fonte da pressão. Ele disse que a retirada do PAIGC das negociações não pode estar relacionada com a insistência portuguesa no referendo, já que os portugueses tinham claramente indicado ao PAIGC que fariam tudo o possível para assegurar que o PAIGC venceria o referendo<sup>165</sup>. Ele indicou que o verdadeiro problema poderá ser Cabo Verde.

2. A 20 de Junho o Coronel Almeida Bruno, provavelmente o mais próximo colaborador de Spínola e chefe da casa militar do Presidente, disse ao DCM que a ruptura das conversações em Argel tinham resultado de pressões da URSS sobre o PAIGC<sup>166</sup>. Ele ainda acrescentou que sobre esta pressão o PAIGC tinha-se retirado do acordo tácito de manter as questões da Guiné-Bissau e Cabo Verde separadas. Bruno sublinhou a importância para Portugal de um referendo na Guiné-Bissau, não porque os portugueses

---

<sup>165</sup> Educativo! Fazemos questão no referendo, mas não na sua seriedade... O que deve ter pensado o PAIGC desta malta...

<sup>166</sup> Claro! Portugal recusa as principais reivindicações do PAIGC – reconhecimento da já proclamada independência da Guiné-Bissau, independência de todas as restantes colónias – e esta gente acha que não aceitam deixar cair as suas reivindicações por causa da URSS!

esperem que os votantes da Guiné-Bissau optem pela solução federal de Spínola, mas porque qualquer que seja a fórmula adoptada para a Guiné-Bissau ela será um precedente para Moçambique e Angola. Ele disse que Portugal tem grande necessidade do apoio dos seus amigos. Apesar de vago sobre que apoio tinha em mente, ele sugeriu que poderia ser importante a influência dos EUA junto da URSS, dos países africanos e dentro das Nações Unidas.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02609\_b

**TÍTULO** Os portugueses continuam a cultivar provas de apoio internacional

**DATA** 24-06-74

**ASSINADO** POST

**CONTEÚDO** Sumário: membros do governo português e a imprensa de Lisboa têm destacado declarações estrangeiras amigáveis para com Portugal, e focado-se sobre visitantes VIP cujo interesse em vir pode ser interpretado favoravelmente. Fim do Sumário.

1. O encontro nos Açores dos Presidentes Nixon e Spínola é apresentada nos médias de Lisboa como um triunfo para Portugal. O matutino Diário de Notícias interpretou a reunião como uma prova do apoio dos EUA à actual política portuguesa, «através da voz do seu presidente». O Ministro sem pasta Sá Carneiro, um dos dirigentes portugueses que acompanharam Spínola, classificou a reunião como «um completo sucesso para Portugal» e disse que «excedeu todas as nossas expectativas», quer no plano político quer no plano pessoal.

2. A imprensa de Lisboa de 20 de Junho traz o texto do comunicado do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a recém concluída reunião ministerial da NATO em Otava. O comunicado começa com a declaração que os Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO aplaudiram a actual situação portuguesa, expressando o seu apoio ao desenvolvimento da democracia em Portugal e o progresso da descolonização no exterior. O comunicado prossegue citando o comentário do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá de que o governo e o povo do Canadá expressam o seu «encorajamento e apoio» para o esforço do governo português e dos povos dos territórios portugueses africanos «para chegar à solução pacífica do problema dos territórios ultramarinos portugueses». O comunicado termina com uma citação similar do Ministro

dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, Callaghan, expressando a satisfação pela restauração das liberdades democráticas e dos direitos humanos em Portugal e nos territórios ultramarinos.

3. Os portugueses evidentemente aproveitaram a conferência de Otava para apresentar convites para visitar Portugal a pelo menos dois Ministros de Negócios Estrangeiros. O Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Moro, aceitou o convite para visitar numa data próxima ainda não definida. Callaghan aceitou o mesmo convite «em princípio».

4. A imprensa também cobriu a visita recentemente concluída de socialistas do Parlamento Europeu. A delegação socialista teve diversas reuniões com dirigentes do Partido Socialista Português, mas também escolheu repetir publicamente a declaração adoptada a 21 de Maio pelos eurodeputados do Partido Socialista expressando satisfação pelo restabelecimento das liberdades democráticas em Portugal.

5. Comentário: O Governo Português continua, dois meses depois do golpe de 25 de Abril, a agradecer as expressões de apoio estrangeiro. A iniciativa portuguesa de procurar uma reunião do Presidente Spínola com o Presidente Nixon durante a sua escala nos Açores, pelo menos em parte, pertence a esta categoria. O que também parece claro, no entanto, é que o envio deste apoio externo está a servir não apenas o novo regime em geral, mas particularmente os interesses do Presidente Spínola e do Ministro dos Negócios Estrangeiros (e líder do Partido Socialista) Soares. A repetida demonstração da estatura internacional de cada um será provavelmente explorada nas questões políticas internas assim que chegar a época das eleições.

TELEGRAMA 1974LISBON 02617\_b

TÍTULO Análise da actual estrutura de poder em Portugal

DATA 24-06-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A análise da Embaixada à actual estrutura do poder em Portugal leva-nos à conclusão de que Spínola e a Junta, com o apoio ou a aceitação do Movimento das Forças Armadas, estão no poder em Portugal. Fim do Sumário.

1. Dois meses depois do Golpe, existem três poderes principais em Portugal, por ordem da sua força: (1) Spínola e a Junta, (2) o Movimento das Forças Armadas (MFA), e (3) a esquerda política. Existem outros elementos de poder teóricos ou potenciais, mas têm ainda de demonstrar um poder independente: o governo provisório (GP), o Conselho de Estado, o centro político, e os tribunais.

2. O Governo Provisório opera essencialmente como um executor das políticas da Junta, usado pela Junta para conduzir a governação diária e para suportar algum do impacto das decisões impopulares. Sem dúvida que o Governo Provisório influencia as políticas da Junta e toma algumas decisões por si próprio em áreas que se sabe pertencerem aos limites da Junta. **No entanto, o principal poder do Governo Provisório é negativo, a ameaça de resignação.** O Conselho de Estado de 21 membros foi nomeado e diz-se que funciona, mas ainda não apareceu como uma entidade independente, já que as diferenças que aparecem no Conselho são entre a Junta e o MFA, e a Junta tem uma maioria na forma dos seus 7 representantes mais, pelo menos 4 dos «cidadãos de reconhecido mérito» (Perdigão, Amaral, Tenente Coronel Bruno e Tenente Coronel Durão). O centro político está ainda a tentar sair da linha de partida. Assim que entrar na corrida é provável que venha a ser um importante e decisivo apoio à Junta. Os tribunais têm estado largamente imóveis. Na

única situação onde houve uma tentativa de imposição judicial (o caso Peralta), a Junta simplesmente passou por cima do Tribunal<sup>167</sup>.

3. Com as instituições políticas, sociais e de governo do passado ou colocadas de lado ou substituídas por substitutos provisórios, o poder último em Portugal reside nas forças militares. A influência e o controlo sobre as fileiras militares é, de certa forma, partilhada entre a Junta e o MFA (por MFA, referimos-nos a um relativamente pequeno grupo de oficiais, cujo núcleo serão os 7 membros do Conselho de Estado, que mantêm uma presença permanente com escritórios em São Bento, a sede do Governo, e que são os porta vozes e mantêm laços informais com o grupo de cerca de 200 oficiais que participou no golpe mas que essencialmente voltaram às suas unidades). Como Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, o General Costa Gomes (sobre a sua lealdade a Spínola não existe, de momento, qualquer questão) exerce o controlo formal sobre as forças militares. Este controlo formal é fortemente apoiado pela alta consideração em que Costa Gomes é tido, como pessoa e como comandante, pelas tropas e pelos oficiais, incluindo provavelmente todos ou a vasta maioria dos membros do MFA. O MFA, quer pelo seu imenso prestígio em todo o país por ter levado a cabo o golpe, quer pelas suas posições na estrutura de comando, também exerce influência e controlo nas fileiras. Assim, caso existisse uma séria quebra entre a Junta e o MFA, é questionável que algum pudesse usar os militares contra o outro.

4. Não vemos essa séria ruptura desenvolver-se, apesar de ser uma possibilidade se o processo de descolonização falhar. Desde o princípio do golpe, tem existido uma

---

<sup>167</sup> E como este passar por cima das decisões dos tribunais foi a favor dos interesses do Governo dos EUA, «no problem».

relação simbiótica entre a Junta e o MFA. Continuamos a acreditar que a orientação política dominante no MFA é substancialmente a mesma de Spínola e Costa Gomes, apesar da indubitável existência duma minoria no MFA que está à esquerda dos líderes da Junta. Nós definiríamos essa orientação partilhada Junta/MFA como centrista, determinados a encontrar um fim honrado às guerras do Ultramar através de um processo de auto-determinação, mas opondo-se ao caos e preparados para usar o poder para manter a ordem, mas da forma mais contida possível. Também partilham uma dedicação aos princípios democráticos básicos e às liberdades individuais. Esta dedicação é inquestionavelmente mais apaixonada no MFA do que na Junta, e as declarações de alguns membros do MFA sugerem uma ênfase muito maior pela necessidade de mudanças sociais que aquela que a Junta tem colocado até agora.

5. A Junta e a maioria do MFA tiveram um diferendo mais significativo, que aparentemente resultou num impasse, sobre se o MFA deveria continuar a existir ou não. A Junta claramente prefere ver o MFA dissolver-se como um corpo mais ou menos formal de monitorização da adesão da Junta ao espírito do programa do MFA e espreitando sobre os ombros dos que ficariam com a responsabilidade no plano militar e civil. A Junta procurou alcançar isto destacando membros do MFA para uma variedade de tarefas dentro das estruturas militares e civis, e ao tentar convencer o MFA que a sua representação no Conselho de Estado dava-lhe o local institucional a partir do qual poderia exercer o controlo efectivo sobre a adesão da Junta ao programa do MFA. Spínola provavelmente andou depressa demais ao anunciar publicamente a 31 de Maio que o MFA tinha completado a sua tarefa. O MFA não se dissolveu regressando aos quartéis, como desejado, diz-se que por receio de que Spínola procurasse construir a sua autoridade e popularidade pessoal até chegar ao culto da personalidade e a algum tipo de ditadura, ainda que benevolente. A 14 de Junho, Spínola convocou uma reunião entre a Junta, o MFA e dois membros do Governo

Provisório (Sá Carneiro e o Ministro da Economia Vieira de Almeida) para tentar convencer o MFA que os órgãos de governo civil e militar não podem operar com eficácia se o MFA continua a respirar sobre o pescoço dos dirigentes e a funcionar como Tribunal de Recurso das decisões oficiais. Os resultados da reunião terão sido algo inconclusivos, com o MFA a concordar aparentemente em afastar-se um pouco mas recusando dissolver-se com base no facto de terem realizado o golpe e serem responsáveis perante o povo até estar instalado um governo devidamente eleito, para evitar desvios dos princípios da revolução. Este resultado representa um ligeiro ganho líquido para Spínola, mas significa que vai prosseguir o processo de acomodação das visões da Junta e do MFA.

6. Uma luta aberta de elementos no poder existe entre a Junta e a esquerda política. Os contrincantes estão divididos na esquerda, incluem vários tipos de socialistas e a extrema-esquerda maoísta, marxista-leninista, etc., (ex. MRPP), mas não, pelo menos não abertamente, os comunistas ortodoxos (PCP), cuja estratégia de procurar respeitabilidade mantém-nos no seu melhor comportamento. A vantagem da esquerda inclui o seu registo de oposição ao anterior regime, uma influência dominante nos *media* e nos círculos intelectuais, organização, exuberância, e o nível de apoio dos trabalhadores industriais. Num conjunto de medidas adoptadas pela Junta (caso Peralta, prisão do líder do MRPP Saldanha Sanches, intervenção nas greves dos transportes urbanos e dos trabalhadores dos Correios, controlo da Televisão, estabelecimento da censura após publicação) a esquerda realizou a crítica pública do que interpretou como um desvio da Junta do programa do MFA. Este criticismo representa, em parte, um genuíno desacordo, em parte uma busca por publicidade. Fundamentalmente, representa um esforço da esquerda de se identificar com, e exercer influência política no MFA (enquanto a Junta tenta manter o MFA fora da política). Suspeitamos, no entanto, que os decibéis produzidos estão muito acima da proporcional força numérica e que

o seu efeito no MFA tem sido pouco substancial.

7. A decisão do MFA de resistir à dissolução pode ter sido enrijada pelo namoro da esquerda. Mas esse namoro não quebrou a simbiose ideológica que existe entre a maioria do MFA e a Junta, cujos movimentos impopulares juntos dos esquerdistas tiveram, pelo menos, o consentimento da maioria do MFA, e provavelmente o seu apoio. A solidariedade do MFA com os esforços da Junta para colocar a situação sobre controlo foi, sem dúvida, melhorada durante a controvérsia que levou à tomada de controlo sobre a Estação de Televisão (RTP) quando um dos membros do MFA que estava a servir como delegado da Junta na RTP esteve sobre ataque dos esquerdistas. A anunciada intenção da Junta de usar os militares como, na prática, fura-greves se necessário para quebrar a recente greve dos trabalhadores dos Correios, teve o apoio do MFA e sugere que a orientação política dominante no MFA está longe de ser esquerdistista.

8. Durante quase todo o primeiro mês, a Junta permitiu que o vapor acumulado durante 48 anos fosse libertado, procurando e conseguindo amplamente ganhar credibilidade pela sua dedicação às liberdades individuais e à democracia. No segundo mês, começando com o discurso de Galvão de Melo a 27 de Maio e prosseguindo com os discursos de Spínola por todo o país, a Junta entrou na sua fase de avisar, aconselhando moderação e prevendo endurecer as medidas se necessário para prevenir o caos. Começou agora a implementar essas medidas mais duras. Enquanto o continuar a fazer, com o apoio ou pelo menos sem obstáculo do MFA, mais poder passará para a Junta.

9. Entretanto, o poder pessoal de Spínola cresceu. Se o seu mandato formal de poder vem do MFA, desde o princípio que ele tem um eleitorado substancial, quer civil quer militar, baseado no seu registo de guerra, no seu livro e na sua reputação nacional. A sua base de apoio militar alargou-se consideravelmente através do apoio de

Costa Gomes e do aumento de pagamento oferecido às tropas desde a sua chegada ao poder. A sua aclamação durante as visitas ao país alargou a sua base de apoio civil, enquanto a sua implementação de medidas de controlo sem dúvida **que o reforçou junto da direita silenciosa** e do centro pouco audível<sup>168</sup>, que, combinados, podem representar a maioria da população votante. O seu prestígio sofreu um significativo impulso internacional através da sua reunião com o Presidente Nixon (superando no processo o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares). Na falta de um demonstrável mandato de uma maioria popular, o continuar do seu prestígio e poder dependerá das soluções para as questões africanas e para o mal-estar económico do país. Se num ano houver progressos na solução destes dois cruciais problemas do país, então as medidas de controlo adoptadas sob o poder de Spínola serão justificadas; caso contrário, virar-se-ão contra ele. De momento, no entanto, Spínola e a Junta, com o apoio ou a concordância do MFA, governam Portugal.

10. O acima exposto foi aprovado pelo Embaixador Scott.

---

<sup>168</sup> Este telegrama tem tanta análise factualmente errada e rapidamente desmentida, que esteve para não ser seleccionado, apesar de contribuir para ilustrar o quão mal informada estava a embaixada. Mas ficou por ser a primeira referência a uma «direita silenciosa e centro pouco audível», que evoluirá para o conceito de «maioria silenciosa», usado na tentativa de golpe de Estado de Spínola a 28 de Setembro.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02630\_b

**TÍTULO** Alegado uso de armas da NATO pelos portugueses em África

**DATA** 25-06-74

**ASSINADO** POST

**CONTEÚDO** No dia 22 de Junho, a imprensa de Lisboa traz um resumo da entrevista de Soares ao Le Monde.

Enviamos a tradução de partes dessa entrevista (traduzidas da tradução portuguesa do texto francês):

«Durante muito tempo eu critiquei publicamente a Aliança Atlântica e até suspeitei dessa organização por ter ajudado muito o antigo regime português. Portugal recebeu carregamentos de armas de vários países da NATO. Em princípio essas armas não eram para ser usadas contra as guerrilhas africanas, mas o governo de Lisboa não cumpriu esse compromisso... Nós somos leais à Aliança Atlântica, mas a organização deve ser conduzida para a defesa da democracia e dos direitos humanos».

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02640\_b

**TÍTULO** Relatório sobre o ponto da situação da cólera<sup>169</sup>

**DATA** 25-06-74

**ASSINADO** POST

**CONTEÚDO** De acordo com a imprensa local, o Hospital Curry Cabral, que é o único Hospital em Lisboa tratando com casos de cólera, confirmou que desde Abril foram admitidos 124 casos confirmados de cólera, registando-se 5 mortes. A maioria dos casos têm origem nas zonas pobres com falta de boas condições sanitárias. Têm sido detectados casos em todo o território. Na área da Grande Lisboa a maioria dos casos vieram de Carnide (4), Odivelas (4), Musgueira (4), Algés-Carnaxide (4), Pontinha (3), Marvila (3), Beato (3). As mortes foram essencialmente de pessoas com mais de 50 anos que tinham outros problemas médicos e estavam assim enfraquecidas quando tiveram cólera.

Foi dito que o vírus da cólera «El Tor Inaba» foi recentemente detectado nos esgotos da Cruz Quebrada, Pontinha, Olival Basto, Frielas, Terreiro do Paço, Caneiro de Alcântara e Caxias, todas na área de Lisboa.

Existem agora casos de cólera do Sul ao Norte de Portugal, só o município do Barreiro, junto ao Rio Tejo frente a Lisboa, regista 14 casos positivos.

As autoridades de saúde pública trabalham de perto com o Instituto Nacional de Saúde e com uma equipa de enfermeiras operando nas zonas onde os pacientes vivem e trabalham. Diz-se que um paciente hospitalizado com cólera usualmente tem alta depois de dez dias de tratamento.

---

<sup>169</sup> A inserção deste telegrama deve-se ao muito que este tipo de factos contribui para ilustrar a verdadeira situação nacional antes do 25 de Abril.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02684\_b

**TÍTULO** Estabelecida Comissão de Controlo dos Media

**DATA** 27-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Foram promulgados pelo governo português os novos regulamentos desenhados para assegurar uns *media* mais responsáveis, objectivos e verdadeiros. Será nomeado brevemente um comité ad hoc de militares para fazer aplicar as novas regras. Fim do Sumário.

1. De acordo com o estipulado no programa do Movimento das Forças Armadas, o Concelho de Ministros de 22 de Junho autorizou a Junta de Salvação Nacional a estabelecer um comité Ad Hoc para o controlo dos *media* pendente de uma revisão global da legislação neste campo a realizar mais tarde. O Conselho concorrentemente emitiu um conjunto de regulação para ser seguida salvaguardando a liberdade de expressão e os segredos militares, prevenindo distúrbios internos causados por «agressões ideológicas» contra o programa do Movimento das Forças Armadas e para assegurar uma imprensa responsável, objectiva e verdadeira.

2. A lei começa com uma declaração de que é permitida a discussão e crítica das doutrinas políticas e religiosas, das leis e dos actos da administração pública, e da forma como essas leis são concretizadas na prática. A única condição é que os direitos e obrigações dos cidadãos sejam respeitados nesse processo.

3. A lei define então penalidades de até 20 000 dólares e 60 dias de suspensão por infracção dos princípios do Movimento das Forças Armadas (MFA). As infracções especificadas são: a) Incitar ou provocar, mesmo que indirectamente, a desobediência militar, incluindo o desrespeito das leis e regulamentos militares; b)

Ofensas ao Presidente, aos membros do Conselho de Estado e ao Governo; c) Ofensas aos Chefes de Estado estrangeiros e aos diplomatas acreditados em Portugal; d) Referências a operações militares sem a autorização do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas; e) Incitamento a greves, paragens de trabalho ou manifestações ilegais; f) «Agressões ideológicas» contrárias à execução do programa do MFA; g) Incitamento ao cometimento de crimes comuns; h) Publicação ou difusão de informação falsa por forma a atingir os objectivos identificados acima.

4. A lei determina que os discursos do Presidente devem ser baseados nos textos fornecidos oficialmente, e que nenhuma alteração de sentido por cortes ou acrescento de títulos enganadores é permitido.

5. A lei estabelece os mecanismos de apelo, e determina a responsabilidade das firmas suspensas de pagar aos seus empregados.

6. Temos o entendimento que o comité Ad Hoc, cujos nomes ainda não foram anunciados, será composto inteiramente por oficiais militares, incluindo o Major Vitor Alves do Movimento das Forças Armadas e do Conselho de Estado. Ainda não é clara a forma como as novas guias para os *media* serão aplicadas na prática, mas o Major Alves disse a um grupo de jornalistas que a intenção das regras não é fazer censura aos *media*, mas garantir a liberdade de expressão e de pensamento. O principal interesse do governo, na nossa opinião, é assegurar um maior grau de responsabilidade da Rádio e da TV, especialmente dos jornais de extrema-esquerda, como o Luta Popular do MRPP, que no passado apelou aos militares para largarem as armas, etc. (como antes reportado, o Governo português acaba de anunciar medidas para construir um maior equilíbrio na programação da TV e da Rádio).

7. Os jornalistas, os representantes do governo e o Partido Socialista criticaram fortemente o decreto-lei pelas seguintes razões: 1) Falta de clareza das provisões específicas sobre o que constitui uma ofensa; 2) Pesadas penas incluindo multas excessivas e suspensão imediata por violações e 3) as suspensões efectivam-se imediatamente enquanto decorre o apelo. Isto constitui, na sua opinião, uma afronta ao devido processo legal e pode arruinar financeiramente uma organização. O Partido Socialista afirmou que só o seu sentido de responsabilidade patriótica o impediu de apelar aos Ministros socialistas no governo provisório para resignarem. O Major Alves respondeu que os verdadeiros democratas não precisam de se preocupar, enquanto que o facto do comité de controlo ser composto por oficiais militares «profundamente imbuídos com o espírito do Movimento das Forças Armadas» é outra garantia de que a censura não será colocada em prática.

8. Comentário: **Se interpretada estritamente e administrada rigorosamente, a lei tem o potencial de induzir uma tal cautela nos *media* que pode ser virtualmente tão restritivo como a censura prévia do passado.** No sistema passado, os jornalistas podiam escrever qualquer coisa que quisessem (e assim retirá-lo do seu peito), mas não enfrentavam sanções específicas além de verem o seu material não publicado. Agora enfrentam sanções bastante duras se adivinharem de forma errada o que está e o que não está dentro dos limites, o que é em certos campos susceptível de uma ampla interpretação. No entanto, sentimos que o regime aplicará a lei de uma forma tão suave quanto possível por forma a não prejudicar a credibilidade da sua declarada dedicação aos princípios democráticos. Vimos esta medida como a mais recente de um conjunto de passos destinadas a impor a ordem no país, depois dos apelos terem demonstrado ser insuficientes. **A lei é claramente dirigida contra a esquerda,** que domina os *media* desde o 25 de Abril, e como tal representa uma evidência acrescida de que o MFA e

a Junta estão na mesma onda centrista. Achamos irónico que o porta-voz militar que defendeu a medida fosse o Major Alves, que tem sido descrito como de esquerda, e vemos isto como a indicação que o termo «de esquerda» quando aplicado a militares portugueses de carreira é um termo muito relativo.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02700\_b

**TÍTULO** Iminente a nomeação do novo Embaixador português na ONU

**DATA** 28-06-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. O Dr. Victor Crespo, Presidente do Instituto Português de Alta Cultura, disse a um funcionário da Embaixada que o liberal e antigo Ministro da Educação no regime de Caetano, Dr. Veiga Simão, será brevemente apontado como o próximo embaixador português na ONU. (O único outro candidato de quem se falou para esta posição é Jorge Sampaio que aparentemente decidiu permanecer em Portugal para prosseguir uma carreira política). Spínola terá pedido a Veiga Simão para «coordenar as actividades portuguesas nos EUA». Ele reportará directamente ao Presidente Spínola e será mais responsável que o Embaixador Themido.

2. Comentário: Se Veiga Simão for de facto apontado Embaixador na ONU, ele será o primeiro Ministro do regime de Caetano a receber uma alta posição pública por Spínola. Veiga Simão foi previamente proposto quer para um lugar no Governo quer para um lugar no Conselho de Estado. No entanto, Spínola aparentemente mudou a sua opinião devido à pressão colocada sobre ele pela esquerda, que criticou Simão por, entre outras coisas, ter aceite o reconhecimento do Governo Português pouco antes da sua demissão de Ministro da Educação. A sua nomeação para a ONU, se verdadeiro, será condenado pela esquerda mas aplaudido por aqueles que, como esta Embaixada, sentem que Veiga Simão fará um excelente trabalho para o Governo Português na ONU.

1974 LISBON

Julho



Claudino Madeira

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02782\_b

**TÍTULO** Membro da Junta Galvão de Melo vai-se demitir

**DATA** 03-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O General Galvão de Melo, um dos membros da Junta de Salvação Nacional, disse ao DCM que ele brevemente sairá da Junta para fundar um Partido político centrista **para promover a eleição do Presidente Spínola como o permanente Presidente da República**. Este partido também procurará educar o povo português «politicamente inocente» para as realidades do comunismo. Previstos apoios ao partido de todos os lados, **incluindo da extrema direita do passado**. Fim do Sumário.

1. Durante uma discussão privada com o DCM a 1 de Julho, o General Galvão de Melo, um dos sete membros da Junta de Salvação Nacional, revelou que ele pretende deixar a Junta e fundar um partido político do centro cujo objectivo fosse fazer campanha para que o General Spínola fosse eleito Presidente permanente, **e ele próprio fosse vice-Presidente**.

2. Galvão de Melo disse que estes planos são o resultado da decisão conjunta de três membros da Junta: ele próprio, o Presidente Spínola e o General Costa Gomes. Ele disse que a razão pela qual Costa Gomes não era escolhido como futuro candidato do Partido era porque ele era fraco politicamente (sugerindo que lhe faltaria os atributos pessoais e físicos para um candidato a um cargo público).

3. O General Galvão de Melo disse que a decisão de lançar um tal partido foi feita depois de muita gente o ter contactado e ao Presidente Spínola para expressar a necessidade de um partido do centro, e depois de ter ficado claro para ele e para o Presidente Spínola que aqueles que partilhavam esta visão política eram **bons homens e**

**possuíam todo o poder económico para apoiar um partido, mas tinham vivido tanto tempo sob um sistema onde eram totalmente protegidos que agora eram politicamente incapazes. Tendo tido a protecção do regime fascista no passado, agora eles necessitavam da protecção dos generais Spínola e Galvão de Melo.**

4. O DCM observou que dada a actual geografia política portuguesa, com todos os partidos a serem de esquerda ou a reclamarem-se de esquerda, qualquer partido que se lance e se chame a si próprio «centrista» será imediatamente o partido da direita e pelo menos será acusado de estar na extrema-direita. Galvão de Melo reconheceu isto, e disse que de facto o partido que ele propõe começará como uma entidade muito pequena mas que crescerá com aquisições de todos os lados, incluindo da extrema direita do passado.

5. O General Galvão de Melo disse que a oportunidade para o lançamento do partido ainda não foi decidida. Ele planeia continuar a fazer ocasionais conversas na televisão, a próxima daqui a cerca de uma semana, e num futuro próximo ele sairá da Junta para lançar o partido político. Entretanto as suas conversas na televisão assentarão as bases e racionalizarão a necessidade de um partido centrista.

6. O General Galvão de Melo fez então uma análise do povo português como sendo basicamente um animal não político. Isto foi demonstrado durante o período republicano, de 1911 a 1926, durante o qual Portugal demonstrou ter um considerável número de homens com talento no campo político, mas que, reflectindo o extremo individualismo de base do povo português, cada um constituiu de facto o seu próprio partido político. Eles atacavam-se constantemente e acabaram-se por se devorar uns aos outros. O pecado mais vil de 48 anos de fascismo foi que evitou que o povo português evoluísse deste individualismo caótico para uma vida política democrática ordeira. A

vasta maioria do povo português são agora inocentes políticos. Apesar de lhe custar dizê-lo, a ignorância e falta de consciência do povo português era tão grande que até existiam zonas isoladas onde as pessoas pensavam que ainda viviam sob um rei.

7. O DCM colocou que nós, na embaixada, na tentativa de analisar a cena política portuguesa ficávamos perdidos pela falta de conhecimento sobre o que a maioria dos portugueses sentem politicamente. Por um lado, assumimos que os portugueses são basicamente muito conservadores e que por isso eles rejeitariam o comunismo, no entanto, dada a inocência política da qual o General falou, também era bem possível que o povo português, tendo testemunhado **o Partido Comunista a comportar-se da forma mais honrada e respeitável**<sup>170</sup>, possam decidir que foram enganados no passado pelo agora desacreditado regime fascista que os levara a pensar que o comunismo era diabólico, e podem concluir que não há nada de errado com os comunistas e ainda possam votar neles. O General Galvão de Melo disse que este era precisamente o seu ponto e que por isso era essencial um partido centrista estabelecido que educaria o povo português sobre o que o comunismo realmente significa.

8. O DCM disse que a embaixada tinha ouvido rumores de que o Presidente Spínola, sentindo-se incapacitado pela falta de legitimidade do seu mandato, tinha decidido promover umas eleições relâmpago para Presidente, dentro de cerca de um mês. O general Galvão de Melo negou que houvesse qualquer verdade nesse rumor.

---

<sup>170</sup> As coisas que eles dizem...

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02788\_b

**TÍTULO** Membro da Junta solicita ajuda económica dos EUA e apoio ao novo regime português

**DATA** 03-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Durante a recente conversa com o DCM, o General Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional, indicou três necessidades urgentes de apoio do Governo dos EUA: a) Ajuda económica em geral, b) Assistência do Governo dos EUA em lidar com a «ameaça comunista» e c) apoio na política interna portuguesa. No que respeita ao último ponto, Galvão de Melo expressou o desejo de que o Governo dos EUA estivesse disposto **a intervir fisicamente<sup>171</sup> em apoio do regime se necessário.** Fim do Sumário.<sup>172</sup>

1. Durante a discussão privada como DCM a 1 de Julho, o General Galvão de Melo abordou a crítica necessidade portuguesa de apoio dos EUA no futuro. Descrevendo a actual situação portuguesa como sendo politicamente extremamente delicada, o General Galvão de Melo diz que o factor político mais delicado é a crítica situação económica. Ele estava, assim, particularmente encorajado pelo facto de o Presidente Nixon ter indicado ao Presidente Spínola

---

<sup>171</sup> O 25 de Abril foi há dois meses, o Presidente da República é Spínola, o primeiro-ministro Palma Carlos, tudo gente de direita, e vemos um membro da Junta a solicitar a agressão armada contra o seu próprio país. Este traidor viria a aderir ao CDS.

<sup>172</sup> Este resumo deveria ser suficiente para que a embaixada percebesse que Galvão de Melo preparava um golpe contra o MFA: se Galvão de Melo estivesse seguro de contar com o apoio das Forças Armadas não necessitaria de pedir apoio externo.

durante a sua recente reunião nos Açores que o Governo dos EUA estava preparado para garantir um apoio económico massivo se tal fosse requerido por Portugal. O Presidente Nixon indicou que as actuais negociações da Base dos Açores oferecem o mecanismo através do qual esse programa de ajuda pode ser estabelecido. Esta ajuda económica era a mais importante das três que Portugal necessita dos EUA.

2. O segundo item da ajuda necessária dos EUA era na área de lidar com a ameaça comunista<sup>173</sup>. Neste contexto é importante para Portugal que os EUA pudessem indicar à URSS, ao mais alto nível, que Portugal **pertence** à esfera de influência dos EUA e que a URSS deve deixar as suas mãos fora de Portugal. Ele disse que por mais inocentes que o povo português possa ser, eles estão certamente conscientes de estarem do lado do Ocidente e esse sentimento é particularmente forte nas Forças Armadas.

3. A terceira área na qual o apoio dos EUA era necessário é na área da política interna em Portugal. O General Galvão de Melo foi de certa maneira vago no que ele tinha em mente nesta questão. Num determinado ponto ele parecia estar a pedir a compreensão dos EUA se o regime sentisse a necessidade de tomar medidas mais drásticas de controlo para prevenir o caos ou o comunismo. Ele afirmou que **se for necessário optar entre uma ditadura militar e o caos, não há quaisquer dúvidas que o regime teria de optar por uma ditadura militar** e isso teria o apoio da maioria do Movimento das Forças Armadas. Ele esperava, **claro**, que tal não fosse necessário. Ele também esperava que não fosse necessário promover uma intervenção americana, mas ele sentia ser importante

---

<sup>173</sup> É só para sublinhar: a ameaça comunista era a ameaça de que os comunistas pudessem ser eleitos pelo povo português. E para evitar isso, uma ditadura militar, se necessário.

que o regime português soubesse se os EUA estariam dispostos a intervir, fisicamente, se necessário<sup>174</sup>. O DCM disse que, depois do Vietname<sup>175</sup>, que era altamente improvável que os EUA fossem encontrados a intervir fisicamente seja onde for<sup>176</sup>. O General Galvão de Melo disse que ao levantar estes três pontos, a economia, a ameaça comunista e a situação política doméstica, ele estava a levantar estas questões oficialmente. O DCM deu-lhe nota que, claro, ele relataria a conversa.

---

<sup>174</sup> São assim os «patriotas» de direita desde 1383: apelando a uma intervenção militar estrangeira para os instalar no poder.

<sup>175</sup> Honra e Glória ao povo do Vietname que derrotou o imperialismo norte-americano.

<sup>176</sup> E de facto, assim que perderam o medo, é vê-los a «intervir» militarmente por todo o lado.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02825\_b

**TÍTULO** Discurso do Ministro da Coordenação Económica sobre o sector privado e investimento estrangeiro

**DATA** 05-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Numa actuação hábil a 4 de Julho perante o American Club de Lisboa – a sua primeira aparição perante um grupo de empresários estrangeiros – o Ministro da Coordenação Económica Vieira de Almeida deu garantias que os investidores estrangeiros serão bem vindos a Portugal desde que obedeçam às regras e cooperem com o Governo. Ele sublinhou a importância do sector privado na economia portuguesa mas sujeito ao mesmo tipo de controlo praticado noutros países ocidentais europeus. Aludindo à compreensiva legislação económica esperada para a próxima semana, Almeida encorajou os seus ouvintes a não dar crédito a rumores e que deixem as leis falar por si próprias. Muitos na audiência, apesar de impressionados com o homem e agradados com o tom positivo dos seus comentários, estão de facto a reservar o juízo sobre as intenções do governo até que apareçam as leis. Fim do Sumário.

1. Depois de descrever brevemente a «economia em deterioração» **herdada** pelo novo governo, Almeida avançou as suas prioridades de curto prazo: alto emprego, investimento crescente, contenção da inflação, e alcançando um «descolar económico». Admitindo o conflito entre as soluções usualmente prescritas para cada destes problemas, ele disse que o governo se concentrará na expansão e aumento da produtividade para reduzir as suas doenças inflacionárias. Ao combater a inflação, o governo não permitirá o crescimento do desemprego e não reduzirá o crédito ou as despesas públicas, mas estabelecerá um novo sistema de controlo de preços. Internacionalmente, Portugal continuará a reforçar os seus laços económicos com a Europa Ocidental.

2. Quanto ao sector privado em geral, Almeida disse que terá um papel importante a desempenhar na democracia ambicionada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Ele alerta, contudo, que as empresas privadas terão de «seguir as regras» e «cooperar com o governo» e indicou que o Governo se reserva o direito de intervir onde o privado não estiver a fazer um bom trabalho. O governo espera disciplina das administrações, tal como do trabalho, e quer que o investimento privado seja próximo e sem esperar por uma pressão oficial. Apesar de notar que a economia não pode tolerar um grande aumento dos custos salariais, ele enfatizou que **os empresários não podem esperar um regresso aos salários irrealisticamente<sup>177</sup> baixos que prevaleciam antes da Revolução.**

3. Sobre o investimento estrangeiro, Almeida disse que ela será bem vindo nas «condições normais prevalecentes na Europa Ocidental». O Governo, que não pretende introduzir novas restrições ao investimento estrangeiro, cooperará desde que esses investimentos sigam as regras aplicáveis ao sector privado doméstico. Como exemplo das atitudes favoráveis do Governo, Almeida anunciou que os futuros investidores estrangeiros possam esperar uma única decisão governamental em vez das múltiplas aprovações agora requeridas.

4. Ao responder a questões, Almeida desvalorizou rumores de que o Governo tenciona realizar em larga escala nacionalizações das empresas privadas e apelou à sua audiência para que esperem pelo aparecimento na próxima semana das leis económicas compreensivas «que falarão por si próprio». Apesar de não poder, disse, revelar detalhes destas leis agora, ele sugeriu que elas trarão as garantias que os empresários têm procurado. Referindo-se às

---

<sup>177</sup> Uma palavra que diz tanto...

dificuldades laborais que as administrações têm enfrentado, Almeida pediu paciência e compreensão já que levará tempo a ensinar democracia responsável a pessoas que nada aprenderam sobre ela nos 48 anos sob o regime anterior.

5. Comentário: Almeida claramente procurou descansar os empresários, estrangeiros e domésticos, cujos medos e problemas ele conhece bem. O entusiasmo em torno do Ministro durante e após o seu discurso indicam que o seu objectivo foi pelo menos parcialmente alcançado. Muitos na audiência, no entanto, apesar de quererem ser descansados, continuaram cépticos. Notando que Almeida condiciona a boa vinda ao investimento estrangeiro ao respeito das regras e do controlo, ele querem em particular saber mais sobre que restrições serão essas. Eles estão esperançados que as leis prometidas para a próxima semana tragam as clarificações que afastarão as dúvidas com que continuam.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02835\_b

**TÍTULO** Conselho de Segurança: Entrada da Guiné-Bissau na ONU

**DATA** 08-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** O chefe de gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros Soares passou à Embaixada o facto que Soares discutiu a matéria abordada no referido telegrama com o Presidente Spínola e que eles acordaram que dada a delicadeza das actuais negociações com o PAIGC, Soares não deve, repito, **não deve ser identificado como a fonte da informação dos EUA.**

Ele confirmou, no entanto, que a informação descrita como sendo o entendimento dos EUA da situação, pode ser usada nas tentativas para prevenir a consideração pelo Conselho de Segurança da candidatura do PAIGC.

TELEGRAMA 1974LISBON 02845\_b

TÍTULO Veiga Simão nomeado Embaixador de Portugal na ONU

DATA 08-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. **O Ministério dos Negócios Estrangeiros** anunciou, a 5 de Julho, a já esperada nomeação do Professor José Veiga Simão (antigo Ministro da Educação no regime de Caetano e politicamente um liberal) como Embaixador de Portugal nas Nações Unidas. Como esperado, esta nomeação provocou aguçados ataques à esquerda. **Quer o Partido Comunista quer o Socialista** emitiram comunicados palavrosos atacando a nomeação para posições de responsabilidade no governo de pessoas «ligadas e altamente comprometidas com as políticas fascistas»<sup>178</sup>. Os comunistas criticaram especificamente Veiga Simão pelo nome afirmando que a nomeação «desacreditará o novo regime português na arena internacional e prejudicará a implementação de uma nova diplomacia na qual deve ser uma preocupação constante a questão colonial e a firme resolução de estabelecer relações de amizade com todos os povos do mundo.»

2. Comentário: **A Embaixada acredita que Simão fará um excelente trabalho** para o governo português nas Nações Unidas, mesmo apesar de ter pouca experiência internacional. Ele é pessoalmente próximo do Presidente Spínola e partilhará muitas das suas ideias. Ele é duro, esperto tem uma energia sem limites, e é muito ambicioso. Ele fala um bom inglês.

---

<sup>178</sup> O que valia esta indignação toda do Partido Socialista (de que o ministro dos Negócios Estrangeiros era secretário-geral), ficaria à vista com a integração de Veiga Simão nas listas de deputados eleitos pelo PS em 1983, vindo ainda a ser ministro por duas vezes.

3. Veiga Simão **já demonstrou ser amigo dos EUA**, que nunca visitou. Ele aprovou pessoalmente uma transferência de 20 000 dólares do Orçamento do último ano do Ministério da Educação para apoiar o Programa Fulbright, pois reconheceu que os mecanismos de intercâmbio do programa poderiam beneficiar o seu programa de reformas educacionais. Ele aceitou com entusiasmo o convite do Embaixador para visitar os EUA sob os auspícios do programa do Departamento para visitantes internacionais. Os detalhes sobre o momento da sua visita **estavam a ser trabalhados quando o Governo de Caetano foi derrubado**.

4. Veiga Simão, de 45 anos, era o último liberal que restava no Governo de Caetano. Como Ministro da Educação ele viajou muito através de Portugal pregando a mensagem, então radical para Portugal, que as oportunidades educacionais devem ser baseadas no mérito mais do que na riqueza ou na posição na sociedade.

TELEGRAMA 1974LISBON 02846\_b

TÍTULO Partidos políticos apelam a eleições locais em Outubro

DATA 08-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: vários partidos políticos emitiram comunicados apelando a eleições locais o mais tardar em Outubro para rectificar o que creem como a falta de legitimidade da maioria dos recentemente apontados dirigentes locais. **Acreditamos que a oposição não comunista será incapaz de se organizar para eleições este ano.** Adicionalmente, a lei eleitoral não existe nem os mecanismos para realizar eleições. Assim, é baixa a probabilidade de se realizarem eleições num futuro próximo. Fim do Sumário.

1. Três partidos políticos (Partido Liberal, PPD e os socialistas) emitiram comunicados durante a última semana, criticando a falta de legitimidade dos novos governos municipais e exigindo a realização de eleições o mais tardar em Outubro para os dirigentes locais (Câmaras e Presidentes). O Partido Socialista afirmou que essas «Comissões Administrativas» que substituíram os presidentes e vereadores **em mais de 98 dos 304 municípios nas semanas mais recentes não têm legitimidade**<sup>179</sup>. Na sua opinião, a legitimidade apenas recai nas organizações «que passam a dirigir como resultado de eleições livres e honestas». O Partido Liberal também se queixou publicamente do «assalto aos governos locais por auto proclamados representantes do povo», e o centrista PPD escreveu contra aquilo que considera o rapto «abusivo» e antidemocrático dos governos locais.

---

<sup>179</sup> Voltamos a perguntar: a legitimidade está onde os dirigentes fascistas nunca foram substituídos?

E secundou o apelo do PS para realizar eleições municipais até Outubro o mais tardar.

2. Comentário: O Partido Comunista, agindo através do grupo frentista Movimento Democrático Português (MDP), na nossa opinião bateu todos os outros partidos ao criar e monopolizar vagas nos governos locais. Os socialistas e o PPD, que estão associados com os comunistas no MDP, sentem obviamente que estão a ser deixados de fora desta tomada de poder e temem pelo seu futuro político se não tiverem oportunidades justas de competir eleitoralmente pelas posições nos governos locais<sup>180</sup>. O facto do PCP ser capaz de colocar as suas pessoas na administração local, talvez reflecta mais do que a sua força numérica, a sua superior organização e financiamento, aspectos onde os socialistas, o PPD e o centro direita são mais fracos.

3. À velocidade que os partidos não comunistas se estão a organizar, duvidamos que eles estejam preparados para eleições em Outubro. Nenhuma eleição será possível até à promulgação da nova lei eleitoral. Adicionalmente, os cadernos eleitorais têm que ser purgados de mortos e uma nova lista de votantes tem que ser preparada. **A máquina administrativa necessária para levar a cabo uns eleições, ou não existe ou não está a funcionar, e tem que ser colocada a funcionar igualmente.** Assim, duvidamos que as eleições locais possam realizar-se este ano.

---

<sup>180</sup> Deduz-se que se se tivessem mantido os presidentes, vereadores e regedores fascistas, ou nomeados pelo Estado fascista, isso já não distorceria nada e seria até profundamente democrático. E como a maioria deles seria reciclada para o PSD e o CDS, ainda melhor...

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02849\_b

**TÍTULO** Alerta militar no Portugal Metropolitano

**DATA** 08-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Recebemos a informação, do Cônsul do Porto e de outras fontes que as unidades militares do continente estão agora em estado de alerta moderado (prevenção), e têm-no estado desde a passada sexta-feira. Fontes militares recusam-se a indicar a razão para este alerta que dizem ser um segredo militar e que só pode ser revelado pelos «níveis mais elevados da hierarquia militar».

2. A Embaixada está a investigar as razões do alerta, e reportará assim que estiver disponível mais informação.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02850\_b

**TÍTULO** Rumores de crise política em progresso

**DATA** 08-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. Funcionários da Embaixada conversaram este fim de tarde com o membro da Junta e Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Manuel Neto. O General Neto disse à Embaixada que o Presidente Spínola reunira com a Junta e com o MFA durante o fim de semana para decidir como colocar o país a andar de novo. A razão mais específica para a reunião foi a resignação entregue na passada quarta-feira pelo primeiro-ministro Palma Carlos, que alegadamente quis sair do governo pela sua inabilidade de governar a actual coligação. Palma Carlos estará particularmente chateado com o Ministro sem Pasta Pereira de Moura que denominou como um «problema geral» no Conselho de Ministros. **Ele e outros Ministros de esquerda estariam a bloquear a aprovação de algumas leis importantes, como a lei laboral.**

2. De acordo com o General Neto, **a Junta e o MFA estiveram de acordo que os poderes do Primeiro-Ministro serão aumentados.** O Primeiro-Ministro passará a simplesmente decretar futuras leis em vez de ter que as aprovar por consenso no Conselho de Ministros. Neto disse que Pereira de Moura será dispensado na reunião do Conselho de Estado convocada para esta tarde. Outros Ministros também sairão, como o Ministro da Saúde, o Ministro da Educação, o Ministro da Administração Interna e o Ministro da Comunicação Social. Neto disse que os militares assumirão estes e talvez ainda outras posições, mas não deu mais detalhes.

3. A Embaixada ouviu de outras fontes uma versão diferente sobre o que está a acontecer neste momento nos níveis superiores do governo. De acordo com uma fonte

liberal, **o ex-deputado pelos Açores João Bosco Mota Amaral**, o Presidente Spínola está a convocar o Conselho de Estado hoje para tentar avançar para uma Constituição completamente nova, que tentará substituir a existente Constituição de 1932 e a sua emenda de 14 de Maio que lhe incorporou o programa e princípios das Forças Armadas. A nova Constituição, entre outras coisas, **alteraria ou eliminaria o programa do MFA**. Spínola alegadamente sentiria que tem o apoio da Junta e apoio suficiente nos oficiais e soldados para **enfrentar e remover o MFA da cena política**.

4. A mesma fonte também disse que **Spínola pretende convocar eleições presidenciais este Outono e ao mesmo tempo referendar a nova Constituição**. (Também **outras pessoas** nos disseram que Spínola está a pensar seriamente em convocar umas eleições rápidas para legitimar o seu mandato). Alegadamente Spínola pretende **adiar** para 1976 a reunião da Assembleia Constituinte prevista no programa do MFA, e só então promulgar uma nova Constituição permanente.

5. Mota Amaral afirma que o Primeiro Ministro Palma Carlos propôs-se resignar na passada quarta-feira, mas foi-lhe dado um voto de confiança por Spínola. Não foi dado qualquer razão para a decisão de resignar tomada por Palma Carlos. Mota Amaral diz que ele compreende que a Palma Carlos foi-lhe pedido para formar um novo governo num futuro próximo, que excluiria, entre outros, o Ministro sem Pasta Pereira de Moura, e talvez Cunhal e Soares também.

6. Outra fonte, o Dr. Manuel Figueira, director do jornal da manhã O Século, contactou um funcionário da Embaixada às 7h00 da manhã de hoje para dizer que o país está no meio de uma crise que levará **à guerra civil**. A fonte destacou que a questão crucial é sobre quem controla o governo, **se Spínola se o MFA**. Alegadamente, terá sido dito a Spínola pelos líderes do MFA que o MFA não lhe

permitirá afastar-se dos objectivos e princípios do movimento (como ele presumivelmente pretenderá fazer). O MFA estará preocupado com o facto de Spínola ter formado uma «força de choque» de elite com paraquedistas e comandos leais a ele, e que protegeriam a ordem estabelecida ao seu comando. Supostamente, o MFA também pretenderá remover o actual governador militar de Lisboa, e a sua substituição por um homem das suas simpatias. Figueira disse que Spínola estará na disposição de travar a ameaça de esquerda nas Forças Armadas, e que a disputa entre ele e o Movimento das Forças Armadas levou em reuniões entre eles durante todo o fim de semana. Figueira diz que Spínola quer realizar eleições rápidas para Presidente, mas que o MFA se opõe a isso. Ele também mencionou que Palma Carlos entregou a sua renúncia a semana passada.

7. Comentário: É impossível determinar neste momento que cenário ocorrerá de facto. A Embaixada reportará mais detalhes e o resultado do Conselho de Estado o mais depressa possível.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02857\_b

**TÍTULO** Tensões dentro do Movimento Democrático (MDP)

**DATA** 09-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: A coligação dominada pelos comunistas conhecida como Movimento Democrático (MDP) dá crescentes sinais de tensões internas. A causa básica é o ressentimento do Partido Socialista e do PPD com a hegemonia do PCP na coligação, e o correspondente desejo de maiores vantagens para continuar na coligação. Os comunistas encontram no MDP uma muito útil ferramenta já que eles se esforçam para projectar uma imagem pública moderada e democrática, e podem percorrer grandes distâncias para evitar a sua dissolução. Compreendendo isto, os outros parceiros da coligação reivindicam agora mais do PCP. Fim do Sumário.

1. O Movimento Democrático (MDP), coligação nacional abrangendo comunistas, socialistas e sociais democratas (PPD), e que ainda inclui, como parceiro menor, o Movimento de Esquerda Socialista (MES), dá crescentes sinais de severas discórdias internas, sendo as razões indesmentíveis para a discórdia as seguintes: o ressentimento dos não comunistas na coligação pela hegemonia do PCP na liderança do MDP; a usurpação pelos comunistas da maioria das vagas nos governos locais, que as restantes forças no MDP sentem dever ser distribuídos de forma mais igual entre todos os participantes no MDP; e as recentes perturbações de comícios políticos do PPD e do PS por alegados militantes do PCP. Outro factor que contribui são as melhorias na força e organização dos participantes não comunistas no MDP, que assim precisam da organização menos do que antes, e estão mais dispostos a criticá-la publicamente.

2. A tensão entre o PPD e o PCP teve um ponto alto este fim de semana, em resultado da perturbação de um comício do PPD no Alentejo por alegados activistas do PCP.

Agitadores comunistas terão tomado o palco, cortado o microfone e assim impedido a realização do comício. A comissão política do PPD de imediato emitiu um comunicado expressando a sua indignação que um partido que participa na coligação procure atrapalhar as suas actividades e exigindo explicações públicas por parte do PCP. Se a resposta não for rápida, o PPD diz que se «reserva o direito de não participar em mais iniciativas conjuntas com o PCP», isto é, na coligação MDP.

3. O Partido Socialista num comunicado recente também dá uma porrada nos comunistas (apesar de não os nomear) quando critica o MDP por «criar obstáculos aos esforços organizativos do PS». Os socialistas não deram detalhes sobre estes «obstáculos», apesar de parecer provável de que se estão a referir a perturbações de comícios seus por comunistas. Apesar de constatarem que o MDP deu uma contribuição positiva ao desenvolvimento da democracia em Portugal nas primeiras semanas após o golpe, e ainda pode ter um papel a desempenhar nalgumas partes do país, a declaração do PS deixa claro que o partido acha que o MDP já não é o que a nação necessita para resolver os problemas que enfrenta. Os socialistas sentem que as pessoas devem juntar-se em partidos no futuro, não no MDP. Na sua opinião a democracia não é possível sem a formação e desenvolvimento de partidos políticos, cada um apresentando claras opções ao eleitorado. A existência do MDP está a afectar esta tarefa na medida em que tenta mascarar as diferenças reais entre os parceiros da coligação. O comunicado afirma que em vez de esconder essas diferenças reais, os que estão no MDP devem falar no futuro como representantes de partidos, e não em nome da coligação como um todo.

4. Os socialistas prometem continuar, por agora, a participar no MDP, mas não esconderão a sua filiação partidária. No entanto, o PS não aceita as sugestões feitas recentemente na imprensa de que seja criada uma frente eleitoral para as próximas eleições. O PS diz que deseja tornar conhecido que não está de acordo com uma futura coligação

eleitoral sob a bandeira do MDP de grupos anti-fascistas em geral, ou mesmo apenas de grupos de esquerda. Aponta que votar no PCP não é a mesma coisa que votar no PS ou no PPD, e reivindica que ao eleitorado deve ser dada a escolher entre essas diferentes opções. Assim, em defesa de um sistema multipartidário, opõe-se a toda e qualquer tentativa de institucionalizar uma frente comum de forças democráticas, mesmo se a um nível suprapartidário.

Comentários:

5. O MDP provou evidentemente ser muito útil ao PCP para manter a sua imagem moderada e democrática. O MDP também fornece cobertura ao PCP enquanto faz muitas coisas, como tomar o controlo de governos locais, que seriam mais difíceis de conseguir sob a bandeira da foice e do martelo.

6. O Movimento Democrático também provou ser útil ao PS e ao PPD. O primeiro tinha esperança de absorver nas suas fileiras uma parte dos que apoiam a coligação, principalmente ao princípio, quando era mais fraco que agora. O facto do PS permanecer na organização apesar das provocações indica que ainda lhe encontra alguma utilidade, mas diminuindo. A decisão do PPD de aderir ao MDP baseia-se, principalmente, na associação próxima de alguns dos seus membros com o velho regime (por exemplo, na Assembleia Legislativa) e a necessidade de adquirir credenciais anti-fascistas acumuladas na associação ao MDP<sup>181</sup>. No entanto, tem sido criticado por muitos dos seus potenciais aderentes como oportunista, e picado por confraternizar com o inimigo. Esses críticos querem que o PPD abandone o MDP e forme uma coligação de centro.

---

<sup>181</sup> Importante reconhecimento. Como o que se segue sobre a seriedade do PCP.

7. À luz do acima escrito, acreditamos que o criticismo do PS e do PPD aos comunistas não é uma decisão estratégica de se afastarem do MDP agora, apesar deste parecer ser o objectivo final. Antes, o criticismo é um movimento tático. Os comunistas foram avisados pela primeira vez que eles «não devem ocupar a cama toda», ou os outros que lá dormem procuram outro local de descanso.

8. A exposição pública de jogadas sujas de elementos do PCP ao nível local colocou a liderança comunista numa posição desconfortável. Duvidamos que eles estejam a fomentar a nível local a perseguição aos outros membros da coligação. **Mesmo para o PCP deve ser muito difícil impedir excessos de quadros politicamente inexperientes.** Os líderes do PS e do PPD percebem isto, no entanto estão seguramente a usar a ocasião e ameaçam abandonar o MDP para extrair mais ao PCP do que antes pela sua participação nesta aliança tremida. Se, por causa destas ameaças, o PCP for obrigado a dar mais aos seus parceiros de cama, então terá sofrido uma contrariedade estratégica.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02858\_b

**TÍTULO** Novas leis económicas

**DATA** 09-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Na Conferência de Imprensa de 5 de Julho, o Ministro da Coordenação Económica Vieira de Almeida, anunciou uma série de leis para governar a actividade económica, incluindo a reorganização industrial e o investimento estrangeiro. Os textos estão na Impressora Nacional mas ainda não apareceram. A emissão de legislação crucial, governando o direito à greve e as relações laborais entre a administração e os trabalhadores, foi adiada até 31 de Julho, bem como as leis sobre o arrendamento e os prédios urbanos. Alguns empresários duvidam das intenções do governo assim condenado a durar pelo menos até ao final do corrente mês. **O adiamento da legislação laboral também indica a existência de diferendos entre aqueles que governam.** Fim do Sumário.

1. Na Conferência de Imprensa de 5 de Julho, o Ministro da Coordenação Económica Vieira de Almeida anunciou novas leis sobre a reorganização industrial, o investimento estrangeiro, os salários da Função Pública, a reforma fiscal, estímulos à poupança e ao investimento, controlo de preços, e desenvolvimento agrícola (incluindo provisões especiais para os Açores). Os textos destas leis devem ser publicados durante a semana de 8 de Julho.

2. Algumas das questões que Almeida colocou sobre a nova legislação são as seguintes:

a) Reorganização Industrial: A lei divide a indústria em 4 categorias com vários graus de participação do governo: (1) Indústrias de Defesa Nacional - controlado pelo Governo; (2) Indústrias Básicas de «interesse excepcional» (compreendendo as indústrias extracti-

vas, petroquímicas, ferro e aço, e tabaco) - o governo agirá através dos seus representantes quando tiver a propriedade maioritária e nas restantes terá delegados para supervisionar e influenciar a administração; (3) Outras indústrias básicas (não especificadas no relato do jornal) - o governo exigirá licitações públicas; e (4) Outras - não é necessário uma autorização especial do governo (os comentários de Almeida ao papel do investimento estrangeiro e da iniciativa privada foram similares aos realizados perante o American Club a 4 de Julho);

b) Salários da Função Pública - Os aumentos salariais vão de 42% a 27%, favorecendo os que estão mais abaixo na escala de salários;

c) Reforma Fiscal - **Os que recebem salários mais baixos terão que pagar menos impostos directos.** As taxas indirectas sobre os bens de luxo, a cerveja e o tabaco serão aumentadas para compensar o tesouro da perda nas taxas directas.

d) Estímulos ao investimento e à poupança - as taxas de juro dos depósitos a longo prazo serão aumentadas e serão utilizadas medidas selectivas para canalizar o crédito para a produção e não para o consumo

e) Os preços serão sujeitos a um novo sistema de controlo ainda não elaborado

3. Comentário: Sem os textos das leis é difícil avaliar o quanto estas provisões afectam o sector privado<sup>182</sup>. Não houve, no entanto, na cobertura de imprensa das declarações de Almeida qualquer confirmação dos rumores de extensas nacionalizações que circulavam em Lisboa a semana passada. O adiamento pelo governo da publicação da legislação laboral é perturbadora para os empresários que têm estado à espera de uma resolução para os seus problemas causados pela interferência dos trabalhadores na Administração<sup>183</sup>. A decisão do Governo de traçar um novo prazo tende a confirmar os rumores de que está a ser difícil resolver as opiniões divergentes dentro do governo. Os empresários temem que um debate intenso no governo resulte em compromissos não desejados com reivindicações extremas da esquerda.

---

<sup>182</sup> É com o que verdadeiramente se preocupam: o sector privado.

<sup>183</sup> E é só com o que se preocupam.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02861\_b

**TÍTULO** Reunião do Conselho de Estado

**DATA** 09-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** 1. A reunião do Conselho de Estado, presidida pelo Presidente Spínola, decorreu das 18h00 de 8 de Julho até às 02h00. Depois da reunião, o Major Vitor Alves, um dos representantes do MFA no Conselho de Estado, leu um curto comunicado que citamos: «O Conselho de Estado sentindo necessidade de reajustar certos aspectos da Lei 3/74 respeitantes à formação, funcionamento e responsabilidade do governo provisório, (na reunião que acaba de realizar-se) estudou esses reajustamentos à lei Constitucional». Alves disse que a deliberação adoptada será anunciada a 9 de Julho, talvez numa comunicação do Presidente Spínola.

2. Na sequência da leitura do comunicado, o Major Alves respondeu às perguntas dos jornalistas. Ele disse que o objectivo da reunião do Conselho de Estado era «facilitar o funcionamento do governo no seio do qual por vezes surgiram problemas devida à natureza de coligação do governo». Ele negou que grandes mudanças tenham sido discutidas, descrevendo a reunião como de «rotina». Alves também disse que os rumores de umas eleições rápidas não são verdadeiros, nem o são as histórias de que alguns partidos políticos abandonarão o governo. Em resposta a uma questão sobre possíveis resignações de alguns ministros, Alves disse que «casos pessoais não

---

<sup>184</sup> Não deixa de ser engraçado ouvir isto de uma pessoa que passa tanto tempo a conspirar com potências estrangeiras e no dia anterior vimos a pedir uma agressão estrangeira ao seu país.

foram discutidos», já que esta não é uma competência do Conselho (um órgão consultivo) mas é responsabilidade do Presidente e do Primeiro-Ministro. Quando deixava a reunião, o membro da Junta General Galvão de Melo foi questionado sobre os rumores de que alguns ministros irão sair do Governo. Ele respondeu: «Sou a favor de partidos de todas as tendências políticas que sejam nacionais (uma indirecta aos comunistas) mas contra a mediocridade. Só os incompetentes me aborrecem». Esta declaração surge no contexto de rumores que os comunistas e pelo menos alguns ministros socialistas sairiam ou seriam convidados a sair do Governo.

3. A imprensa da manhã especula na primeira página com estórias de que a reunião do Conselho de Estado foi convocada para considerar formas de reformular as leis constitucionais para dar poderes mais amplos ao Governo para que consiga ultrapassar «certos impasses e hesitações». O Século especula que muita da discussão no Conselho de Estado foi centrada na questão de legitimar o mandato presidencial através do voto popular nos próximos meses, atribuindo isto à sugestão feita por Edgar Faure durante a recente visita a Lisboa.

4. O Movimento Democrático (esquerda) terá reunido ao mesmo tempo que o Conselho de Estado para preparar um documento chamando a atenção da população para uma «possível ameaça à evolução do processo democrático». Entendemos que o MDP publicará hoje 200 000 cópias deste documento para distribuir em todo o país.

5. Lisboa está perfeitamente calma e não há movimentos de tropas à vista (ao contrário do que alguma imprensa estrangeira relata), e o estado de «prevenção moderada» que vigorou no fim de semana foi agora cancelado. Mais informação será enviada assim que disponível.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02876\_b

**TÍTULO** Rumores sobre a resignação de Ministros do Governo

**DATA** 09-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Circulam rumores em Lisboa de que o primeiro-ministro Palma Carlos e os Ministros do Partido Popular Democrático (PPD) Sá Carneiro (Ministro sem Pasta e vice-primeiro ministro), Magalhães Mota (Administração Interna) e Vieira de Almeida (Coordenação Económica) e possivelmente um outro ministro, estão a planear resignar para serem substituídos por militares.

Uma fonte da imprensa disse a um funcionário da Embaixada ter-lhe isto sido confirmado por um dos ministros demissionários, que é atribuída a decisão à recusa na reunião do Conselho de Estado da última noite de conceder ao Primeiro-Ministro e aos Ministros uma maior liberdade e poder para governar o país.

O jornal da tarde Diário Popular traz uma história semelhante, acrescentando que é provável que resignem o Tenente-Coronel Firmino Miguel (Defesa) e Manuel Rocha (Serviços Sociais). O Jornal também considera que o governo a ser formado excluirá provavelmente os actuais ministros Correia (Educação) e Raul Rego (Comunicação Social). O Conselho de Estado está agora reunido com os membros do governo provisório presentes.

TELEGRAMA 1974LISBON 02903\_b

TÍTULO Contacto com o Ministro da Coordenação Interterritorial

DATA 11-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Ministro disse que as negociações privadas com as forças de libertação estão a ir muito bem e que o acordo com o PAIGC sobre a Guiné-Bissau deve ser assinado e anunciado muito brevemente. **Ele pediu urgência na consideração pelo Governo dos EUA sobre como pode ser conseguido o seu (e do Governo português) desejo de manter as ilhas de Cabo Verde fora das mãos da URSS.**

1. Na manhã de 10 de Julho devolvi a visita de cortesia ao Ministro da Coordenação Interterritorial, Dr. António de Almeida Santos, acompanhado do DCM e do novo cônsul geral de Moçambique, Peter Walker. A reunião começou com o louvar pelo Ministro do grande potencial económico de Angola e Moçambique, particularmente deste último. Ele mencionou a existência de enormes reservas de carvão de coque de alto grau na região do Zambeze, planos para aumentar a capacidade geradora de Cabora Bassa, a proposta de novas fábricas para produzir aço, alumínio, pasta de madeira, etc. Disse que isto exigirá muito investimento estrangeiro **e ele na altura certa** contactaria a embaixada para discutir a possibilidade de investimentos americanos. Ele enfatizou que compreende totalmente que o estabelecimento da estabilidade política era uma pré-condição essencial para o desenvolvimento económico e que tal tinha a mais alta prioridade.

2. O Ministro afirmou que discussões privadas já decorrem com os grupos de libertação em todas as três províncias.

3. Sobre a Guiné-Bissau, disse que o acordo com o PAIGC deve ser assinado e publicamente anunciado muito brevemente. O cessar-fogo será formalmente acordado e o

Governo Português reconhecerá a República da Guiné-Bissau sem qualquer referendo. As Ilhas de Cabo Verde serão excluídas do acordo.

4. Em relação a isto, ele perguntou-me pela posição oficial do Governo dos EUA sobre as ilhas de Cabo Verde. Dei-lhe a essência da resposta que já tinha dado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Ele disse que o Governo português partilha do desejo do Governo dos EUA de manter as Ilhas de Cabo Verde fora das mãos da URSS mas a questão é como é que isso pode ser conseguido. Primeiro, as Ilhas podem votar pela completa independência, o que, face à sua inviabilidade económica, tornaria extremamente provável que caíssem nas mãos dos russos. A segunda hipótese é que votem pela independência, mas mantendo suficientes laços a Portugal para dar ao Governo português o controlo prático. O problema com isto é que ele não vê como Portugal pode continuar a suportar o imenso fardo de 40 milhões de dólares anuais para apoiar as ilhas sem qualquer retorno. Ele especificamente perguntou se o Governo dos EUA consideraria uma terceira alternativa, um tipo de tutela. Ele pediu especificamente uma reacção do Departamento de Estado.

5. No que respeita a Moçambique, ele claramente contempla a probabilidade de uma independência total. Ele pensa no entanto que algum tipo de acordo de largo prazo terá de ser feito com a FRELIMO para continuar uma presença do governo português até ser obtida a estabilidade política, para evitar uma guerra inter-tribal e possíveis intervenções de vizinhos africanos instigados pela República Popular da China

6. Em Angola, por outro lado, ele pensa que existem hipóteses substanciais de permanentes e importantes laços com Portugal. Ele indicou que nenhum dos grupos de libertação é muito forte (apesar de lhe parecer que as facções rivais dentro do MPLA estão a resolver as suas diferenças) **e a proporção de brancos em relação aos pretos é muito**

maior que em Moçambique. Ele particularmente mencionou Savimbi que tem o potencial de ser representativo da tribo Ovimbundu, que corresponde a 2,5 a 3 milhões de africanos e indicou a real possibilidade de eles poderem colocar-se do lado do governo português.

7. Acção solicitada: as directivas pedidas sobre a visão do Departamento sobre o futuro de Cabo Verde.

---

<sup>185</sup> Estes patriotas....

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02941\_b

**TÍTULO** Spínola aceita a resignação do Primeiro-Ministro: Novo governo será formado

**DATA** 12-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O Presidente Spínola, a 11 de Julho, aceitou a resignação do Primeiro-Ministro (PM) bem como a do resto do Governo. O caminho está livre para ser apontado um novo Governo (talvez até sábado). Parece que o novo primeiro-ministro, **que será provavelmente um militar**, terá poderes para escolher o novo Governo, e será pessoalmente responsável perante o Presidente pelo funcionamento do Governo. Muitos dos ministros que resignaram devem continuar no novo Governo, incluindo Álvaro Cunhal e Mário Soares. Alguns ministros chave como o Trabalho, a Educação, a Comunicação Social e a Administração Interna podem ser preenchidos por militares. Especula-se que Palma Carlos irá agora formar um partido político de centro ou de cento-direita, mas não excluimos que ele se junte às forças do centrista PPD. Fim do Sumário.

1. Na tarde de 11 de Julho, depois de um dia de intensas reuniões com políticos e com o Conselho de Estado, o Presidente Spínola aceitou a resignação de Palma Carlos e pediu e recebeu a resignação do resto do Governo. O caminho está agora aberto para ser apontado um novo Primeiro-Ministro. De acordo com a emenda constitucional ao programa das Forças Armadas (lei 3/74) o novo Primeiro-Ministro terá a possibilidade de escolher o seu próprio governo. (no anterior sistema, o Presidente escolhia o Governo). Esta mudança foi aparentemente a única das propostas de Palma Carlos aceite pelo Conselho.

2. O Presidente Spínola disse que o novo Primeiro-Ministro poderá ser escolhido até sábado 13 de Julho. A especulação é que um militar será escolhido como

primeiro-ministro, e as atenções centram-se no antigo Ministro da Defesa e ex-ajudante de Spínola na Guiné, o Tenente-Coronel Miguel.

3. As nossas fontes em geral acreditam que muitos dos que agora resignaram serão reempossados no novo governo, e sentem-se seguros que Álvaro Cunhal e Mário Soares – respectivamente líderes dos partidos comunista e socialista – estarão no próximo governo. Cinco ou seis ex-ministros não voltarão, ou pelo menos não estarão nas mesmas funções (o membro da Junta Galvão de Melo declarou publicamente que ele considerava que seis membros do Governo eram «incompetentes»). Estas vagas, que podem incluir o Trabalho, a Comunicação Social, a Administração Interna, a Educação e a Coordenação Interterritorial serão preenchidas por militares. Os sinais são contraditórios sobre se Vieira de Almeida regressará na pasta chave da Coordenação Económica.

4. Todos os principais partidos políticos apoiaram o princípio da colegiabilidade como base sobre a qual o próximo governo deve ser formado. É provável, assim, que todas as correntes de opinião, se não todos os partidos anteriores, estejam no novo governo. Alguns partidos conservadores mais pequenos como o Partido Liberal pediram a Spínola que eles sejam autorizados a estar no novo Governo como representantes de correntes de opinião ausentes do anterior. Este desejo pode vir a ser concedido.

5. Palma Carlos disse que ele tenciona formar um partido político. Também planeia, o mais depressa possível, publicar dois documentos dando razões detalhadas da sua demissão, que, como ele disse e a Embaixada relatou, **andam à volta da recusa do Conselho de Estado em aprovar uma emenda da constituição (lei 3/74) que tornaria possível a eleição mais cedo do Presidente da República e daria a «necessária» legitimidade ao Governo.** A imprensa de Lisboa tem sido altamente cri-

tica do Primeiro-Ministro por provocar a actual crise política. O socialista República acusa o Primeiro-Ministro de «pedir ao Conselho de Estado a eleição mais cedo do Presidente da República sem sequer consultar o Governo – uma atitude que claramente quebra o princípio estabelecido da colegiabilidade». O República segue dizendo que eleições rápidas e directas para Presidente da República nesta fase «poderiam levar uma grande massa do povo a apoiar apenas uma orientação política, e a seguir apenas uma personalidade carismática». **Acrescenta ainda que o adiamento das eleições legislativas até um ano e meio depois das eleições presidenciais (como Palma Carlos também queria) iria reforçar tremendamente a posição do Presidente neste período** – como a única pessoa legitimada por sufrágio universal – e levaria a uma subordinação «indesejada» das forças políticas na coligação. O artigo também diz que as medidas propostas pelo Primeiro-Ministro levariam à restauração do regime presidencial autoritário contra o espírito do Movimento das Forças Armadas. O diário de esquerda Diário de Lisboa disse «uma coisa parece clara, a presente crise foi provocada pelos sectores de direita no governo com apoio de outros sectores políticos».

TELEGRAMA 1974LISBON 02945\_b

TÍTULO Visita de François Mitterrand

DATA 12-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O propósito anunciado da visita de Mitterrand era o estabelecimento de contactos com líderes do Partido Socialista e **emprestar o seu prestígio pessoal para ajudar o esforço dos socialistas de ganhar apoio público. A missão foi conseguida.** Enquanto outros elementos da esquerda portuguesa também procuraram ser identificados com a visita de Mitterrand, os socialistas conseguiram apresentar Mitterrand como «um dos nossos». Fim do Sumário.

1. Mitterrand chegou a 2 de Julho, sendo recebido no Aeroporto de Lisboa por um largo espectro de dignitários. A imprensa sublinhou a presença de todos os dirigentes de topo do Partido Socialista. Durante a subsequente conferência de imprensa, perguntaram a Mitterrand se a experiência eleitoral francesa (programa comum da esquerda) poderia ser aplicada no caso de Portugal. Mitterrand respondeu sublinhando que a vitória sobre as forças fascistas e reaccionárias não é possível sem uma aliança da esquerda, mas que ele não estava suficientemente bem informado para fazer comparações. Em qualquer caso, cabia ao PS determinar o exacto tipo de medidas que a situação actual exige.

2. O destaque do primeiro dia foi a gravação de uma discussão em mesa redonda que reuniu Mitterrand e Gaston Deferre, mais Soares, Carlos Brito (Partido Comunista), Manuel Alegria (Partido Popular Democrático - os «sociais-democratas») e Joaquim Mestre (Movimento da Esquerda Socialista). A discussão foi dominada pelo assunto do programa comum da esquerda francesa. Mitterrand explicou que o programa era o resultado de anos de esforços, anos nos quais os comunistas e socialistas franceses tiveram

muitas diferenças. No que respeita ao PS, a frase chave foi: «A experiência francesa não pode ser aplicada universalmente». Ele antes reforçou a necessidade da unidade de esquerda face às forças da reacção, Soares retomou os mesmos temas na sua intervenção, apontando que a actual fase em Portugal não tem nada a ver com «frentes populares», mas antes com uma mais ampla coligação de forças envolvendo mais que a parte esquerda do espectro político.

3. O segundo dia incluiu contactos de cortesia com o primeiro-ministro Palma Carlos e o Presidente Spínola, mais encontros com a imprensa e representantes dos media num almoço dado pelo Ministro da Informação, Raul Rego. O dia foi rematado com um Comício de massas no Porto, com uma multidão estimada em 20000. Soares descreveu a ajuda dada a Portugal pelo Partido Socialista Francês, actuando como intermediário junto dos movimentos de libertação (FRELIMO e PAIGC). Soares usou a ocasião para colocar vários temas principais:

a) Portugal não tem presentemente um programa comum de esquerda, mas isso tem que surgir de discussões sobre o que une e divide as forças da esquerda; o que é importante agora é manter uma ampla coligação, incluindo com o centro-direita e os conservadores, por forma a consolidar a democracia.

b) O povo português é mais do que apenas trabalhadores; a classe média, as pequenas empresas, os pequenos proprietários rurais, as Forças Armadas – todos devem manter a coesão **contra o inimigo comum, as grandes corporações multinacionais**<sup>186</sup>.

---

<sup>186</sup> Sim, o PS costumava dizer estas coisas muitas vezes. Até se apanhar com o poder político.

c) O PS é composto de três correntes básicas: os sociais-democratas, que vêm da primeira república e apoiaram a candidatura presidencial do General Delgado, os Marxistas e os cristãos humanistas. Soares identificou-se a si próprio como pertencendo à componente marxista. Soares também utilizou a ocasião para fazer reviver o fantasma de Humberto Delgado, anunciando que os restos do General seriam devolvidos a Portugal e que dois dos alegados assassinos tinham sido presos. Como anúncio final. Soares declarou que outras figuras da Internacional Socialista, nomeadamente Willy Brandt, também viriam a Portugal.

4. O terceiro dia (4 de Julho) foi devotado a mais dois comícios, um à tarde em Coimbra e um evento massivo à noite em Lisboa. O único elemento que emergiu da presença de Mitterand em Coimbra foi o seu comentário ao jornalista do Século (matutino de Lisboa) que «as forças democráticas francesas» vão reivindicar que os trabalhadores imigrantes em França tenham direito de voto. (Depois dos Argelinos, os portugueses constituem o maior bloco de trabalhadores estrangeiros em França). O climax do dia chegou à noite. O primeiro comício de massas dos socialistas em Lisboa teve uma entusiástica participação, que vários estimaram entre 1200 e 2000 (evidentemente dependendo, em parte, se aqueles que ouviam na rua eram contados ou não). Soares aqueceu a audiência ao anunciar o custo das viagens realizadas a Portugal pelo antigo Presidente brasileiro Medici e à Grã-Bretanha pelo antigo primeiro-ministro Caetano (11600 contos, aproximadamente 464 000 dólares) uma extravagância que mereceu os apropriados gritos de indignação<sup>187</sup>.

---

<sup>187</sup> Mal sabiam uns e outros, que o futuro Presidente Mário Soares se tornaria conhecido exactamente pelas suas muitas e extravagantes viagens ao estrangeiro, exemplificadas pela anedota: Qual é a diferença entre Deus e Mário Soares? É que um está em todo o lado e o outro já esteve.

Virando-se para assuntos mais actuais, Soares anunciou que decorriam negociações secretas com os grupos de libertação<sup>188</sup>. Progressos estão a ser feitos, mas não são de esperar avanços precipitados. Soares repetiu a sua convicção que é imoral estar sentado a negociar com os grupos de libertação enquanto a luta continua; ele destacou que nenhum luta tinha ocorrido na Guiné desde que as discussões com o PAIGC tinham começado em Dakar. A audiência foi particularmente arrebatada, no entanto, pelo comentário de Soares sobre a prisão do activista de extrema-esquerda Saldanha Sanches. Soares afirmou **o seu pesar pessoal pela necessidade** desta prisão, sublinhando que ele tinha garantido a defesa legal a Saldanha Sanches «quando muitos outros não tiveram a mesma coragem», mas que os apelos abertos à deserção dos soldados no activo não podem ser tolerado. Mitterand foi o orador final e quem recebeu o aplauso mais ruidoso e prolongado.

5. Balanço Final: Mitterand ofereceu duas específicas «ajudas» à causa de Portugal e do PS. Em várias ocasiões ele declarou que os socialistas franceses estão a encorajar os trabalhadores franceses a tirar férias em Portugal; e que, por volta de Setembro, entre dez e trinta grupos de técnicos do partido virão a Portugal ajudar o PS a organizar-se para a campanha eleitoral. A sua maior contribuição, no entanto, foi a de fornecer um ponto de encontro, que fazia muita falta, onde todas as tendências do partido (e potenciais simpatizantes) pudessem unir-se. Como candidato da esquerda unida francesa, Mitterand é impermeável a potenciais ataques do PCP e de outros ainda mais à esquerda. Ao mesmo tempo, Mitterand claramente devotou a sua presença a apoiar

---

<sup>188</sup> Este «anunciou que decorriam negociações secretas» é uma piada que se conta sozinha.

unicamente os socialistas portugueses sem se dissociar da causa do «programa comum» francês, deixando caminho aberto para Soares considerar as suas observações como apoio à necessidade dos socialistas portugueses de caminharem uma estrada separada na preparação das próximas eleições. O que falta ver, no entanto, é se os socialistas portugueses conseguem transformar um impulso emocional temporário num esforço orgânico de longo prazo, para preparar o partido para uma competição na qual o PCP goza de uma superioridade organizacional possivelmente inalcançável.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02946\_b

**TÍTULO** Forças Armadas duras com manifestação da extrema-esquerda

**DATA** 12-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Manifestação em Lisboa da extrema-esquerda em solidariedade com os dois oficiais milicianos presos, foi obstruída pela forte presença militar. Apesar da violência ter sido evitada, o incidente demonstrou o endurecimento da atitude em ambos os lados, e a resolução dos militares em não tolerar desafios à disciplina militar. Fim do Sumário.

1. Fundo da questão: na sequência da decisão tomada pelo Governo português de usar a força militar para romper a greve dos trabalhadores dos Correios a 17 de Junho, as Forças Armadas foram preparadas na manhã de 20 para intervir. Dois «oficiais milicianos», a quem ordenaram que comandassem uma das projectadas unidades fura-greves, terão recusado cumprir as suas ordens. A imprensa de Lisboa citou-os como tendo dito que «o dever do exército não é refrear os grevistas, mas defender os seus interesses». A projectada intervenção militar não se realizou, pois os trabalhadores postais regressaram aos seus empregos a 20 de Junho. Os dois oficiais milicianos foram presos a 25 de Junho. A 28 de Junho uma pequena manifestação de esquerdistas foi montada para protestar contra essas prisões. Esta manifestação foi relatada por dois dos quatro vespertinos (República e Capital), um acto que levou a recém formada comissão governamental Ad Hoc para supervisionar a imprensa e impor multas punitivas.

2. A manifestação, na tarde de 9 de Julho, promovida por grupos da extrema-esquerda - Liga Comunista Internacional (LCI), Movimento da Esquerda Socialista (MES), Movimento Popular Anticolonial (MPAC) - realizou-se como previsto, em Lisboa, na praça Marquês de Pombal. No entanto, a multidão de participantes e de mirones (estimada em cerca de

2000 por pessoal da embaixada) rapidamente abandonaram a praça, a que unidades militares armadas com armas automáticas tinham feito um cordão, e gradualmente dispersaram enquanto desciam para a baixa da cidade.

3. A reivindicação principal dos manifestantes era a libertação dos dois oficiais milicianos. Os panfletos também apelavam ao fim das guerras coloniais e da exploração capitalista. O «outro lado» opondo-se a estes objectivos é identificado como Spínola e a Junta militar. A prova das suas intenções pode ser encontrada, de acordo com os panfletos, nas multas aplicadas aos jornais República e Capital, na proposta de leis interinas regulando os direitos dos sindicatos e o direito à greve, e na prisão de Saldanha Sanches. Os panfletos também denunciam as atitudes militares que procuram restaurar «a velha disciplina militar» e proibir a propaganda política nas fileiras. Os panfletos avisam «mesmo aqueles que hoje caluniam greves e as lutas dos trabalhadores (como faz o PCP)» que eles também acabarão por ser vítimas do aparelho que estão agora a ajudar a construir. Os panfletos prometem que a luta da extrema-esquerda continuará nos sindicatos, nas fábricas, nos bairros operários, nas escolas e, significativamente, nos quartéis.

4. O Serviço de Imprensa das Forças Armadas editou uma nota de imprensa prévia à manifestação, apelando ao povo para não se deixar envolver em procedimentos que poderão ter «consequências imprevisíveis». O povo necessita, em vez disso, de repudiar este tipo de procedimentos já que é apenas através da ordem que o país pode continuar a progredir no caminho da paz e da liberdade aberto a 25 de Abril.

5. Comentário: A forte reacção militar nesta questão, como noutras recentes ocasiões, indica a importância que o Governo Português e os militares dão à questão da manutenção da ordem na sociedade, e da disciplina nas fileiras militares.

TELEGRAMA 1974LISBON 02955\_b

TÍTULO Oficial do MFA apontado novo primeiro-ministro - posição do movimento reforçada

DATA 15-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: **a 13 de Julho, para surpresa geral da maioria dos observadores, o Coronel Vasco dos Santos Gonçalves, um dos líderes do Movimento das Forças Armadas e membro do Conselho de Estado, foi apontado Primeiro-Ministro.** A escolha pode ter sido forçada pelo MFA escassas horas antes do escolhido por Spínola, o anterior Ministro da Defesa Firmino Miguel, anunciar o seu Governo. A Imprensa e a esquerda estão entusiasmadas com a escolha, que afirmam ser uma vitória decisiva para os democratas, e um segundo «25 de Abril» (o dia do derrube do anterior regime). Apesar do Presidente Spínola não ter anunciado publicamente Miguel como a sua escolha para primeiro ministro, alguns portugueses vêm a nomeação de Gonçalves como **um claro sinal de que o MFA está determinado a não tolerar mais tentativas de desviar o seu programa do caminho projectado.** O novo governo deve tomar posse no princípio da semana. Fim do Sumário.

1. O anúncio, pelo Presidente Spínola, às 20h00 do dia 13 de Julho, de que o novo primeiro-ministro **seria o líder do MFA, Vasco Gonçalves**, Coronel de Engenharia do Exército com 53 anos, apanhou Portugal de surpresa. A especulação de sexta-feira de que o Coronel Miguel – antigo adido de Spínola e ministro da defesa no primeiro governo depois do golpe – poderia ser o primeiro-ministro tinha sido dado como quase uma certeza no sábado. Títulos na imprensa anunciaram a nomeação como certa e O Século citou o General Spínola quase admitindo o facto na sexta à noite. Os jornais relatavam que o Coronel Miguel esteve ocupado em contactos com líderes políticos quer sexta quer sábado, o que se interpretava

como sinal de que a nomeação já tinha sido feita. **O Secretário Geral adjunto do PPD, Manuel Alegria, disse a pessoal da Embaixada, às 16h00, categoricamente, que o Coronel Miguel seria o novo primeiro-ministro.** Outros líderes políticos da direita política também expressaram uma crença semelhante.

2. De acordo com um jornalista estrangeiro, que cita como fonte Marcelo Rebelo de Sousa (filho do antigo Ministro do Ultramar e director adjunto do liberal Expresso), o Coronel Miguel tinha o seu governo praticamente completo no sábado à tarde. O Comité Coordenador do MFA terá alegadamente reunido por volta das 15h00 do mesmo dia, e de acordo com Rebelo de Sousa, decidiu propor um dos seus – o Coronel Gonçalves – como Primeiro-Ministro para garantir a integridade do programa do MFA no futuro. Três horas depois, depois de uma reunião do MFA com Spínola, Gonçalves foi nomeado Primeiro-Ministro.

3. Pouco se sabe sobre o Coronel Gonçalves, excepto que é um dos líderes originais do MFA. **Muita gente nos disse no passado que Gonçalves é politicamente um liberal e ele tem sido chamado do «ideólogo» da Comissão Coordenadora política do MFA.** Outros vão mais longe e chamam-lhe «esquerdista» ou «marxista». Uma fonte chamou-lhe o «**mais anti-spinolista**» no MFA. A julgar pelas entrevistas televisivas com ele, Gonçalves é calmo, de poucas palavras, e sem sentido de humor. Ele nasceu em Lisboa a 3 de Maio de 1921, e entrou no Exército em 1942. Ele frequentou a Escola Militar e a Academia do Exército onde mais tarde ensinou cursos sobre pontes e estradas. O Coronel Gonçalves serviu em Goa em 1955-56 como Engenheiro e em Moçambique e Angola. Foi promovido a Tenente Coronel em 1964 e a Coronel em 1971. Ele é casado e tem duas crianças em idade universitária. Entendemos que gosta de viajar, de matemática, filosofia, música e «bom teatro».

4. Artigo não assinado na capa do Século de sábado de manhã titula «Crise reforça o MFA» destaca que o MFA está determinado a não permitir um desvio de «um milímetro» do seu programa, que é a plataforma mínima que todas as forças políticas em movimento (ou sem) podem aceitar apoiar, e que **é o símbolo da unidade do MFA**. Ninguém no MFA deseja quebrar esta mítica de unidade, e a todo o custo procuram manter a sua neutralidade política, «mesmo que com sacrifícios individuais». Um militar é assim escolhido para Primeiro-Ministro para assegurar a neutralidade política e para desencorajar novas tentativas de alterar o programa do MFA.

**5. Está muito difundida a suspeita de que a actual crise foi uma tentativa abortada das «forças reaccionárias» de reinstalar um regime autoritário.** O adido de Spínola, Coronel Almeida Bruno disse à imprensa no sábado que as Forças Armadas estão determinadas a restaurar a liberdade para o povo. Ele afirmou que alguns querem ver este objectivo subvertido e o movimento «traído». As Forças Armadas querem que o processo democrático seja levado até ao fim, e dentro das datas limites estabelecidas, depois do que elas se retirarão para o seu anterior papel militar. As palavras de Bruno não acabam com a suspeita de que Palma Carlos era uma «marioneta» de Spínola, que quando ficou claro que a tentativa de alterar a Constituição estava condenada devido à oposição do MFA, começou a fazer declarações de controlo de perdas falando da defesa da integridade do Movimento das Forças Armadas.

TELEGRAMA 1974LISBON 02956\_b

TÍTULO Avaliação sobre o novo primeiro ministro

DATA 15-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A nossa tentativa inicial de avaliação é de que será um pouco prematuro e provavelmente um exagero interpretar a nomeação de Gonçalves como uma viragem à esquerda. Acreditamos que a caracterização dele como «de esquerda» pode ser considerada um termo altamente relativo. A sua nomeação pode de facto ser considerada uma «vitória» do MFA e um «revés» para Spínola no contexto do desejo de Spínola de que o MFA regressasse aos quartéis e procurar um mandato popular para ele próprio. Também deve ser visto como um aprimoramento da partilha de poder do MFA com Spínola e a Junta.

2. Como possuidor da «legitimidade» do MFA, Gonçalves terá presumivelmente menos dificuldades que Palma Carlos para conseguir o consenso no Governo, e, tendo a confiança total do MFA, o seu governo poderá ter menos dificuldades com interferências do MFA nas decisões do dia-a-dia. Spínola tanto capitulou perante o MFA como os puxou para uma posição onde eles têm que actuar eles próprios em vez de criticar os actos dos outros. Conforme vão prosseguindo, eles provavelmente descobrirão que **é mais fácil levar a cabo uma revolta e desenhar um programa de reforma que implementar esse programa. Inevitavelmente, o MFA perderá alguma da sua pureza e terá de pisar alguns dedos dos pés, mas ainda é cedo para perceber quais.**

TELEGRAMA 1974LISBON 02978\_b

TÍTULO A visão de Soares sobre as propostas de Palma Carlos

DATA 16-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Ministro dos Negócios Estrangeiros pensa que a actual crise foi trazida errada e artificialmente por Palma Carlos. Não havia questões verdadeiramente sérias a dividir o Governo Provisório que impedisse a sua capacidade de governar, e todos os propostos remédios de Carlos eram piores que as alegadas doenças. Fim do Sumário.

1. Mário Soares e Salgado Zenha **jantaram na residência do Embaixador a 11 de Julho, poucas horas depois de terem resignado** de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro da Justiça a pedido do Presidente. Zenha estava alegre mas silencioso, Soares falador e franco.

2. Tudo o que tive de perguntar a Soares foi a sua opinião sobre os recentes acontecimentos. Ele disse que tinha dado a mesma opinião ao Presidente em privado e ao Conselho de Ministros numa reunião presidida por Palma Carlos. Também coincide com a entrevista de Soares no Diário de Notícias no mesmo dia. O essencial é que a crise foi criada artificial e desnecessariamente por Palma Carlos (por quem ele tem pessoalmente uma alta consideração) e as propostas de Carlos eram desastrosas.

3. A principal razão porque Carlos resignou foi a sua proposta de que se realizasse rapidamente eleições para Presidente, **para «legitimar» a posição de Spínola**. Isto (mais a segunda proposta que se descreve abaixo) não só teria perturbado o calendário estabelecido pelo Movimento das Forças Armadas, mas só poderia ser prejudicial.

a) Ninguém questiona a legitimidade de Spínola;

b) se ninguém concorresse contra Spínola, a eleição seria vista como uma farsa, como as de Tomás;

c) se um candidato genuíno de oposição concorresse, isso iria simplesmente perturbar a «colegialidade» do governo provisório, dividir o país através de linhas partidárias e não faria bem a ninguém.

4. A segunda proposta de Carlos **era o adiamento das eleições gerais de 75 para 76**. Agregada à primeira proposta, isto não só teria perturbado o calendário acordado mas levaria à suspeição de termos mais uma Junta militar sempre a falar de eleições democráticas mas nunca chegando a elas. Além disso, é inconsistente insistir numa rápida «legitimidade» para o Presidente e prolongar o adiar da «legitimidade» para a Assembleia.

5. Uma terceira proposta era de **dar ao Primeiro-Ministro maiores poderes, incluindo o poder de legislar sem o consenso do Conselho de Ministro**. Soares entende a frustração de tentar dirigir um país por consenso num governo de comunistas, socialistas e centristas, mas sente que nenhuma questão em disputa era tão importante que justifique partir o governo. De facto, as coisas estavam a ir bastante bem. Em particular, as negociações africanas estavam a ir muito bem, e a queda do governo pode fazê-las mais difíceis. Finalmente, a cedência de poder requerida por Carlos teria, à vista dos portugueses e do mundo, representado uma reversão para o tipo de governo de Caetano, onde todas as decisões são tomadas pelo Primeiro-Ministro e o papel dos Ministros está limitado a cumprir ordens.

6. Sobre as demissões do resto do governo nessa tarde, incluindo dele próprio, Soares disse apenas que a única proposta de Carlos que foi aprovada foi que os Ministros devem ser apontados pelo Primeiro-Ministro (sujeitos a aprovação/veto do Presidente) em vez de nomeados pelo

Presidente. **As demissões foram para deixar mesa limpa para o novo Primeiro-Ministro.**

7. Comentário: apesar da rápida marcha dos acontecimentos, vale a pena recordar estes pontos de vista. Soares nada disse sobre o seu próprio futuro, mas todas as expectativas são de que ele e Cunhal estejam no novo governo. Fim do Comentário.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 02994\_b

**TÍTULO** A visão de banqueiros e empresários portugueses sobre a situação política

**DATA** 16-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Empresários e banqueiros de topo alarmados com a possibilidade de uma tomada do poder pelos comunistas. **Pedem a intervenção dos EUA**<sup>189</sup>. Fim do Sumário.

1. No Domingo 14 de Julho recebi o pedido de um dos principais banqueiros e empresários do país para uma reunião na minha residência a 15 de Julho. Quando ele chegou ele disse que tinha vindo de uma longa reunião com 10 dos 11 mais proeminentes banqueiros portugueses (Champalimaud esteve ausente simplesmente porque tinha um compromisso anterior) e que apesar de eu não poder usar o seu nome, que todo o grupo de banqueiros estivera de acordo com a sua perspectiva e receios.

2. Ele disse estar completamente seguro que o novo Primeiro Ministro não só é de esquerda mas é um comunista. Os únicos pedaços de provas que consegui que me apresentasse foram os seguintes:

a) Nas últimas duas semanas ele e dois outros banqueiros de topo tiveram uma reunião de três horas com os 7 representantes do MFA no Conselho de Estado, incluindo Gonçalves, que teve um papel destacado na conversa. De acordo com o meu informador, ele disse na reunião que na sua opinião actualmente só existem duas forças com força

---

<sup>189</sup> Mais patriotas. Sempre dispostos a chamar uma potência estrangeira (Castela, Inglaterra, os EUA) para defender os seus privilégios.

em Portugal – o MFA e o Partido Comunista. Gonçalves terá respondido que não estava de acordo, porque o MFA e o Partido Comunista estavam completamente de acordo que o seu principal objectivo era «a luta de classes».

b) É «bem sabido» que Gonçalves deixou o país pouco antes do golpe de 25 de Abril para conferenciar com Cunhal.

c) No sábado 13 de Julho, quando se tornou aparente que a escolha do Primeiro-Ministro estava a mudar de Miguel para Gonçalves, o meu informador viu o General Galvão de Melo. Estando muito excitado, ele perguntou directamente a Galvão de Melo o que é que ele e os seus associados estavam a pensar ao nomear um comunista como Primeiro-Ministro. Galvão de Melo exibicionista respondeu que claro que Gonçalves era um comunista, mas que eles **se veriam livre dele em cinco semanas**<sup>190</sup>.

d) o meu informador teve uma longa reunião com Costa Gomes no fim de semana e colocou-lhe a mesma questão que ele tinha colocado a Galvão de Melo. Costa Gomes disse que a escolha de Gonçalves tinha sido dele e que ele escolhera Gonçalves porque era um velho amigo de confiança. Costa Gomes disse que se afinal Gonçalves fosse comunista, que teria feito o pior erro da sua carreira. Costa Gomes não disse, no entanto, em tantas palavras, que ele sabia que Gonçalves não é comunista.

3. O grupo de banqueiros está desesperadamente com medo que uma tomada do poder pelos comunistas do governo seja apenas uma questão de tempo. Spínola, na sua pers-

---

<sup>190</sup> Acabado de derrotar o «golpe Palma Carlos», os spinolistas e seus aliados já preparam uma nova conspiração, que não será daqui a cinco semanas, mas daqui a oito.

pectiva, acaba de sofrer uma grande derrota e o seu poder e confiança estão em baixo. Os comunistas, têm a certeza, estão a organizar-se e agindo com soberba eficiência, apoiados em 35 milhões de dólares recebidos da URSS e da Checoslováquia. Apesar da composição do novo governo estar ainda em discussão, a previsão dos banqueiros é de que será dominado por gente de esquerda, quer civis quer militares.

**4. O grupo de banqueiros sente-se desesperado e impotente** e sente que não tem outro lado para se virar que não seja os EUA. Gonçalves não tomará posse oficialmente até o seu Governo ser anunciado e ele e os membros do seu governo jurarão simultaneamente. O meu informador sublinha que estamos na décima primeira hora, mas ainda não é demasiado tarde para alguma intervenção dos EUA. **Tendo que escolher entre ser dominados pela URSS ou pelos EUA, o grupo de banqueiros prefere alegremente a última hipótese<sup>191</sup>. Nenhuma solução foi oferecida ao dilema de que, apesar de Spínola ser ainda o Presidente, não pretender tomar qualquer tipo de iniciativa.**

5. Comentário: Não respondi ao pedido da nossa fonte de assistência, mas indiquei-lhe que passaria as suas opiniões a Washington. Apesar de podermos duvidar da substância das alegações desta fonte sobre a orientação política do governo que ainda tem que ser nomeado, **não há dúvidas que ele descreve com rigor o sentimento de alarme que prevalece nos círculos de banqueiros e empresários neste momento em Portugal.** Adicionalmente, esta fonte repete um mote que ouvimos muito recente-

---

<sup>191</sup> Como é evidente, o dilema é outro: face à mais mínima possibilidade de eles perderem o poder de que têm gozado, apelam à agressão externa contra o país para salvaguardar os seus privilégios. Mais traidores.

mente, nomeadamente que de alguma forma os EUA devem intervir em Portugal para salvar o país do comunismo. **Os banqueiros e empresários portugueses, mimados e protegidos pelo velho regime, parecem gastar o seu tempo a acenar para nós sobre como nós os devemos salvar em vez de se organizarem com eficácia para enfrentarem as ameaças colocadas por um ambiente político completamente novo e fluido.**

6. Tendemos a tomar com cautela as identificações feitas por este grupo de outros como «comunistas». Há cerca de uma semana, o informador citado descreveu o ex-Ministro para a Coordenação Económica Vieira de Almeida como um marxista e um dia ou dois depois, Champalimaud disse-me que tinha a certeza que Almeida era um comunista. Agora ambos o encontram como de uma cor política aceitável e adorariam vê-lo renomeado Ministro da Economia (improvável). Eles poderão igualmente mudar o seu tom sobre Gonçalves. Como relatado anteriormente, não são os únicos que o consideram à esquerda do centro, mas acreditamos que é prudente reter o julgamento até que os seus actos concretos providenciem um guia mais claro para a sua orientação política. Entretanto, **ficamos de certa forma descansados pelo facto do General Costa Gomes, um dos poucos que esteve em posição de conhecer os até agora escondidos membros do MFA, afirmar que lhe seria surpreendente descobrir que Gonçalves é um comunista.** Fim do Comentário.

**TELEGRAMA** 1974LISBON 03008\_b

**TÍTULO** Formado o Partido Social Democrático Português, Palma Carlos adere

**DATA** 17-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: Apareceu na cena política o novo Partido Social Democrata Português (PSD), que se apresenta a si próprio como de centro-esquerda e não-marxista (e como similar aos partidos social democráticos escandinavos). O ex-primeiro-ministro Palma Carlos e o Presidente da Ordem dos Advogados Angêlo de Almeida, estão entre os fundadores. O Partido decidiu, depois de profunda reflexão, não juntar forças com o PPD que alegam ficar politicamente à sua direita. O núcleo do PSD é composto por antigos membros do Partido Republicano Português (que se opôs ao regime de Salazar), mações e variados velhos liberais. A aparência do Partido penetrará na força do PPD que também se reivindica de um manto social-democrata. Fim do Sumário.

1. A 15 de Julho, poucos dias depois da resignação do primeiro-ministro Palma Carlos, é formado um novo partido político que se denomina a si próprio Partido Social Democrático. Palma Carlos aparece como um dos seus treze fundadores, que são principalmente profissionais da classe média. Também na lista estão o presidente da Ordem dos Advogados, Dr. Angelo Vidal Almeida, o editor do livro de Spínola, o Dr. Paradela de Abreu, e Norberto Lopes, antigo director dos jornais A Capital e Diário de Lisboa.

2. Almeida Ribeiro disse à embaixada que o Partido está a ser feito desde pouco depois do golpe, e que não é um grupo formado precipitadamente como resultado da recente crise governamental. Ele descreveu o Partido, cujo programa não aparecerá antes de 8/10 dias, como de centro-esquerda, não marxista, e social-democrático no modelo

escandinavo. Ele sugeriu que ele e outros fundadores tinham tido contacto com dinamarqueses e noruegueses sobre os planos do PSD e as experiências escandinavas.

3. O núcleo do PSD é formado por maçons, liberais do velho estilo, e o que sobra do Partido Republicano português, que, de acordo com Almeida Ribeiro, foi perseguido até à extinção por Salazar. Apesar de não o ter garantido, Almeida Ribeiro deixou a impressão que Palma Carlos é Maçon.

4. Almeida Ribeiro confirmou o rumor que Palma Carlos tinha, até pouco antes do anúncio da fundação do PSD, negociado uma fusão com o centrista PPD (que também se designa por social-democrata). No entanto, os líderes do PSD sentem que as desvantagens de tal fusão superam as vantagens. **Entre as alegadas desvantagens está que o PPD é de «centro-direita» e entre os seus aderentes há «muitos antigos deputados e membros da ANP (o partido único do anterior regime)».** O PSD acredita que não pode suportar a associação com qualquer que não seja claramente «um democrata» e que tenha laços com o anterior regime.

5. O programa do PSD focar-se-á nos problemas económicos da nação, que o Partido acredita estão a ser exarcebados primeiramente pelos comunistas. Almeida Ribeiro admitiu que o programa do PSD não será muito diferente do do PPD, e que ambos competirão por votos e apoios do mesmo estrato da população. Ele não assumiu qualquer compromisso sobre a possibilidade de uma futura fusão com o PPD.

6. Almeida Ribeiro tinha poucas palavras simpáticas para dizer sobre o líder socialista Mário Soares, que ele classificou como a «mão-direita» do PCP e que ele diz ter feito o seu pacto com o diabo (ver o telegrama onde Mário Soares desenvolve os seus sentimentos sobre Palma Carlos).

7. Comentário: O PSD tem um conjunto de dirigentes bem respeitados, proeminentes e «não-fascistas». Por exemplo, Almeida Ribeiro, tem sido Presidente do Rotário Português, Presidente da YMCA, está na Comissão para a Nova Lei Eleitoral, e é um reconhecido defensor das liberdades civis. Palma Carlos tem próximas associações legais com grandes empresas e está na Administração de muitas corporações. O apelo do PSD será dirigido aos profissionais de classe média, aos empresários e a todos os que estão fartos da desordem económica e nas ruas.

8. O PPD, que agora é forçado a competir com o PSD pelo mesmo território, não ganha nada com a competição. O PSD não se permitirá ser o partido de direita que o PPD gostaria de ver estabelecido (para tirar de cima de si o rótulo de «mais à direita»). O PSD não estará provavelmente no novo governo e não se associará com o Movimento Democrático (MDP), o que lhe dará uma liberdade de acção para criticar de que o PPD não dispõe.

9. Muitos observadores acreditam que apenas a esquerda tem a ganhar com este conflito «intestinal» entre forças do centro que deveriam estar focadas no crescente perigo que a esquerda representa **para os seus interesses**.

TELEGRAMA 1974LISBON 03020\_b

TÍTULO Relações portuguesas com os países comunistas

DATA 18-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO A 16 de Julho recebemos de um contacto no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a seguinte informação:

1. O Governo português tem agora um programa completo para a normalização das relações diplomáticas com os países comunistas. O estabelecimento de relações com a Polónia a 11 de Julho foi o oitavo e último da série. O Governo português não tem intenções de procurar relações com a Albânia ou de «contrabalançar» as relações com a URSS estabelecendo relações com a RP China.

2. Em qualquer caso, os contactos sobre Macau que se mantêm com a RP China são, sobre o ponto de vista do governo português, bastante satisfatórios. Eles também têm a vantagem de ser discretos **(A RP China indicou que em caso algum estabelecerá relações com o governo português até ter sido concedida a independência às colónias africanas).**

3. Os alemães de Leste, os romenos e os jugoslavos estão agora em Lisboa à procura de comprar propriedades adequadas. Não foi pedida nem oferecida assistência do Governo Português para encontrar locais adequados para as chancelarias ou residências.

4. O Governo Português não espera abrir as missões diplomáticas portuguesas antes de Setembro, ou mesmo depois. Além das rotações de pessoal a que isto obrigará, o Governo Português não está ainda preparado para iniciar um vigoroso programa de promoção das exportações (O Governo Português acredita que as suas oportunidades para expandir as exportações residem mais na Europa Ocidental que no Leste).

5. Os portugueses estabelecerão missões em cada um dos países da Europa de Leste. As missões serão pequenas, encabeçadas quer por Embaixadores quer por Encarregados. A reorganização do Ministério dos Negócios Estrangeiros permitirá ao Governo Português colocar nessas missões alguns funcionários de carreira de mais baixo ranking, assim aliviando de alguma forma a pressão organizacional provocada pela súbita expansão das relações com o mundo exterior.

6. De outras fontes fomos informados que um rico empresário português arrendou uma residência sumptuosa no prestigioso Restelo para a futura Embaixada da URSS e que a URSS já submeteu o pedido de aceitação da nomeação do Embaixador Soviético (nome desconhecido).

**TELEGRAMA** 1974LISBON 03030\_b

**TÍTULO** Avaliação do novo governo provisório

**DATA** 18-07-74

**ASSINADO** SCOTT

**CONTEÚDO** Sumário: O Presidente Spínola deu posse hoje ao novo primeiro-ministro e ao novo governo. A ampla coligação política é mantida no novo governo, no qual a presença militar é a questão mais destacada (8 de 17 ministros são militares). A orientação política do novo governo só se tornará clara ao tomar decisões em questões chave como o Ultramar, o Trabalho, a Economia, a Administração Local, os *Media*. Enquanto alguns militares no governo são considerados «liberais» ou «de esquerda», este facto é de certa forma compensado pela saída de civis de esquerda. O novo governo português sem dúvida que seguirá com maior vigor o Programa do MFA no que respeita à democratização da vida política e social portuguesa, e nesse sentido aparecerá como «de esquerda» para os interesses entrincheirados da era de Salazar - Caetano. No entanto, temos dúvidas que os interesses significativos dos EUA estejam em qualquer perigo.

1. A 17 de Julho, quatro dias depois da sua selecção como primeiro-ministro, e depois de vários adiamentos ao procurar para o Trabalho e a Educação pessoas aceitáveis para o MFA, o Presidente e os Partidos Políticos, o Coronel Vasco Gonçalves apresentou a lista de membros do Governo ao Presidente Spínola. O Presidente então anunciou a formação do novo Governo, que tomou posse a 18 de Julho às 11h00 locais.

2. O novo Governo é composto por 17 ministros, oito dos quais militares, e quatro dos quais representavam o Movimento das Forças Armadas (MFA) no Conselho de Estado. (Entendemos que sob as regras prevaletentes no Concelho, o MFA escolherá agora substitutos para os

novos ministros, que não podem continuar no Conselho enquanto estiverem no Governo). Os militares ficaram com lugares chave como Primeiro-Ministro, Defesa, Trabalho, Comunicação Social (controlo dos media) e Administração Interna. O aumento do número de militares de um (Defesa) no primeiro Governo para 8 no segundo, significam claramente que os militares, e especialmente o MFA, tomaram a responsabilidade de assegurar a adesão ao seu Programa. Vários líderes do MFA indicaram que não querem mais disputas internas e que eles pretendem assegurar-se de que este Governo é o último antes das eleições para a Assembleia Constituinte de Março de 1975.

3. A anterior coligação de PPD, Comunistas e Socialistas manteve-se no novo governo. Mário Soares (Socialista) continua no Governo e continua como Ministro dos Negócios Estrangeiros, e Álvaro Cunhal (comunista) continua como Ministro sem Pasta. Magalhães Mota passa da Administração Interna para Ministro sem Pasta. Cada Partido perdeu um Ministro: os comunistas perderam Gonçalves (Trabalho), o PPD perdeu o Ministro sem Pasta Sá Carneiro, e os Socialistas perderam Raul Rego (Comunicações). Com o desaparecimento de Pereira de Moura, o Movimento Democrático (MDP) não está representado no novo Governo. Outros que não regressam são Palma Carlos, Vieira de Almeida, Eduardo Correia, Manuel Rocha e Mário Murteira.

4. A representação socialista de facto aumentou para três ministros, já que o Ministro da Educação (Vitorino Magalhães Godinho) é socialista (apesar de não ser ainda formalmente membro do PS). No entanto, os comunistas, o PPD e outros grupos podem recuperar as suas perdas ao nível de Secretário de Estado. (O Major Vitor Alves disse à imprensa que não deve ser dada demasiada importância ao desaparecimento de um representante do MDP, pois a exclusão do Movimento não foi «deliberada» mas devido à maior atenção dada a «escolher as pessoas certas».)

5. Vários militares são conhecidos como ou acreditam-se que sejam intelectuais socialistas (o Major Antunes, talvez o Primeiro-Ministro e o Major Vitor Alves). Eles conjuntamente com os representantes dos Partidos de Esquerda dão ao governo uma coloração mais de esquerda. Tal não deve no entanto ser demasiado enfatizado. Os comunistas só depois de muita luta estiveram de acordo em manter-se no Governo sem o Ministério do Trabalho. A saída de Pereira de Moura, considerado um comunista com roupagem do MDP, tem que ser considerada uma perda significativa para a esquerda. O novo Ministro da Administração Interna pronunciou-se como favorecendo a realização rápida de eleições para os municípios e as freguesias, o que teria o efeito de dar a outros partidos a possibilidade de substituir órgãos locais instalados por aclamação em muitas localidades pelo MDP dominado pelos comunistas. Os ministérios chave da economia e das finanças foram para centristas. No dia em que o Governo tomou posse, partiu para tomar posse do seu cargo o antigo Ministro da Educação de Caetano, Veiga Simão, cuja nomeação como representante permanente na ONU foi publicamente combatida quer pelo PS, quer especialmente pelo PCP. Estes movimentos opostos à esquerda são indicações de que ou o primeiro-ministro não é tão doutrinariamente de esquerda como alguns o pintam, ou de que Spínola mantém um poder considerável para influenciar os acontecimentos, ou de ambas. Em qualquer caso, são as únicas pistas disponíveis sobre a orientação do novo regime e sugerem que as coisas mexem-se mas parece que o caminho se mantém relativamente o mesmo.

6. Um factor básico da situação, na nossa opinião, é que o MFA, tendo gozado desde o 25 de Abril de poder sem responsabilidades, escolheu agora, ou a tal foi forçado, aceitar responsabilidades também. Sentimos que seguirão com vigor o programa do MFA, particularmente no que respeita à instalação de instituições democráticas, e a rectificar os desequilíbrios sociais do passado.

Aqueles que beneficiaram com e foram protegidos pelo anterior sistema terão sem dúvidas fundamentos, do seu ponto de vista, para verem como «de esquerda» um regime que cumpra promessas do Programa do MFA como sejam a adopção de «uma estratégia anti-monopolista». No entanto, acreditamos que a «estritamente construtiva» dedicação do novo regime ao Programa do MFA também se aplicará a compromissos como o respeito pelas obrigações internacionais, e assim acreditamos que há razões para acreditar que os interesses importantes dos EUA não sofrerão sob o regime Spínola/Gonçalves.

---

Com o percurso entre o dia 25 de Abril de 1974 e 18 de Julho de 1974, dia em que toma posse do II Governo Provisório e se confirma a derrota do golpe Palma Carlos, terminamos esta primeira parte sobre os telegramas enviados da embaixada norte-americana em Lisboa para o Departamento de Estado dos EUA.

No final de Setembro teremos um novo capítulo que abrangerá o período entre 18 de Julho e o 28 de Setembro.



## ÍNDICE DE ORGANIZAÇÕES E PESSOAS

<b>A</b>	Adriano Moreira	47
	AEC	290
	Alfredo Belo	256
	Almada Contreiras	198
	Américo Tomás	14
	ANP	31
	António Alba Rosa Coutinho	18
	António Champalimaud	56
	António Costa Leal	255
	António de Spínola, General	15
	António Galhordas	260
	António José Avelãs Nunes	259
	ARA	28
	Armando Bacelar	261
	Artur Luís Alves Conde	256
Artur Portela Filho	243	
<b>C</b>	Carlos Carvalhas	259
	CDE	27
	CNSPP	28
	Comissão Fulbright	259
	Correia da Cunha	78
	Costa Martins, Capitão	198
<b>D</b>	DATT	61
	Deodato Nuno Coutinho	255
	Diogo Freitas do Amaral	80
<b>E</b>	Expresso	125

<b>F</b>	Fernando Castro Fontes	255
	FPLN	47
	Francisco Pereira de Moura	41
	Francisco Pinto Balsemão	69
	Francisco Sá Carneiro	56
	Franco Nogueira	47
<b>G</b>	Gonçalo Ribeiro Telles	258
<b>H</b>	Herbert Spiro	216
<b>I</b>	Irving Brown	92
<b>J</b>	Jaime Silvério Marques, General	17
	James Callaghan	89
	João Baptista Pinheiro Azevedo, Capitão	17
	João Cravinho	182
	João Salgueiro	78
	Jorge Campinos	216
	Jorge de Brito	56
	Jorge Jardim	102
	Jorge Sampaio	70
	José de Melo Torres Campos	256
	José Luís Saldanha Sanches	242
José Manuel Tengarrinha	45	
José Pereira Pinto, Capitão	198	
José Silva Lopes	255	
<b>K</b>	Kaúlza de Arriaga	47
<b>L</b>	LCI	241
	Legião Portuguesa	30
	LUAR	28

<b>M</b>	Macedo Varela	260
	Magalhães Mota	78
	Manuel Diogo Neto, General	18
	Manuel Espírito Santo	173
	Manuel Ferreira Lima	257
	Marcelo Curto:	193
	Maria de Lourdes Melchior Pontes	258
	Maria de Lurdes Pintassilgo	260
	Melo Antunes	198
	MES	79
	Michael Boggs	92
	Miguel Quina	56
	Miller Guerra	69
	Mota Amaral	78
MRPP	32	
<b>N</b>	Naguib e Nasser	100
	Nelson Trigo	257
	Nuno Portas	257
	Nuno Teotónio Pereira	80
<b>O</b>	Orlando Pereira de Carvalho	259
<b>P</b>	P(M-L)	241
	PAO	170
	Pedro Nunes	257
	Prostes da Fonseca	258
<b>R</b>	Richard Post	13
	Rogério Martins	78
	Rui Vilar	256

<b>S</b>	Salgado Zenha	70
	SEDES	33
	Sérgio Ribeiro	211
	Silva Pinto	81
	Silvino Silvério Marques, General	17
	Stuart Nash Scott	43
<b>T</b>	Tierno Bagulho, Almirante	258
<b>V</b>	Valentim Xavier Pintado	174
	Vasco Gonçalves, Coronel	197
	Veiga Simão	80
	Vítor Alves	197
	Vítor Constâncio	256
	Vítor Crespo, Almirante	198
	Vítor Wengorovius	46

**abril**

PUBLICAÇÃO DIGITAL

Lisboa, Julho de 2024